

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**Visões de ruralidades: personagens,
paisagens e contextos em obras literárias**

Hyung Mi Kim

Rio Claro - SP
2013

**Visões de ruralidades: personagens,
paisagens e contextos em obras literárias**

Hyung Mi Kim

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia, área: Organização do Espaço.

Orientadora: Prof^a. Dra. Bernadete Aparecida C. Castro Oliveira

Rio Claro - SP

2013

910h Kim, Hyung Mi
K49v Visões de ruralidades: personagens, paisagens e contextos em obras literárias / Hyung Mi Kim. - Rio Claro, 2013
188 f. : il., figs., fots., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Bernadete Aparecida C. Castro Oliveira

1. Geografia humana. 2. Literatura e sociedade. 3. Textos narrativos. 4. Paisagens rurais. 5. Processos histórico-sociais e culturais. I. Título.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Bernadete Aparecida C. Castro Oliveira
UNESP – Rio Claro
Orientadora

Prof. Dr. Paulo R. Teixeira de Godoy
UNESP – Rio Claro

Prof^a. Dra. Renata Medeiros Paoliello
UNESP – Araraquara

Prof^a. Dra. Marli Sales
UnB – Brasília

Prof^a. Dra. Angelita Matos Souza
UNESP – Rio Claro

Hyung Mi Kim
(Doutoranda)

Rio Claro (SP), 18 de abril de 2013

Resultado: Aprovada

Dedicatória

Dedico essa tese a meu pai,
pelo apoio incondicional
e contínuo.

Agradecimentos

Agradeço o apoio da Prof^a. Bernadete, antes uma amiga, na concepção e realização deste trabalho, por jamais ter deixado de fora nenhum argumento novo.

Meus filhos e marido, sempre presentes com incentivos e preciosos *backups*, merecem, também, meu reconhecimento, pelas inúmeras vezes que abriram mão de passeios conjuntos da família para que eu pudesse terminar este trabalho. Igualmente, aos meus sogros, à dona Céia, pelas tardes fagueiras no sítio do Vale do Passa Cinco, interior de São Paulo.

Resumo

Este trabalho procura refletir sobre as representações das paisagens rurais nos textos narrativos estrangeiros e nacionais para pensar as mudanças sociais engendradas na transição ruralidade/modernidade. Nesse sentido, tratou-se de as objetivar e interpretar como fatos sociais que são, levando-se em conta os diferentes processos simbólicos de que resultaram os textos literários em questão. Pensando primeiro na noção durkheimiana de construção social de significados e símbolos, na auto representação relacional da sociedade com seu meio, objetivamos e interpretamos os fatos sociais de acordo com as diferentes abordagens das Ciências Humanas para pensar os processos socioculturais e históricos dessa relação. Dessa forma, o conceito cosgroviano de paisagem, como ideia, é fundamental, pois permite estudar a trama das relações humanas, inscrita num meio natural e cultural. Por fim, refletimos sobre o processo de criação literária de representação dos fenômenos sociais.

Palavras chave: textos narrativos; paisagens rurais; processos socioculturais e históricos.

Abstract

This work reasons about the rural landscape representations in domestic and foreign narrative texts to analyze the social changes engendered in the tradition/modernity transition. Furthermore, it aimed to objectify and interpret them as social facts, taking into account the different symbolic processes that conformed those literary texts. Thinking first in the Durkheim's notion of social construction of meanings and symbols, such as the self relational representation of society with the environment, we aimed to interpret social facts accordingly to different approaches of Social Sciences to address the socio-cultural and historical processes related to this relationship. Thus, the Cosgrove's concept of landscape, as an idea, it is essential, because it allows to study the web of human relationships, enrolled in a natural and cultural environment. Finally, we reflect on the process of creating literary representation of social phenomena.

Key words: narrative texts; rural landscapes; historical, social and cultural processes.

Résumé

Ce travail a résulté d'une réflexion sur les représentations des paysages ruraux dans les récits littéraires étrangers et nationaux, afin d'étudier les changements sociaux engendrés par la transition ruralité/modernité. D'ailleurs, on a essayé de les objectiver et de les comprendre en tant que faits sociaux, donc il a fallu mettre en évidence les différents processus symboliques à travers desquels ces récits ont été engendrés. D'abord, étant donné la notion de Durkheim de construction sociale de signification et de symboles, c'est-à-dire, l'auto représentation relationnel de la société et son milieu, on a objectivé et on a compris les faits sociaux selon les différents abordages des sciences humaines. Étant donné pour analyser les processus socioculturels et historiques de cette relation. Par conséquent, le concept de paysage chez Cosgrove, en tant qu'idée, est fondamental, car cela nous a permis d'étudier la trame des relations humaines, inscrite dans un milieu culturel et naturel. Finalement, on a réfléchi sur le processus de création littéraire de représentation des phénomènes sociales.

Mots-clés: récits littéraires, paysages ruraux, processus socioculturels et historiques.

Sumário

Introdução.....	12
1 Aporte teórico e passos da pesquisa	15
1.1 Noção de espaço rural.....	18
1.2 Representações literárias da vida social.....	25
1.3 Interpretação das representações.....	30
2 Literatura Rural Francesa	36
2.1 Obras e autores franceses.....	36
2.2 <i>Paris/Province/Région</i>	45
2.3 Questão das línguas regionais	53
3 Literatura Rural Inglesa	58
3.1 Obras e autores ingleses.....	61
3.2 Emily Brontë.....	61
3.3 Questão de gênero.....	69
3.4 Questão da mudança	74
4 Literatura Rural Americana	81
4.1 Obras e autores americanos	81
4.2 Mississippi de Twain.....	87
4.3 Califórnia de Steinbeck.....	92
5 Literatura Rural Antilhana	97
5.1 Obras e autores antilhanos	100
5.2 Relações interétnicas.....	109
5.3 Questão da língua crioula.....	117
6 Literatura Rural Brasileira	123
6.1 Obras e autores brasileiros	125
7 Vale Passa Cinco: a propósito da ruralidade local.....	143
7.1 Pessoas e lugares.....	146
7.2 A trilha, animais e plantas.....	149
7.3 Personagens e “causos”.....	154
Considerações finais.....	164
Anexo I – Biografia paisagística: topofilia e topofobia.....	166
Anexo II – Análise das personagens femininas nos romances ingleses	167

Lista de Figuras

Figura 1: Até 1789, o Antigo Regime na França foi organizado em províncias (esquerda), que foram, então, substituídas pelos departamentos (direita). Os conjuntos de departamentos com a mesma cor correspondem às modernas regiões (LECLERC, 2012a).....	46
Figura 2: A regiões francesas são em número de 27: 22 regiões da França metropolitana (que inclui a Córsega) e 5 departamentos e regiões ultramarinas (Région française, 2012).....	47
Figura 3: As línguas regionais da França, línguas faladas no território francês, além do francês de Paris. Eles são chamados de <i>patois</i> , para enfatizar seu caráter local (Langues régionales ou minoritaires de France, 2012).....	54
Figura 4: Os condados da Inglaterra em 1889 (Ceremonial counties of England, 2012).....	60
Figura 5: As regiões da Inglaterra representam o mais alto nível das subdivisões da Inglaterra. São nove as regiões: Londres; Sudeste; Sudoeste; Midlands Ocidental; Noroeste; Nordeste; Yorkshire e Humber; Midlands Oriental; Leste. (English regions, 2012)	63
Figura 6: O percurso de Huck e Jim, em <i>The adventures of Huckleberry Finn</i> (OLSON-RAYMER, 2011).	84
Figura 7: Principais lugares citados por Steinbeck em suas ficções na Califórnia (RICE, 1998).....	86
Figura 8: Localização do Haiti, de Guadalupe e da Martinica. Google maps.	99
Figura 9: Localização de Guadalupe e da Martinica (LECLERC, 2012c).....	99
Figura 10: A posição do Haiti na Ilha Hispaniola (LECLERC, 2012d).	100
Figura 11: Distribuição dos fragmentos de floresta na Bacia do rio Corumbataí (VALENTE e VETTORAZZI, 2005).	144
Figura 12: Mapa de Vegetação e Uso do Solo na Bacia Hidrográfica do Rio Passa -Cinco / SP (SANTOS e GARCIA, 2003).....	146
Figura 13: (Ponto 1): vista do lago da fazenda Paredão a partir da estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.....	150
Figura 14: (Ponto 2): mata-burro e cocho de sal, na estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.	150
Figura 15: (Ponto 3): curva da buzina e grotão na estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.	151
Figura 16: (Ponto 4): a partir da foto superior esquerda para a direita, plantas típicas da região: cedro, jatobá, coqueiro, cipó de são joão, angico, na estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.	151
Figura 17: (Ponto 5): vista do rio Passa Cinco e ponte sobre mesmo rio, na estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.....	152
Figura 18: (Ponto 6): vista do sítio da Dona Céia a partir do sítio Recanto Doce, na estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.....	152

Introdução

Este trabalho objetiva pensar a ruralidade não como conceito, mas como experiência intersubjetiva expressa pelos personagens de obras literárias (romances). As relações tempo-espaço presentes nos romances escolhidos permitem estabelecer através das narrativas, um *continuum* passado-presente no que se refere às situações de mudança social e poder; condição de classe e gênero; rural-urbano. A partir desse foco de análise e do diálogo da geografia com outras disciplinas como sociologia, antropologia, história e crítica literária, pode-se apontar como eixo central do trabalho o debate ruralidade-modernidade.

Para esse propósito, o caminho da pesquisa foi sendo estabelecido a partir de 1994, quando entrei em contato com os moradores do Vale Passa Cinco e suas histórias de vida. A partir de então, foram se incorporando mais e mais elementos para a representação do tipo particular de ruralidade do Vale Passa Cinco, situado entre dois municípios Ipeúna e Itirapina, a noroeste de Rio Claro.

Nesse sentido, para melhor representá-la, procuramos regressivamente pensar as outras formas de ruralidades nos diversos textos narrativos de autores franceses, ingleses, americanos, antilhanos e brasileiros do século XIX e meados do século XX. Dado o grande escopo de autores e obras, a sua seleção foi baseada em autores e obras que mais se aproximavam de uma experiência rural no contexto de mudança. Será visto, porém, que algumas obras não se enquadram exatamente no período delimitado, século XIX e meados do século XX (algumas obras antilhanas), nem na temática rural (obra de Jorge Amado). Nesse sentido, essas obras passam a figurar como elementos de análise dos esquemas interpretativos – centralização/descentralização, hierarquia/igualdade, indivíduo/sociedade, língua francesa/língua crioula, homem rural/homem urbano e tradição/modernização – baseados principalmente nos processos socioculturais, econômicos, políticos e históricos.

Assim, passa-se a colocar em questão a especificidade da experiência rural e da ruralidade dela decorrente. Pode-se, então, conceituar num primeiro momento a ruralidade como sendo representações das maneiras de agir e pensar, encetadas a partir das relações sociais decorrentes do homem (indivíduo) com o mundo social e natural. Essa relação do homem com o contexto social (através do romance) e com o meio natural serviu para definir situações de ruralidade, tomadas como preponderante nesse trabalho. Dessa forma, uma vez expressa, formulada, a noção de ruralidade coexistiu de forma contraditória e complementar com a experiência urbana nas cidades nos romances aqui trabalhados.

Essa pesquisa baseada em obras literárias teve como objetivo retomar personagens e suas experiências de vida como expressões de momentos históricos marcados por mudanças sociais em diferentes contextos sócio políticos. O leitor não encontrará dados sistematizados sobre cada experiência de vida rural apontada nos romances, mas uma abordagem mais descritiva que analítica em torno dos personagens, representando sua condição de classe na da sociedade em questão.

Com efeito, a leitura desses textos foi sendo feita mesmo antes de se pensar a ruralidade. Foram incorporados para novos propósitos da pesquisa. Assim, trabalhamos com 22 romances, 2 coletâneas de contos, 1 coletânea de poemas em prosa de Baudelaire sobre Paris (considerados ensaios literários).

Considerando os textos narrativos como produtos culturais, vemos o *ethos* de um povo neles inscrito. Do estranhamento produzido por outros costumes, tem-se uma fonte importante da leitura de um modo de vida, de uma visão do mundo ao mesmo tempo similar por ser ocidental e estranha por ser de outro país (espaço) e em outra época (tempo).

Desta forma, o capítulo 1 inicia-se com as questões concernentes às possibilidades do diálogo entre geografia e literatura, onde fazemos uma breve análise das especificidades geográficas e literárias de interesse para esse trabalho.

Os textos literários encerram representações da experiência humana no mundo que poderiam ser analisados sob os enfoques sociológico, antropológico, histórico, geográfico e da crítica literária/teoria literária.

A abordagem sociológica nas suas origens, cujo pensador fundamental é Durkheim, permitiu estudar objetivamente essas representações, maneiras de agir e pensar ou fatos sociais. Dessa forma, os textos literários poderiam ser vistos como representações das representações dessas maneiras de agir e de pensar. Nesse capítulo ainda, será examinada a aproximação da geografia com o método sociológico no que concerne o estudo desses fatos sociais.

Sob o enfoque antropológico, Geertz será examinado na medida em que se colocam questões sobre a interpretação apropriada dessas maneiras de agir e pensar não só no interior de uma dada formação social, mas entre muitas outras formações sociais. De fato, cada texto literário pode se reportar a uma dada formação social.

Sob o enfoque histórico, a obra de Peter Burke é examinada no sentido de observar a maneira com que demonstrações das maneiras de agir e pensar, tornadas fontes históricas de um tempo distante do nosso, são estudadas por ele.

Com a crítica literária/teoria literária, tem-se a discussão sobre o significado da literatura em geral e o exame da natureza dos textos narrativos na sua classificação dentro da teoria literária.

No enfoque da nova geografia humanista, através da noção de *landscape* (paisagem) em Cosgrove, é realizada uma análise dos textos narrativos, como representações das maneiras de agir e pensar das formações culturais que as conformaram: seus fenômenos culturais, seus grupos étnicos e também sua morfologia residencial.

No capítulo 2, o exame de obras de autores franceses (Alphonse Daudet, Georges Sand, Guy de Maupassant e Charles Baudelaire) vai nos permitir extrair a ruralidade, primeiramente, das relações historicamente estabelecidas entre a relação *Paris /Province* e depois aquela determinada por uma outra, qual seja, *Paris/Région*. Esses dois esquemas interpretativos encerrariam as consequências da centralização administrativa em torno de Paris, durante a revolução francesa, e posterior descentralização e valorização regional, iniciada nos anos sessenta do século XX até os dias de hoje, com o paulatino reconhecimento da importância das regiões e das línguas regionais.

No capítulo 3, temos a representação do rural inglês, através de obras de autores ingleses (Emily Brontë, Jane Austen, Georges Eliot e Thomas Hardy), extraída dos interstícios de um mundo em transformação, mudanças estas geradas pelo desenvolvimento capitalista, que deixou marcas indeléveis, tanto na vida rural como na urbana, modificando completamente a relação de hierarquia existente entre a classe, de fato, produtora, e o grupo dominante, detentor de terras e títulos. Temos ainda neste capítulo, a discussão dos conflitos provenientes da rigidez das regras matrimoniais inglesas, nas quais o amor, o dinheiro e a posição social, durante o século XIX, mantinham uma estreita ligação com uma noção de hierarquia, caracterizando a vida inglesa nos seus diferentes estratos.

Continuando com o exame da literatura estrangeira, no capítulo 4, temos dois autores americanos emblemáticos, Mark Twain e John Steinbeck, fundamentais na construção da ideia de americanidade, na qual o universo rural tem um papel decisivo. Portanto, examina-se, com a obra de Twain, o impacto da expansão estadunidense para oeste, trazendo desenvolvimento para o Vale do Rio Mississippi e ao mesmo tempo modificando as relações

fundadas na exploração agrícola da terra. Além disso, com a obra de Steinbeck, discute-se a importância do legado hispânico no pensamento rural da América, impresso na paisagem californiana, através do domínio espanhol no século XVI.

No capítulo 5, o mundo antilhano é apresentado, sobretudo, sob três aspectos, a saber, as consequências do sistema produtivo das *plantations*, baseado no cultivo da cana de açúcar, a tensa relação das colônias francesas com sua metrópole e, por último, a formação de línguas crioulas, a partir do contato europeu/africano. Neste contexto, então, examina-se o papel da ruralidade crioula nas obras de autores antilhanos (Jacques Roumain, Josef Zobel, Simone Swartz-Bart e Maryse Condé), encetada nesse processo colonial não só no Haiti mas também nos atuais departamentos ultramarinos franceses, Martinica e Guadalupe. Busca-se ainda definir o significado do termo *créole* (crioulo) na formação mesma dessa ruralidade.

Cada um dos capítulos acima citados guarda uma certa autonomia no momento da leitura, pois seguem um esquema de apresentação do mundo rural feita no sentido de captar os movimentos do global/local, da metrópole/colônia, do geral/particular em termos de culturas que, na interação, (no confronto/ conflito, muitas vezes) foram engendradas dessas relações.

Assim, nos capítulos finais, 6 e 7, essa trajetória em busca das representações do universo rural, mundo afora, culmina justamente na apresentação das implicações do global e local - expressas nas relações entre o regionalismo brasileiro (do ponto de vista literário, englobando obras de autores como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, etc.) e a vida rural no Vale Passa Cinco, interior do Estado de São Paulo. Desta vez, contrastamos os elementos ficcionais globais desse regionalismo e das literaturas estrangeiras com os elementos observados localmente no cotidiano do Vale Passa Cinco.

O regionalismo brasileiro, principalmente dos anos 30, por sua vez, é discutido em relação à maneira pela qual o Brasil foi recortado e expresso nas obras consideradas regionalistas. Nesse sentido, através da leitura dessas obras, tanto é possível ver o recorte do Brasil litoral/Brasil sertão, quanto o Brasil rural/ Brasil em vias de modernização. Discute-se, assim, nesses diferentes recortes, a presença ou não da temática rural.

1 Aporte teórico e passos da pesquisa

Nesse capítulo, examinamos a base teórica do objetivo desse trabalho, qual seja, o estudo de uma dada sociedade e do seu meio, a partir da análise de suas representações diante de um processo de mudança. Mais especificamente, ainda, objetiva pensar o espaço rural, suas

relações sociais, suas transformações, seus significados, nos textos narrativos franceses, ingleses, americanos, antilhanos e brasileiros dos séculos XIX e XX. O objetivo da tese resulta, então, na reflexão sobre as representações da vida social no sentido de sua expressão da tensão e rupturas entre ruralidade e modernidade.

Dado esse escopo da tese, nesse capítulo, trataremos a questão que permeou a construção dos capítulos seguintes - a interpretação da maneira como as sociedades (nas diferentes literaturas) se representam e representam as relações com o meio circundante. Com isso, será visto como diferentes sociedades pensam o meio a sua volta e nele agem, em conformidade como elas se encaram. Nesse momento, procuramos desvendar a questão da interpretação, dado o *modus operandi* intrinsecamente simbólico da construção das representações, tanto o do autor como o da sociedade, sendo o primeiro responsável pela tessitura da vida social na sua obra literária cuja trama é fornecida pela segunda. No processo simbólico, é preciso atentar para a heterogeneidade do significado/significante, isto é, uma vez produzidos, sentido e símbolo, não nos é dado reconhecer, de imediato, a concretização do primeiro no segundo.

Nesse sentido, primeiramente, passa-se a mostrar a noção de representação, essencial no conjunto da obra de Durkheim, ajudando a entender o processo simbólico de construção dos “fatos sociais” (DURKHEIM), fundamentais para compreender a vida social.

Durkheim, em *Regras do método sociológico* (DURKHEIM, 1990, p.XX-XXI) analisa “fatos sociais” ou “realidades do mundo social” como “objeto do conhecimento” e como expressões do processo simbólico de representação da vida social, inerente aos grupos humanos. Assim, essas “representações coletivas” ou “fatos sociais” constituem-se da “maneira pela qual a sociedade se vê a si mesma e ao mundo que a rodeia” (DURKHEIM, 1990, p.XXVI).

Em Durkheim, os referentes dessas “representações coletivas” são a sociedade (o que ela pensa de si) e o meio (em que ela vive), ou dito de outra forma, as “maneiras de pensar” a sociedade/o meio e “de agir” na sociedade/no meio (DURKHEIM, 1990, p.3). No entanto, esses referentes, suas relações recíprocas, seus significados, encontram-se representados, expressos nas instituições, tais como “a família”, “o Estado”, “o contrato”, “o direito de propriedade”, “a pena”, “a responsabilidade” (DURKHEIM, 1990, p.XXIII). O estudo e objetivação desses fatos sociais fundamentaram todo o fazer sociológico de Durkheim.

Basicamente em Durkheim, vemos dois grandes grupos de representações, as que fazem referência ao que a sociedade pensa de si mesma e as que simbolizam suas relações com seu

meio. Sendo assim, têm-se diferentes representações ou instituições que exprimem as várias faces da sociedade e suas diversas relações com o meio. Vale, então, ressaltar o espelhamento da sociedade e das suas relações com o meio nessas representações.

Ainda em Durkheim, vale dizer, a noção de sociedade estaria mais associada à de uma consciência coletiva em oposição à consciência individual. Essa precisão entre as duas consciências, mas priorizando a primeira na construção coletiva das representações, fez parte de um proceder metodológico da Sociologia, em oposição à Psicologia, para contrapor fenômenos sociais, coletivos, aos fenômenos psíquicos, individuais.

Espelhando no seu estudo de objetivação dos fatos sociais, tentamos também tomar as representações da sociedade e do seu meio nos textos narrativos, como “objeto do conhecimento” (DURKHEIM, 1990, p. XXI). A partir disso, tentamos extrair essas representações do conteúdo desses textos, apreendendo seus significados, a fim de, então, retomá-las, com seus significados, como argumentos da tese, numa nova articulação, com novos sentidos, descrevendo, desta maneira, a influência decisiva da sociedade sobre seu meio.

Percebe-se que os personagens e os cenários contidos nas narrativas revelam as atividades agrícolas, com a paulatina modernização tecnológica mundial, com o advento do capitalismo industrial, contradições e rupturas, sobretudo sua relação com modos de vida em transformação, uma visão do mundo, sua expressão de ruralidade. São expressões de uma oposição entre tradicionalismo-modernidade que permitem aproximar temporalidades e espacialidades em um contexto teórico:

O tempo volteador, num ritmo lento, embaralha o espaço-tempo de tal modo que a Geografia narrada já se revela História. E esta, naquele espaço e naquele volte ar, junta antigo e moderno, tecendo uma teia de tempos múltiplos que possibilita a contemporaneidade do não coetâneo. (MONTEIRO, 1998)

Em seguida, detalhamos a natureza do espaço rural com suas específicas relações sociais. Também será examinada sua estreita associação com o natural, com as atividades agrícolas, com a paulatina modernização tecnológica mundial, com o advento do capitalismo industrial, mas, sobretudo, sua relação com um modo de vida, uma visão do mundo, sua ruralidade.

Em terceiro lugar, é a vez de precisarmos o conceito de textos narrativos, sua importância e significado como representações da vida social. Examinamos a maneira como essas representações literárias têm sido classificadas conforme a Teoria Literária.

E, por último, para pensar os problemas relativos à interpretação dessas representações, encerradas nos textos narrativos, urge refletir sobre as questões metodológicas afloradas nas

ciências sociais em geral, quando se trata de interpretar e objetivar as representações da vida social. Assim, pinçamos uma breve análise de algumas dessas propostas, para auxiliar a nossa própria tentativa de interpretar as representações coletivas nos textos narrativos.

1.1 Noção de espaço rural

Pensar o espaço rural, suas relações sociais, suas transformações, seus significados nos textos narrativos requer que reflitamos, primeiramente, sobre a noção de espaço geográfico, para, então, definir a experiência humana tratada nesse tipo de Literatura. Analisaremos, então, dois autores, que definem a representação das relações entre sociedade e seu meio. O primeiro deles, Milton Santos, através do conceito de espaço, e o segundo, Denis Cosgrove, por intermédio do conceito de *landscape* (paisagem).

Em Santos, o espaço geográfico é considerado:

[...] como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá Natureza. (SANTOS, 2008, p.12).

[...]

O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. (SANTOS, 2007, p.12).

O termo espaço, em Santos (2008), se transforma em uma importante noção para explicar a dinâmica da vida social, relacionando coisas (do meio natural e artificial) e processos sociais (em curso numa sociedade). Vemos que na noção de espaço proposto por Santos (2007), a sociedade e seu meio estão indissociavelmente ligados, este, pela materialidade transformável por aquela. Além do fato de serem inseparáveis – a sociedade e seu meio – e assim deverem ser objetivados e analisados, percebemos, também, que a noção de espaço encerra a multitude de seus elementos constitutivos: múltiplas configurações espaciais, animadas por outros múltiplos processos sociais em curso nos variados segmentos das diferentes sociedades.

Outro autor a abordar holisticamente o espaço, isto é, enfatizando a mútua relação entre seus elementos constitutivos, a sociedade, os objetos geográficos e os processos é Denis Cosgrove, através do conceito de paisagem (*landscape*). Assim, observamos em Cosgrove

(2006) o particular uso que se faz do conceito de paisagem, remetendo não só a aspectos pictóricos, mas, principalmente, a aspectos culturais da região por ele estudada, cidade de Los Angeles na Califórnia Meridional¹:

A metrópole de Los Angeles é frequentemente citada como a *locus classicus* de uma crescente cultura global popular. Não só é verdade para o caso notório de “Hollywood” com sua constelação de fenômenos culturais – cinema, televisão e música popular, noticiário das celebridades, moda de rua, fala coloquial – mas também para os vários grupos étnicos, línguas e estilos de vida, seus projetos políticos, seu culto ao automóvel, seus periféricos “pontos altos”, e sua morfologia residencial: em resumo, sua paisagem. (COSGROVE, 2006, p. 51).

Dessa forma, Cosgrove (2006, p. 54) usa o conceito de *landscape* (paisagem) na sua multiplicidade, “um modo caracteristicamente moderno de encarar e representar o mundo externo” - como qualidades pictóricas e gráficas, como espacialidade e modos de conectar indivíduos à comunidade e como formas de representação – mapas, pinturas, fotografia e cinema. Nesse sentido, a historicidade desse conceito, realizada por Cosgrove (2006), ao longo do ensaio, vai mostrar suas raízes. Em fazendo isso, o autor expõe a maneira como se constituiu a multiplicidade de sentidos da ideia de *landscape*.

Assim, prosseguindo na sua explicação, Cosgrove (2006) observa o modo como o espaço e suas qualidades, como moradas (biótico, animal, humano...), tornaram-se visíveis na forma pictórica. A questão imediata que se coloca, então, é como essa forma pictórica ficou associada aos ideais de comunidade natural e humana. Nesse ponto, o autor introduz a noção alemã de *Landschaft*, que incorpora no seu seio, tanto a ideia de povo e direitos coletivos, quanto a de área física na qual estes tiveram forte influência, ou seja, relações coletivas com a terra ou espacialidade, constituída através da prática social e ambiental. A associação da dimensão cênica ao de *landscape*, como tipo de pintura, deu-se nos fins do século XVI e começo do XVII e culminou na conceitualização e medição da natureza, através de pinturas e mapas, que, por sua vez, incorporou os aspectos gráficos e pictográficos das diferentes regiões geográficas da terra. A reformulação decisiva da *landscape* – como uma ideia - deu-se através da sua aplicação ao estado, cidade regional ou terras públicas, mapeando e cercando espaços territorializados. Nesse sentido, uma conotação distanciada e estética somou-se à relação afetiva, cotidiana da terra e vida social. No entanto, esse sentido afetivo da *landscape*, representado na duradoura relação orgânica entre comunidade e terra, acomodou a moderna ideia de nação. No final do século XVIII, as técnicas pictóricas desenvolvidas para representar *landscape* foram teorizadas na estética do pitoresco, um termo filosófico, que fundiu estética e fundamentos morais, diante das modernas turbulências sociais e espaciais. A *landscape* pitoresca tornou-se centro das atenções da burguesia em ascensão, aliando pitoresco ao

nostálgico, como uma forma de ver e sentir, dando alívio ao inelutável processo de degenerescência humana, simbolizada na modernização desenfreada. No final do século XIX, *landscape* pitoresca fez parte da construção e difusão do nacionalismo europeu e dos estados colonialistas. Esse processo, ainda em vigor nas nações modernas, generalizou-se através dos ícones pictóricos, constituídos de um cenário regional específico, mediados pela arte e representantes da nação como um todo.

Justamente, nesse ponto, Cosgrove (2006) entra com a análise de Los Angeles, para dela extrair diferentes (re)formulações da paisagem - aspectos relativos à formação de um tipo de moderna “comunidade” californiana, embasados nas questões territoriais e pictóricas. Assim, procedemos à análise das diferentes paisagens brasileiras, contidas nos romances, objetivando mostrar, principalmente, os aspectos relativos à espacialidade, depreendida, das relações do indivíduo com sua terra e comunidade.

Desse modo o conceito de paisagem confluindo numa abordagem relacional de seus elementos constitutivos nos ajudou a tratar - espaço rural ou paisagem rural como representações das relações entre sociedade e seu meio presente nos romances analisados.

Uma vez especificada a maneira com que Santos e Cosgrove trataram, respectivamente, a questão do espaço e da paisagem, confluindo numa abordagem relacional de seus elementos constitutivos, empregamos esses dois conceitos, indiferentemente, porém determinados pelo termo rural - espaço rural ou paisagem rural. - pois ambos tratam das representações das relações entre sociedade e seu meio. Esses conceitos de espaço e paisagem, por estarem associados às relações entre sociedade e seu meio, vemos na sua determinação pelo termo rural – espaço rural e paisagem rural – a especificidade de uma dada configuração territorial, de determinados processos sociais acontecendo ou já ocorridos numa sociedade específica. Passa-se, então, a examinar trabalhos cujo objeto de análise é o espaço rural, nos seus diferentes aspectos, tais como, sua conceitualização, sua história, sua descrição.

No artigo de Maria José Carneiro (1998), *Ruralidade: novas identidades em construção*, é analisada a transformação do espaço rural, face ao avanço tecnológico, decorrente da modernização operada no espaço urbano. A natureza dessa transformação seria a de homogeneização, acarretando o predomínio do urbano sobre o rural. Cada vez mais as especificidades do mundo rural, - “maior valorização da natureza”, “bens culturais e materiais diversos do da cidade”, “forte sentimento de pertencimento a uma localidade”, “simplificação das relações sociais”, “pequena rede de relações sociais”, “simplicidade da vida”,

“proximidade com a natureza” -, dão lugar a outro imaginário, o do turismo que tira proveito delas para explorar o espaço rural economicamente. A urbanização, modernização e industrialização, primeiramente realizadas no espaço urbano, são, por sua vez, recriadas no mundo rural de forma a adaptar o que já existia. Na verdade, essas especificidades não desaparecem, mas adaptam-se, modernizam-se também.

No artigo de Ricardo Abramovay (2000), *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*, analisa-se a adequabilidade dos critérios em voga para definir o espaço rural, no Brasil e no mundo, sobretudo, às que associam a um modo de vida onde prevalece a precariedade e carência. Com isso, objetiva pensar as consequências do avanço do progresso e da modernização tanto sobre o desenvolvimento social do meio rural quanto sobre as tradições histórico institucionais, sua ruralidade propriamente dita. Assim, Abramovay (2000), primeiramente, faz restrições aos critérios comumente usados para defini-lo: “delimitação administrativa”, “peso econômico na ocupação de mão de obra da agricultura”, “limite populacional (mil e 2500 habitantes)”. Segue propondo outros, tais como, “relação com a natureza”, “relativa dispersão populacional das localidades rurais e relação com as cidades”, sempre com o propósito de mostrar sua importância e significado nas sociedades contemporâneas.

A preocupação desses dois autores em redefinir o espaço rural procede da necessidade de entender uma realidade que vem adquirindo outros contornos. Tanto no trabalho de Carneiro (CARNEIRO, 1998) quanto no de Abramovay (ABRAMOVAY, 2000), nos critérios analisados, a relação com o espaço urbano, através de seu modelo de desenvolvimento, seu modo de vida, seu padrão de urbanização, continua a ser fundamental para definir o espaço rural. Disso decorre que, nesses critérios, essa relação com o urbano aparece de várias formas: em termos de concentração de objetos geográficos (natural ou artificial); em termos de atividades econômicas (setores primário, secundário e terciário); e em termos de visão do mundo, do estilo de vida (tradicional ou moderno). Nos tipos ideais, nos seus gradientes máximos, ao espaço rural, estariam associados uma maior concentração de objetos naturais, predominância do setor primário e modo de vida tradicional. Igualmente, ao espaço urbano, ficaria delegada maior concentração de objetos artificiais, predominância de setores secundário e terciário e modo de vida moderno. No entanto, o conceito de rural faz atestar níveis intermediários entre esses dois gradientes.

Nesse sentido, o modelo de análise do espaço rural, baseado na existência de relações entre rural e urbano, foi trabalhado nas obras de Maria Isaura de Queiroz, Raymond Williams

e Antonio Candido. Os dois primeiros tratam da história do espaço rural, Queiroz (1978), no Brasil, e Williams (1975), na Inglaterra. Candido (1987) fala do espaço rural, de um bairro rural, localizado no interior do Estado de São Paulo, sobretudo examinando o impacto nele produzido pelo desenvolvimento econômico.

Queiroz (1978), em *Cultura, sociedade rural e sociedade urbana*, busca entender os processos históricos nos quais o papel do espaço rural, na sua relação com o espaço urbano, foi se definindo como essencial na constituição da cultura brasileira. A história do espaço rural no Brasil é revelada, ao contrastar com outros processos históricos relativos à formação da sociedade brasileira como um todo, desde o período colonial até meados do século XX.

O texto de Queiroz (1978) está focado nos tipos de relação entre o rural e o urbano – de complementaridade desses espaços ou superioridade de um deles – os quais são reflexos das mudanças sociais. Assim, Queiroz (1978) associa praticamente todo o período de formação econômica da sociedade brasileira, baseada numa estrutura fundiária voltada para o desenvolvimento do setor primário de exportação, ao da supremacia do rural sobre o urbano. As fazendas, tanto de açúcar quanto de café, possuíam uma autonomia ímpar face ao papel acessório das cidades, que floresciam, sobretudo, durante as festividades religiosas.

A relação de complementaridade apenas se esboçara no período em que Brasil recebia influências culturais da Europa por intermédio da vida na Corte, no Rio de Janeiro. Era, então, a cidade um polo atrativo para a elite nacional que para lá afluía a fim de se aproximar desse novo padrão de cultura, baseado, sobretudo, nos bens de consumo europeus.

Depois da introdução das indústrias no Brasil, nos fins do século XIX, mudanças sociais resultantes da formação de novos grupos sociais se fizeram refletir na transformação da relação de complementaridade na de supremacia do urbano sobre o rural que se faz sentir até os dias de hoje.

Uma outra obra decisiva que trata da questão da história do espaço rural seria a de Raymond Williams (1975), *The Country and the City*, centrada nas transformações sociais no espaço rural inglês, com o advento do capitalismo. Transformações tais que o teriam distanciado da sua idade de ouro, do seu auge cultural com seu modo de vida, caracteristicamente tradicional, levando mesmo ao engolfamento pela modernidade. Dessa forma, Williams (1975) veemente advoga o contrário, ao mostrar que nos textos literários tanto a idade de ouro rural quanto o seu desaparecimento e sentimento de pesar são

representados. Ainda, apresenta as diferentes tradições rurais face às relações com as cidades, ao longo da história social e literária inglesa.

Assim, *The Country and the City*, nos instiga a refletir sobre a crise mundial decorrente dos desdobramentos sociais, econômicos, culturais e políticos do surgimento da sociedade industrial. A partir de um tom quase pessoal, não tão acadêmico, Williams nos envolve nessa gigantesca análise histórica e literária das imagens e ideias acerca de sua terra natal, Black Mountain Village e de seu país, a Inglaterra. Em um tom familiar, o autor nos mostra a sua casa, o seu entorno, as relações sociais no passado, presente e futuro. Portanto, estabelece a perspectiva de sua análise: neto de camponeses, criado no campo e educado na cidade, na universidade, transitando entre dois mundos (campo/cidade). Essa forma de olhar nos convida a ver o nosso próprio entorno, Brasil, e seus problemas de uma forma mais ativa, mais participativa, de modo a melhor compreendê-lo. Nesse sentido, os problemas mundiais nos concernem também.

O modelo para tal análise passa pela compreensão de dois conceitos, campo e cidade, pois em torno dessas palavras foram incorporadas imagens e associações que persistem ao longo do tempo. São, ora significados morais, ora físicos.

Quanto ao aspecto moral, ao campo e à cidade foram sendo associadas ideias tanto positivas quanto negativas. Ao campo, a ideia de um modo de vida natural de paz, inocência e virtude contrasta com a ideia de atraso, ignorância, limitação. À cidade, a ideia de um centro promissor de aprendizagem, comunicação, avanço contrasta com a de agitação, mundanismo, ambição desmesurada face à riqueza.

Quanto ao aspecto físico, ao campo foram associadas tribos, feudos, comuna rural, latifúndios, fazendas. À cidade, base administrativa, centro religioso, mercado, porto, quartéis, concentração industrial.

Tanto na análise histórica quanto na literária, campo e cidade são fundantes e estruturadores de diversos sentimentos. No contexto histórico, temos a Inglaterra da revolução industrial, do capitalismo agrário e consequente desaparecimento do campesinato tradicional, mas também as condições culturais, sociais e políticas que culminaram na formação do imperialismo britânico. Nesse contexto, vale destacar os grandes eventos formadores da história social da Inglaterra rural que pouco a pouco perde a primazia sobre a cidade. Com o capitalismo agrário, surge uma aristocracia rural, donos de terras e casas de campo lendárias e seus valores e hábitos de riqueza, mas também, com os cercamentos de terras, os

despossuídos pobres, com suas dores e perdas, mas dignos para lutar por seus direitos nos movimentos sociais posteriores. Nesse sentido, para Williams, na história, a experiência da mudança, implícita na instauração de um novo modo de produção, o capitalismo, e sua consequente nova ordem social, suscita reações as mais diversas. Desta forma, o sentimento mais comum, que expressa essa mudança parece ser o de desordem, de desastre social.

Passando ao contexto literário, por sua vez misturado ao histórico Raymond Williams faz uma seleção de textos em poesia e prosa de autores ingleses do século XVII ao XX, procurando salientar, quanto às imagens e ideias sobre cidade e campo, a existência de uma conexão com os fatos históricos, marcados pela experiência da mudança. Observa-se, pois, a recorrência, no mundo literário, de um processo idealizador do momento histórico. A persistência com que, em várias épocas, traduz-se a experiência da mudança, da perda e da dor, em termos das imagens de um passado feliz, do mito de Éden, é notória. Seria um modo alienado de ver a realidade histórica, não expressando os reais conflitos e a riqueza da experiência da mudança. Dessa forma, a análise literária de Williams passa pela maneira com que um certo autor se coloca diante dos fatos históricos, das mudanças. Portanto, a genialidade de um autor está em perceber os conflitos subjacentes nas relações sociais de sua época.

Na literatura rural inglesa, as tensões geradas pelas diferenças sociais entre senhores de terra e os verdadeiros produtores da riqueza no campo, os lavradores, são temas privilegiados para análise. Na literatura urbana, a cidade é vista como forma de sociedade, levando-se em conta o aumento populacional, a alteração da paisagem, a expansão explosiva da cidade, a experiência democrática e industrial do século XIX, o antiurbanismo romântico, a persistência de uma imagem do inumano e monstruoso. Nessa análise, vale destacar a genialidade de dois autores: Thomas Hardy e Charles Dickens.

Thomas Hardy, em seus romances, explorou os conflitos gerados pela experiência da mudança: tradição/educação, trabalho/ideias, industrialização monstruosa/humanidade rural. Nesse sentido, a perspectiva adotada por Williams, a de privilegiar o campo, aproxima-se muito da de Hardy, que expõe os conflitos da experiência da mudança a partir do campo. Williams encontra entre os autores analisados os elementos identificadores da sua própria realidade, vivendo entre dois mundos, campo e cidade, que se contrapõem, mantendo relações de poder e domínio. Para Williams, o campo não está em vias de desaparecer, mesmo se a produção agrícola na Inglaterra vem diminuindo paulatinamente, pois não é apenas a

atividade agrícola o único critério definidor de campo, mas consistente com uma trama de relações histórico-institucionais, sociais, expressando uma dada vida comunitária.

Em Charles Dickens, a sua visão de Londres, nas descrições animadas, humanizadas da cidade, revela todo o poder de dramatização do mundo social e moral em termos físicos. O mundo físico não se encontra jamais desconectado do homem. A sua experiência da mudança, minimizando a ideia da cidade como um monstro, transforma a cidade ao mesmo tempo em um fato social e numa paisagem humana.

No trabalho de Antonio Candido, *Os parceiros do Rio Bonito*, o espaço rural vem problematizado com a questão da identidade nacional. Na pesquisa realizada num bairro rural do interior paulista, Bofete, denominação posterior da cidade Rio Bonito, Candido (1987), constrói a figura do caipira paulista, seu lugar e seu papel dentro da sociedade nacional.

Percebe-se, então, que esse caipira, através da análise do seu passado, dos “seus tempos antigos” (CANDIDO, 1987), do seu modo de vida, faz, de fato, parte da brasilidade. Carrega consigo características comuns aos que se fixaram em diferentes partes do Brasil. Antes da análise de Candido (1987), esse caipira é um “outro” como tantos que fizeram parte da formação cultural e étnica do Brasil. Depois de sua análise, torna-se um “semelhante” no qual é possível reconhecerem características similares, no tocante à alimentação, aos valores tanto às dos habitantes da capital paulista quanto às da sociedade nacional.

Nesse sentido, o trabalho de Candido (1987) faz ver esse “outro” como um “semelhante” que já se encontraria integrado no dia a dia da sociedade nacional através do processo comum de formação dos seus vários segmentos sociais.

1.2 Representações literárias da vida social

Primeiramente, para precisarmos a natureza conceitual dos textos narrativos, discutimos, a seguir, a questão da função da literatura de acordo com os preceitos da Teoria Literária e a classificação dessa produção artística.

Vitor Manuel Aguiar e Silva (1976) apresenta uma “evolução semântica do vocábulo ‘literatura’ até ao limiar do romantismo”, mas que “prosseguiu ao longo dos séculos XIX e XX”, da qual destacamos seguintes acepções dessa palavra – “conjunto da produção literária de uma época, [...] ou de uma região” (ex. literatura do século XVIII, literatura vitoriana, literatura do norte, literatura do sul, etc); “conjunto de obras que se particularizam e ganham feição especial quer pela sua origem, quer pela sua temática ou pela sua intenção” (ex.

literatura feminina, literatura de terror, literatura revolucionária, literatura de evasão, etc); “ ‘literatura’ pode significar ainda conhecimento organizado do fenômeno literário. Trata-se de um sentido caracteristicamente universitário da palavra e manifesta-se em expressões como literatura comparada, literatura geral, etc.” (AGUIAR e SILVA, 1976, p.24) No entanto, segundo Vitor Manuel Aguiar e Silva, a história dessa evolução semântica revela a “dificuldade de estabelecer um conceito incontroverso de literatura” (AGUIAR e SILVA, 1976, p.24) e prossegue, realçando seu sentido essencial – “ ‘literatura’ como atividade estética, e, conseqüentemente, como os produtos, as obras daí resultantes.” (AGUIAR e SILVA, 1976, p.24).

Em seguida, Vitor Manuel Aguiar e Silva passa a examinar as diferentes funções da literatura. Até meados do século XVIII, prevalecia a finalidade hedonista ou uma finalidade pedagógico-moralista, com fortes motivações morais e intenções utilitárias subalternizando a obra poética e se contrapondo às doutrinas da arte pela arte. Para a finalidade de evasão, Aguiar e Silva dá o sentido da palavra evasão:

“[...] a evasão significa sempre a fuga do eu a determinadas condições da vida e do mundo, de um mundo imaginário, diverso daquele de que se foge, e que funciona como sedativo, como ideal de compensação, como objetivação de sonhos e de aspirações. A evasão, como fenômeno literário, é verificável quer no escritor quer no leitor.” (AGUIAR e SILVA, 1976, p.100).

Na estética platônica, Aguiar e Silva aponta o problema da literatura como conhecimento, pois segundo Platão:

[...] a imitação poética não constitui um processo revelador da verdade, assim se opondo à filosofia que, partindo das coisas e dos seres, ascende à consideração das Ideias, realidade última e fundamental; a poesia, com efeito, limita-se a fornecer uma cópia, uma imitação das coisas e dos seres que, por sua vez, são uma mera imagem (phantasma) das Ideias. Quer dizer, por conseguinte, que a poesia é uma imitação de imitações e criadoras de vãs aparências¹. (AGUIAR e SILVA, 1976, p.107).

Este mesmo problema, o do conhecimento, em Aristóteles, é de suma importância, pois:

[...] na *Poética* claramente se afirma que “a Poesia é mais filosófica e mais elevada do que a História, pois a Poesia conta de preferência o geral e, a História, o particular”². Por conseguinte, enquanto Platão condena a mimese poética como meio inadequado de alcançar a verdade, Aristóteles considera-a como instrumento válido sob o ponto de vista gnosiológico: o poeta, diferentemente do historiador, não representa fatos ou situações particulares; o poeta cria um mundo coerente em que os acontecimentos são representados na sua universalidade, segundo a lei da

¹ Platão, República, 597 d-e. (Nota do autor).

² Aristóteles, poética. (Nota do autor).

probabilidade ou da necessidade, assim esclarecendo a natureza profana da ação humana e dos seus móveis. (AGUIAR e SILVA, 1976, p. 107).

A partir do romantismo, o problema da literatura como conhecimento é, então, retomado:

Na estética romântica, a poesia é concebida como a única via de conhecimento da realidade profunda do ser, pois o universo aparece povoado de coisas e de formas que, aparentemente inertes e desprovidas de significado, constituem a presença simbólica de uma realidade misteriosa e invisível. O mundo é um gigantesco poema, uma vasta rede de hieróglifos, e o poeta decifra este enigma, penetra na realidade invisível e, através da palavra simbólica, revela a face oculta das coisas. (AGUIAR e SILVA, 1976, p.107).

Ainda segundo Aguiar e Silva, contemporaneamente, essa questão vem sendo debatida por Ernest Cassirer e Susanne Langer, representantes da chamada estética simbólica ou semântica, na qual:

[...] a literatura, longe de constituir uma diversão ou atividade lúdica, representa a revelação, através das formas simbólicas da linguagem, das infinitas potencialidades obscuramente pressentidas na alma do homem. Cassirer afirma que a poesia é “a revelação da nossa vida pessoal” e que toda a arte proporciona um conhecimento da vida interior, contraposto ao conhecimento da vida exterior oferecido pela ciência, e Susanne Langer igualmente considera a literatura como revelação “do caráter da subjetividade”, opondo o modo *discursivo*, próprio do conhecimento científico, ao modo *apresentativo*, próprio do conhecimento proporcionado pela arte. (AGUIAR e SILVA, 1976, p.108).

No entanto, outros estetas e críticos advogam a ruptura entre literatura e atividade cognoscitiva, pois estes consideram que a “literatura, com efeito, não é uma filosofia disfarçada, nem o conhecimento que transmite se identifica com conceitos abstratos ou princípios científicos.” (AGUIAR e SILVA, 1976, p.109). Contudo, Aguiar e Silva alerta para as consequências dessa ruptura:

Todavia, a ruptura total entre literatura e atividade cognoscitiva representa uma inaceitável mutilação do fenômeno literário, pois toda a obra literária autêntica traduz uma experiência humana e diz algo acerca do homem e do mundo. “Objetivação, de caráter qualitativo, do espírito do homem”³, a literatura exprime sempre determinados valores, dá forma a uma cosmovisão, revela almas – em suma, constitui um conhecimento. Mesmo quando se transforma em jogo e se degrada em fator de entretenimento, a literatura conserva ainda a sua capacidade cognoscitiva, pois reflete a estrutura do universo em que se situam os que assim a cultivam. Longe de ser um divertimento de diletantes, a literatura afirma-se como meio privilegiado de exploração e de conhecimento da realidade interior, do eu profundo que as convenções sociais, os hábitos e as exigências pragmáticas mascaram continuamente: “A arte digna deste nome – escreve Marcel Proust – deve exprimir a nossa essência subjetiva e incomunicável. [...] O que não tivemos que decifrar, esclarecer através do nosso esforço pessoal, o que era claro antes de nós, não nos

³ Wilbur Marshall Urban, *Language y realidad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1952, pp. 394-395. (Nota do autor)

pertence. Não vem de nós próprios senão o que arrancamos da obscuridade que está em nós e que os outros não conhecem.”⁴. (AGUIAR e SILVA, 1976, p.9).

Através da análise histórica das funções da literatura de Vitor Manuel Aguiar e Silva, depreendemos que a experiência humana no mundo vem sendo expressa numa grande massa de conhecimento literário. Assim, segundo Aguiar e Silva (1976), no Ocidente, desde Platão, Aristóteles e Horácio até o século XX, esse conhecimento tem sido classificado em gêneros literários. Desta forma, não nos delongamos na discussão da concepção clássica de gênero. No entanto, citamos, a esse respeito, Aguiar e Silva (1976), que faz considerações sobre Emil Staiger:

Retomando a tradicional tripartição de lírica, épica e drama, reformulou-a profundamente, substituindo estas formas substantivas pelos conceitos estilísticos de lírico, épico e dramático. O que permite fundamentar a existência destes conceitos básicos da poética? A própria realidade do ser humano, pois “os conceitos do lírico, do épico e do dramático são termos da ciência literária para representar possibilidades fundamentais da existência humana em geral; e existe uma lírica, uma épica e uma dramática porque as esferas do emocional, do intuitivo e do lógico constituem finalmente a própria essência do homem, tanto na sua unidade como na sua sucessão, tal como aparecem refletidas na infância, na juventude e na maturidade”. (AGUIAR e SILVA, 1976, p.225).

Segundo Furtado (2012), a variante do gênero épico, “o narrativo, consiste em narrar um fato ou uma história de ficção [... , cujos elementos são] o narrador, o tempo, o lugar, o enredo ou situação e as personagens”. Conforme os estilos de escrita, o gênero narrativo se caracteriza como “romance, fábula, epopeia ou épico, conto, crônica, novela e ensaio”.

Vale ressaltar que, na presente tese, as obras literárias analisadas ou referenciadas fazem parte desse gênero narrativo, quais sejam, romance, conto e ensaio. Passamos, então, a analisar, em linhas gerais, o primeiro desses gêneros narrativos, o romance, um fenômeno literário e editorial europeu, cuja influência continua presente ainda hoje, desde sua criação no século XVII. De mais a mais, consideramos no tocante ao romance, as reflexões de Aguiar e Silva (1976) sobre Lukács:

Lukács revelou sempre ao longo da sua obra um profundo interesse pelo problema dos gêneros literários. Já na sua juvenil Teoria do romance, redigida entre 1914-1915, abundam as observações acerca dos elementos que permitem distinguir a narrativa e a lírica, a narrativa e o drama, o romance e a epopeia. Estas reflexões juvenis, inspiradas na estética hegeliana, ganharam corpo e densidade na obra

⁴ Marcel Proust, *A la recherche du temps perdu*, Paris, Gallimard, (Bibliothèque de la Pléiade), 1956, t. III, p.885. Sobre a finalidade cognitiva atribuída por Marcel Proust à arte, v. Henri Bonnet, *L'eudémonisme esthétique* de Proust, Paris, Vrin, 1949, e Jacques J. Zéphir, *La personnalité humaine dans l'oeuvre de Marcel Proust*, Paris, Minard, 1959, pp. 240. (Nota do autor)

intitulada *O romance histórico*, onde se encontra uma pormenorizada diferenciação entre o romance e o drama. O que permite, segundo Lukács, distinguir estes dois gêneros literários? Fundamentalmente, essa diferenciação repousa no fato de o romance e o drama corresponderem a visões diferentes da realidade, o que implica necessariamente diversidade de conteúdo e de forma. Por outro lado, impõe-se tomar em conta fatores de ordem sociológica ou sociocultural: a natureza do público a que se destina o romance e o drama, bem como a estrutura da sociedade em que os gêneros literários são criados e/ou cultivados. Efetivamente, como acentua Lukács nas páginas que na sua *Estética* consagrou ao problema da continuidade e da descontinuidade da esfera estética, a determinação histórico-social “é tão intensa que pode levar a extinção de determinados gêneros (a épica clássica) ou ao nascimento de outros novos (o romance)”. (AGUIAR e SILVA, 1976, p.226).

O pensamento de Lukács é fundamental no sentido de revelar a origem social específica de cada gênero literário. Assim, a diversidade do conteúdo e da forma literária está associada a diferentes visões da realidade, a diferentes visões do mundo, a diferentes maneiras de pensar e agir. Ao se estudar o romance, estaremos visualizando as características estruturais de uma dada formação social que deu origem a ele e que o difundiu. Na presente tese, porém, preocupamo-nos, sobretudo, com as características estruturais da formação social representada no romance e não com a questão da sua origem ou da sua difusão.

De fato, ainda hoje o romance, renovado e repensado quanto ao seu conteúdo e forma, é, antes de tudo, uma boa maneira de contar histórias. Milhões de leitores são engolfados pelo enredo, sentem compaixão ou repúdio pelos personagens, viajam no tempo e no espaço. A estrutura do romance permite essa profundidade de sensações e sentimentos, criando mimesis repleta de nuances e detalhes da vida social, por isso quando acaba o livro, o “desapegar” desse mundo criado é doloroso. Nesse sentido, os romances apresentam, idealmente, com mais profundidade tanto as visões da sociedade e seus vários segmentos, quanto as do meio em que vivem.

A importância do romance como um veículo ideal, dadas as suas potencialidades miméticas da realidade, para transmitir a complexidade da experiência humana no mundo é também explorado em *Tese e antítese* de Antonio Candido (1978), analisando alguns dos maiores romances e autores da literatura mundial, como Alexandre Dumas, Eça de Queirós, Joseph Conrad, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Stendhal.

Outro trabalho de crítica literária é o de Marlise Meyer, com a sua obra *Caminhos do imaginário no Brasil*. Refletindo sobre as influências da produção literária europeia (sobretudo dos romances europeus) sobre a formação da cultura brasileira, Meyer realiza uma investigação importante envolvendo diversas disciplinas, como história, sociologia,

antropologia, etc. A sua trajetória de vida revela essa aproximação com o mundo dos sentidos e sua representação:

Isto explicaria talvez o que vem sendo a constante de meu trabalho, que acaba sendo o lugar comum do trabalho com culturas de origem e formação colonial. Desde as primeiras pesquisas em que procuro, nos nichos jornalísticos (anúncios e textos), os primeiros passos da balbuciente ficção nacional, venho registrando as relações genéticas, propulsoras, com as referências culturais de outras plagas, e a incorporação diferenciada desse referencial de fora para a constituição do que viria (está vindo) a ser uma maneira outra de ser cultura. No jornal e no livro, no romance “culto” e no cordel, nos folguedos populares e nos antigos-novos cultos religiosos, reencontrar o antigo e o outro, reimaginado, reorganizado, ao léu de uma memória repetitiva e fragmentada, uma nova maneira de reutilizar, reinventar, resignificar discursos e práticas. Um potencial imaginativo, misto de permanência e invenção, que sempre provoca e renova meu espanto. A perplexidade cultural... (MEYER, 1993, p.14).

Quanto ao gênero narrativo conto, sabe-se que existiu desde a Antiguidade. A sua curta extensão em relação ao do romance permite dar *flashes* da vida social, embora apresente estruturalmente todos os componentes do romance, tais como narrador, personagem, espaço, tempo, etc.

O ensaio literário é um texto argumentativo, uma forma reflexiva de narrar uma experiência, abordando um determinado tema da vida social. O termo vem do francês *essai*, divulgado assim desde os tempos de Montaigne. Através da estrutura do ensaio, o autor de um romance pode mesclar ao enredo seu ponto de vista mais distintamente. Assim, em Eliot (2005), vemos um discurso sobre a beleza se misturando ao enredo. É nesse sentido, também, que consideramos os poemas em prosa de Baudelaire (1967), breves ensaios literários, como textos narrativos que expõem, criticamente, determinado modo de agir e pensar.

Igualmente, seria conveniente falar da importância do ponto de vista do narrador/autor, no sentido de perceber a sua origem social ou, ainda, a quem grupo social ele se dirige, de forma a analisar o tipo de envolvimento com os diferentes grupos sociais..

1.3 Interpretação das representações

Nesta última seção, retomamos a questão da interpretação das representações de um modo geral e, mais especificamente, o que foi considerado o objetivo principal da tese: análise das representações do espaço rural nos textos narrativos do século XIX e XX.

Vale, então, pensar como essas representações tornaram-se objeto do conhecimento das Ciências Sociais em geral. Observaríamos que existiria uma certa “divisão” das representações, conforme se priorize o papel da sociedade sobre o meio ou do meio sobre a sociedade ou ainda, a ênfase nos processos que o transformam. Assim, Hoefle (HOEFLE,

2007), abordando o tema das convergências e divergências teóricas entre Geografia e Antropologia, no que concerne ambiente e cultura, coloca essa discussão num contexto mais amplo da “divisão” das representações coletivas entre as disciplinas das Ciências Sociais, conforme “combinações específicas de elementos dos três escopos epistemológicos – espacial, cultural e temporal“ (HOEFLE, 2007, p.7).

Dada essa “divisão” e "apropriação” das representações como objeto do conhecimento pelas disciplinas das Ciências Sociais, examinamos brevemente como certos autores, estabelecendo diretrizes, conforme suas linhas teóricas, pensam a questão da objetivação e interpretação dos fatos sociais.

Assim sendo, retomemos aquilo que foi considerado primordial no estudo dos fatos sociais por Clifford Geertz (GEERTZ, 1989) em seu livro *Interpretação das Culturas*. Para estudarmos os fatos sociais, deve-se antes de mais nada levar em consideração a capacidade humana de produzir infinitos significados e símbolos, socialmente compartilhados. Essa profusão de representações e seu estudo têm sido alvo das Ciências Sociais em geral. O sentido primeiro de tal estudo estaria na sua objetivação para, então, proceder a uma sistematização delas pela interpretação. No entanto, dada a natureza abstrata e simbólica das representações, a percepção, a apreensão (realizadas tanto pelo estudioso ou não) e a objetivação (feita, sobretudo, pelo estudioso, conforme métodos apropriados) de seus significados implicam num esforço contínuo de interpretação desse emaranhado de símbolos e seus sentidos. Nesse sentido, a vida social só se processa na medida em que interpretamos o conteúdo simbólico e social desse emaranhado, vivenciado nas várias situações cotidianas.

Dessa forma, Geertz (1989, p.15) mostra que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Dada essa “teia de significados” na qual a vida social acontece, até os menores gestos, como uma piscadela, pode ter significados diversos, conforme a situação em que ela ocorre (o do flerte, o da cumplicidade, etc.), cabendo aos que nela interagem interpretar o sentido desse gesto. Assim, além de contarmos com uma infinidade de gestos e seus significados que caracterizam a teia particular de uma dada cultura, temos também outros tantos tipos de gestos acontecendo em muitas outras culturas.

Não seria possível falar de Geertz (1989) sem fazer referência à abordagem antropológica a que pertenceu esse autor. Classicamente, a Sociologia antecipou a problematização dos fatos sociais como objeto do conhecimento, ganhando autonomia como disciplina científica, nos fins do século XIX.

A Antropologia já teria surgido com esse legado pronto e deixado pela Sociologia. Diferentemente da sua disciplina irmã que aperfeiçoava os métodos de objetivação dos fatos sociais nos limites das sociedades europeias, a Antropologia, criada no âmbito do neocolonialismo europeu, desenvolveu um método próprio para pensar a profusão e a diversidade das representações nas diferentes culturas, sobretudo nas sociedades não europeias.

Se a Sociologia obtém a apreensão do significado dos fatos sociais nos diversos segmentos de uma sociedade, a Antropologia apreende esse significado nos diversos segmentos de diferentes sociedades. Ela opera com uma variância infinitamente maior dos fatos sociais que a abordagem sociológica.

No livro *Cultura popular na Idade Moderna* de Peter Burke (2010), os fatos históricos são também tratados como representações. Nesse sentido, Burke, dentro da abordagem histórica as considera na sua diacronia, explicitando o contexto em que significados e símbolos ora se originaram ora representaram a sociedade e seu meio.

De fato, Burke (2010) mostra a emergência da cultura popular como sendo no final do século XVIII e início do século XIX, quando “o “povo” (o *folk*) se converteu num tema de interesse para os intelectuais europeus.” (2010, p.26). Burke analisa a cultura popular do início da Idade Moderna, na Europa, que passa a:

[...] incluir construções culturais tais como as categorias de doença, sujeira, gênero ou política [...] práticas, atitudes, formas de comportamentos culturalmente estereotipadas, tais como festas ou violência [...] objetos (principalmente imagens, material impresso e casas) e atividades (especialmente canto, dança, representação teatral e participação em rituais) (BURKE, 2010, p.23).

A partir dessa pequena análise acerca do modo como a Sociologia e a Antropologia, aquela precedendo esta, se definiram como disciplinas que passaram a interpretar e a entender o processo simbólico através do qual a vida social acontece. Dado que essas disciplinas se encarregam de pensar essas representações e seus significados no que tange a vida social, observando-as nas situações em que elas se manifestam, como podemos interpretar essas mesmas representações, agora fazendo parte do conteúdo dos textos narrativos?

Ora, para responder a essa questão, é preciso refletir sobre os diversos momentos interpretativos: o do escritor, enquanto fazendo parte de uma dada cultura, conta com sua genialidade, seu estilo próprio para criar o contexto e nele fazer manifestar essas representações, o do leitor que capta tanto os sentidos almejados pelo escritor quanto outros

não pretendidos por ele. Nesse sentido, o objetivo da Crítica Literária consiste em interpretar levando em conta esses dois aspectos e ainda produzir outros significados num texto crítico.

Portanto, primeiramente, na pesquisa das representações do espaço rural nos textos narrativos, levando-se em conta esses dois aspectos, sua interpretação deve ser feita ao mesmo tempo como simples leitores e críticos especializados no sentido de objetivá-las, como pesquisador.

Dessa maneira, passamos a refletir sobre trabalhos que, ora colocam em discussão os modos de objetivar e interpretar as representações do espaço, ora contextualizam essas representações numa dada sociedade e época. Assim, colocamos o artigo de Raymond E. Pahl, de Marc Brosseau e de Milton Santos na primeira categoria. Na segunda categoria, os livros de Armand Frémont e de David Harvey.

O artigo de Pahl (1967), do final dos anos sessenta, é um marco, por falar de um período de transição dentro da Geografia no qual se intensificou a problematização do estudo dos fatos sociais e sua devida interpretação. Com uma sólida formação na Sociologia Urbana, o cientista social britânico, Raymond E. Pahl, aborda o tema da cidade. Nesse artigo, *Sociological models in Geography*, enfatiza que espaço é um fato social cuja natureza, simbólica e coletiva, deixou de ser priorizada como tal em alguns trabalhos geográficos de sua época (voltados demasiadamente a uma abordagem econômica). Propõe, então, repensar espaço e suas representações em conformidade com os cânones das Ciências Humanas em geral, sobretudo, com os modelos sociológicos de objetivação e interpretação dos fatos sociais. Dessa forma, reintegra a questão da influência mútua entre a sociedade e seu meio. Contudo, Pahl considera fundamental essa influência, expressa nas representações do espaço, que por sua vez são vivenciadas pelo indivíduo socialmente, através de suas ações.

Milton Santos (1977), ao citar Raymond E. Pahl, em seu artigo, *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método*, propõe também pensar a vida social considerando a mútua relação entre sociedade e meio, acontecendo num dado momento histórico. Igualmente, fala da importância de considerar os processos históricos, as formações econômicas e sociais, integrantes dessa vida. Faz um contraponto às produções geográficas que priorizavam as formas (objetos geográficos naturais e artificiais) em detrimento dos processos, responsáveis pela sua transformação. Assim tanto Pahl (1967) como Santos (1977), discutem a maneira como o espaço e suas representações devem ser interpretadas.

Marc Brosseau discute a possibilidade de extrair essas representações dos romances pelos geógrafos e resignificá-las. Brosseau (2007) em *O romance: outro sujeito para a geografia*, enfatiza os diferentes sentidos com que a geografia tem abordado a literatura: o humanista (predominante), o histórico, o da crítica social e, finalmente o menos utilizado, o da linguística, o do discurso. Assim, destaca a importância de se estudar esse último sentido:

Não é essa carência relativa que me motiva nesta direção. Não obstante, creio que esse caminho deve ser desenvolvido na medida em que pode gerar novas reflexões sobre o pensamento referente ao espaço e ao lugar e, ao mesmo tempo, levar a repensar nossa própria relação com a escritura e com os recursos da linguagem para explicá-la. (BROSSEAU, 2007, p.79).

Procurando estabelecer uma relação dialógica entre geografia e literatura, Brosseau escolhe o romance que, enquanto escritura, possui uma especificidade e um caráter distinto das ciências humanas:

A especificidade desse modo de expressão em relação àquele das ciências humanas deve ser plenamente assumida, se buscamos compreender melhor aquilo que o romance pode nos ensinar de novo ou de diferente sobre a escritura dos lugares. Entretanto, esse ganho cognitivo – Bachelard (1957) falaria em termos de ganho fenomenológico – não é obtido pela simples transferência de um domínio para outro, por uma tradução daquilo que um exprime para a linguagem do outro. Geografia e literatura não são vasos comunicantes. (BROSSEAU, 2007, p.80).

Privilegia a relação dialógica estabelecida por Bakhtin, depois retomada por Todorov, “onde nenhuma das duas identidades é afirmada (não há integração nem identificação), onde o conhecimento toma a forma de um diálogo com um ‘tu’ igual ao ‘eu’ e, portanto, diferente dele.” (BROSSEAU, 2007, p.82).

Nesse sentido, o alcance da relação dialógica, para Brosseau, seria o de romper com a miragem positivista, qual seja, a de produzir uma metalinguagem para a transferência de um ao outro, através da pura objetivação, da perda da condição de sujeito, permitindo a comunicação entre dois domínios diferentes. Para Brosseau: “O diálogo não é senão outra estratégia que permite que o geógrafo entre em contato com o romance, interrogando sua própria relação com a linguagem e a escritura graças a um encontro com esse outro, sem procurar assimilá-lo.” (BROSSEAU, 2007, p.90)

Através do dialogismo, o pensamento sobre o lugar, ou seja, o espaço romanescos, compreendido no interior do romance em seu conjunto, faz derivar uma distinção importante entre utilização e interpretação do texto:

Poderíamos dizer que se trata de interpretação *stricto sensu* quando aquele que comenta limita-se a procurar entender o texto nele mesmo, a focalizar aquilo que o texto pode querer dizer. Essa utilização, correta ou não, legítima ou não, procura arrancar do texto uma informação a respeito de alguma coisa que lhe é exterior (elementos da vida do autor, do contexto histórico, dos debates ideológicos, etc.). Ora, mesmo se me restrinjo à leitura do texto, sem procurar fazer com que o contexto intervenha ou sem retirar ensinamentos sobre ele, isso não evita que eu

force um pouco o diálogo no sentido em que me for mais “útil”. Procurando constantemente reintroduzir a troca sobre a questão do espaço, forço um pouco o texto a falar do espaço. Além disso, não busco aperfeiçoar de imediato sua compreensão com um saber geográfico – embora isso me deixasse feliz –, mas enriquecer o nosso próprio conhecimento graças ao diálogo. Logo, em um certo sentido, também utilizo o romance para compreender melhor nossa própria relação com a escritura do espaço. (BROSSEAU, 2007, p.92).

Outro geógrafo a analisar representações literárias foi David Harvey em *Paris, capital of modernity*, que examinou as consequências da modernidade de Paris no pensamento contemporâneo, buscando fontes documentais de autores como Flaubert, Balzac, Baudelaire. Para cada autor, assim analisado por Harvey, temos um diferente aspecto dessa modernidade. Através de Flaubert, temos a cidade de Paris, novamente em erupção com os acontecimentos de 1848. Com Balzac, vemos os burgueses prósperos, imprimindo seu novo estilo de vida. Com Baudelaire, tem-se a indelével percepção de Paris, num *frenesi* total, tomada pela modernização. Nos textos literários, Harvey encontra representado esse *frenesi* que está por todo Paris, sobretudo na reconstrução moderna de Paris, baseada na busca do novo.

Armand Frémont, em *France, géographie d'une société* incorpora a estrutura do romance literário, dando voz a personagens de romances ou criando-as, para mostrar diferentes estilos de vida nas comunas francesas. A sociedade francesa está expressa na divisão administrativa em regiões, em departamentos e comunas.

Ao escolher os textos narrativos como material de análise e, através de seus personagens e paisagens, procuramos trilhar o caminho de aproximação entre narrativa literária e geografia utilizando diferentes contextos históricos.

Ao citar Mallarmé, MONTEIRO (1998) escreve:

“Rien n’aura eu lieu que le lieu”. nos disse o poeta Mallarmé. Em verdade toda uma trama, um enredo que se desenrola sobre uma cena, tudo que é narrado num romance, acontece (.tem lugar.) num continuum espacial mais ou menos definido e a participação do leitor . que não é totalmente passiva como na leitura jornalística - tende a identificá-la a uma realidade concreta, ou seja “geográfica”. Mas, em tanto que criação artística, ficcional, haverá, forçosamente, um espaço artístico que não pode ser reduzido aos limites estreitos de uma paisagem real.(MONTEIRO; 1998:27/28).

ⁱ The Los Angeles metropolis is frequently cited as the locus classicus of an increasingly global popular culture. Not only is this true in the obvious case of “Hollywood” with its constellation of cultural phenomena – movies, television and popular music, celebrity journalism, street fashion, colloquial speech – but of the city’s diverse ethnic groups, languages and lifestyles, its cultural politics, its cult of the automobile, its suburban “edge cities”, and its residential morphology: in short, its landscape. (COSGROVE, 2006, p. 51).

2 Literatura Rural Francesa

Neste capítulo, analisamos a maneira pela qual o Midi (França Meridional), o Berry (antiga província [*ancienne province*], atual região *Centre*) e a Normandia (atualmente dividida em Alta Normandia e Baixa Normandia), respectivamente localizados ao sul, ao centro e a noroeste da França, representados nos romances e contos franceses e repositórios de um viver rural, se relacionam com a capital francesa, Paris. Esses territórios foram, primeiramente, alvos da centralização em torno de Paris, depois da revolução francesa, e, a partir da segunda metade do século XX, da descentralização. Igualmente, consideramos que no processo de centralização acabaram por se resguardar ainda mais a identidade desses territórios e no de descentralização, através da regionalização, essas identidades chegaram fortes, intactas, com autonomia para pleitearem um lugar para suas culturas e línguas, embora rotuladas de regionais, face à hegemonia do franciano, o francês de Paris.

É neste contexto que examinamos autores e obras de Alphonse Daudet (1980; 1986) – *Lettres de mon moulin* e *Tartarin de Tarascon*, de Georges Sand (1995) – *La mare au diable*, de Guy de Maupassant (1974) – *Contes et nouvelles*, e de Charles Baudelaire (1967) – *Petits poèmes en prose (Le spleen de Paris)*.

2.1 Obras e autores franceses

Alphonse Daudet

Segundo Carole Garcia (2002):

[...] o Midi, Sul da França ou Provença está associado ao Daudet, escritor francês, nascido em Nîmes em 1840 e falecido em Paris, no ano de 1897. Os elementos autobiográficos da difícil experiência profissional, como inspetor de alunos, numa escola de Nîmes, vão constituir seu primeiro romance *Le Petit Chose* de 1868.

Em Paris, leva uma vida de *out-sider*, mas continua escrevendo contos e crônicas. Em 1864, Daudet passa o verão em Fontvieille, perto de Arles, reunindo crônicas provençais, anotações e impressões que, mais tarde em 1869, se tornarão *Lettres de mon moulin*.

Após deixar Paris em 1871, Daudet torna-se romancista de costumes, adquirindo um tom mais realista para retratar os marginais, os políticos, os poderosos, os fanáticos religiosos, os acadêmicos. Apesar de uma doença incurável, Daudet continua a publicar até 1895⁵.

⁵ Minha tradução.

Lettres de mon moulin,

Alphonse Daudet

É uma coletânea de contos. Entre tantos outros, o conto "La mule du pape" reflete acerca da origem de um dito popular de Provença. Poderíamos considerá-los contos regionalistas, na medida em que narram as experiências de vida longe de Paris.⁶

Através da sua biografia, vemos que Daudet (1980; 2006) não era um mero observador dos costumes do Midi. Houve um verdadeiro envolvimento com o mundo provençal, sua língua, *occitan* ou *langue d'oc*, de tal maneira que participou ativamente na construção da identidade cultural mediterrânea. Na sua obra, tanto os termos quanto os costumes provençais são transcritos e descritos. Tampouco estava alheio à soberania de Paris, pois passou longos anos lá, mas como um boêmio. As duas vivências, urbana, na parte setentrional (nas terras da *langue d'oïl*), e, rural, na meridional, permitiram ao Daudet experienciar duas dualidades que expressavam a vida social francesa na segunda metade do século XIX em muitos aspectos: Paris/*province* e *Pays d'oïl/Pays d'oc*. A primeira resultou do processo de centralização em torno de Paris, realizada pelos ativistas da revolução francesa, com o propósito de unificar o território nacional. A segunda está ligada, sobretudo, à história da supremacia de um dos representantes da *langue d'oïl* (do norte da França), o franciano, sobre as demais da *langue d'oc* (do sul da França).

Selecionamos três contos dessa coletânea nos quais o narrador, instalado num velho moinho, toma ciência das histórias, costumes e gentes do Midi. Pode-se observar que aos ares ensolarados e luminosos do sul estão associados um jeito de ser alegre, jocoso, generoso e terno dos provençais. Observa-se, também, que os camponeses, bastante autônomos, têm preocupações ordinárias, relativas à terra, à família, sem que lhes pesem os conflitos com o poder local.

No conto, *La mule du pape*, o narrador reflete sobre a origem de um provérbioⁱⁱ provençal, usado para se referir a um homem rancoroso ou vingativo: "Toma cuidado! Esse sujeito... é como a mula do papa, que, ainda, se lembra de dar coice, sete anos depois." (DAUDET, 1980, p. 69).

⁶ Os resumos das obras analisadas nessa tese, apresentadas nos quadros, são de minha autoria.

Diante desse provérbio, o narrador procura as origens desse dito popular, que se encontra no tempo em que os papas moravam em Avignon. Em particular, é a história do termo papa Bonifácio, que tinha duas paixões, a vinha e a sua mula. Aos domingos, era só vê-lo, sorridente, montado na sua mula, passear na sua vinha, e compartilhar o bom vinho com o garboso animal. Até então, a mula papal não conhecia infortúnios, mas com Tistet Védène, um rapazote, pregador de peças, sua vida de tranquilidade se transforma. Finalmente, depois de aguardar sete anos, a mula papal consegue se vingar de Tistet Védène, com um coice colossal.

Em outro conto, *L'Arlésienne*, o narrador se inquieta com o aspecto sombrio de um *mas*, típica casa provençal, próximo a seu moinho. Descobre a triste história dos moradores da casa: um velho senhor, mestre Estève, com ar contrito de dores passadas, sua esposa e seu filho caçula.

A triste história começa quando o filho mais velho, Jan, formoso e vistoso, se apaixona, perdidamente, por uma arlesiana⁷. Mesmo não tendo aprovação da família, Jan quer desposá-la, mas, um dia, o prometido da arlesiana aparece, para revelar o seu comprometimento com ela. No entanto, Jan não consegue esquecê-la e se mata.

Já *En Camargue*, o conto divide-se em cinco partes⁸: I - *Le départ*, II - *La cabane*, III - *A l'espère*, IV - *Le rouge et le blanc* e V - *Le Vaccarès*. Na parte I, o narrador conta os preparativos e a viagem de barco, para uma caça aos pássaros, na Camarga. Percorrendo o rio Rhône, tem nas margens, Crau, de um lado, de outro Camarga. Na parte II, a descrição de uma cabana camarguesa típica, feita de junco, e de seus moradores: a família do guarda-caça e o guarda-cavalo. Na parte III, é a descrição dos sentimentos que antecedem a *espère* (tocaia em provençal). Na parte IV, apresentação dos moradores das cabanas. Na parte V, descrição do lago de água salgada, o Vaccarès.

Esse espírito provençal, sarrista (de Tistet), despreocupado (do narrador/autor) e extrovertido (do papa Bonifácio), atinge seu paroxismo na figura do herói bufão, Tartarin de Tarascon, no romance homônimo de Daudet.

⁷ Arlesiana: gentílico de Arles, cidade no sul da França.

⁸ Em português, I – A partida, II – A cabana, III - A tocaia, IV – O vermelho e o branco e V – O lago Vaccarès.

Tartarin de Tarascon,

Alphonse Daudet

Conta a maneira como o fanfarrão Tartarin deixa Tarascon, sua terra natal, para se tornar um herói. No entanto, no seu íntimo, Tartarin sabe que não deve ter esse mérito, pois a caça aos grandes leões da África foi um engodo. Nesse sentido, o projeto rocamboloso de Tarascon possa ser analisado como os anacronismos do imperialismo francês.

Segundo Sophie Lecomte (LECOMTE, 2010), o romance de Daudet, *Tartarin de Tarascon* de 1872, teve versões anteriores nos quais se acentua o caráter mítico de Tartarin, passando a colocá-lo no rol das figuras lendárias do imaginário popular: *Chapatin, o matador de leões*, publicado no *Le Figaro* em 1863, *Barbarin de Tarascon* e *Dom Quixote provençal* ou *Aventuras do ilustre Barbarin de Tarascon*. A continuação dessas aventuras quixotescas prossegue até 1890 com seu enorme sucesso. Nesse processo, é também redenominado, sendo chamado de Tartarin ao invés de Barbarin ou Chapatin.

Se por um lado, nesse romance, Daudet cria o protótipo do homem meridional, capaz de se desdobrar, nas situações mais adversas, e reencontrar o bom humor que lhe é característico, por outro, Daudet nos dá uma outra visão do Midi, representada na saga do herói bufão Tartarin. Essa visão pode ser captada, através da narração das peripécias de Tartarin no tom cômico-condescendente de Daudet em relação a esse herói. De mais a mais, o tom sereno, plausível, ameno do Midi camponês do *Lettres de mon moulin* dá lugar ao seu reverso, irônico, bonachão do Midi burguês em *Tartarin de Tarascon*.

Nesse sentido, o orientalista Ali Aïd (2012) observa a maneira como Daudet pretendia mostrar o lado grotesco do colonizador francês, representado na figura de Tartarin, que vai à Argélia caçar leões, trajado de argelino. No entanto, o único leão, morto por Tartarin, era cego e estimado pela população local. A relação conflituosa entre colonizador e colonizado aparece na imagem distorcida (no caso, a imitação bufônica das vestes argelinas), que aquele tinha dos costumes deste. Assim, ainda segundo Aïd (2012), a crítica de Daudet se dirige aos quadros românticos e ao pseudorientalismo da época.

George Sand

Segundo François Tacot (1999a):

Biografiaⁱⁱⁱ: George Sand nasce em Paris, em 1804, e morre em Nohant, no ano de 1876. Seu nome verdadeiro era Amandine Aurore Lucie Dupin. Aos 4 anos, Aurore passa a viver com sua avó que mora em Nohant, uma propriedade rural, na região central da França. Depois, aos 13 anos, entra no convento das Augustinas inglesas, em Paris. Casa-se, em 1822, com o barão Dudevant, tendo dois filhos, Maurice e Solange. Mas o casamento não dura muito tempo.

Em 1831, da união com Jules Sandeau, nasce o pseudônimo “Sand”. Em 1832, já assina como George Sand no seu primeiro romance *Indiana*. George Sand é bastante criticada por seus contemporâneos por se vestir de homem, fumar charuto, montar a cavalo como um homem. Em 1838, conhece Chopin com que tem um romance. Antes do rompimento com Chopin em 1847, escreve em quatro dias o romance campestre *La Mare au Diable* no ano de 1845⁹.

Nascida em Paris, mas criada numa propriedade rural chamada Nohant, viveu entre os seus personagens. Cultivou seu jardim com tamanha paixão que até hoje é visitado e admirado pelos amantes da natureza.

Georges Sand mostra, com a sua obra *La mare au diable*, um engajamento com a vida rural e sua gente. No corpo principal da narrativa, Sand (1995) se esmera em mostrar a vida íntegra desse povo, através de uma história de amor entre dois camponeses. Já no seu apêndice, a descrição das bodas campestres do Berry é uma verdadeira etnografia dos costumes dessa região.

La mare au diable,

Georges Sand

Esse romance é definido pela autora como o primeiro de uma série de romances campestres. É a história de Germain, jovem viúvo, e de Marie, pequena pastora que se apaixonam nos arredores de um lago, considerado mágico.

La Mare au Diable, como romance campestre, nos ilustra, sobretudo com seu apêndice, uma ruralidade, que estava em vias de desaparecer, como dizia a própria Georges Sand. Nesse sentido, registrar esse mundo rural de Berry, tem a ver com sua conservação¹⁰. Assim, registra-se o mundo de Berry, sobretudo, as bodas campestres na terra de Sand. As festividades são descritas quatro fases¹¹: I – *Les noces de campagne*; II – *Les livrées*; III – *Le mariage*; IV – *Le chou*.

George Sand (1995, p. 117) fala de costumes e de tradições que estão desaparecendo, no Berry, transcritas resumidamente a seguir:

I – *Les noces de campagne*: As bodas camponesas eram realizadas, preferencialmente, no inverno, perto do carnaval, pois, no verão, não havia tempo a perder com festas, dada a quantidade de trabalho numa fazenda.

⁹ Minha tradução.

¹⁰ Deixo em itálico, pois num site sobre Berry, a região de Georges Sand, a expressão, o “mundo rural conservado” se presta a promover a identidade regional, visando fins turísticos.

¹¹ Em português: I – Bodas no campo; II – A entrega dos presentes; III – A bênção do casamento; IV – O repolho.

Barulho de bombinhas, uivos de cachorros e som agudo da gaita de fole anunciam a chegada dos noivos, padrinhos, madrinhas e parentes próximos, no quintal. A noiva ainda não havia recebido os presentes de casamento, chamados de *livrées*. Trajando um vestido de lã escuro, um xale decorado com vistosas ramagens floridas, um avental em chita encarnado e uma touca branca de musseline, a noiva está radiante. Na casa visitada, o pai do noivo cumprimenta a família e faz o convite, pendurando o *exploit*, um galho de louro, ornado de fitas, na chaminé. Depois, ele distribui aos convidados uma pequena cruz, feita de pedaços de fita azul e rosa, que simbolizam, respectivamente, o noivo e a noiva. Durante as bodas, as cruces, assim distribuídas e guardadas, devem vir pregadas nas toucas e nas lapelas dos convidados, como um cartão de convite. Assim, de casa em casa, o convite é feito, mas os camponeses conhecem a etiqueta do lugar, por isso somente dois membros de cada família convidada aparecem.

II – *Les livrées*: Na véspera do dia do casamento, à tarde, diante da casa da noiva, com a presença dos músicos e seus instrumentos, decorados de fitas esvoaçantes, dos jovens e das crianças, com suas bombinhas barulhentas, dão-se início às bodas, com muita dança. Formam-se dois grupos: o da noiva – composto de mulheres, mãe, amigas, vizinhas e parentas – liderado pelo tecelão de cânhamo, dadas as habilidades oratórias, e o noivo, chefiando outro grupo, cujos integrantes, companheiros, amigos, parentes recebem a coordenação do coveiro, outro bom orador.

Tarde da noite, o grupo da noiva já está trancado, na casa dela, com todos os acessos bem fechados, preparados para a possível “invasão” do grupo do noivo, que chega com muito barulho, mas diante da “fortificação”, fica impassível, sério. O silêncio se rompe com vários tiros, pois é chegada a hora do “combate”.

Trava-se, então, entre o tecelão e o coveiro uma luta verbal, cujo roteiro consiste em desmascarar as reais intenções do grupo do noivo de entrar na casa. O coveiro, porta-voz do grupo do noivo, primeiro, diz serem peregrinos cansados, mas o tecelão, orador do grupo da noiva, não acredita. O objetivo dessa luta consiste em romper o cerco e introduzir uma peça de caça, no forno da casa, por isso o coveiro inventa outra desculpa, dizendo serem caçadores cansados. De novo, sem que a desculpa surta efeito, inicia-se uma competição musical, testando o conhecimento das letras de música. Assim, as horas passam e, já, de manhãzinha, os homens, representados pelo coveiro, apresentam, cantando, a lista de presentes da noiva, nela incluindo o noivo, suplicante, para entrar.

III – *Le mariage*: Quando o tecelão abre a porta, instaura-se uma confusão geral, um corre-corre. A caça é, finalmente, colocada para assar. Durante a confusão, a noiva e mais três amigas são levadas para o quarto, onde, sentadas e cobertas com um lençol, aguardam o noivo apontar com um bastão a escolha correta. Se errar, terá de dar início ao baile sem a noiva como par.

Na manhã seguinte, no dia do casamento, propriamente dito, antes do almoço festivo, os noivos vão receber a bênção na igreja, seguidos pelo cortejo de familiares e amigos¹².

Após o almoço festivo, que pode durar até altas horas, dá-se início a uma representação:

IV – *Le chou*: Da mesma forma que a cerimônia das *livrées* (entregas) é o símbolo da captura do coração e da conquista da casa da noiva, a do *chou* (repolho) é o símbolo da fertilidade do hímen. No dia seguinte às bodas, após o almoço, inicia-se esta bizarra representação de origem gaulesa, mas que, passando pelo cristianismo primitivo, tornou-se, gradativamente, uma espécie de *mistério* ou moralidade burlesca da idade média. Assim, a cerimônia do *chou* é preparada por dois rapazes, bem dinâmicos, que somem da festa, para se fantasiarem, em um casal de mendigos, chamados de *jardinier* e *jardinière*, guardiões e cultuadores do repolho sagrado. O

¹² Minha tradução.

marido, sujo, beberrão e maltrapilho, aparece, junto à mulher, na mesma condição, para mostrar as misérias da vida conjugal. Feito isso, primeiro, vão desterrar e plantar o repolho da horta da noiva, numa cesta, que é levada para a casa do noivo e deixada, num ponto mais alto possível. A mesma coisa acontece, só que inversamente, com o repolho que é desterrado da horta do noivo e levado para a casa da noiva. Quanto mais tempo os repolhos durarem, maior a fertilidade¹³.

Guy de Maupassant

Segundo Jean Thoraval (1978, p. 376):

Maupassant nasceu em Fécamp (Normandia) em 1850. Sua mãe, amiga de Flaubert, apaixonada por literatura, guia o pequeno Maupassant no mundo da leitura. Só aos doze anos frequenta a escola, terminando seus estudos no colégio de Rouen. Gustave Flaubert ajuda Maupassant a se tornar escritor, com bons conselhos. Através dele, Maupassant entra em contato com grandes escritores da época: Zola, Huysmans, Daudet e os irmãos Goncourt. Torna-se autor de inúmeras publicações entre contos, romances e artigos em jornais. Viaja para Córsega, Itália, África do Norte em seu veleiro “Le Bel-Ami”. No entanto, por volta de 1891, Maupassant tem alucinações, tenta o suicídio, é internado numa casa de saúde e, lá, morre em 1893¹⁴.

Maupassant celebrizou-se, sobretudo, com suas inúmeras coletâneas de contos. A seleção dos contos comentados, a seguir, foi baseada em uma delas. Como observamos na sua biografia, Maupassant é normando de nascença, por isso a influência realista de Flaubert, também da Normandia e autor do célebre romance *Madame Bovary*, é decisiva.

Veremos nos contos que Maupassant tanto explorou temas rurais, quanto os urbanos, falando, respectivamente, dos “pequenos” defeitos e mesquinhasias do camponês normando e do pequeno burguês parisiense. Assim, separamos cinco contos, dos quais os dois primeiros são ambientados na Normandia e os dois últimos em Paris. Nitidamente, durante a leitura dos contos, percebe-se que se trata de espaços distintos um do outro. Não se trata apenas da espacialidade aberta dos objetos geográficos naturais do espaço rural e nem da espacialidade fechada nos objetos artificiais a darem essa impressão, mas da narração de um modo de vida particular a esses espaços.

Contes et nouvelles,

Guy de Maupassant

Muitos dos contos dessa coletânea falam dos momentos de transição por que passava a sociedade francesa no século XIX.

¹³ Minha tradução.

¹⁴ Minha tradução.

No conto *Un réveillon*, o narrador é hóspede de um primo solteiro, Jules, que mora na Normandia, num castelo senhorial decadente. Na noite de Natal, eles ficam sabendo da morte de um antigo e célebre pastor da região, o pai Fournel. A caminho da igreja, para a missa da noite de Natal, resolvem ir até a casa do morto, para prestar condolências. No entanto, ao invés de velar o morto, a família está jantando. Jules insiste para ver o morto. A contra gosto, a família mostra o velho morto, dentro do caixão, que servia de mesa de jantar. Como havia uma só cama na casa, na qual dormia o velho, enquanto vivo, era natural que, naquela noite fria, a família apropriasse da cama.

Já *L'aveugle* é a história de um camponês normando cego, que viveu uma atroz existência, depois da morte dos pais. Embora acolhido por uma irmã, em sua propriedade, começou a ser judiado, sobretudo pelo cunhado, que se apossara de sua herança. A hora preferida, para tais atrocidades, era, durante as refeições, quando a vizinhança aparecia para rir da tortura. Punham um gato ou um cão, diante do prato do cego, que, indiferente, à presença do animal, tentava comer o que já não restava mais da comida. E assim, se sucediam mais e mais maldades, até que o puseram para mendigar. Num dia de muito frio e neve, o cunhado o levou para uma região distante, mas não foi buscá-lo. Desta forma, o cego, depois de muito se debater na neve, encontrou, na morte, o alívio.

O conto seguinte, *Le parapluie* é o retrato da senhora Oreille, “uma mulher baixinha, quarentona, esperta, cheia de rugas, asseada e muitas vezes nervosa”^{iv}, que, com suas manias exageradas de economia, deixa o marido, senhor Oreille, funcionário público no ministério da guerra, insatisfeito e alvo de pilhérias, devido a um guarda chuva remendado. Depois de muita humilhação no ministério, a esposa lhe compra um novo guarda chuva, em seda, o que deixou suas finanças em frangalhos pelo gasto excessivo.

Todo garboso, com a nova aquisição, nem percebe que o guarda chuva tem um buraco de queimadura. Atônita com o estrago, ela faz um remendo, mas o guarda chuva retorna do ministério com mais buracos. A fim de amortizar o prejuízo do reparo, depois de queimar, propositalmente, ainda mais o guarda chuva, vai pedir reembolso na seguradora contra incêndio.

Finalmente, o conto *La parure* ilustra exemplarmente a transformação dos modos de vida face ao capitalismo. O casal Loisel, após passar uma belíssima noite num baile promovido pelo ministro da instrução pública, perde a joia emprestada para essa ocasião. Madame Loisel desdobra-se para reunir o dinheiro para comprar uma joia equivalente, deixando toda vaidade de lado.

Charles Baudelaire

Segundo Jean Thoraval (1978, p. 369):

Baudelaire nasce em Paris em 1821. Perde o pai aos seis anos. Depois de concluir os estudos secundários, Baudelaire leva uma vida marginal e boêmia no Quartier Latin. Em 1841, sob a pressão da família, embarca para a costa da África e do Oriente. Passa um tempo na Ilha Bourbon (La Réunion) e, de volta a Paris em 1842, escreve seus primeiros textos. Apaixona-se pela atriz Jeanne Duval. Em 1844, sua família fica indignada com sua vida libertina. Baudelaire torna-se, então, jornalista, crítico de arte e crítico literário.

Fleurs du Mal é publicado em 1857. Baudelaire é acusado de “imoralidade” pela justiça (mesmo ano que *Madame Bovary*) e condenado: vários poemas são retirados da coletânea e o autor teve de pagar uma multa. Além do abalo sofrido por este escândalo, Baudelaire tem problemas financeiros e de saúde. Com o peso da dívida crescente mais os sofrimentos morais, Baudelaire é vitimado em 1866 por um mal que o deixa paralisado e afásico. Morre em 1867¹⁵.

A coletânea de poemas narrativos de Baudelaire (1967), *Petits poèmes en prose* (*Le spleen de Paris*), pode ser vista, quanto aos temas (mercantilização das relações sociais, efemeridade da vida, velho e novo, conformismo social, etc) neles tratados, como pequenos ensaios, dada a natureza reflexiva deles. A escolha pelo autor Baudelaire tem como objetivo fazer contraponto, através da visão de Paris a permear a sua obra, a outras imagens construídas fora da capital (as do Midi, do Berry e da Normandia).

Petits poèmes en prose (Le spleen de Paris),

Charles Baudelaire

O poema em prosa *L'étranger* exprime na sua essência os dilemas do homem moderno, dividido entre ser e ter. Outro poema revelador é *Un plaisant* que mostra a irreverência da modernidade de Paris.

Estrangeiro^v

- Quem você mais ama, homem enigmático, diga lá? Seu pai, sua mãe, sua irmã ou seu irmão?
- Tenho nem pai, nem mãe, nem irmã, nem irmão.
- Amigos?
- O senhor usa aí uma palavra cujo sentido ignoro.
- Pátria?
- Desconheço sua latitude.
- Ouro?
- Odeio assim como senhor odeia Deus.
- Olha! gosta de que então, extraordinário estrangeiro?
- Amo as nuvens... as nuvens passageiras... lá longe... as maravilhosas nuvens!¹⁶

¹⁵ Minha tradução.

¹⁶ Minha tradução.

Um gracejador^{vi}

Ano novo explodia: caos de lama e neve, mil carruagens, enfeitadas, se movendo com avidez e desespero, delírio oficial de uma grande cidade feita para infernizar a mente do mais convicto solitário.

No meio desse corre-corre e rebuliço, um asno trotava energicamente, fustigado por um insano armado de chicote.

Como o asno ia virar a esquina de uma calçada, um belo senhor de luvas, lustroso, cruelmente engravatado e prisioneiro de suas vestes novas em folha, inclinou-se cerimoniosamente diante do humilde animal, e lhe disse, tirando o chapéu: “Feliz ano novo” depois se virou não sei para quem com ar de satisfação, como para lhes pedir que apreciassem seu contentamento.

O asno não viu este belo gracejador, e continuou a correr zelosamente para onde o dever lhe mandava.

Fui subitamente tomado por uma fúria incomensurável contra este magnífico imbecil, que me pareceu nele concentrar todo espírito da França¹⁷.

2.2 Paris/Province/Région

Traçaremos aqui a história da divisão administrativa francesa associada aos acontecimentos marcantes da revolução francesa. Fazemos isso para mostrar o contexto em que se processou tanto a centralização francesa em torno de Paris, exacerbando a dicotomia entre a capital e o resto do território francês, quanto a descentralização, levando à criação das regiões francesas. Em ambos os processos – centralização/descentralização –, observamos em que sentido os territórios estudados, o Midi, o Berry e a Normandia foram impactados com relação à construção da identidade cultural no universo rural. Ainda veremos os múltiplos sentidos da palavra *province*, a fim de precisar os contextos em que ela aparece.

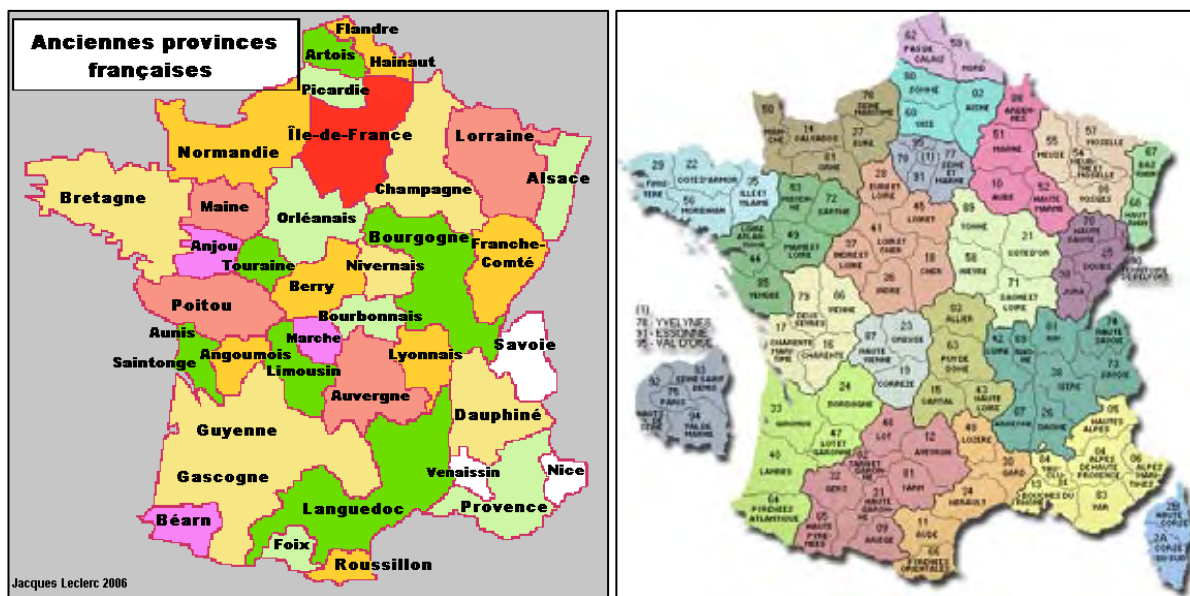
A Figura 1 (direita), indica os departamentos (metropolitanos e ultramarinos) e comunas (não figurantes no mapa) e também a atual divisão administrativa francesa em regiões (indicadas por conjuntos de departamentos na mesma cor). Na Figura 2, temos a denominação das regiões. A partir dessa divisão atual, podemos perceber como foram se definindo internamente as relações entre os diferentes territórios.

Primeiramente, passamos a analisar a relação entre os três termos acima mencionados. Depois da revolução francesa, segundo Nelly Mauchamp (2004, p. 135), “as *provinces* foram abolidas durante a política centralizadora do governo jacobino, suprimindo todo e qualquer particularismo a fim de favorecer a união nacional. Assim, foram criados os *départements*, cujos nomes eram puramente geográficos apagando todas as referências históricas e culturais”. Na Figura 1 (esquerda), temos o mapa dessas *provinces* onde é possível ver o Midi (as *provinces* do sul da França), o Berry e a Normandia. Podemos então, contrastar as antigas

¹⁷ Minha tradução.

provinces (Figura 1 [esquerda]), com os modernos *départements* (da Figura 1 [direita]), que, pelos seus contornos, verifica-se uma divisão imposta apenas administrativamente.

Figura 1: Até 1789, o Antigo Regime na França foi organizado em províncias (esquerda), que foram, então, substituídas pelos departamentos (direita). Os conjuntos de departamentos com a mesma cor correspondem às modernas regiões (LECLERC, 2012a).



Fonte: (LECLERC, 2012a) Les anciennes provinces de France. **Trésor de la langue française au Québec**. Disponível em: <http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/francophonie/Nlle-France_Provinces-de-France.htm>. Acesso em: março 2012.

Ainda conforme Mauchamp (2004, p. 135):

Nos anos sessenta, os *départements* foram reagrupados em *régions administratives*, cada qual com uma capital regional. A partir de 1982, as leis favoráveis à descentralização passaram a vigorar, permitindo a cada *région* manter uma assembleia de eleitos que intervêm nas questões econômicas, industriais e culturais. A partir de 1899 o processo de descentralização acelerou-se, tornando as *régions* e *départements* em *collectivités territoriales*, aos quais o Estado transferiu grande parte de seus poderes políticos e encargos¹⁸.

Passamos a analisar as diferentes acepções da palavra *province*^{vii}: em referência à história romana, território conquistado fora da Itália; país, estado; no Canadá, estado federado, dotado de um governo próprio; divisão de um reino, de um estado (1899, na Bélgica, Unidade territorial regido por um governador nomeado pelo rei, na França, sob o Antigo Regime, divisão fiscal e militar, sinônimo de região, com seus costumes e tradições próprias); parte de

¹⁸ Minha tradução.

um país, com uma característica particular, excluindo a capital; e, na França, o conjunto do país, excluindo a capital.

Figura 2: As regiões francesas são em número de 27: 22 regiões da França metropolitana (que inclui a Córsega) e 5 departamentos e regiões ultramarinas (Région française, 2012).



Fonte: RÉGION française. Disponível em: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Région_française>. Acesso em: maio 2012.

Dessa forma, observamos que já nos servimos de uma das acepções da palavra *province*, a que diz respeito à unidade territorial sob Antigo Regime, equivalente à região atual. No entanto, para pensar a relação Paris/province, escolhemos uma outra acepção dessa palavra: “Na França, o país no seu conjunto (principalmente as vilas, os burgos), excluindo a capital.”, portanto, tudo que não é Paris. Essa definição não apenas mostra a extrema centralização de Paris, mas também a particular relação das outras cidades com a capital francesa.

Nesse sentido, falamos um pouco de Paris, tanto da sua importância histórica e cultural hoje quanto daquela durante o século XIX. Assim, Paris, segundo Armand Frémont (1997, p. 234):

[...] é a comuna francesa mais populosa, com 2.154.000 habitantes. A importância de Paris, como capital, tanto no cenário mundial, quanto no nacional, é confirmada, através do perfeito funcionamento do centralismo à moda francesa, cujas funções superiores emanam desse ponto nodal, há séculos¹⁹.

¹⁹ Minha tradução.

Continua Frémont (1999, p. 235):

Paris faz a França. Mas a França também faz Paris”^{viii}, pois a história da França e a de Paris se entrelaçam. [...] Desde o Paleolítico, como um grande ponto de trocas entre a Mancha e o Mediterrâneo, entre a Espanha e a Germânia. Depois, como burgo celta, durante a idade do ferro, foi habitado pelos *parisii*. Torna-se Lutèce, uma cidade galo-romana. No entanto, foram os Capetos, precedidos pelos Merovíngios e Carolíngios, que transformaram Paris em capital definitiva²⁰.

Frémont (1997) prossegue, na sua análise da cidade de Paris, apontando características inerentes ao seu desenvolvimento: “Paris, capitais” – entendida, como capital política, econômica, cultural, industrial e turística; “Paris, vilarejos” – composta, no passado, de vilarejos aglomerados, com seus usos e costumes diversos, e, no presente, constituída pela diversidade cultural dos *quartiers*; “Paris, periferias” – geração de um espaço periférico, os *banlieues* para abrigar o crescimento exacerbado da cidade; e “Paris, Île-de-France” – a redescoberta da sua região pelos parisienses.

A obra de David Harvey (2003), *Paris, capital of Modernity*, tem como objetivo analisar o pensamento moderno, ambientado em Paris, sobretudo na segunda metade do século XIX. Assim, para Harvey (2003, p. 1)^{ix}:

Modernidade tem a ver, então, com “destruição criativa”, seja ela do tipo gentil e democrático ou revolucionário, traumático e autoritário. Frequentemente, é difícil decidir se a ruptura radical está no estilo de fazer ou de representar coisas em diferentes áreas como literatura e artes, planejamento urbano e organização industrial, medidas políticas, estilo de vida e, assim por diante, ou se mudanças em todas essas áreas se agregam em algum lugar e tempo crucialmente importantes a partir dos quais a força agregadora da modernidade projeta-se para engolfar o resto do mundo²¹.

Para compreender o cenário político e social do século XIX na França, de que fala Harvey (2003), Jean Thoraval (1978, p. 274 e 275) traça os principais acontecimentos desse período:

A vontade de Napoleão domina a política estrangeira e interna, e também, a vida intelectual até 1815.

A Restauração tanto liberal, sob a garantia da magna carta, quanto reacionária, com a preponderância dos extremistas, ou, até mesmo, intransigente sob o reinado de Charles X, depois de 1892, dá lugar a uma retomada da vida política. O reinado burguês de Louis-Philippe se mantém contra as pressões da extrema direita e contra aquelas dos liberais em formação até a revolução de 1848. [...] É uma ampla coalizão de operários socialistas, de burgueses parisienses e intelectuais românticos, que derruba a monarquia em 1848, mas a segunda república torna-se cada vez mais um regime conservador e se deixa dominar pelo príncipe-presidente: o golpe de estado de 1851, levando ao aniquilamento dos republicanos, marca o retorno de um

²⁰ Minha tradução.

²¹ Minha tradução.

governo personalista de Louis-Napoléon Bonaparte. Mesmo com o desenvolvimento financeiro, comercial e industrial de seu governo, cresce a oposição, o que leva à queda do segundo império.

No império de Napoleão III, a sociedade burguesa em pleno desenvolvimento se projeta no mundo financeiro com o triunfo do capitalismo organizado. Apesar do nascimento do sindicalismo – direito de coalizão, aprovado em 1864 – não consegue equilibrar a preponderância dos homens de negócio endinheirados. Mesmo depois de vinte e cinco anos da queda do terceiro império, marcada pela terrível repressão da comuna de Paris, as incertezas são grandes. A república de 1875, seguinte à queda, se mostrou bem provisória, mas que se consolidou, paulatinamente, com o poder da alta burguesia²².

Dada essa série de acontecimentos, nos contos de Alphonse Daudet (1980), *Lettres de mon moulin*, a vida em Paris, artificial e estressante, deve ser evitada para, no entanto, ser vivida no Sul da França, no Midi, com um tempo ameno e ensolarado.

Além dos eventos explosivos, Paris passou a ter outros significados, ensejando outras relações. Por exemplo, muito diferentes das que temos aqui no Brasil, pois não temos uma relação tão próxima com a nossa capital, Brasília. Ela é vista como um lugar de onde emana o poder apenas. Talvez quando a capital era no Rio de Janeiro a relação fosse outra. Ainda hoje esses laços com a antiga capital parecem se manter.

A relação *Paris/province* pode ser analisada também como a relação entre cidade e campo de onde adviria a necessidade de trabalhar as experiências de vida particulares a cada um desses conceitos-lugares. Assim, por um lado, as obras de Baudelaire (1967) e de Maupassant (1974) são fundamentais para entender as mudanças no modo de vida em Paris, por outro, as de George Sand, de Daudet, de Maupassant (sobre a Normandia) são representativas da vida no campo.

Assim, nessa perspectiva, estudaremos nas próximas seções, as paisagens, descritas nos romances e contos que, por sua vez, fazem parte de uma mesma concepção territorial e cultural das antigas *provinces*, abolidas durante a revolução francesa.

Midi, Provence: a Camarga de Daudet

Na constituição da história do Midi, temos que levar em conta o antagonismo entre Norte/Sul da França. A sua localização e seu significado têm se transformado, ao longo da história da França. As noções geográficas, culturais e, até mesmo turísticas, sobre essa parte sul da França são cambiantes, ora vem associadas ao termo *Occitanie*, que, por sua vez, também significa o Sul da França, ora à *Provence*, ora ao *Pays d'oc*.

²² Minha tradução.

Ao analisar o Midi de Daudet, temos um contorno, geográfico e cultural, diverso do que hoje é considerado Midi. Entre os vários Midis de Daudet está a planície de Camarga, cercada por dois braços do rio Rhône e pelo mar Mediterrâneo. Culturalmente a Camarga de Daudet faz parte da França dos particularismos de antes da revolução francesa. Os camargueses se empenham em conservar a “*culture gardianne*” (cultura pastoril), através da “manifestação de costumes ancestrais, os espetáculos taurinos, como *bandido*, *abrivado*, *ferrades* e corridas camarguesas, ao longo do ano” (PROVENCE.COM, 2012).

Berry de George Sand

George Sand fala de Berry, no romance *La mare au diable*^x:

O Berry ficou parado no tempo, e creio que depois da Bretanha e de algumas províncias na pontinha do midi da França, é o canto mais *conservado* que se pode ter atualmente. Certos costumes são tão estranhos, tão singulares, que espero diverti-los ainda um pouco mais, caro leitor, se você permitir que eu conte, detalhadamente, um casamento camponês, como o de Germain, por exemplo, a qual tive o prazer de assistir há alguns anos²³. (SAND, 1995, p. 93).

A conhecida região de Sand é Berry, na parte central da França, como se pode ver no mapa das antigas *provinces*, antes do processo de departamentalização em 1790, por isso Berry não figura no mapa das *regions* atuais, e nem no dos *départements* com esse nome. Atualmente a antiga *province* de Berry faz parte da região *Centre* (Centro). A memória do lugar, como a terra de George Sand e uma vida campestre a ela associada, continua a existir, principalmente, para fins turísticos, mobilizando representações, acerca do mundo rural, apenas a 250 km de Paris. Nesse sentido, o nome da propriedade rural e a casa de Sand, também, receberam o mesmo nome, Nohant, como uma entidade toponímica. Assim, o mundo rural e a vida, literária e familiar, de George Sand, são expostas em museus^{xi}:

Nohant, sua região e seus moradores, são para George Sand um cenário formidável. A maior parte dos romances, considerados “campestres”, acontecem nos arredores da propriedade, no Berry, “profundo”, onde reina a tranquilidade, onde a magia e as lendas, permanentemente presentes, na vida de gentes simples, que a escritora, tanto, amava ilustrar²⁴. (TACOT, 1999c).

A descrição da atmosfera de criação se mistura com relatos da vida da autora na sua propriedade, Nohant, aproximadamente em 1845, onde compôs narrativas campestres, dedicadas à terra e aos camponeses do Berry, segundo Tacot (1999b).

²³ Minha tradução.

²⁴ Minha tradução.

A análise dessa localidade, associada à escritora, pode ser feita, comparando-se os dados contidos no romance estudado, com as descrições de Tacot (1999a e 1999b), sobre Berry e George Sand, que trazem, sob o enfoque turístico, naturalmente, informações sobre o imaginário rural.

Há vários elementos que compõem o cenário campestre de Sand, como o Vale Negro (Valée Noire), o lago do diabo (*la mare au diable*), as antigas profissões, a cidade La Châtre. Assim, seguindo os passos de Georges Sand, descobre-se La Châtre, no coração do Vale Negro^{xii}:

No coração do Vale Negro, La Châtre, lugar dos mais belos passeios da França, é uma bonita cidade do sul do Berry erigida sobre uma pequena colina que dá vista ao rio Indre. Apesar dos séculos, ela soube conservar um patrimônio arquitetural interessante: casas de *colombage*, moradas elegantes, bairros pitorescos dos curtumes, ponte medieval... que guardam a lembrança de George Sand e seus amigos²⁵. (CAORS-VANDEKERKHOVE, 2012).

A cidade também guarda a memória de antigas profissões, como “*ébéniste*” (entalhador, marceneiro), “*luthier*” (profissional especializado na construção e no reparo de instrumentos de corda com caixa de ressonância), “*tailleur de pierre*” (escultor, pedreiro), “*vitrailiste*” (artífice de vitrais), “*tapissier*” (estofador), “*céramiste*” (ceramista), “*maroquinier*” (artífice de couro), que nos reportam para um mundo, cujo sistema produtivo era muito diverso do nosso (TACOT, 1999c). A este respeito, George Sand (1995), em *La mare au diable*, fala longamente da profissão de *chanveur* (tecelão de cânhamo), seu modo particular de ser, seu ritmo de trabalho, geralmente à noite, quando se ouvia e via, na calma noturna, o socar e secar dos tecidos, como sons misteriosos e vultos fantasmagóricos.

Situada em Mers sur Indre, o famoso lago do romance campestre de Sand, bem diferente do que era em 1844, fica no bosque de Chanteloube, onde se passa uma das cenas mais comoventes do idílio entre Germain, o lavrador, e a Pequena Marie. Cheio de mistério, o lago faz parte do imaginário camponês de Berry, descrito no romance como um lugar mágico, que para dele se aproximar é preciso jogar três pedrinhas com a mão esquerda e com a direita fazer sinal da cruz, e ai de quem não o fizer (TACOT, 1999c).

Normandia de Maupassant

Segundo Frémont (1997), a Normandia é uma região situada no noroeste da França, cujo relevo diversificado, deu origem a diferentes tipos de paisagem: a bacia parisiense, o massivo

²⁵ Minha tradução.

armoricano, prados, bocages, habitações tradicionais (de carvalho, de tijolo, de pedra calcária, de granito e de xisto), moldadas a partir do material local, vasta costa marítima (altas falésias, praias com pedregulhos, praias com areia fina, promontórios cristalinos), ilhas.

Ainda segundo Frémont (1997), em 1955, a Normandia, administrativamente, foi dividida em duas regiões: Alta-Normandia e Baixa-Normandia, cujas capitais, são, respectivamente, Rouen e Caen. Rouen distingue-se pela densidade demográfica, pela proximidade de Paris, pela participação econômica no baixo Sena, eixo fundamental de desenvolvimento. Caen distingue-se por uma centralidade maior em relação à Normandia como um todo, por terras distantes de Paris.

A separação da Normandia, em duas pequenas regiões, foi realizada, conforme Frémont (1997), devido aos antagonismos – desenvolvimento econômico desigual e diferentes relações com Paris – que vinham se acentuando, desde a época moderna. Assim, a Baixa-Normandia segue o ritmo das províncias, tomando distância de Paris^{xiii}:

Os baixo-normandos são pessoas do Oeste, de tradição rural, de pastagens, de criadores de cavalos e gado, de produtores de queijo e manteiga, de proprietários cientes de seus bens, ou de pequenos agricultores, apegados a seus tostões, conservadores sem reservas. Há muito tempo, a Baixa-Normandia ignorou a revolução industrial. Em meio a uma rede de aldeias e pequenas cidades, que dão o tom, Caen somente tornou-se uma importante cidade após a Segunda Guerra Mundial. Grandes fábricas descentralizadas utilizaram-se da disponibilidade de mão de obra abundante e não qualificada das áreas rurais. Neste contexto, existe ainda um profundo conservadorismo²⁶. (FRÉMONT, 1997, pp. 94-95).

A Alta-Normandia, por outro lado, segue Paris, ficando sob a sua influência, no que concerne, sobretudo, ao desenvolvimento econômico^{xiv}:

Os alto-normandos tornaram-se cidadãos, muito antes. Bem antiga, nos arredores de Rouen, a industrialização deixou suas marcas desde o século XIX em todo baixo vale do Sena, a partir de dois grandes portos de Rouen e do Havre, os mais importantes da França, após Marselha, os mais próximos de Paris. A tendência acentuou-se após a Segunda Guerra mundial, sobretudo, com o desenvolvimento das indústrias do petróleo. Lado a lado, camponeses das ricas terras do Eure e do Caux e operários, marinheiros, estivadores, comerciantes povoam as grandes cidades da Alta-Normandia²⁷. (FRÉMONT, 1997, p. 95).

A comentarista de *Contes et Nouvelles de Maupassant*, Marie-Claude Harder-Simillion (1974), aponta a importância da Normandia nos escritos desse autor. Assim, Harder-Simillion^{xv} descreve a maneira como a vida normanda se impregnou na sua obra:

²⁶ Minha tradução.

²⁷ Minha tradução.

De suas origens normandas, Maupassant herdou alguns traços, talvez essenciais, de seu temperamento: o sentido do real, sutilmente associado às tentações do devaneio, o gosto pelo dinheiro e uma necessidade nostálgica pela evasão, cultivada nas inúmeras viagens no Mediterrâneo, a bordo do seu barco, Bel-Ami. Nos primeiros vinte anos de sua juventude em Étretat, sua sensibilidade impregna-se com sensações e formas, que constituirão as paisagens de suas narrativas, e recolhe elementos verídicos para uma acurada descrição do mundo camponês, que o cerca. É pela experiência direta ou intuitiva, por uma mistura quase involuntária dos seres e coisas de sua terra, que se constitui, lenta e profundamente, o tema normando, inspirador dos inúmeros contos²⁸.

2.3 Questão das línguas regionais

Outro ponto importante, associado ao processo de centralização e descentralização na França é naturalmente a questão das línguas regionais. A este respeito, é preciso salientar que o linguista francês Bernard Cerquiglini critica, em suas palestras, a denominação “dialetos”, ao invés de, “línguas”, quando se fala delas, pois acima de tudo as línguas regionais são expressões e percepções culturais de modos de vida bem singulares²⁹.

Com a observação do mapa dessas línguas, Figura 3, é possível acompanhar a complexidade linguística da França, através da coexistência delas com o *francien* (franciano), considerado, pelo dicionário *Le Petit Robert*, “dialeto” da língua de *oïl*³⁰, que se impôs a outros “dialetos” para dar origem ao francês.

Dessa forma, conhecer a história da língua francesa pode mostrar as nuances dessa complexidade linguística. Para tanto, segundo Veiga (1965, p. 36 a 38):

[...] na maior parte do atual território francês, falava-se o gaulês, antes da conquista romana. No entanto, o francês se origina não do gaulês, mas do latim trazido pelos romanos que conquistaram a Gália nos fins do século IV. [...] O latim aprendido pelos gauleses era o latim falado, bastante diverso do latim escrito. É da transformação desse latim falado, no território gaulês, que se dá origem à língua francesa. No século VIII, a Gália estava dividida em dois grandes grupos linguísticos, a *langue d’oc*, ao sul do Loire, e a *langue d’oïl*, ao norte. [...] O franco-provençal, grupo de menor extensão, estava encravado entre um e outro. A *langue d’oc*, ou provençal, muito próspera nos séculos XII e XIII, é suplantada pela *langue d’oïl*. Do grupo da *langue d’oïl*, o franciano, da região de Paris, se impõe sobre as outras, acompanhando o destino da dinastia dos Capetos, que operam a unificação do território francês. Assim, o franciano torna-se a língua comum, o francês.

²⁸ Minha tradução.

²⁹ *Merci Professeurs!*, palestra de Bernard Cerquiglini no X *Colloque de l’Alliance Française* de São Paulo, de 18 a 22 fevereiro 2008.

³⁰ *Oïl* era uma das formas de dizer *oui*, sim em francês, outra forma era *oc*. Essa distinção fez originar dos grupos linguísticos, *langue d’oïl* e *langue d’oc*.

Figura 3: As línguas regionais da França, línguas faladas no território francês, além do francês de Paris. Eles são chamados de *patois*, para enfatizar seu caráter local (Langues régionales ou minoritaires de France, 2012).



Fonte: LANGUES régionales ou minoritaires de France. Disponível em: http://fr.wikipedia.org/wiki/Langues_régionales_ou_minoritaires_de_France. Acesso em: maio 2012.

Apesar do franciano ter se imposto sobre as demais línguas no processo de centralização em torno de Paris, o mapa das línguas na França mostra, firmemente, a existência delas e as dicotomias dessa relação de poder por que passaram.

Parece haver entre o mapa das línguas regionais de hoje e o das antigas *provinces* francesas uma notável semelhança. Nesse sentido, as línguas regionais são expressões dos particularismos que existiam no tempo das antigas divisões em *provinces*, perdidas depois da revolução francesa. Assim, Armand Frémont (1999, p. 53), em *La région espace vécu*, fala de uma França, “hipercentralizada” na cidade de Paris que se descobre multifacetada nas

diferentes *langueurs* (falas) regionais, na segunda metade do século XX. Inicia-se, então, o recorte da França em vinte e uma regiões. Em 1969, o general Charles de Gaulle perde no referendun sobre a criação de regiões. Simultaneamente, bretões, bascos, occitanos, alsacianos, corsos reivindicam o direito à existência e acusam, abertamente, o centralismo unificador da economia e da cultura francesa. Continua Frémont (1999, p. 54), enfatizando “a necessidade de descobrir ou de redescobrir uma entidade que não se identifica com o território nacional: a região.” Dessa forma, para avançar nessa (re)descoberta da região, isto é, “conhecer relações dos homens aos lugares, que constituem a região e que parecem ser o objeto fundamental da geografia, é preciso mudar a perspectiva do estudo.” Assim, para Frémont (1999)^{xvi}:

A região, se ela existe, é um espaço vivido. Vista, percebida, sentida, amada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região, é, então, captá-la, lá onde ela existe, visão dos homens³¹.

Somente na soma ou na interpenetração das ruralidades dessas diferentes regiões que poderiam ser analisadas a ruralidade francesa. Essas línguas, diante do poderio do franciano, são para muitos um *patois*³² (falar), próprio da área rural, empregado por uma pequena população cujo nível cultural é julgado como inferior a da língua padrão.

ⁱⁱ “Cet homme-là! méfiez-vous!...il est comme la mule du Pape, qui garde sept ans son coup de pied.” (DAUDET, 1980, p. 69).

ⁱⁱⁱ George Sand : née à Paris le 1er Juillet en 1804 et décédée à Nohant en 1876 le 8 Juin.

Son véritable nom : Amandine, Aurore, Lucie Dupin. A 4 ans, Aurore est recueillie par sa grand-mère qui habite à Nohant. Puis à l'âge de 13 ans, elle entre au couvent des Augustines anglaises à Paris. Elle se marie ensuite en 1822 avec le baron Dudevant avec qui elle aura deux enfants : Maurice et Solange. Mais cette union ne durera pas longtemps.

En 1831, elle rencontre Jules Sandeau à qui elle prendra son pseudonyme "Sand " .Son premier roman, elle l'écrit avec Sandeau, "Rose et Blanche " ; il est signé Jules Sand. En 1832, elle signe son premier roman " Indiana": George Sand.

Elle provoque l'irritation de ses contemporains par son comportement; elle s'habille en homme, fume la pipe, monte à cheval comme un homme. Sa vie est très mouvementée. Lors de son voyage en Suisse en 1836, elle retrouve Liszt et Marie D'Agout . En 1838, c'est le début de sa liaison avec Chopin. Cette même année, elle part en voyage à Majorque - Baléares - avec ses enfants et Chopin. En 1839, revenue en France, elle passe l'été à Nohant puis, en octobre, s'installe à Paris avec Chopin mais dans des appartements différents: elle finira par

³¹ Minha tradução.

³² 1. Parler local, dialecte employé par une population généralement peu nombreuse, souvent rurale, et dont la culture, le niveau de civilisation sont jugés comme inférieurs à ceux du milieu environnant (qui emploie la langue commune). 2. parler; dialecte, idiome. (ROBERT, 1987).

rompre en 1847. Entre temps, en 1845, elle écrit un roman en quatre jours: *La Mare au Diable*. (TACOT, 1999a).

^{iv} C'était une petite femme de quarante ans, vive, ridée, propre et souvent irritée. (MAUPASSANT, 1974, p.66).

^v L'étranger

- Qui aimes-tu le mieux, homme énigmatique, dis? Ton père, ta mère, ta soeur ou ton frère?
- Je n'ai ni père, ni mère, ni soeur, ni frère.
- Tes amis?
- Vous vous servez là d'une parole dont le sens m'est resté jusqu'à ce jour inconnu.
- Ta patrie?
- J'ignore sous quelle latitude elle est située.
- La beauté?
- Je l'aimerais volontiers, déesse et immortelle.
- L'or?
- Je le hais comme haïssiez Dieu.
- Eh! qu'aimes-tu donc, extraordinaire étranger?
- J'aime les nuages... les nuages qui passent... là-bas... les merveilleux nuages!

^{vi} Un plaisant

C'était l'exposition de nouvel an: chaos de boue et de neige, traversé de milles carrosses, étincelant de joujoux et de bonbons, grouillant de cupidités et de désespoirs, délire officiel d'une grande ville fait pour troubler le cerveau du solitaire le plus fort.

Au milieu de ce tohu-bohu et de ce vacarme, un âne trottaït vivement, harcelé par un malotru armé d'un fouet.

Comme l'âne allait tourner l'angle d'un trottoir, un beau monsieur ganté, verni, cruellement cravaté et emprisonné dans des habits tout neufs, s'inclina cérémonieusement devant l'humble bête, et lui dit, en ôtant son chapeau: "Je vous la souhaite bonne et heureuse!" puis se retourna vers je ne sais quels camarades avec un air de fatuité, comme pour les prier d'ajouter leur approbation à son contentement.

L'âne ne vit pas ce beau plaisant, et continua de courir avec zèle où l'appelait son devoir.

Pour moi, je fus pris subitement d'une incommensurable rage contre ce magnifique imbécile, qui me parut concentrer en lui tout l'esprit de la France.

^{vii} Segundo Le Petit Robert (ROBERT, 1987), province: 1 (1213) Hist. rom. Territoire conquis hors de l'Italie, assujetti aux lois romaines et administré par un gouverneur appelé proconsul ou propréteur; 2 Pays, État; 3 (1867 [Acte de l'Amérique du Nord britannique]) Mod. Au Canada, État fédéré doté d'un gouvernement propre, souverain dans le domaine de ses compétences; 4 (mil. XIIIe) Division d'un royaume, d'un État. — (1899) En Belgique, Unité territoriale dirigée par un gouverneur nommé par le roi, assisté d'un conseil provincial élu au suffrage universel direct, et jouissant de la représentation proportionnelle à la Chambre des représentants; Hist. En France, sous l'Ancien Régime, Circonscription (division militaire et fiscale); Cour. Région, avec ses traditions et ses coutumes particulières; 5 (XVIIe) Partie d'un pays ayant un caractère propre, à l'exclusion de la capital; 6 LA PROVINCE. En France, L'ensemble du pays (notamment les villes, les bourgs) à l'exclusion de la capitale.

^{viii} "Paris fait la France. Mais la France fait aussi Paris." (FRÉMONT, 1997, p.235).

^{ix} Modernity is, therefore, always about "creative destruction," be it of the gentle and democratic, or

the revolutionary, traumatic, and authoritarian kind. It is often difficult to decide if the radical break is in the style of doing or representing things in different arenas such as literature and the arts, urban planning and industrial organization, politics, lifestyle, or whatever, or whether shifts in all such arenas cluster in some crucially important places and times from whence the aggregate forces of modernity diffuse outward to engulf the rest of the world. (HARVEY, 2003, p. 1).

^x Le Berry est resté stationnaire, et je crois qu'après la Bretagne et quelques provinces de l'extrême midi de la France, c'est le pays le plus *conservé* qui se puisse trouver à l'heure qu'il est. Certaines coutumes sont si étranges, si curieuses, que j'espère t'amuser encore un instant, cher lecteur, si tu permets que je te raconte en détail une noce de campagne, celle de Germain, par exemple, à laquelle j'eus le plaisir d'assister il y a quelques années. (SAND, 1995, p. 93).

^{xi} Nohant, sa région et ses habitants, sont pour George Sand un formidable décor. La plupart des romans dit " Champêtres " se passent aux alentours du domaine dans le Berry, " profond " où règne une atmosphère tout à la fois de calme mais aussi où la sorcellerie et les légendes partout présentes dans la vie des gens simples que l'écrivain aimait à illustrer. (TACOT, 1999c).

^{xii} Au cœur de la Vallée Noire, La Châtre, membre des Plus Beaux Détours de France, est une jolie ville du Sud Berry bâtie sur un coteau dominant l'Indre. Au gré des siècles, elle a su conserver un patrimoine architectural intéressant: maisons à colombages, hôtels particuliers, quartier pittoresque des tanneries, pont médiéval... qui gardent le souvenir de George Sand et ses amis. (CAORS-VANDEKERKHOVE, 2012).

^{xiii} Les Bas-Normands sont assurément des gens de l'Ouest, des ruraux de tradition, des herbagers, des éleveurs de chevaux et de gros bétail, des producteurs de fromages et de beurre, des propriétaires assurés de leurs avoirs ou des petits paysans près de leurs sous, tous des conservateurs sans réserve. Longtemps, la Basse-Normandie a ignoré la révolution industrielle. Au-dessus du réseau des bourgs et des petites villes qui donnent le ton, Caen n'est devenue une agglomération importante qu'après la Seconde Guerre mondiale. De grandes usines décentralisées ont alors utilisé les disponibilités d'une main-d'œuvre nombreuse et peu qualifiée en provenance du milieu rural. Dans ce contexte, le conservatisme de fond demeure. (FRÉMONT, 1997, pp. 94-95).

^{xiv} Les Hauts-Normands sont devenus beaucoup plus tôt des citoyens. Très ancienne autour de Rouen, l'industrialisation a inscrit toute son empreinte dès le XIX^e siècle sur l'ensemble de la basse vallée de la Seine, à partir des deux grands ports de Rouen et du Havre, les plus importants de France après Marseille, les plus proches de Paris. La tendance s'est accentuée après la Seconde Guerre mondiale, avec le développement des industries du pétrole particulièrement. Au près des paysans des riches campagnes de l'Eure et du Caux, un peuple d'ouvriers, de marins, de dockers, d'employés de commerce anime les grandes villes de Haute-Normandie. (FRÉMONT, 1997, p. 95).

^{xv} De ses origines normandes, Maupassant a hérité quelques traits, sans doute essentiels, de son tempérament: le sens du réel, subtilement allié aux tentations de la rêverie, le goût de la farce, compensé par une aptitude profonde à la mélancolie, le goût de l'argent et un nostalgique besoin d'évasion, qu'il cultive par des voyages nombreux en Méditerranée à bord de son yacht le Bel-Ami. Au cours des vingt premières années de sa jeunesse, qu'il vécut à Étretat, sa sensibilité s'imprègne des sensations et des formes dont il construira les paysages de ses récits, et il recueille les éléments vrais d'une description saisissante du monde paysan qui l'entoure. C'est par l'expérience directe ou intuitive, par une pénétration presque involontaire des êtres et des choses de son pays que se constitue peu à peu, et en profondeur, le thème normand qui inspire de nombreux contes. (HARDER-SIMILLION, 1974).

^{xvi} "La région, si elle existe, est un espace vécu. Vue, perçue, ressentie, aimée, ou rejetée, modelée par les hommes et projetant sur eux des images qui les modèlent. C'est un réfléchi. Redécouvrir la région, c'est donc chercher à la saisir là où elle existe, vue des hommes." (FRÉMONT, 1999).

3 Literatura Rural Inglesa

Aquilo que mais nos motivou a ler os romances ingleses do século XIX foi a obra de Raymond Williams, *The Country and the City*, na qual as magníficas propriedades rurais, as *country houses*, são descritas de maneira a revelar as condições socioculturais que permitiram aos seus donos, os *landed gentries*, de exercerem seu poder, constituindo uma visão do mundo, estruturada numa rígida noção hierárquica, que se chocava não somente com a dos camponeses, mas também com a de uma classe média em formação.

Assim, nos três primeiros romances, *Wuthering Heights*, *Mansfield Park* e *Adam Bede*, temos essa “colisão” social e suas consequências dilacerantes, na maior parte, como fio condutor fundamental dos seus enredos. No quarto romance, *Jude the Obscure*, fica mais difícil perceber esse confronto nele acontecendo, pois seus personagens não são os das *country houses*, nem aqueles a elas diretamente ligados pelos laços de trabalho, mas personagens criados, embora num contexto das reformas sociais, ainda são veículos dessa visão do mundo, construída pelos poderosos *landed gentries*.

De fato, a influência dessas inúmeras propriedades era tão grande que, nos três dos quatro romances a serem comentados, elas são pontos centrais onde se desenrolam seus enredos. São referências toponímicas importantes tais *country houses* fictícias: *Wuthering Heights*, *Mansfield Park*, *Thruscross Grange*, etc.

Dessa forma, neste capítulo, analisaremos as obras de Emily Brontë (1994) – *Wuthering Heights*, de Jane Austen (2008) – *Mansfield Park*, de George Eliot (2005) – *Adam Bede* e de Thomas Hardy (1994) – *Jude the Obscure*, com intuito de refletir sobre os conflitos provenientes do poder exacerbado da elite inglesa (aristocratas e *landed gentries*), cuja visão do mundo, construída e alicerçada numa estrita noção de hierarquia, fundamentou as relações com outros estratos da sociedade inglesa. Ver-se-á, também, que essa noção de hierarquia regeu as relações sociais, praticamente durante toda a era vitoriana (1857-1902).

Nesse sentido, as representações do espaço rural inglês nos romances serão pensadas em termos dessa noção que instituiu maneiras de pensar e agir no que concerne às regras matrimoniais, o amor, o dinheiro, o trabalho, as posições sociais (simbolizadas nos diferentes títulos nobiliárquicos do *peerage*). Contudo, igualmente, será pensada, não só o auge da influência dessa noção de hierarquia na vida social inglesa, mas também o seu “relativo” declínio (o sistema de títulos, o *peerage*, ainda existe e continua influente), dada a força das reformas sociais na Inglaterra da segunda metade do século XIX. Assim, o romance de

Thomas Hardy, *Jude the obscure*, é uma amostra dessas possibilidades de mudança social nos fins do século XIX.

Ainda na introdução desse capítulo, em linhas gerais, apresentamos a divisão administrativa da Inglaterra para pensarmos nos lugares prováveis, nas terras natais dos romancistas, em que teria se passado o enredo dos romances. Essa análise dos lugares permitiria refletir sobre sua especificidade espacial, rural ou urbano, processos que os animam e os grupos sociais neles interagindo. Assim, apresentamos as regiões inglesas e alguns de seus condados onde se caracterizaram os romances (Regions of England, 2012).

Em linhas gerais, a Inglaterra, coberta de *rolling hills* (colinas), na sua maior parte, é mais montanhosa no norte. A linha divisora, Tess-Exe, deixa clara as diferenças no relevo. Segundo a Enciclopédia Britânica, essa linha³³, “[...] que vai da nascente do Rio Exe, no sudoeste, ao do Tees, no nordeste, é a exata expressão dessa divisão”. A leste, há, também, uma área de pântanos, que, drenada, tem uso agrícola.

Ainda segundo a Enciclopédia Britânica, atualmente, a Inglaterra está, administrativamente, dividida em *regions* (regiões), *counties* (condados), *districts* (distritos) e *parishes* (freguesias). Os *counties*, por sua vez, historicamente, eram as formas administrativas, hierarquicamente, mais importantes, na Inglaterra. De mais a mais, antes da unificação inglesa, os *counties*, velhas unidades territoriais, já tinham emergido de antigos reinos, como Essex e Sussex, de ducados, como Yorkshire, Cornuália e Lancashire e de terras doadas aos nobres, como Berkshire. A Inglaterra divide-se em seguintes regiões: Grande Londres, Leste, Midlands Ocidental, Midlands Oriental, Nordeste, Noroeste, Sudeste, Sudoeste e Yorkshire e Humber. As nove regiões inglesas (Figura 5) subdividem-se em 47 condados (Figura 4).

Na sequência, apresentam-se as regiões em que nasceram e viveram os autores ingleses: Haworth de Emily Brontë (HAWORTH-VILLAGE.ORG.UK 2001 - 2013), uma cidade situada no condado de Yorkshire Ocidental, entre os Peninos, e conhecida como a terra das irmãs Brontë; criados por Georges Eliot (LANDOW, 2012), tanto o condado de Loamshire, quanto a cidade de Hayslope, retratam o mundo rural da região Midlands. *Adam Bede*, ambientado em Hayslope de 1799, é a descrição de uma comunidade camponesa; no condado

³³ “[...] running from the mouth of the River Exe, in the southwest, to that of the Tees, in the northeast, is a crude expression of this division.” (United Kingdom, Encyclopedia Britannica, 2012).

de Hampshire fica a cidade de Jane Austen (JANEAUSTEN.ORG ©2008-2013), Steventon, “onde vivia com sua família, numa casa do fim do século XVII. Nos campos ali perto da casa, o pai de Jane cuidava da terra e a mãe plantava batatas, o que era inédito naquela época. Jane Austen passou para suas obras as impressões desse ambiente sereno e tranquilo”; e, por fim, na descrição de Thomas Hardy’s Wessex webpage (2012), as cidades e regiões ficcionais das histórias de Hardy, a sudeste da Inglaterra:

Wessex de Hardy, localidade ficcional, que, no entanto, fazia parte dos 7 territórios anglo-saxônicos - Norte Umbria, Mercia, Anglia Leste, Essex, Kent, Sussex e Wessex – que foram unificados como Reino da Inglaterra. Wessex de Hardy, no tempo em que foi escrito *Jude the Obscure*, está compreendido entre os limites de Dorset, Wiltshire, Somerset, Devon, Hampshire, grande parte de Berkshire, e um pouco de Oxfordshire.

Figura 4: Os condados da Inglaterra em 1889 (Ceremonial counties of England, 2012).



Fonte: CEREMONIAL counties of England. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Ceremonial_county>. Acesso em: junho 2012.

3.1 Obras e autores ingleses

3.2 Emily Brontë

Emily Brontë faz parte de uma geração de escritoras que inaugurou e sedimentou a tradição da escrita feminina na Inglaterra:

Nasceu no ano de 1818, em Thornton, Yorkshire. Mudou-se para Haworth quando seu pai tornou-se pároco permanente. *Wuthering Heights* foi publicado em 1847 com o pseudônimo de Ellis Bell. Morreu em 1848.

O único romance de Emily foi publicado com o pseudônimo de Ellis Bell, assim como as suas irmãs, Currer Bell e Acton Bell, por terem vivido numa época em que havia preconceito contra escritoras. As Brontë passaram a maior parte de suas vidas no vilarejo de Haworth, localizado no distrito metropolitano de Bradford, Yorkshire Oeste, Inglaterra³⁴. (HAWORTH-VILLAGE.ORG.UK 2001 - 2013, 2012).

Wuthering Heights,

Emily Brontë

A ação se passa no início do século XIX, tendo como narrador Mr. Lockwood, que arrenda a propriedade rural *Thrushcross Grange* e passa a conhecer a história do local.

Os detalhes dessa história são fornecidos pela *housekeeper*, Mrs. Dean, que teria servido tanto nessa propriedade como na *Wuthering Heights*, uma propriedade vizinha.

Através de Mrs. Dean, o narrador passa a conhecer a história de amor entre Heathcliff e Catherine Earnshaw.

O velho Earnshaw, em uma de suas viagens, traz consigo o pequeno Heathcliff, abandonado pelas ruas. O jovem Earnshaw, Hindley, jamais admitiu essa adoção pelo pai e passou a ter uma convivência conflituosa com o novo membro da casa. Catherine, no entanto, desde cedo, tinha uma adoração por Heathcliff, o que o ajudou a suportar o desprezo de Hindley.

Na adolescência, Catherine passa a conviver com Edgar e Isabella Linton, da propriedade vizinha *Thrushcross Grange*, onde Heathcliff nunca foi bem vindo.

Os pais das duas propriedades morrem, deixando os jovens com seus destinos. Catherine, ao se aproximar de Edgar, deixa Heathcliff frustrado e impotente para lutar pelo seu amor. Ele parte, desaparecendo por três anos. Hindley casa-se, mas fica logo em seguida sozinho com um bebê, Hareton, para lembrá-lo das condições em que a mãe falecera ao dar luz.

Enquanto Heathcliff fica sem dar notícias, desolada, Catherine casa-se com Edgar e vai viver em *Thrushcross Grange*.

Heathcliff volta rico e só pensa em se vingar daqueles que o teriam humilhado, Hindley e Edgar. O seu poder destrutivo envolve Isabella, com quem se

³⁴ Minha tradução.

casa após fugirem de Thrushcross Grange, desonrando o irmão Edgar. Depois de muito arrependimento, Isabella vai embora de Wuthering Heights e cria sozinha o franzino Linton, filho de Heathcliff.

Hindley, viciado em jogos e em bebida, endivida-se. Heathcliff vê nisso uma oportunidade para infernizar Hindley, hipotecando a propriedade e sendo admitido nela como beneficiário. Hareton afeiçoa-se a Heathcliff, dada a ausência do amor paternal de Hindley.

Catherine, desiludida e ferida tanto por Heathcliff como por Mr. Linton, adoece gravemente e morre ao dar a luz Miss Cathy com quem Edgar se isola em Thrushcross Grange na tentativa de mantê-la afastada de seus vizinhos nefastos de Wuthering Heights. No entanto, Miss Cathy passa a explorar a região e conhece toda a história da família antes do seu nascimento.

Com a chegada de Linton em Wuthering Heights, Heathcliff vê condições de definitivamente tomar posse de Thrushcross Grange, ao casar o franzino Linton com sua prima, Cathy. O Pai de Cathy, Edgar, morre também doente sem poder fazer nada contra isso.

Depois de realizar a vingança, Heathcliff morre, sempre pensando em Catherine, seu eterno amor. Cathy, depois de ficar viúva de Linton, casa-se com seu primo Hareton e ambos retomam as suas propriedades, tranquilizando Mrs Dean, que sempre olhou por ela.

O romance de Emily Brontë, *Wuthering Heights*, distingue-se das produções de suas irmãs, Charlotte e Anne. A descrição da paisagem anunciaria o tom melancólico do romance. Nessa passagem, vemos essa associação^{xvii}:

'Uivante' é um adjetivo caracteristicamente provinciano, que descreve o tumulto atmosférico a que uma casa está exposta em caso de tempestade. Há simplesmente uma ventania vigorosa o tempo todo: pode-se adivinhar o poder do vento norte soprando sobre a borda, pela inclinação excessiva dos poucos abetos raquíticos no final da casa; e por uma série de plantas magras, todas esticando seus ramos de tal forma como se implorassem pelo sol³⁵. (BRONTE, 1994, p. 20).

Dessa forma, as condições adversas de clima e relevo foram determinantes na composição de suas personagens atormentadas (HAWORTH-VILLAGE.ORG.UK 2001 - 2013, 2012):

A história do romance se passaria nas proximidades do condado de West Yorkshire, mais precisamente no vilarejo de Haworth, onde a família Brontë teria ido morar numa moradia reservada para pastores (*parsonage*). Dos quatro filhos do pastor Robert Brontë, três se mostraram talentosas para a escrita, Charlotte, Emily e Anne. [...]

A região alta ao norte (*highlands*), onde fica Haworth, caracteriza-se por uma vegetação rala, bem montanhosa, em contraste com a região baixa ao sul (*lowlands*), fértil, relevo ameno e plano. O vento não encontra resistência na vegetação

³⁵ Minha tradução.

característica da terra das Brontë, turfeira ou charneca³⁶ (*moorlands*), o que teria propiciado a criação de um cenário de solidão e de melancolia³⁷.

Figura 5: As regiões da Inglaterra representam o mais alto nível das subdivisões da Inglaterra. São nove as regiões: Londres; Sudeste; Sudoeste; Midlands Ocidental; Noroeste; Nordeste; Yorkshire e Humber; Midlands Oriental; Leste. (English regions, 2012)



Fonte: ENGLISH regions. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Regions_of_England>. Acesso em: abril 2012.

Em *Wuthering Heights*, o trabalho com a terra parece não marcar a rotina do dia a dia, apesar de ser uma propriedade rural. Seus personagens vivem isolados, longe da cidade, e não aparecem trabalhando. A finalidade do arrendamento da propriedade *Thruscross Grange*, pelo narrador, não fica clara. Só figuras como as de governanta, de jardineiro/mordomo são

³⁶ Moorland or moor is a type of habitat, in the temperate grasslands, savannas, and shrublands biome, found in upland areas, characterised by low-growing vegetation on acidic soils and heavy fog. Moorland nowadays generally means uncultivated hill land (such as Dartmoor in South West England), but the Old English *mōr* also refers to low-lying wetlands (such as Sedgemoor, also SW England). [...] Generally, moor refers to highland, high rainfall zones, whereas heath refers to lowland zones which are more likely to be the result of human activity. (Moorland, 2012)

³⁷ Minha tradução.

descritas nos seus trabalhos, portanto, a terra é a maior razão de cobiça, veículo da realização da vingança para Heathcliffe.

Em *Wuthering Heights*, a descrição, propriamente dita, de uma vida rural, perde destaque para a querela em torno de um amor impossível para as regras da sociedade estratificada inglesa, cujo topo está ocupado pelos proprietários rurais (*landed gentry*). O inconformismo do perdedor, face ao imutável das regras, gerou e nutriu o sentimento de vingança de Heathcliffe.

Jane Austen

Os seus personagens, celebrizados pelo cinema, continuam a mostrar quase 200 depois, as tensões entre indivíduo e sociedade, o amor e o casamento:

Jane Austen, nascida em Steventon, 1775, no condado de Hampshire, ao Sul da Inglaterra, e falecida em Winchester, 1817, escreveu seis romances completos, dos quais *Mansfield Park* em 1814. George Austen, pai de Jane e de mais sete filhos, era pastor em Steventon e criou um ambiente familiar favorável aos estudos, mesmo para as filhas. Na adolescência de Jane, a família investia um tempo enorme na produção ou recriação de peças de teatro para encenação no ambiente doméstico. Dessa forma, aos 14 anos, Jane já gostava de produzir suas próprias criações. Com a inesperada aposentadoria do pai da vida clerical e, mais tarde, com o falecimento deste, Jane passou a escrever profissionalmente, o que garantiu salvar a família das sucessivas crises financeiras³⁸. (JANEAUSTEN.ORG ©2008-2013 , 2012).

A terra natal de Jane Austen é Hampshire. No site oficial do condado, temos a seguinte mensagem^{xviii}:

Descubra Hampshire
Uma rica herança cultural, litoral diversificado, cidades vibrantes e vilas com movimentados mercados e zona rural conservada fazem de Hampshire um destino ideal para visitas curtas³⁹.

A mensagem cita o termo “zona rural conservada”, o que nos faz pensar sobre o sentido de um “espaço conservado”. De fato, no site, existem seções inteiras, dedicadas aos diversos aspectos da ruralidade dessa região. Não deixam de citar a escritora Jane Austen.

³⁸ Minha tradução.

³⁹ Minha tradução.

Mansfield Park,

Jane Austen

É a história de Fanny Price que vai morar com os tios numa propriedade chamada Mansfield Park no condado *Northhamptom*. A história da sua vida de agregada nessa suntuosa propriedade resulta da união de duas famílias: os Ward com os Bertram.

A mãe de Fanny, agora Mrs. Price, antes Miss Ward, teve um casamento menos vantajoso que as duas outras irmãs Miss Maria Ward e Miss Frances, tornadas respectivamente após o casamento, Lady Bertram e Mrs. Norris.

Todos se beneficiam dos rendimentos do patriarca Sir Thomas Bertram que, com Lady Bertram, educam os filhos Tom, Edmund, Maria e Julia.

Aos dez anos, Fanny torna-se agregada à casa a partir da ideia de sua tia Mrs. Norris, tornada viúva, de obter benefícios para sua sobrinha. Fanny deixa para trás uma família numerosa com uma vida modesta em Huntingdon. O elo mais forte era com seu irmão William, que parte para a marinha.

Depois de bem conhecer as agruras de estar longe do seu meio, face aos sentimentos contraditórios diante da vida abastada em Mansfield Park e das desavenças com as primas Maria e Julia, Fanny conquista o coração de todos, principalmente a afeição de seu primo Edmund.

Os acontecimentos do livro consistem em revelar o cotidiano de Fanny, suas descobertas, suas dificuldades com suas primas e tios e o amor por Edmund.

George Eliot

Continuando o caminho aberto pelas irmãs Brontë, George Eliot observou criticamente o cotidiano das relações sociais inglesas em suas obras:

Nasceu em 1819 e morreu em 1880. George Eliot era pseudônimo para Mary Ann Evans, cuja vida, nos primeiros anos da mocidade, se passou na cidade de Nuneaton, ao norte do condado de Warwickshire, o mesmo de Shakeaspere. Hoje, Nuneaton é a maior e a mais densamente povoada cidade de Warwickshire, que, por sua vez, situa-se na região Centro Oeste da Inglaterra.

Desde muito cedo, Mary Ann mostrou-se muito apta para leitura e escrita, o que fez seu pai encaminhá-la para os estudos. Em 1859, com o pseudônimo de George Eliot, publica seu primeiro dos sete romances, *Adam Bede*, os quais se caracterizam por retratar realisticamente a vida fora da capital Londres. O uso desse pseudônimo deve-se, em parte, para mascarar a associação dos fatos da vida pessoal, conturbados para o padrão moral da Era Victoriana, com a vida literária⁴⁰. (LANDOW, 2012).

Adam Bede,

George Eliot

⁴⁰ Minha tradução.

O primeiro capítulo do primeiro livro de Eliot vem datado de 18 de junho de 1799, apresentando o jovem carpinteiro e construtor Adam Bede, seu irmão Seth, a mãe deles, Lisbeth, e o pai ausente, Thias, moradores de uma pequena cidade rural chamada Hayslope.

A morte do pai Thias, afogado num córrego próximo da casa, depois de voltar de uma noitada, faz revelar a rede de sociabilidade dessa família no momento do funeral: os Poyser, pequenos sitiantes, os Donnithorne, donos das terras, e os Irwine, a família do Rector Adolphus Irwine.

A relação mais próxima da família Bede acontece com os Poyser, pois pertencem a níveis socioeconômicos parecidos, trabalhadores rurais, o que não acontece com os Donnithorne, dono das terras, nem com Irwine, detentor do poder religioso e moral da região.

Os Poyser são os *tenants* de uma das propriedades dos Donnithorne, Hall Farm, onde habitam Mr. e Mrs. Poyser, seus filhos pequenos e duas sobrinhas, Hetty Sorel e Dinah Morris, quando esta não está em atividade como missionária Quaker numa outra cidade.

Seth está enamorado de Dinah, mas fica sem esperanças quando ela parte para outras cidades como missionária para confortar os necessitados da palavra de Deus. Adam corteja Hetty, mas esta também almeja outro tipo de vida, sonhando com o jovem Donnithorne, Arthur.

O jovem Donnithorne não tem plenos poderes sobre as propriedades, pois aguarda a maioridade para substituir seu avô. Mostra-se encantado com o frescor da juventude campestre de Hetty e a seduz com joias e sonhos.

Adam descobre a sedução, acolhe Hetty, mas ela foge para longe na tentativa de esconder os sinais da desonra. Longe de Hall Farm, sozinha, anônima, faminta, sem dinheiro tem um bebê em condições precárias. Na tentativa de ocultar o bebê, enterrando-o num buraco, é denunciada e imediatamente presa por assassinato.

Com a condenação e enforcamento de Hetty, a vida em Hayslope sofre uma total reviravolta. Alguns anos se passam até que Adam se recupere do sofrimento infringido pela morte trágica de Hetty e volte a amar Dinah.

Nesse romance, temos a representação mais ampla do espaço rural inglês, sobretudo em termos de descrição das relações sociais entre os diferentes estratos da população rural, se comparada com a dos dois romances antes examinados. Com efeito, pode-se ver a interação desses diferentes grupos nas reuniões sociais que animam a vida social de Hayslope e seus arredores: nos cultos evangélicos (onde Dinah se sobressai como oradora) e na festa de maioridade do jovem Donnithorne (onde a população convidada, entre famílias de *tenants*, seus agregados, artesãos recebe as honrarias do velho *landlord* Donnithorne).

Vale ressaltar que essa interação era, em muitos aspectos morais, educativos, disciplinares, mediada pela figura do clérigo (no romance o *rector* Irvine e sua família) que

mantinha boas relações, sobretudo, com a família do *landlord*. Muitas vezes, na propriedade em que estavam instaladas as *country houses*, era prevista a *parsonage* (residência do capelão).

Nesse sentido, Eliot fala da influência dos Donnithorne, da supervisão do gerenciamento de sua tradicional propriedade rural, a partir da qual se obtém a renda, que por seu turno, é gerada pelo trabalho agropastoril das famílias dos seus *tenants* (meeiros). De fato, é dessa tarefa de supervisionar a maneira como as terras estão sendo manejadas que o jovem Donnithorne, herdeiro majoritário das terras de seu avô o *squire* Donnithorne e, assim, encarregado de fazer visitas regulares aos seus *tenants*, os Poyser, conhece Hatty.

Conforme o site do parlamento inglês (**UK PALIARMENT 1**), os *landlords* exerciam um poder absoluto sobre os *tenants farmers* no que consistia fixar livremente o aluguel do uso da terra e conceder contratos demasiadamente curtos de arrendamento. Ainda segundo o site, durante o século XIX os *landlords* (donos das terras) deixavam exclusivamente a cargo dos *tenants farmers* (meeiros) o pagamento da despesa realizada em prol das melhorias na terra arrendada. Somente em 1883 com a *Agricultural Holdings Act* (Lei de Arrendamento Agrícola), é que os *tenants farmers* tiveram seus direitos reconhecidos quanto ao pagamento pelas melhorias na terra arrendada.

Adam Bede, um artesão marceneiro, por outro lado, não está submetido ao poderio dos Donnithorne, uma vez que ele representa o trabalhador autônomo a não deixar sua terra natal para trabalhar em grandes centros. De fato, desde a idade média, o cercamento das terras comunais (WILLIAMS, 1975; **UK PALIARMENT 2**) já vinha ocorrendo informalmente. Com o cercamento, essas terras comunais, antes cultivadas por homens livres e *tenants farmers*, passaram para outras mãos. No entanto, durante o século XVII, o sancionamento de sucessivas leis de cercamentos já era corrente. Embora essas leis, nos fins do século XVIII, tivessem proporcionado o aumento da produtividade nas terras cercadas, ora agregando um maior valor às terras arrendadas pelos donos de terras ora trazendo melhorias às terras arrendadas pelos *tenants farmers*, elas ocasionaram a migração dos trabalhadores rurais do campo para cidades.

Thomas Hardy

Segundo o biógrafo de Thomas Hardy:

Thomas Hardy nasceu em 1840 num vilarejo chamado Higher Bockhampton, no distrito de Stinsford, ao leste de Dorchester, a sede do condado de Dorset. Seu pai,

também chamado Thomas, era mestre de obras e empreiteiro. Sua mãe, Jemima, ex-empregada doméstica e cozinheira, foi decisiva na educação de seu filho, inculcando desde cedo amor por literatura.

O jovem Thomas entrou na escola aos oito anos e de lá saiu aos 16. Desde cedo, lia clássicos gregos e romanos traduzidos, tragédias de Shakespeare, a Bíblia, que conhecia excepcionalmente bem, e amava os romances. Embora gostasse muito da escola, preferia a solidão para fazer leituras. Em Dorset, jovem Thomas testemunhou o declínio da tradicional sociedade pastoral e o advento do industrialismo.

Em 1856, sem meios de seguir uma carreira acadêmica ou clerical, Hardy torna-se aprendiz de um arquiteto local, especializado em restauração de igrejas, o que requeria inúmeras viagens pelas diversas localidades de Dorset. Em Londres, durante cinco anos, Hardy trabalhou como assistente do arquiteto, restaurador e designer de igrejas, Athur Blomfield.

Sob a influência dos trabalhos de Herbert Spencer, Thomas Henry Huxley, John Stuart Mill, John Ruskin e Charles Darwin, Hardy reconsiderou sua tradicional educação cristã e decidiu abandonar os planos juvenis de se tornar um clérigo da Igreja Anglicana.

Continuou a escrever poemas que já continham os temas de suas futuras obras em prosa: miséria humana, individualismo, solidão, acaso. Os romances de Hardy se passam num lugar fictício, chamado Wessex, que cobre o sul e sudoeste da Inglaterra.

A má recepção dos dois últimos de seus 14 romances pelo público vitoriano, *Tess of the d'Urbervilles*, de 1891, e *Jude the Obscure*, de 1895, faz Hardy largar a prosa e retornar à poesia, sua verdadeira paixão.

Depois de uma longa vida de reconhecimento de suas obras, falece em 1928⁴¹. (DINIEJKO, 2012).

Jude the Obscure,

Thomas Hardy

Jude Fawley tinha apenas onze anos quando percebeu a importância da educação formal, isto é, um dia poder compartilhar o espaço universitário em Christminster com os sábios, tendo tido uma origem simples. Tudo começa em Marygeen onde mora com uma tia avó, Drusilla Fawley, já idosa, que mantém um pequeno negócio de pães.

É com o antigo *schoolmaster* da cidade, Mr. Phillotson, que Jude sonha com a erudição. Então, faz planos para essa conquista, nada fácil para quem tem poucos recursos. Numa época em que o acesso à universidade requeria várias etapas a vencer, Jude procura ler os clássicos gregos e latinos. Para um dia se sustentar numa cidade grande, resolve tornar-se aprendiz de escultor numa cidade vizinha a Marygreen, Alfredston.

Naturalmente, Jude é engolfado pelos acontecimentos da vida pessoal. Conhece a atração carnal da idade com Arabella Donn, filha de um açougueiro, com quem fica definitivamente ligado pelos laços do matrimônio, numa época em que o divórcio não era concedido tão facilmente.

Encanta-se com uma prima longínqua, Sue Bridehead, mas sua tia avó o proíbe de se aproximar dela. No entanto, apesar de todas as admoestações, Jude fica amigo de Sue.

Em Christminster, Jude tanto se aproxima de Sue como do espaço

⁴¹ Minha tradução.

universitário que o encanta muito, mas que faz ver a impossibilidade de tal empreitada, o de tornar-se um acadêmico.

Com o antigo *schoolmaster*, Mr. Phillotson, Sue e Jude formam um trio que se dissolve com o casamento inesperado de Sue e Phillotson.

Mesmo desesperado, Jude conduz Sue ao altar, que, depois de casada, não consegue esquecê-lo. Separa-se de Phillotson e se junta a Jude, mas sempre perseguidos por não haverem formalizado um casamento oficial. Juntos constroem uma família numerosa com dois filhos de Sue, outro para nascer e o filho de Jude com Arabella.

Contudo, a família numerosa se dissolve com o assassinato dos dois pequenos pelo filho de Arabella, e conseqüente suicídio e aborto. Sue não suporta o peso dos acontecimentos, e volta para Phillotson numa tentativa de redenção.

Jude volta para Arabella, mas, doente e muito infeliz, morre sozinho sem nenhuma assistência.

3.3 Questão de gênero

Em primeiro lugar, nos ocorreu de tratar a questão de gênero por ter observado histórias de amor, centrais ou não, nas quais maneiras distintas de agir e pensar de homens e mulheres são determinantes para levar a um desfecho favorável ou desfavorável. Por seu turno, estas maneiras de agir e pensar são instituídas socialmente com diferentes significados, conforme se variam as sociedades no tempo. É inevitável deixar de comparar com o nosso modo atual de pensar e agir de homens e mulheres.

Das histórias de amor nos romances, pensaremos, sobretudo, no principal fator que não permite o enlace feliz, qual seja, a diferença social entre os casais. Tem essa diferença uma causa: a noção imperiosa da hierarquia de cada membro de um estrato conhecer seu papel e lugar na vida social, condicionando as escolhas amorosas. Existem, então, parâmetros, baseados no respeito a essa hierarquia, para não contrair uma *mésalliance*, um mal casamento.

Ocorreu-nos, também, que outra maneira de tratar a questão de gênero poderia estar na relação direta entre o sucesso autoral da produção feminina dos romances de Jane Austen, de Emily Brontë e de Georges Eliot com a condição feminina na Inglaterra do século XIX.

Dado esse parêntese sobre a maneira geral com que a sociedade inglesa lidava com a questão de gênero, voltamos para o mundo rural inglês. Assim, durante o século XIX, como era a condição feminina nele? Quais eram os tipos de relações entre homens e mulheres? A era vitoriana, dos meados do século (durante o reinado da rainha Vitória, 1837-1901), normalmente vista como contida em termos morais, que influência exerceu no

comportamento e na vida social de homens e mulheres? Existe uma escrita, propriamente, feminina das escritoras inglesas?

Para tanto, se fará uma análise das personagens femininas, o que permitiria ver seus estilos de vida, suas preocupações, seus anseios, seus níveis de conhecimento formal, suas relações com o sexo masculino. Nesse sentido, conforme material anexado (Anexo número...), a análise das 27 personagens femininas levou, sobretudo, em consideração, a classe social delas e o papel, então, derivado nos romances, dado o tipo de pertencimento social.

Treze personagens fazem parte da classe alta, pois são as que vivem da renda da terra ou dos investimentos. Nesse sentido, vale observar que elas são esposas, irmãs, filhas ou sobrinhas dos aristocratas ou dos *landlords*. Certas personagens foram consideradas da classe alta por usufruírem da influência e da ajuda financeira daquele que de fato possuía uma renda anual vultosa (acima de 20 000 libras). Única a possuir o título aristocrático é a Lady Bertram. Elas tinham acesso ao conhecimento formal no ambiente doméstico, através dos preceptores.

Nove delas foram consideradas da classe média por estarem associadas aos *tenant farmers*, aos mestres marceneiros ou aos clérigos, como esposas, mães, tias, irmãs ou sobrinhas. Ellen Dean, como governanta foi colocada nessa categoria, pois fazia um “trabalho mental limpo, sem esforço físico” (Mitchell, 2009). Só a Sue Bridehead, amada de Jude e esposa definitiva do capelão Phillotson, teve acesso aos clássicos latinos e gregos, demonstrando um bom nível de conhecimento formal.

Seis pertencem à classe dos trabalhadores e são empregadas domésticas, damas de companhia, filha do negociante de carne de porco. Pouco se sabe delas nos romances, pois têm aparições rápidas, sempre trabalhando na casa dos *landlords*. Somente da Arabella Donn temos mais informações, uma vez que foi esposa do protagonista Jude. Vale frisar que quanto maior a renda dos *landlords*, maior quantidade de empregados em suas propriedades.

Com efeito, o exercício de papéis masculinos e femininos está ligado a um contexto mais amplo, qual seja, o da influência da família que, por seu turno, trata-se de uma noção cambiante conforme época e sociedade.

A ideia que fazemos do que seja masculino e feminino, homem/mulher, seus papéis, seus comportamentos, mudam conforme a época. A questão de gênero é um dado importante para se compreender a formação de uma dada sociedade. Certos comportamentos, antes considerados indecorosos, não nos chocam mais porque essa ideia mudou. A honra feminina é um conjunto de valores, pensamentos, atitudes, tabus que moldam um agir e um pensar, ainda

hoje existente, mas sob outras formas. Ao compararmos a forma de honra feminina presente nos romances do século XIX e a de hoje, chegaremos a ver os fatores que teriam propulsionado as mudanças.

Nesse sentido, Marlyse Meyer também procura no passado respostas para essa questão no intuito de redescobrir o Brasil, partindo do pressuposto de que os elementos fundantes da nossa cultura estão também na formação sociocultural da Europa. Assim, encontra vários vieses para trilhar esse caminho. A investigação da história das romancistas inglesas do século XVIII mostra quais os temas recorrentes, suas experiências fundamentais para falar da questão feminina:

A grande quantidade de mulheres romancistas na Inglaterra de então originou-se das transformações acarretadas pela Revolução Industrial e pela constituição de uma classe média; novas formas de lazer, reorganização da vida doméstica e conjugal. A novidade de artigos manufaturados e vendidos no mercado dispensou as mulheres das diferentes tarefas caseiras. A família extensa sendo lentamente substituída pelo casamento conjugal, donde, entre outras consequências, a valorização do amor e da livre escolha, ainda que estreitamente vinculados a interesses financeiros. Daí o maior número de mulheres eliminadas do sistema protetor da grande família, obrigadas a procurar sozinhas seu sustento, pela dificuldade em se conseguir o almejado casamento, criando a nova categoria da “solteirona”. O recém-adquirido lazer das mulheres suscitou um novo público leitor, cuja rudimentar cultura as fazia apreciar o gênero mais fácil da ficção em prosa. Desenvolve-se então pela Europa um formidável apetite pelo romance, gosto ao qual nova categoria de livreiros vai responder, lançando o hábito de novo formato, mais barato, o in-12 (décimo) e, principalmente, criando, pelos idos de 1741, na Inglaterra, a *circulating librarie*, que não obrigava à compra do livro, muito caro, mas permitia alugá-lo, volume por volume. A França pouco de pois também adota a praxe do *cabinet de lecture*, o gabinete de leitura, que os primeiros livreiros do Brasil, geralmente de origem francesa, haverão de introduzir aqui. (MEYER, 1993, PP 47-48).

Vale, portanto, ressaltar, ainda com Meyer, que “essa produção feminina de gabinete de leitura no quadro geral da novela pré-romântica” (MEYER, 1993, p. 60) ajudou a formular “uma nova visão da mulher no século XVIII” (MEYER, 1993, p. 63):

Receptáculo de pureza e de virtudes, cabe portanto à mulher ser educadora e ajudar o homem a encontrar o caminho da virtude, ao qual ele, apesar de tudo, aspira. Donde a função didática e moralizadora dessa literatura de gabinete de leitura, mais ampla portanto que de pura “evasão”. Mercadoria reprodutora de ideologia, e como tal chegará ao Brasil, exercendo provavelmente a mesma função civilizadora, educadora e amaciadora de rústicos costumes, fascinando nossos patrícios pelo que vem de fora. (MEYER, 1993, P.67).

Numa leitura mais moderna, o sofrimento de Hetty, a personagem de Eliot (2005) do romance *Adam Bede*, era mais do que previsível, levando-se em conta a maneira como o narrador apresenta as suas ações e atitudes face à vida. Alguém que estaria se preparando para se descartar do seu meio, através de sonhos e desejos impróprios^{xix}:

E os sonhos de Hetty eram compostos de pequenos luxos: o de sentar-se num tapete macio e sempre usar meias calças brancas; o de ter alguns brincos lindos e vistosos

na moda; o de ter laço de Nottingham adornando o seu gorro e ter algo que deixasse seu lençinho perfumado, como o da Miss Lydia Donnithorne quando esta o retirava da bolsa na igreja; e não ser obrigada a acordar cedo ou ser ralhada por alguém. Pensava então que se Adam fosse rico e pudesse dar essas coisas todas, ela o amaria o suficiente para casar-se com ele. (ELIOT, 2005, p. 78).

Essa previsibilidade da perdição de Hetty, pela nossa leitura moderna, já prenuncia mudanças na questão feminina. O sentido de fatalidade, depois da sedução consumada, tornou-se mais ameno atualmente, uma vez que o papel da mulher não se define só em termos de honra. Não é só a virgindade, plena de sentidos, que caracteriza o ser feminino. Hetty, ao permitir a sedução, estava permutando sua “virtude” por uma mudança de posição social.

Arabella, por outro lado, do romance de Hardy (1994), *Jude the Obscure*, manipula Jude, diz estar grávida para levá-lo ao altar. É um tipo de cálculo que recebe a aprovação do seu meio, da sua família, no caso de Arabella^{xx}.

Depois de falar amenidades, Arabella disse abruptamente a sua mãe: ‘Quero que você e o pai vão perguntar como estão os Edlins, esta noite após o chá. Como não há culto vespertino em Fensworth – vocês podem caminhar por lá.’
 ‘Heim? Que tem para hoje à noite?’
 ‘Nada. Quero a casa só para mim. Ele é tímido; e não posso trazer ele com vocês aqui, não posso deixar ele escapar de mim assim.’
 ‘Tá bem então, como você quiser.’ (HARDY, 1994, p. 62).

Feito isso, Arabella tem mais surpresas a seu amado^{xxi}:

Assim que entraram, ela ofereceu um chá, mas era um pouco tarde: seria melhor sentar e conversar com ela. Ela tirou o casaco e chapéu e sentaram-se bem juntos.
 ‘Não toque em mim, por favor,’ disse gentilmente. ‘Sou parte da casca de ovo. Ou talvez devesse ter posto num lugar mais seguro.’ Ela começou a desfazer os laços do gorro.
 ‘Que é isso?’ disse seu enamorado.
 ‘Um ovo – um ovo de galinha. Estou chocando uma sorte grande. Carrego isso por toda parte, e vai se chocar em menos de três semanas.’
 ‘Onde você o carrega?’
 ‘Bem aqui.’ Pôs a mão no peito e tirou o ovo, que estava envolto em lã, bem protegido na bexiga de porco, em caso de acidentes. Depois de mostrá-lo, pôs de volta, ‘Não se aproxime de mim. Não quero que quebre, pois tenho que conseguir um outro.’
 ‘Por que você faz essa coisa estranha?’
 ‘É um costume antigo. Acho que é natural uma mulher querer por coisas vivas no mundo.’ (HARDY, 1994, p.63).

As duas personagens, conforme o narrador, usam a beleza para conseguir os seus desígnios. A beleza de Arabella é um tanto luxuriante, mais popular. Mesmo assim Jude não consegue resistir^{xxii}:

Ele aproximou-se de uma garota de olhos escuros, não tão bela, mas passível de sê-lo a uma certa distância, embora a pele musculosa não fosse macia. Tinha peitos grandes e cheios, lábios carnudos, dentes perfeitos e a cor da pele assemelhava-se ao de um ovo de galinha. Era uma fêmea perfeita – nem mais nem menos; e Jude estava quase certo de que ela se atribuía a empreitada de desviar a sua atenção dos sonhos. (HARDY, 1994, p. 42-43).

Arabella tem artifícios de beleza próprios ao seu meio para seduzir. Isso fica bem claro quando contorce os músculos da face para produzir as covinhas^{xxiii}:

Quando a garota se aproximou dele, ela fez, sem que Jude percebesse, uma pequena sucção de suas bochechas, uma de cada vez, manobra curiosa e original que trouxe, como por magia, covinhas em seu rosto liso e gordinho, que ela foi capaz de reter enquanto continuava a sorrir. Fazer essas covinhas não é uma operação desconhecida, o que muitos tentam, mas poucos conseguem realizar.⁴² (HARDY, 1994, p. 43-44).

A análise dos artifícios para produzir a sedução é interessante, pois isso permite ver o que cada época faz para seduzir, elementos fundamentais na construção da noção de amor romântico.

Em Eliot, temos uma noção de beleza interessante, associada talvez a uma nova visão de mulher, contrastando com as visões atuais. Assim, o narrador fala do tipo de beleza de Hetty^{xxiv}:

Há vários tipos de beleza, que fazem os homens agirem como bobos de vários estilos, desde o desesperado, até o tímido, mas há um tipo de beleza, que parece ser feito para virar a cabeça não só dos homens, mas de todos os mamíferos inteligentes, incluindo de mulheres. É uma beleza como a de gatinhos, ou de patos pequeninos fazendo ruídos leves com seus bicos delicados, ou de bebês apenas começando a engatinhar e se envolver em travessuras conscientes, uma beleza da qual você nunca pode ficar com raiva, mas que o deixa a ponto de enlouquecer pela incapacidade de compreender o estado de espírito em que é colocado. Hetty Sorrel era esse tipo de beleza.⁴³ (ELIOT, 2005, p. 67).

Vemos, então, compor-se um tipo específico de beleza^{xxv}:

É inútil tentar contar-lhe que a bochecha de Hetty era como uma pétala de rosa, que suas covinhas combinavam com seus lábios em beicinho, que seus grandes olhos escuros escondiam uma malandragem delicada sob seus longos cílios, e que seu cabelo encaracolado, embora preso por um gorro para trás, enquanto trabalhava, recuperavam o contraste dos vincos delicados de sua testa, e de suas orelhas brancas; é inútil contar-lhe o adorável contorno de seu lenço rosa e branco, escondido em eu corpete cor de ameixa, ou como o avental de linho amanteigado, com seu bolso, parecia ser algo a ser imitado na versão seda por duquesas, já que lhe ficava tão bem, ou como suas meias marrons e sapatos afilelados de sola grossa perdem o ar desengonçado que eles certamente teriam sem seus pés e tornozelos – inútil, a menos que você já tenha encontrado uma mulher que o tenha perturbado como Hetty afeta seus espectadores, pois de outro modo, embora você possa conjecturar a imagem de uma tão amável mulher, essa imagem não seria nem de perto o que é essa graciosa donzela.⁴⁴ (ELIOT, 2005, p. 67).

Os papéis femininos eram pouco flexíveis nos dois romances. A educação formal era pouco praticada. Dinah, de *Adam Bede*, tem através da religião, no caso metodista, uma

⁴² Minha tradução.

⁴³ Minha tradução.

⁴⁴ Minha tradução.

desenvoltura social, como oradora. Contudo, esse papel é efêmero, pois o casamento e mesmo as instituições não lhe permitem prosseguir.

O caso de Sue, de Hardy, é completamente outro. Embora tenha tido acesso à educação formal, e tenha vivido na cidade, não consegue se libertar da rígida moral da época.

Um indivíduo fora de seu meio torna-se invisível. Desta forma, a gravidez inoportuna de Hetty não *pode* ser vista pela sociedade. É uma anomalia tal que não deve existir. Somente depois que Hetty é presa pelo crime de infanticídio, ficando visível a sua perdição, a sociedade vê a sua condição de mãe assassina.

3.4 Questão da mudança

Muitos já se questionaram acerca da mudança. Em cada época, pensamos e conceituamos o que seja a mudança de uma forma diferente. A sociologia, ao focar a sociedade industrial, por exemplo, procura mostrar as condições que a determinam, atrela-as ao desenvolvimento do capitalismo em suas diversas fases. A Antropologia também procurou pensá-la junto a outros tipos de sociedades, seguindo outros métodos de investigação. O trabalho de Marshal Sahlins, *Ilhas de história*, faz uma leitura atenta das mudanças ocorridas nos mares do sul, nas situações de contato entre o europeu e outras sociedades.

O sentido de mudança que perpassa o romance de Hardy (1994), *Jude the Obscure*, não está apenas associado ao desenvolvimento do capitalismo, mas também às determinações individuais de busca do conhecimento, no caso a erudição exclusiva da classe dominante. A impossibilidade de obtê-la lança Jude num processo de aniquilamento que o leva à apatia, à morte.

Nesse romance de Hardy, o desejo de mudança está presente na própria estrutura do texto, pela intensa movimentação dos personagens em busca de novas oportunidades. São várias cidades implicadas no trajeto percorrido nas intensas andanças.

A força motivadora de mudança em Jude parece vir de um inconformismo por não poder alcançar a cultura erudita, numa época em que havia muita dificuldade em acessá-la. Pouco mais de um século atrás, a cultura erudita era um bem inacessível para muitos que não podiam custear os estudos.

Nos romances ingleses estudados, vários acontecimentos estão associados a mudanças, ocorridas no século XIX, tais como, misterioso enriquecimento de Heathcliff, ávida busca pelo conhecimento, empreendida por Jude, maior presença feminina, tanto como escritoras,

quanto como personagens rebeldes, Sue Bridehead e Catherine Eanshaw, maior visão das cidades, aparecimento da classe média e, conseqüente, diluição da bipolaridade, antes dominante, entre alta sociedade e a classe trabalhadora.

Para compreendermos a natureza e o impacto dessas mudanças na sociedade inglesa do século XIX, trilharemos os passos de Sally Mitchell (2009) sobre a era vitoriana ou vitorianismo, cujo início pode estar, conforme historiadores, ora ligado ao começo do reinado da rainha Vitória em 1837, ora ao *Reform Bill* (Projeto de Reforma) de 1832.

Enfatiza Mitchell (2009) que:

O vitorianismo inglês traz, em si, um significado pleno de ambigüidades, pois, ao mesmo tempo, é citado para descrever exploração e conflito de classes, repressão sexual, rígidos padrões morais, relativos à família, hipocrisia, valoração do trabalho duro e *self-help*⁴⁵ (auto-ajuda), como para falar de um importante período, voltado para execução de uma variedade de projetos públicos, na solução de problemas sociais. Três acontecimentos, anteriores à coroação da rainha Vitória, são cruciais para entender essa era: vitória inglesa contra Napoleão Bonaparte na batalha de Waterloo, em 1815, elevando o orgulho nacional; radical transformação da Inglaterra rural em industrial e potência mundial, através da revolução industrial; e *Reform Bill* de 1832, que dobrou o número de voto masculino, iniciando o processo democrático⁴⁶.

Mitchell (2009, p. 4 a 9) divide a era vitoriana em três fases, de 1837 a 1851, de 1851 a 1857 e de 1857 a 1901. Na primeira fase:

Vitória torna-se rainha, em 1837. Os primeiros anos de seu reinado foram marcados por conflitos sociais e políticos, em razão da rápida transformação, ocasionada pela industrialização. Em 1851, mais da metade da população era urbana, despovoando vilarejos e fazendas. Devido ao alto preço dos alimentos, a depressão e o desemprego, a população era assistida pelo serviço público e pela caridade. Nesse quadro, o índice criminal também havia aumentado. Os donos de terras continuavam mantendo seus privilégios sobre os trabalhadores, ao apoiar a política dos *Corn Laws* (Leis do grão⁴⁷), que favorecia a produção local, com alta taxa de importados. Nesse sentido, o cartismo, primeiro grande movimento dos trabalhadores ingleses, articula-se, ativamente, no período de 1830 a 1840. Contudo, a industrialização também traz prosperidade, por isso a chama do cartismo se extingue. Essa prosperidade se deveu à revolução tecnológica do sistema de transporte, o *boom* da construção das estradas de ferro e os barcos a vapor, que, respectivamente, permitiram um maior deslocamento dentro da Inglaterra, como um estreito contato com o continente americano. Em 1839, pela primeira vez, o governo

⁴⁵ Conforme Mitchell (2009), “[...] os vitorianos amavam o progresso. Para tanto, acreditavam no crescimento pessoal, através da *self-help*, sendo inventivos e perseverantes como inventores, homens de negócios e industriais, por isso eram céticos quanto à genialidade e habilidades inatas para alcançar sucesso. Acreditavam que necessidade, dificuldade e, até mesmo, pobreza eram, como gatilho, determinantes, para promover o crescimento mental e moral. Assim, aliado ao auto-datismo, a origem humilde, ao invés de ser ocultada era, na era vitoriana, um contrapeso ao nivelamento opressivo da sociedade de classes.”

⁴⁶ Minha tradução.

⁴⁷ Segundo Mitchell (2009), entende-se por grão, na Inglaterra, o trigo, *rye*, *barley*, *oat* e milho, vindo das Américas.

inglês investe em educação básica. No final de 1840, surgem os primeiros movimentos, em defesa dos direitos da mulher, que ampliaram o escopo de profissões, com melhores salários⁴⁸.

Na segunda fase, de 1851 a 1857:

Inglaterra gozava de estabilidade interna, progresso e crescente prosperidade, que foi expressa na montagem da grande Exposição de 1851, mostrando invenções e produtos os mais variados, como máquinas agrícolas, telégrafo elétrico, forno a gás, entre outros. Com essa exposição, Londres, definitivamente, fica conectada ao mundo, como uma grande metrópole mundial. Contudo, houve duas intervenções militares nesse período: Guerra da Criméia contra Rússia e Motim indiano em 1857. Internamente, é aprovado o segundo *Reform Bill* de 1867, que, mais uma vez, fez dobrar o eleitorado, permitindo o voto masculino da classe média e dos emergentes da classe trabalhadora. A melhoria do padrão de vida para as famílias das cidades se deveu, sobretudo, às reformas sociais, implementadas pelo governo, tanto conservador como liberal, permitindo acesso a 56 horas semanais, melhores salários, bens de consumo, tempo livre para lazer. Contudo, ainda não é nesse período que vigoraria o voto feminino, apesar da emenda, proposta por John Stuart Mill, ao *Reform Bill* de 1867. No fim dessa segunda fase, a conquista legislativa mais significativa foi aprovação do *Education Act* de 1870, que criou escolas, sob o patrocínio do governo, e tornou disponível o ensino básico na Inglaterra, permitindo ascensão social aos filhos dos trabalhadores. A popularidade da rainha Vitória continua a crescer, como líder moral e modelo familiar, ao dar a luz a nove filhos⁴⁹.

A terceira fase, de 1875 a 1901:

[...] viu emergir novos grupos que passaram a disputar o poder político e econômico. É notória como um período de transição cultural, com a morte de George Eliot, em 1880, de Charles Darwin, em 1882, mas também, com a virulência das obras de Thomas Hardy, Oscar Wilde. Internamente, a agricultura inglesa não conseguia mais competir com Canadá e EUA, o que fez inchar *cities* e *towns* pela onda de trabalhadores rurais em busca de trabalho, elevando para 80% a população inglesa urbana, em 1901. A população como um todo não parou de crescer, devido a medidas de melhoria na saúde pública. Na área dos direitos da mulher, mais e mais lutas do movimento feminino permitiram melhorar as condições de trabalho em áreas, antes barradas para mulheres, como trabalhar no escritório, com a invenção da máquina de escrever e do telefone, em 1870, e, como ser médica. Com o terceiro *Reform Bill* de 1884, resultado das reivindicações populares, um número cada vez maior de trabalhadores urbanos podia votar e, até mesmo, se elegerem na câmara dos comuns, após a supressão da exigência da renda, baseada na terra, como fator de elegibilidade. Na política externa, a expansão colonialista inglesa conquistou novos territórios ao redor do mundo. A guerra na África do Sul (1899-1902), contra os Boer, resulta desse expansionismo, no esfacelamento do continente africano pelas nações europeias. Antes das negociações de paz, morre rainha Vitória, em 1901⁵⁰.

Com efeito, Mitchell (2009, p. 1), objetiva mostrar:

[...] com a breve análise da história da era vitoriana, as diferenças entre história convencional e história social, sendo esta feita de relatos sobre como as pessoas viviam, agiam, passavam o tempo e o que comiam, vestiam, valoravam e, aquela,

⁴⁸ Minha tradução.

⁴⁹ Minha tradução.

⁵⁰ Minha tradução.

constituída por política, economia, legislação, guerras. Enfim, os acontecimentos históricos que moldaram o pensamento e a experiência dos vitorianos comuns⁵¹.

Nesse sentido, a descrição do complexo sistema inglês de deferência, no capítulo 2, *As bases da vida quotidiana: classe, tradição e dinheiro*⁵², por Mitchell (2009), pode, além de explicar os tipos de mudança ocorridos, paulatinamente, nas relações entre as classes, durante a era vitoriana, na qual, basicamente, se passam os romances ingleses selecionados, também pode revelar a importância da monarquia britânica, na Inglaterra de hoje, e o sentido real da democracia numa sociedade, ainda calcada em termos desses valores.

Mitchell (2009), então, enfatiza que:

[...] a sociedade vitoriana era estruturada em classes sociais, cujo modo de vida, essencialmente, tradicional, prevalecia no *country*, no *town* e na *city*. A autora entende que o conceito de classe não dependia apenas da quantidade de dinheiro que as pessoas possuíam, embora, em parte, estivesse associado à fonte de renda, berço e conexões familiares. De mais a mais, como o pertencimento a uma dada classe se revelava na maneira de ser, de falar, de agir e de pensar, os vitorianos pensavam que cada um devesse agir conforme as regras de seu grupo.

[...] do ponto de vista legal, na Inglaterra vitoriana, havia duas classes, a dos aristocratas e a dos comuns, mas era, também, frequente os vitorianos dividirem a sua sociedade em três partes: as *working classes*⁵³ (classes laboriosas), cujo trabalho físico e sujo, feito por homens e mulheres e pago por hora ou semanalmente; os homens das *middle classes* (classes médias), que faziam trabalho mental limpo, sem esforço físico, e, pagos mensalmente ou anualmente; e, por fim, a elite ou *upper classes* (alta sociedade), composta de aristocratas e donos de terras, que não trabalhavam por dinheiro, mas viviam de renda, oriunda de terras herdadas ou de investimentos⁵⁴.

Esses dados acima citados, sobre a estratificação social, na era vitoriana, contribuem, em muito, para análise da origem dos conflitos de classe, suscitados nos romances estudados nesse capítulo. De fato, vale citar que a escolha da descrição do sistema inglês de títulos e privilégios e do modo de vida dos seus beneficiários, de maneira alguma, implicaria em fazer apologia do modo de vida da classe alta.

⁵¹ Minha tradução.

⁵² *The foundations of daily life: class, tradition, and money* (MITCHELL, 2009).

⁵³ No original, a palavra *class*, no plural e determinado, aqui, pelo termo *working*, exprime os diferentes tipos de ocupações, conforme qualificação, renda e horas trabalhadas, educação, interesse, modo de vida. Nesse sentido, profissões mais qualificadas, como padeiro, marceneiro, artesão, tendiam a formar uma subclasse que estava no limite de pertencer à classe média. Lá, o termo *middle classes*, tanto define os grupos voltados para o trabalho físico, portanto, mais próximos da *working class*, quanto a elite, também chamada de *old middle class* ou *upper middle class*, como industriais, clérigos, banqueiros, militares e oficiais navais. Ainda na *middle class* estavam os empregados de escritório e donos de lojas, como representantes do *lower middle class*.

⁵⁴ Minha tradução.

Assim, através da data de publicação dos romances, é possível perceber a evolução do tipo de domínio dessa classe. No romance de Jane Austen, *Mansfield Park*, Fani Price, instalada na suntuosa moradia do clã Bertram, a custo, supera o complexo de inferioridade de não ter valores aristocráticos. No de Charlotte Brontë, *Wuthering Heights*, a vingança de Heathcliff é, inteiramente, voltada contra os preconceitos dos *landed gentry*. No de George Eliot, *Adam Bede*, a sedução da bela camponesa Hetty, por um neto de um *squire*, e seu trágico desfecho, mostra a fixidez das regras estabelecidas, quanto à mistura de classes. No de Thomas Hardy, *Jude the Obscure*, apesar de não haver aristocratas e donos de terras como personagens, a extrema dificuldade de Jude, representante da classe trabalhadora, de se tornar um *scholar* (acadêmico), não estaria fundada, no predomínio, também, cultural da classe alta.

Como já foi dito acima por Mitchell (2009):

[...] aristocratas e *landed gentry* (donos de terras) herdavam milhares de acres de terras, que eram parceladas em *manor* ou *hall*, onde eram construídas as magníficas *country houses*, com sua equipe de serventes, para moradia dos proprietários da *estate*, em mais outras tantas parcelas de *farms*, arrendadas para *tenants*, o que constituíam a renda desses senhores de terras. Os títulos (no caso dos aristocratas) e as terras eram herdadas pelo filho primogênito e os mais novos, frequentemente, com rendas menores, tornavam-se oficiais, clérigos ou administradores coloniais. Com o advento das reformas sociais, políticas e morais, no século XIX, os aristocratas não podiam mais ostentar uma vida de completo ócio, por isso participavam do parlamento, da vida local e faziam caridade, sem que isso implicasse num trabalho pago, maculando a sua condição de nobre⁵⁵.

Próximo passo consiste, então, em entender melhor o sistema de títulos, concedidos pelo monarca inglês, durante a era vitoriana, que ainda deixou marcas na vida social inglesa:

A este respeito, os títulos, as formas de tratamento - dos súditos ao monarca, deste aos possuidores de títulos - os privilégios, formam um conjunto intrincado de termos e conceitos, apenas, bem familiares, aos ingleses. Assim, o *peerage* (pairato) é constituído de cinco níveis, considerados de cima para baixo: *duke* (duque), *marquess* (marquês), *earl* (conde), *viscount* (visconde) e *baron* (barão). Um aristocrata carrega consigo, até a morte, seu título herdado, sem promoções. Para outros casos, os títulos são ora oferecidos por um feito político, social ou cultural, ora, por cortesia, a um filho de aristocrata. Aos duques, viscondes e condes são permitidos portarem vários títulos, obtidos por herança ou casamento. Possuem direitos e responsabilidades, como ser, automaticamente, membro da câmara dos lords, ser julgado por um júri especial, dos seus pares, não ser preso por dívida. *Knights* (cavaleiros) e *baronets* (baronete) são tecnicamente *commoners* (comuns), embora sejam tratados de *Sir*. Os títulos de *knight* e *baronet*, são, respectivamente, aqueles, concedidos por um feito à nação, pelo monarca, portanto intransferíveis aos herdeiros, e estes, herdados.

Enquanto os aristocratas passavam maior parte do tempo em Londres se ocupando com os afazeres no parlamento, a influência local dos *landed gentries* no campo era bem grande. *Burke's Landed Gentry*, publicado pela primeira vez em 1837, vem listando nomes e linhagens desse grupo de pessoas, desde então. Aqueles que, pela

⁵⁵ Minha tradução.

influência local, como juizes de paz, como engajados na vida social, em torno das propriedades, e como praticantes de caridade, assim, se sobressaíssem, recebiam o título de *squire*, um título não legal⁵⁶. (MITCHELL, 2009).

^{xvii} 'Wuthering' being a significant provincial adjective, descriptive of the atmospheric tumult to which its station is exposed in stormy weather. Pure, bracing ventilation they must have up there at all times, indeed: one may guess the power of the north wind blowing over the edge, by the excessive slant of a few stunted firs at the end of the house; and by a range of gaunt thorns all stretching their limbs one way, as if craving alms of the sun. (BRONTE, 1994, p. 4).

^{xviii} Discover Hampshire

A rich cultural heritage, varied coastline, vibrant cities and bustling market towns and unspoilt countryside makes Hampshire an ideal short break destination. (Discover Hampshire, 2012).

^{xix} And Hetty's dreams were all of luxuries: to sit in a carpet parlour, and always wear white stockings; to have some large beautiful earrings such as were all the fashion; to have Nottingham lace round the top of her gown, and something to make her handkerchief smell nice, like Miss Lydia Donnithorne's when she drew it out at church; and not to be obliged to get up early or be scolded by anybody. She thought, if Adam had been rich and could have given her these things, she loved him well enough to marry him. (ELIOT, 2005, p. 78).

^{xx} When the gossip had departed Arabella said suddenly to her mother: 'I want you and father to go and inquire how the Edlins be, this evening after tea. Or no- there's evening service at Fensworth-you can walk to that.'

'Oh? What's up to-night, then?'

'Nothing. Only I want the house to myself. He's shy; and I can't get un to come in when you are here, I shall let him slip through my fingers if I don't mind, much as I care for'n!'

'If it is fine we med as well go, since you wish' (HARDY, 1994, p. 62).

^{xxi} Indoors they went. Did he want any tea? No, it was too late: he would rather sit and talk to her. She took off her jacket and hat, and they sat down-naturally enough close together.

'Don't touch me, please,' she said softly. 'I am part egg-shell. Or perhaps I had better put it in a safe place.' She began unfastening the collar of her gown.

'What is it? said her lover.

'An egg - a cochin's egg. I am hatching a very rare sort. I carry it about everywhere with me, and it will get hatched in less than three weeks.'

'Where do you carry it?'

'Just here.' She put her hand into her bosom and drew out the egg, which was wrapped in wool, outside it being a piece of pig's bladder, in case of accidents. Having exhibited it to him she put it back, 'Now mind you don't come near me. I don't want to get it broke, and have to begin another.'

'Why do you do such a strange thing?'

⁵⁶ Minha tradução.

‘It’s an old custom. I suppose it is natural for a woman to want to bring live things into the world’ (HARDY, 1994, p. 63).

^{xxii} She whom he addressed was a fine dark-eyed girl, not exactly handsome, but capable of passing as such at a little distance, despite some coarseness of skin and fibre. She had a round and prominent bosom, full lips, perfect teeth, and the rich complexion of a Cochin hen’s egg. She was a complete and substantial female animal – no more, no less; and Jude was almost certain that to her was attributable the enterprise of attracting his attention from dreams of the humane letters to what was simmering in the minds around him. (HARDY, 1994, p. 42-43).

^{xxiii} As the girl drew nearer to it, she gave, without Jude perceiving it, an adroit little suck to the interior of each of her cheeks in succession, by which curious and original manoeuvre she brought as by magic upon its smooth and rotund surface a perfect dimple, which she was able to retain there as long as she continued to smile. This production of dimples at will was a not unknown operation, which many attempted, but only a few succeeded in accomplishing. (HARDY, 1994, p. 43-44)

^{xxiv} There are various orders of beauty, causing men to make fools of themselves in various styles, from the desperate to the sheepish; but there is one order of beauty which seems made to turn the heads not only of men, but of all intelligent mammals, even of women. It is a beauty like that of kittens, or very small downy ducks making gentle rippling noises with their soft bills, or babies just beginning to toddle and to engage in conscious mischief- a beauty with which you can never be angry, but that you feel ready to crush for inability to comprehend the state of mind into which it throws you. Hetty Sorrel’s was that sort of beauty. (ELIOT, 2005, p. 67).

^{xxv} It is of little use for me to tell you that Hetty’s cheek was like a rose-petal, that dimples played about her pouting lips, that her large dark eyes hid a soft roguishness under their long lashes, and that her curly hair, though all pushed back under her round cap while she was at work, stole back in dark delicate rings on her forehead, and about her white shell-like ears; it is of little use for me to say how lovely was the contour of her pink-and-white neckerchief, tucked into her low plum-coloured stuff bodice, or how the linen butter-making apron, with its bib, seemed a thing to be imitated in silk by duchesses, since it fell in such charming lines, or how her brown stockings and thick-soled buckled shoes lost all that clumsiness which they must certainly have had when empty of her foot and ankle – of little use, unless you have seen a woman who affected you as Hetty affected her beholders, for otherwise, though you might conjure up the image of a lovely woman, she would not in the least resemble that distracting kittenlike maiden. (ELIOT, 2005, p. 67).

4 Literatura Rural Americana

Neste capítulo, apresentaremos as obras de Mark Twain (2008) – *The adventures of Huckleberry Finn*, e de John Steinbeck (1958) – *Of mice and men*, importantes, respectivamente, por mostrar a experiência de vida próxima ao Rio Mississippi – valores e percepções – e o modelo de ruralidade americana que se divulgou pelo mundo inteiro, primeiro através da literatura, depois pelo cinema.

Por um lado, mostraremos em que sentido as aventuras de Huck e Jim, ao longo do Rio Mississippi, visionam valores da ruralidade americana em contraste com ideias da modernidade, difundida com o incremento da inovação tecnológica da qual a invenção do barco a vapor é um exemplo clássico. Por outro, analisaremos o sentimento nostálgico de viver num mundo rural, não alterado pela modernização, encarnando o sonho dos *ranchers* sem terra de Steinbeck.

Do primeiro eixo de análise, veremos emergir, mergulhando no mundo de Twain, o Vale do Rio Mississippi, valores, ideias e processos ora associados à ruralidade ora à modernidade. Do segundo eixo, nas terras californianas, analisamos os valores que se agregaram à terra com o processo de povoamento da Califórnia pelos espanhóis, constituindo um importante legado hispânico, impresso na paisagem.

4.1 Obras e autores americanos

Mark Twain

De acordo com o biógrafo de Twain, Cramfield (2005a):

Samuel Clemens, mais conhecido como Mark Twain, nasceu em 1835, na cidade de Hannibal, Missouri. Da sua terra natal, Twain recebeu muitas das influências formadoras de suas obras, fundamentais para a história da literatura americana. O jovem Twain conheceu as brincadeiras e o particular modo de vida nos arredores do rio e a escravidão dos africanos. Aos doze, já trabalhava como tipógrafo nos diversos jornais de Hannibal. Em 1850, torna-se navegador de barco a vapor no Rio Mississippi, onde aprendeu a conhecer os perigos da navegação noturna, mas também a inigualável beleza desse rio, o que teria lhe valido a inspiração para duas obras fundamentais, *Life on the Mississippi* (1883) e *The Adventures of Huckleberry Finn* (1884)⁵⁷.

The adventures of Huckleberry Finn,

⁵⁷ Minha tradução.

Mark Twain

Com treze anos, Huck foge de seu pai beberrão, deixando para trás sua vida calma com as senhoras que o adotaram, a viúva Douglas e sua irmã, Miss Watson.

Após simular sua própria morte e fugir, encontra o negro Jim, escravo da Miss Watson, que rumava para estados livres sem escravidão, a fim de ganhar dinheiro e comprar sua liberdade e da sua família.

Antes de ir para o sul, numa jangada, até Cairo, Jim descobre o corpo de um homem, mas não deixa Huck vê-lo. No caminho, vivem uma verdadeira aventura: presenciam uma cena de tentativa de assassinato; com a névoa, passando por Cairo, não vêem um grande barco a vapor e a jangada naufraga com o choque; conseguem aportar a jangada e Huck presencia a disputa entre duas ricas famílias aristocráticas, que acaba na morte de um menino; acolhem dois artistas golpistas na jangada; próximo a Arkansas, Huck impede um linchamento; um dos golpistas vende Jim para fazenda Phelps; para resgatar Jim, Huck se passa por um sobrinho dos Phelps, que não é nada mais que Tom Sawyer, visitando os tios; ao descobrir que Huck não está morto, Tom prossegue com a farsa, tornando-se o irmão mais novo dele mesmo e tramam um plano para libertar Jim; Tom é ferido na noite do resgate, mas conseguem libertá-lo; conseguem um médico para o Tom, e, de novo, Jim é pego; como Jim ia ser executado, Tom revela a alforria de Jim; agora livre, Jim conta a Huck sobre a morte do pai dele, o morto desconhecido no começo da aventura; Huck decide ir para oeste.

A história começa numa casa em St. Petersburg, no estado de Missouri, mas todos outros acontecimentos se passam nas margens do Rio Mississippi (Figura 6), sobre uma jangada, marca de uma vida tradicional, anterior aos barcos a vapor.

Essa viagem de jangada é uma fuga para os dois personagens. É um dado importante no sentido de que Huck e Jim vivem um momento de transição, como tudo em torno deles, a vida no Vale do Rio Mississippi, que por seu turno, se insere num contexto maior das mudanças que afetam diferentemente o sul, tradicionalmente mais agrícola e o norte, mais industrializada dos EUA, no segundo meado do século XIX.

Com a fuga, Huck e Jim estão sujeitos a um isolamento social, próximos da natureza, “prisoneiros” ao longo do Rio Mississippi. A fuga, impondo o isolamento, tem como consequência, o afastamento da influência do grupo. Para Huck, do grupo familiar, do pai que o tiraniza, após simular a própria morte. Para Jim, da escravidão. No entanto, é interessante notar que os objetivos da fuga de Jim são de outra natureza, diferentes dos de Huck. Jim foge da escravidão, mas não quer se isolar do seu grupo. A fuga para Jim é uma tentativa de voltar à sua família, de resgate das relações familiares, de reinserção social. Não por acaso, Jim, dada sua condição de escravo, não é, *ainda*, considerado americano, mas também não é mais africano.

Durante a fuga, através do narrador Huck, vemos contrastar diferentes visões da vida no Vale do Rio Mississippi, tais como a visão fantasmagórica das relações brutalizantes que não passaram pelo processo civilizatório, isto é, a visão inversa daquela que ele tinha no convívio cordial com a viúva Douglas e sua irmã Miss Watson. Com efeito, é pela companhia de Jim, por seu turno, já muito tempo alvo dessa brutalidade como escravo, que Huck, em muitas situações, é poupado dessa violência. Jim é um mediador entre essas duas visões.

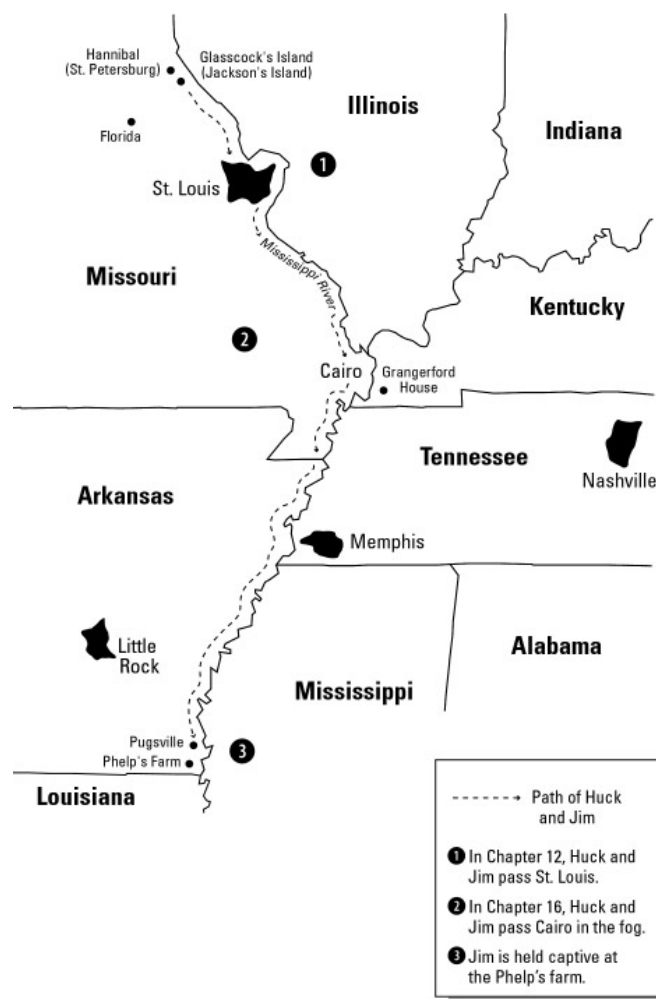
Assim, episódios dessa visão inversa sucedem-se, como violência doméstica, escravidão, tentativa de assassinato e linchamento, brigas entre clãs, morte de um menino resultante dessa disputa, falta de lisura de dois artistas saltimbancos, impunidade da mentira de Tom sobre a alforria de Jim.

Nesse sentido, para Twain, a vida no Vale do Rio Mississippi encerra esse antagonismo, por isso podemos ver *The adventures of Huckleberry Finn* ora como crítica à frouxidão moral, caracterizada na violência dos atos, ora como reconhecimento da sua autenticidade cultural para contrapor-se a um modo de vida europeizante, adotada no leste americano.

Vale analisar os elementos a entrar na composição dessa autenticidade cultural advogada por Twain que, em suma, encerraria noções da americanidade em formação. Assim, da relação Huck/Jim faremos algumas considerações a este respeito.

Twain, ao ilustrar a autonomia de Huck em simular a sua própria morte e fugir do convívio social, põe em evidência as maneiras de pensar e agir na sociedade, menor controle do grupo sobre o indivíduo e menor hierarquia entre indivíduos. Da mesma forma, a posição subalterna de Jim, sem que se leve em consideração a sujeição da escravidão, se deveria a essa menor hierarquia entre indivíduos.

Figura 6: O percurso de Huck e Jim, em *The adventures of Huckleberry Finn* (OLSON-RAYMER, 2011).



Fonte: OLSON-RAYMER, G. Reading companion to *Huckleberry*. Humboldt State University, 2011. Disponível em: <<http://users.humboldt.edu/ogayle/hist110/unit4/HuckFinn.html>>. Acesso em: junho 2012..

Os valores e atitudes, ora estabelecidos pelas relações de escravidão, ora pelo individualismo, se amalgamam, e, na união temporária da fuga, a natureza da hierarquia, expressa na submissão de Jim, um adulto, por uma criança, Huck, não seria possível em culturas não individualistas. Seria afrontosa tal submissão, em culturas como a coreana, cuja hierarquia se impõe em relações entre um adulto e criança, sejam eles da mesma família⁵⁸. Não por acaso, na cultura coreana, a personalidade da distinção indivíduo/pessoa prevalece sobre o individualismo.

⁵⁸ Vale refletir que, entre os franceses, na vida familiar, da distinção *tu* (você) e *vous* (senhor, senhora), respectivamente, expressando tratamentos informais e formais, a escolhida é a da informalidade. Assim, um neto trata seu avô de *tu* e, assim por diante todas relações familiares.

Junto a essas especificidades, outras características, relativas à nação como um todo, se relacionam, se interpõem de que maneira nas obras de Twain e Steinbeck? Nos romances *Adventures of Huckleberry Finn* e *Of mice and men*, várias dessas características foram expressas: a questão da formação da identidade nacional, face ao alargamento das fronteiras (não só local, como a expansão leste-oeste, aquisição de novos estados como Louisiana, partes do México, mas também mundial, culminando na ascensão dos EUA à primeira potência econômica), a da liberdade étnica, social e religiosa como um valor, a do individualismo, a da democracia, a do *American Dream*.

Jonh Steinbeck

O biografo de Steinbeck diz:

Nasceu em Salinas, na Califórnia em 1902. John Steinbeck continua sendo o mais importante dos escritores californianos. Começou sua vida literária nos anos 30, deixando um legado inestimável na cultura e na literatura americanas, ao retratar lugares, trabalhadores marginalizados, pessoas comuns e dramas políticos e sociais. Durante toda sua vida, através dos seus textos, teve um engajamento tanto político como social na luta de seu país. Assim, escreveu trabalhos sobre sociedade nos anos 30, ecologia nos anos 40, relações internacionais na Guerra Fria, estudos culturais do México e dos mexicanos, envolvimento americano na Guerra do Vietnam. Em 1926, Steinbeck recebe o Prêmio Nobel e, em 1968, morre no seu apartamento em New York⁵⁹. (Steinbeck Biography, 2012).

Of mice and men,

John Steinbeck

A ação se passa no vale do rio Salinas, na Califórnia, onde dois homens surgem em meio à vegetação para pegar a trilha correta. Estão à procura de um trabalho para concretizar o sonho de arar a própria terra.

George, seguido de Lennie, vai na frente, na posição de liderança. Chegam a uma fazenda, onde depois de uma rápida entrevista para um trabalho temporário, vão para os alojamentos dos carregadores de cereais.

George sempre pede prudência a Lennie para evitar confusão, pois os novos empregadores não conhecem o passado deles. Lennie parece não ter muita noção do que ele pode fazer com o tamanho dele. George passou a tomar conta de Lennie após ter prometido à tia dele. No entanto, parece não ser uma tarefa fácil manter Lennie calado sem reagir às provocações, num mundo masculino onde a força física em si já incita à disputa.

No novo trabalho, George e Lennie parecem estar perto de concretizar o sonho de suas vidas com os poucos recursos de seus trabalhos, não fosse a morte acidental da esposa de Curly, filho do proprietário da fazenda, desencadeando um clima de linchamento.

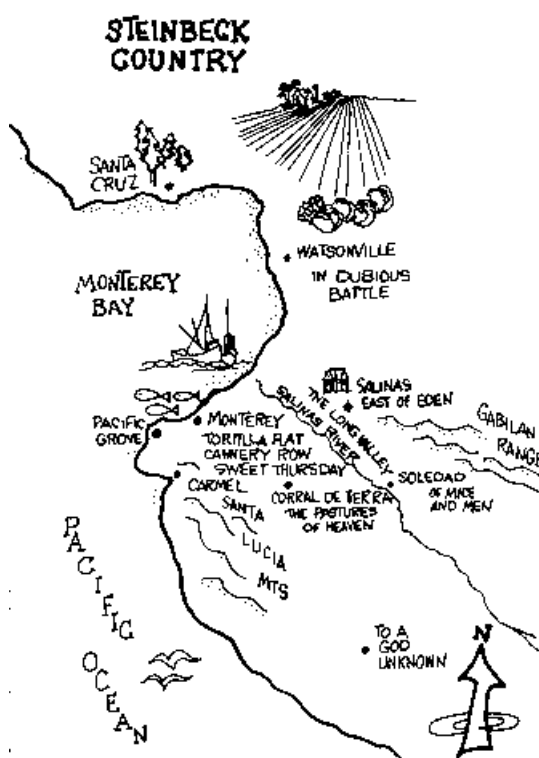
⁵⁹ Minha tradução.

Para evitar que Lennie sofra mais uma vez, George tira a vida de Lennie num ato de misericórdia.

Em *Of mice and men*, também temos uma dupla em fuga, dois *out-siders*, que procuram a reinserção social. Existe, nesse sentido, um sentimento nostálgico de um mundo rural que se perdeu com a modernização dos meios de produção, pois Lennie e George são trabalhadores rurais, sem terra, dependentes da colheita dos grandes fazendeiros. Assim, nutrem o sonho de ter um pedacinho de terra, na tentativa de recuperar as relações, os valores, os costumes que se transformaram.

Desde as primeiras páginas, percebe-se que essa inserção não é possível para Lennie, mesmo que George, ao tirá-lo das enrascadas, tente fazer isso. Como em *Huck Finn*, a dupla, em *Of mice and men*, é constituída de pares desiguais. Estruturalmente, Lennie estaria para Jim, assim como George para Huck, no tocante a um tipo de desfavorecimento, seja ele social ou físico. A análise do tipo de desfavorecimento nos levaria aos pontos nodais dos conflitos étnicos e exclusionistas na sociedade americana.

Figura 7: Principais lugares citados por Steinbeck em suas ficções na Califórnia (RICE, 1998).



Fonte: RICE, S. Steinbeck Country. San Jose State University, 1998. Disponível em: <<http://www.sjsu.edu/faculty/scott.rice/steinbeck1.htm>>. Acesso em: abril 2012..

O atraso mental de Lennie, que o torna parecido como uma criança, o faz desconhecer certas convenções sociais que, num outro tempo, tivessem outros sentidos. Nas duas

enrascadas, o roteiro é sempre o mesmo, nas tentativas de aproximação do feminino: a transgressão do espaço interpessoal homem/mulher por Lennie, que toca o vestido da mulher, culmina num ato de violação feminina. Desse tipo de transgressão, resulta a fuga dos dois. A liberdade é a única possibilidade de continuar sonhando com o mundo rural perdido.

4.2 Mississippi de Twain

Para leitores de Mark Twain, o Rio Mississippi nos faz transportar para o Sul dos Estados Unidos. É o mundo de Tom Sawyer e de Huckleberry Finn. Vários rios são emblemáticos, representativos de um estilo de vida e de história. O Rio Sena é um deles, ao qual ficam associadas ideias, valores que transcendem as fronteiras de um país. Se, por um lado, ao Rio Sena estão associados modos de vida civilizatórios, representativos da cultura erudita, o Rio Mississippi faz gravitar valores da cultura popular americana, da população ribeirinha com seus afazeres simples, bem representados nas aventuras de Huck e Tom Sawyer. Pode-se, então, classificar os rios conforme os valores e representações a eles associados. Rio rural, rio urbano. Ao Rio Mississippi de Huck estão associados barcos a vapor, uma vegetação fechada com ilhas, a tensa relação branco/negro.

Dessa forma, contrastam-se, o Mississippi “real” (The Mississippi River, 2008) e o Mississippi de Mark Twain. Para tanto, inicia-se com algumas considerações sobre a localização e história do Rio Mississippi “real” na sua relação com a história dos EUA no período de 1830-1890. Caracteriza-se, assim, o Mississippi real:

O Rio Mississippi, com uma extensão de 3.779 km, é o segundo rio mais extenso dos EUA, depois do Missouri. Sua área triangular de drenagem, com aproximadamente 3.250.000 km², cobre cerca de 40% da superfície do país e, por isso, é considerado o segundo rio mais largo do mundo. O Mississippi nasce no Minnesota, flui para o sul e passa por 10 estados norte americanos, Minnesota, Iowa, Missouri, Arkansas, Louisiana, Wisconsin, Illinois, Kentucky, Tennessee e, finalmente, o estado de Mississippi. Mississippi em algonquin significa pai das águas (*father of waters*) e, ainda hoje, continua sendo um importante meio de transporte norte americano com uma navegabilidade de 24.150 km aproximadamente.

[...]

Em 1554, Hernando de Soto e sua equipe foram os primeiros a avistar o rio. No século XVII, os franceses Jacques Marquette, Louis Jolliet e La Salle exploraram a parte norte do rio. Dessa forma, La Salle, após alcançar a nascente, solicitou todo o vale do rio para a França. Com a compra da possessão francesa, Louisiana, em 1803, pelos EUA, a parte norte da bacia foi sendo explorada pela expedição liderada por Lewis e Clark. [...] Populações indígenas habitavam ao longo do rio Mississippi: Ojibwa, Winnebago, Fox, Sauk, Choctaw, Chickasaw, Natchez e Alabama⁶⁰.

⁶⁰ Minha tradução.

De fato, a expressão e título *Mark Twain's Mississippi* é uma reunião de análises, feita por Gregg Cramfield (2005a), comentador de Mark Twain, de que nos valem para compreender o romance, *The adventures of Huckleberry Finn*, e, juntamente, as representações da vida no Vale do Rio Mississippi.

Assim, segundo Cramfield (2005a):

[...] a obra de Twain – centrada na sociedade e na cultura do vale do Mississippi, no período de 1830 a 1890 – apresenta temas importantes para a compreensão da sociedade estadunidense de hoje: discussão da questão étnica e identitária, com intenso povoamento do oeste americano e, conseqüente, conflito com os índios; o sentido do desenvolvimento econômico nos EUA e no mundo de Twain, antes, constituído de *towns* (cidades do interior) e de barcos a vapor, que dá lugar ao aparecimento de uma nova ordem econômica, impulsionada por ferrovias e fábricas, e de uma poderosa cultura de elite; e, finalmente, a saga da crise de secessão americana, guerra civil americana⁶¹ (1861-1865) e sua reconstrução⁶².

Prosseguindo com a análise de Cramfield (2005a), temos a importante discussão do significado do Oeste no imaginário americano, pois para Twain a cultura e sociedade do Vale do Mississippi, representativa dessa parte da nação americana, era fundamental para romper com a visão do mundo europeu. Ele acreditava com isso poder mostrar o Oeste ao Leste, no sentido de unir a nação depois dos eventos da guerra de secessão. O rompimento com a cultura europeia pelas nações jovens da América foi uma constante, sobretudo realizado pelos movimentos vanguardistas literários, para poder dar um colorido local ao modo de pensar e sentir.

Ainda em Cramfield (2005a), a análise dessa representação, qual seja, *Mark Twain's Mississippi*, é realizada segundo perspectivas econômicas, políticas, étnicas, religiosas e culturais. Em termos econômicos, o desenvolvimento do Vale do Mississippi está associado à expansão americana para oeste, com melhorias no setor de transporte, de maquinarias e de finanças. Sendo assim, os recém-chegados fazendeiros ao Vale determinaram a mudança no modo de produção agrícola, da agricultura de subsistência familiar para produção de massa, baseada na modernização dos meios de produção e transporte pelo Rio Mississippi, visando alcançar o mercado externo.

⁶¹ Na guerra civil americana, também chamada de “guerra entre estados”, onze estados escravistas reivindicavam a formação dos Estados Confederados da América, rivalizando-se com as forças da União, 25 estados, não escravistas e contrários à secessão. Após quatro anos de luta sangrenta, na maior parte nos estados sulistas, houve rendição dos confederados e abolição da escravidão, seguido da era da reconstrução.

⁶² Minha tradução.

De mais a mais, o crescimento econômico e suas mudanças acompanham a história do Rio Mississippi que, em parte, é narrada, no romance *The adventures of Huckleberry Finn*, na medida em que a viagem dos personagens, Huck e Jim, realiza-se num meio de locomoção mais primitivo, a jangada, integrada aos usos e costumes locais. No entanto, com o desenvolvimento do Vale como um todo, deu lugar aos barcos a vapor e, finalmente às estradas de ferro, que possibilitavam um deslocamento mais rápido, sem depender da fixidez do curso do rio.

Em termos políticos, *The Adventures of Huckleberry Finn*, assim como outras obras de Twain, articulam a defesa da liberdade, da democracia. O papel transformador da educação na execução dos ideais de igualdade, consistente com o pensamento democrático, está presente em *The Adventures of Huckleberry Finn*. Através das lições “mais profundas da filosofia moral americana padrão”, recebidas no convívio com a viúva Douglas, Huck se esmera em buscar “os valores espirituais” e fazer “o bem”, o que o torna civilizado e democrático (CRAMFIELD, 2005c).

A partir da maneira como é tratada a questão racial no romance de Twain, uma vez que em Jim se encontram representadas as imagens da escravidão, nas quais “os africanos eram considerados bens valiosos e móveis, pelos sulistas”. Constata que, apesar dos EUA serem considerados “uma república multi racial”, ora o trato com os diferentes grupos étnicos, tais como indígenas, imigrantes, africanos e seus descendentes ora com grupos religiosos não tem sido satisfatório (CRAMFIELD, 2005b).

Com o tempo, mostra Cramfield que se acrescentaram outras formas de ver a escravidão e os escravos^{xxvi}:

Na verdade, a única maneira de sustentar uma prática que estava se afastando cada vez mais dos ideais políticos do país era desumanizar os escravos, para argumentar que eles ocupavam o degrau mais baixo escala da criação e, assim, foram-lhes negados, legitimamente, quaisquer direitos ou cortêsias humanas de qualquer tipo. (CRAMFIELD, 2005b).

Vale ressaltar em Cramfield os aspectos religiosos e culturais do *Mark Twain's Mississippi*:

A importância cultural do Vale do Mississippi, no desenvolvimento de uma identidade americana, expressa nas atitudes relativas à religião e aos costumes, consiste não na sua total autonomia em relação ao Leste, mas no diálogo, nascido das diferenças.

[...]

Em relação à religião, Twain nos fornece uma visão satírica na interpretação da religião protestante no Vale do Mississippi, pois o evangelismo consistia em doutrinas conservadoras, fundamentadas em cinco princípios^{xxvii} que consideram os seres humanos eternos pecadores depois da queda de Adão; que somos degenerados

e nada nos redimirá; que Deus elege uns poucos para salvação, conforme sua vontade; que uma vez eleitos, esses poucos podem se considerar beneficiários da graça divina; que os agraciados, incorridos em falta, devem continuar a se perseverar, conforme as leis divinas assim refletidas na Bíblia⁶³. (CRAMFIELD, 2005c).

Traçados os pontos gerais da argumentação de Cramfield (2005c), passam-se aos comentários de Jonathan Arac (1996), presentes no artigo, *Putting the River on new Maps: Nation, race, and beyond in Reading Huckleberry Finn*.

A leitura de Jonathan Arac do romance de Twain, *Adventures of Huckleberry Finn*, está mediada pelas diferentes interpretações, realizadas, ao longo do século XX, por críticos literários e acadêmicos americanos, objetivando a “formulação discursiva da América”(ARAC, 1996, 110). Assim, Arac (ARAC, 1996, 111) assinala as principais críticas e defesas, desde a publicação da obra de Twain, em 1885. Cerca de cinquenta anos depois da publicação da obra de Twain, os aspectos tratados, nas escolas e jornais eram: “perfeição quanto à forma e estilo”; importância dessa obra, tanto “como um dos documentos centrais da cultura americana”, mas também “como um dos grandes livros do mundo”, por trazer consigo um “protesto vernacular”, através da “sua narrativa e trama”, permitindo explorar o “psiquê de Huck”; “sátira ao conformismo social”. Passados os anos sessenta, Arac (1996) vê convergir mais e mais implicações das interpretações do pós-guerra. Dessa forma, reúne novas maneiras de compreensão da obra de Twain, articuladas por acadêmicos da terceira geração, frutos do movimento pelos direitos civis.

Com Sheley Fisher Fishkin (*apud* ARAC, 1996, p. 111) e Peaches Henry (*apud* ARAC, 1996, p.111), fica posta em causa a real contribuição literária de Twain, no tocante à cultura afro-americana, pois, no pós-guerra, a procura massiva pela leitura de *Adventures of Huckleberry Finn*, por estudantes do nível médio e universitário, expressando a “canonização do sentimento nacionalista”, coincidia com “a conclamação do movimento afro-americano pelos direitos civis”. Dessa forma, o movimento pelos direitos civis mudou, gradativamente, a academia, que tem incorporado um crescente número de professores afro-americanos, para debater as condições propiciadoras das práticas ofensivas aos seus ascendentes. Ora, nesse contexto, a comunidade afro-americana não se conforma com o fato de ver o termo *nigger* aparecer 213 vezes no romance *Adventures of Huckleberry Finn*.

⁶³ Minha tradução.

Com Fredrick Woodard (*apud* ARAC, 1996, p. 113) e Donnaræ MacCann (*apud* ARAC, 1996, p.113), questiona-se o fato de *Adventures of Huckleberry Finn* ser selecionado como um clássico, um “cânone da ficção americana (ao lado de autores como Henry James, Ernest Hemingway, Herman Melville)”, pois, conforme eles, esse tipo de seleção, automaticamente, deixa de “representar a nação adequadamente, excluindo os escritos femininos e suas leitoras”.

Victor Doyno (*apud* ARAC, 1996, p. 114-115), ao comparar a “liberação da cultura americana da literatura europeia com a libertação de Jim do jugo da escravidão”, exalta “o programa cultural nativista de Twain”, dirigido à “defesa do individualismo” (e seus valores concernentes, como liberdade, democracia) e, contrário, aos valores estrangeiros, mas se esquece das “iniquidades praticadas mundo afora e, também nos EUA, em nome dessa mesma defesa”.

Com Ralph Ellison (*apud* ARAC, 1996, p.117), são questionadas as interações entre cultura e estado, uma vez que *The Adventures of Huckleberry Finn* representava o “nacionalismo americano”, pondo em discussão “a formação dos EUA e sua identidade”.

De fato, essas interações entre cultura e estado têm sido uma das preocupações correntes, também, nas obras de David Harvey (2009). Precisamente, em *Cosmopolitanism and the Geographies of Freedom*, coloca em xeque a retórica da liberdade, utilizada por alguns de seus dirigentes, sobretudo por George W. Bush, para invadir Iraque, em reação aos ataques terroristas de 11 de setembro.

Dado esse quadro externo da administração Bush, Harvey propõe analisar os elementos dessa retórica perversa, articulada conforme os ditos valores, inerentemente americanos, como liberdade, democracia, individualismo. Dessa forma, o debate em torno do conceito de cosmopolitismo, desde a sua origem até os nossos dias se fez necessário. Para isso enfatiza o trabalho de Martha Nussbaum (*apud* Harvey, 2009), que apresenta cosmopolitismo^{xxviii}:

[...] como um ethos, “um hábito mental,” um conjunto de lealdades à humanidade como um todo, para ser inculcado através de um programa educacional próprio (incluindo irrestritas revisões do currículo geográfico, antropológico e ecológico) enfatizando cooperativismo e responsabilidade do cidadão global. (HARVEY, 2009, p. 79).

Desta forma, os escritos de Ellen Bromfield Geld, *Pelas Janelas da fazenda*, podem ser analisados como produções de americanistas, que, fora dos EUA, exercem o espírito cosmopolita de que fala David Harvey. Assim, a obra de Ellen Bromfield Geld (2009), *Pelas*

janelas da fazenda, pode ser vista como uma etnografia do contato de culturas: americana e brasileira.

O livro traça o relato de uma família americana vinda de Ohio para o Vale do Tietê. O que torna a obra marcante são as comparações decorrentes desses dois tipos de vida rural. A partir dessas comparações, pode-se obter um conjunto de valores e percepções acerca de dois modos distintos de vida. A vida em Ohio parece ser mais organizada, controlada. A vida aqui, mais difícil, mais cheia de imprevistos. Tanto lá como aqui, as relações homem-natureza não são nada fáceis. Uma preocupação constante na obra de Geld é certamente a agricultura. Ao percorrer diversos pontos do Brasil, Geld vai ao encontro de respostas para torná-la mais racional e produtiva.

Nessas viagens pelo Brasil, o encontro com pessoas de diferentes origens socioculturais torna ainda mais intrincada essa reflexão em torno da agricultura. Para ela, pensar a agricultura envolve não apenas as questões concernentes à produção propriamente dita, mas também às questões ambientais, sociais e políticas. A obra de Geld não é uma ficção. Disso advêm características próprias da sua estrutura. Se compararmos com obras ficcionais que tratam da vida rural no Brasil, como a de Guimarães Rosa, por exemplo, não temos o tom explicativo que permeia a obra de Geld. Além disso, na sua obra não há personagens, mas pessoas reais que, no processo da escrita, tornam-se públicas.

4.3 Califórnia de Steinbeck

Os aspectos geográficos e históricos da Califórnia são mostrados a seguir:

Califórnia é um estado americano localizado na costa oeste dos EUA, margeando o Oceano Pacífico. Ao leste, limita-se com montanhas da Sierra Nevada, ao nordeste, com abetos da floresta de Redwood-Douglas, e, ao sudeste, com o deserto de Mojave.

[...]

A região central do estado, Central Valley, concentra a principal área agrícola. O mais populoso e terceiro maior estado americano, Califórnia, é tanto fisicamente, quanto demograficamente diverso. Oficialmente, Califórnia também é conhecida como “O Estado Dourado”, famosa pela descoberta do ouro em 1848 e, conseqüente, corrida do ouro. A sua capital é Sacramento.

[...]

O nome Califórnia referia-se a uma extensa área norte-americana, requerida pela Espanha, que incluía grande parte da porção atual do Sudoeste dos EUA e a península mexicana, Baja California. No início do século XVIII, a área conhecida como Alta Califórnia, que compreendia o território da Califórnia, ao norte da península Baja, foi colonizada pelo Império Espanhol, como parte da Nova Espanha. Em 1821, Alta Califórnia tornou-se parte do México, após sua bem sucedida guerra da independência. Em 1846, com a vitória americana contra o México, Alta

Califórnia passa definitivamente para as mãos americanas, tornando-se o trigésimo primeiro estado americano em 1850⁶⁴. (California, 2012).

Jackson J. Benson (2002), no centenário de Steinbeck, fala da importância de ler “os romances e escritos não ficcionais de Steinbeck, como expressões de sua humanidade e de seus valores democráticos, que se tornaram parte no que eles [americanos] tem em comum, parte no que eles [americanos] são.”

Tanto a obra de Twain, como já foi examinada acima, quanto a de Steinbeck, vêm associadas à expressão de valores humanistas e democráticos, almejados na constituição de uma nação. A associação desses valores, humanistas e democráticos, à ideia de nação, recorrentemente, aparece na análise da obra desses autores. Os ideais expansionistas também figuram entre os valores associados à nação.

No romance de Steinbeck (1958), *Of mice and men*, há uma passagem em que George e Lennie sonham com um pedacinho de terra. A tão sonhada terra, descrita no romance com toda infraestrutura, é um modelo de ruralidade que estamos, por outro lado, acostumados a compartilhar, através de filmes americanos sobre a vida no campo. Está fundada num modo de organização bem diferente, se compararmos com a forma de organização rural aqui no Brasil. No modelo rural americano, fica saliente a organização, produto da maior racionalização do espaço.

Tão evidente essa racionalização que até nos livros infantis essa forma de organizar o espaço rural aparece ilustrada. Assim, bem distante, na Alemanha, nos livros infantis, o rural segue o modelo semelhante de organização do *cada coisa no seu lugar*.

No norte da Alemanha, tive uma vez ocasião de ver uma dessas propriedades urbanas que tinha sido desativada e servia naquela época a fins turísticos. O lugar possuía galpões que guardavam a memória da criação bovina, da produção de adubo, a partir do esterco coletado. Uma grande casa, provavelmente teria sido a sede. Os donos que agora alugavam a casa centenária como casa de férias, teriam deixado de criar gado, pois teriam encontrado dificuldades em lidar com os animais confinados cada vez mais ariscos. Próxima à propriedade deles, outros proprietários ainda continuavam a enfrentar as dificuldades da produção agrária, muito, provavelmente, com o subsídio do governo alemão.

⁶⁴ Minha tradução.

Outro modelo de ruralidade é o da Coreia, mais precisamente da região sudeste. Minha família imigrou para o Brasil no final dos anos 60, deixando para trás um país mergulhado na instabilidade econômica e política durante a guerra fria, responsável pela divisão atual das duas Coreias.

A demonstração dessa ruralidade era vista na maneira como as conservas, fundamentais em países frios, eram preparadas artesanalmente, onde o seu processamento industrial ainda era muito raro. Mesmo aqui no Brasil, minha avó, nos anos 70, ainda preparava muitas conservas à base de soja, conforme os moldes de preparação peculiares à tradição rural.

Nos livros didáticos coreanos, através do toque da aquarela, conferindo leveza aos desenhos, as paisagens montanhosas, córregos, libélulas e pessoas translúcidos eram elementos constitutivos, essenciais na construção do modelo rural coreano.

Para salientar o mundo rural de *Of mice and men*, certos fatos históricos da colonização espanhola na América do Norte, que deixaram, já à primeira vista, uma paisagem com essa influência, isto é, nos termos toponímicos, como Los Angeles, San Diego, Soledad, Salina, entre tantos outros, se fazem necessários apontar.

Passa-se, então, para a definição da Nova Espanha, sem, no entanto, delongarmos, nos outros tantos fatos históricos, essenciais, para o povoamento do Novo Mundo. Assim, no Oxford Dictionaries (2012), temos a seguinte definição^{xxix}:

Antigo vice-reino espanhol, estabelecido na América Central e na América do Norte em 1535, cuja capital era a atual Cidade do México. Compreendia todas as terras sob o domínio espanhol, ao norte do istmo do Panamá, incluindo partes do sul dos EUA. Também compreendia possessões espanholas no Caribe e nas Filipinas. O vice-reino foi abolido em 1821, quando México tornou-se independente.

[...]

De fato, ao norte do istmo do Panamá, o governo espanhol contava com a ocupação da Nova Espanha, composta de seguintes territórios: México, os estados do Texas, do Arizona, do Novo México, da Califórnia e outras terras.

O legado da cultura espanhola, cerca de três séculos, foi, e continua sendo, muito grande no hemisfério norte, com a hispanização da cultura americana. Ao analisarmos o mapa da terra de Steinbeck, a Califórnia, vemos, através dos termos toponímicos, a expressão, a mais aparente, desse legado.

Através da análise do termo *ranch* espanhol, temos uma via de acesso a tantos outros aspectos do legado espanhol, sobretudo, na Califórnia. Lennie e George são *ranchers*, trabalhadores rurais. Os termos, *rancher*, *ranch*, originam-se do *ranch* espanhol, que, por sua vez, estão, intimamente, ligados aos fatos de ocupação da Califórnia, durante a colonização

espanhola da América do Norte (1535-1821), quais sejam, as missões, os *presidios* (fortificações) e *pueblos* (povoados).

Assim, segundo Cris Perez (1982):

A Califórnia foi o último território a ser povoado, tendo a missão e *presidio* de San Diego, como a sua primeira colônia. O povoamento, assim começado, pelos espanhóis, seguido pelos mexicanos⁶⁵, resultou na formação de 4 *presidios* (fortificações), 4 *pueblos* (povoados), 21 missões católicas e inúmeras doações de terras (*rancho lands*) aos particulares.

[...]

Embora os *ranchos*, espanhóis e mexicanos, cobrissem uma vasta porção de terra, muito fértil, da Califórnia, não existem mais como monumentos – dessa era “pastoral californiana” – mas apenas os documentos dos títulos de doação das terras, emitidos pelo governo espanhol, e das suas querelas. No entanto, o *presidio* de São Francisco, os *pueblos*, transformados em cidades, como os de San Diego e Los Angeles, e as missões de Santa Barbara e Monterey atestam essa paisagem deixada pela colonização espanhola.

[...]

Na época da formação de *presidios* e de *pueblos*, os *ranchos* eram cedidos, pelas autoridades concernentes, como incentivo agrícola, como pagamento aos soldados e como terras doadas, aos colonos sem propriedades rurais⁶⁶.

Conforme Cris Perez (1982), esses diferentes monumentos históricos bem refletem as intenções do Velho Mundo, face ao novo^{xxx}:

O plano para a colonização da Califórnia consistia em três aspectos, o religioso, o militar e o civil. O primeiro e o segundo estágio consistiam na, concomitante, fundação das missões, para civilizar os indígenas, e das fortificações, chamadas de *presidios*, para proteger as missões e os colonos dos forasteiros. O terceiro estágio, direcionado aos civis, consistia na fundação de comunidades agrícolas, chamadas de *pueblos*⁶⁷. (PEREZ, 1982).

Ainda com Perez (1982), vale lembrar a importância das missões, que:

Fundadas, sobretudo, nas regiões costeiras, no período de 1769 a 1823, pelos monges franciscanos e sob os auspícios da igreja católica, requeriam certas condições para sua construção, como disponibilidade de água e de terra arável e proximidade com a população indígena. Quanto à sua construção, eram vilarejos espanhóis de proporções reduzidas. Nas terras das missões, tanto a produção agrícola, quanto a do gado eram prósperas e contavam com uma enorme diversidade. Assim como, a importância dos *pueblos*, comunidades agrícolas, na Califórnia, que requeriam terras férteis, para suprir os *presidios* com sua produção. Como polos de proteção, muitos dos *presidios* atraíam a população de colonos ao seu redor e tornavam-se *pueblos*⁶⁸.

⁶⁵ É preciso lembrar que o papel do México, no povoamento dos EUA, terminou, administrativamente, com a guerra dos EUA contra o México (1846-1848). Através do Tratado Guadalupe Hidalgo de 1848, o México teve que ceder as terras, hoje consideradas, região Sudoeste, e a Califórnia, aos EUA.

⁶⁶ Minha tradução.

⁶⁷ Minha tradução.

⁶⁸ Minha tradução.

^{xxvi} In fact, the only way to sustain a practice that was drifting further and further from the nation's political ideals was to de-humanize the slaves, to argue that they occupied a lower rung on the ladder of creation and thus were legitimately denied any rights or human courtesies whatsoever. (CRAMFIELD, 2005b).

^{xxvii} (1) that human beings were in a state of sin after Adam's fall, (2) that we were therefore completely depraved and could do nothing in our own power to redeem ourselves, (3) that God would elect a select few for salvation according to his sovereign plan, (4) that once elected, these few would feel themselves as the beneficiaries of God's grace and would be justified by faith alone, and (5) that, while weak and therefore subject to continued sinning (backsliding), the saved would nonetheless persevere in their belief, making every effort to walk in a Godly fashion, that is, to behave according to God's laws as reflected in the Bible. (CRAMFIELD, 2005c).

^{xxviii} [...] as an ethos, "a habit of mind," a set of loyalties to humanity as a whole, to be inculcated through a distinctive educational program (including unspecified revisions to geographical, anthropological, and ecological curricula) emphasizing the communalities and responsibilities of global citizenship. (HARVEY, 2009, p. 79).

^{xxix} Definition of New Spain former Spanish viceroyalty established in Central and North America in 1535, centred on present-day Mexico City. It comprised all the land under Spanish control north of the Isthmus of Panama, including parts of the southern US. It also came to include the Spanish possessions in the Caribbean and the Philippines. The viceroyalty was abolished in 1821, when Mexico achieved independence. (Oxford Dictionaries, 2012)

^{xxx} The Spanish plan for the colonization of California was threefold. comprising of a religious, military, and civil format. The first and second stages consisted of the concurrent establishment of missions to civilize the native Indians and military reservations, called presidios, to guard the missions and settlers against hostiles. The third stage was the civil portion, consisting of the establishment of farming communities called pueblos. (PEREZ, 1982).

5 Literatura Rural Antilhana

Neste capítulo analisaremos as obras de Jacques Roumain – *Gouverneurs de la rosée*, Joseph Zobel – *La Rue Cases-Nègres*, Maryse Condé – *Traversée de la Mangrove* e Simone Schwarz-Bart – *Pluie et vent sur Télumée Miracle*. A seguir passamos a dar uma breve análise da colonização francesa do Haiti, segunda maior ilha das Grandes Antilhas (Figura 8), de Guadalupe e da Martinica, duas ilhas das Pequenas Antilhas (Figura 8), onde se passam os enredos desses romances.

Dessa forma, essa análise se processa no sentido de especificar o papel exercido pelas relações encetadas na colonização francesa das Antilhas, sobretudo as do colonizador (metropolitano ou da terra, *créole*) com o colonizado (africano ou descendente dos franceses, *créole*) na constituição da ruralidade antilhana.

O duplo papel exercido pelos descendentes franceses, os *blancs-créoles* ou *békés*, o do colonizador face aos escravos africanos e o do colonizado em relação aos metropolinos, especular por excelência, entra na formação da identidade antilhana. Ainda mais, com esse duplo papel dos descendentes franceses, os descendentes dos escravos africanos e não os *békés* quem assumiram a condição de colonizado nos romances antilhanos.

Por essa razão, nesses romances, embora sua expressão não tenha sido na língua formada dessa tensão colonial, o *créole* (crioulo), são os afrodescendentes a defenderem seus pontos de vista, numa clara manifestação ao mesmo tempo da criouldade e da negritude.

Passamos, então, a examinar o pano de fundo em que se deram esses processos nas Antilhas, analisando comparativamente a história dessas três antigas colônias francesas. Começamos por analisar Guadalupe e a Martinica que, primeiramente, foram transformados em departamentos ultramarinos franceses (DOM) em 1946 e, mais tarde em 2003 (LECLERC, 2012c; 2012e), em departamentos ultramarinos e regiões francesas (DROM).

Como departamentos ultramarinos insulares, Guadalupe e a Martinica (Figura 9), bem próximos geograficamente, fazem parte da União Europeia e são administrados pela França, por isso guardam uma unidade cultural e histórica maior que com o Haiti (Figura 10), também antiga colônia francesa, mas bem cedo tornado independente.

Todas essas ilhas eram ocupadas pelas populações ameríndias antes da chegada de Colombo. O contato cultural entre esses diferentes povos ficou expresso nos lugares ocupados

(LECLERC, 2012c; 2012d; 2012e): Caribe de caraíba, Martinica de São Martim, Haiti de Ayiti, etc.

Segundo Leclerc (2012c; 2012d; 2012e), a ocupação espanhola do Haiti (Saint-Domingue, denominação francesa), de Guadalupe e da Martinica precedeu a francesa que se deu, sobretudo, durante o século XVII. No Haiti, a ocupação francesa, iniciada em 1670, terminou com a independência em 1804. Em 1636, Guadalupe foi ocupada pelos franceses, mas de 1691 a 1816, fica tanto nas mãos inglesas quanto nas francesas até a sua ocupação definitiva pela França, depois da guerra contra Inglaterra (1756-1763). Na Martinica, a colonização francesa se deu exclusivamente entre 1635 a 1650, alternando a posse com a Inglaterra entre 1656 a 1814 e definitivamente torna-se francesa em 1814, pelo tratado de Paris.

Ainda segundo Leclerc (2012c; 2012d; 2012e), nessas ilhas, houve introdução intensiva do trabalho escravo durante a ocupação francesa para maximizar a produção da cana de açúcar. No Haiti, já nas vésperas da revolução francesa tanto o grupo dominante branco quanto o grupo dominado negro e mulato reivindicavam respectivamente a independência em relação à metrópole e igualdade de direitos. Após a revolta negra de 1791 na qual mais de mil brancos foram assassinados e engenhos de açúcar, pilhados, o Haiti, em 1804 tornou-se independente. Em Guadalupe e na Martinica, somente 44 anos mais tarde que no Haiti, a abolição da escravatura foi concedida, o que mostra menor reação por parte dos guadalupenses e martinicanos ao governo da metrópole.

Figura 8: Localização do Haiti, de Guadalupe e da Martinica. Google maps.



Fonte: Google maps.

Figura 9: Localização de Guadalupe e da Martinica (LECLERC, 2012c).



Fonte: (LECLERC, 2012c). Guadeloupe. **Trésor de la langue française au Québec**. Disponível em: <<http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/amsudant/guadeloupe.htm>>. Acesso em: março 2012.

Figura 10: A posição do Haiti na Ilha Hispaniola (LECLERC, 2012d).



Fonte: (LECLERC, 2012D). **Haïti. Trésor de la langue française au Québec**. Disponível em: <<http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/amsudant/haiti.htm>>. Acesso em: março 2012..

5.1 Obras e autores antilhanos

Jacques Roumain

Segundo Léon-François Hoffmann (2012):

Jacques Roumain nasce em 1907 em Port-au-Prince, Haiti. Inicia os estudos em Saint Louis de Gonzague e os conclui na Suíça, na Alemanha, na França, na Inglaterra e na Espanha, onde começou também os estudos de agronomia. Com 20 anos volta para o Haiti.

[...]

Ajuda a fundar a Revue Indigène, onde são publicados muitos dos seus poemas, contos e traduções. É preso pela primeira vez em 1929, por motivos políticos. É novamente preso em 1933 e 1934, após ter fundado o Partido Comunista Haitiano, no qual exerceu o cargo de Secretário Geral. Fragilizado pelas prisões, parte para Europa.

[...]

Após passar um ano na Bélgica, instala-se em Paris, onde inicia estudos de etnologia na Sorbonne e paleontologia sob a orientação de Paul Rivet, no Museu do Homem. Continua escrevendo para revistas literárias. Torna-se membro da Sociedade dos Americanistas de Paris quando começa a guerra. Parte para os EUA em 1939. Matricula-se na Universidade de Columbia em New York, onde faz pesquisas científicas e colabora em revistas literárias. Eleito o presidente Lescot, em 1941, volta para Haiti.

[...]

No Haiti, funda e dirige o Instituto de Etnologia da República do Haiti (Bureau d'Ethnologie de la République d'Haïti), a partir do qual é publicada uma série de pesquisas referentes à cultura antilhana. Em 1942, é nomeado diplomata no México. No México, em 1944, conclui sua obra prima, *Gouverneurs de la rosée* (Governadores do orvalho), mas no mesmo ano, muito doente, volta para a sua terra natal e morre⁶⁹.

A cultura e língua *créole*, seus valores e significados face ao francês, língua oficial, pode ser vista no romance de Jacques Roumain (2007), onde também se vê prenunciar as dificuldades sociais, políticas e ecológicas do Haiti.

Em Roumain (2007), o trabalho de escritura está intimamente associado ao seu projeto político de repensar os problemas sociais do Haiti. De fato, *Gouverneurs de la rosée* seria uma maneira de dar voz aos habitantes de uma pequena comunidade rural, revelando suas tradições, seus anseios, suas maneiras de pensar e agir. Nesse sentido, Roumain lança mão de dois recursos textuais – a descrição literária, ficcional, e a etnográfica – cujos limites são deveras tênues.

Assim, em tom de testemunho dessa sociedade rural, ao mesmo tempo primórdio de tudo que existe no Haiti, Roumain traduz literariamente o sentimento de esperança de seu alter ego, Manuel, em reunir esforços para continuar seguindo em frente. Em termos etnográficos, Roumain descreve os costumes locais, mostrando o sincretismo das culturas africana e francesa, a criouldade haitiana.

Gouverneurs de la rosée

Jacques Roumain

No Haiti dos anos 30, Délira Délivrance e seu marido Bienaimé, depois de muito aguardar a volta do filho Manuel que partira há anos a Cuba para cortar cana de açúcar, vêm retornar à casa. Há rumores de que teria participado de movimentos populares pelos direitos dos cortadores, fazendo face aos latifundiários.

Manuel não encontra mais a natureza exuberante e fértil que havia deixado nos vales em que crescera. A falta d'água devido ao desgaste do solo é uma realidade entre os que moram próximos à propriedade de seus pais. Muitos são os

⁶⁹ Minha tradução.

vizinhos que ainda não abandonaram as suas terras por falta d'água.

Os únicos que antagonizam com Manuel no seu intuito de encontrar uma solução para o problema ecologicamente viável são o poder local e Gervilen, um primo bem distante que carrega as dores de ter o pai morto por um tio de Manuel.

Ao cortejar Annaïse e ser correspondido, Manuel é ainda mais odiado por Gervilen. No entanto, alheio a esse ódio, Manuel tenta encontrar os lençóis freáticos para salvar o seu povo da seca provenientes do desmatamento e da erosão do solo.

Ao encontrar um grande veio d'água, Manuel leva Annaïse para conhecer a fonte e vivem momentos sublimes de amor na natureza. Compartilha com os vizinhos a descoberta e preconiza obras para a irrigação quando é violentamente assassinado, provavelmente por Gervilen, que desaparece, impune, da comunidade.

Annaïse, com a ajuda da comunidade, consegue realizar a obra de irrigação, e ilumina a casa de Délira e Bienaimé com um choro de bebê.

No *Gouverneurs de la rosée*, vemos uma comunidade rural que retrata os reflexos da precoce independência do país, no ano de 1804, no que tange as relações étnicas com os brancos. De fato, não ficam evidentes as ambivalências étnicas entre os moradores da comunidade. Existe um conflito com o poder local apenas.

É uma comunidade no sentido sociológico, pois guardam características próprias como reciprocidade, proximidade, etc. Assim, para Robert A. Nisbet (2008), o conceito de comunidade na Sociologia é um divisor de águas entre o pensamento social do século XIX e o da era precedente, a Idade da Razão. Prossegue Nisbet, contrastando a noção do contrato, assumida na Idade da Razão e proporcionadora “do modelo de tudo que era bom e defensável no seio da sociedade” (NISBET, 2008, p. 215) com a da comunidade, considerada em relação a tipos de laços desenvolvidos – “reais ou imaginários, tradicionais ou deliberadamente criados” (NISBET, 2008, p. 215) – e constituindo a imagem de uma boa sociedade. Assim, Nisbet busca definir a ideia de comunidade:

Ao falar em comunidade, refiro-me a algo muito mais amplo que a comunidade local. No sentido em que é empregado por muitos pensadores dos séculos XIX e XX, o termo abrange todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo. (NISBET, 2008, p. 215).

Dessa forma, depois desse parêntese, voltando ao romance de Roumain (2007), vê-se que a reciprocidade está presente nos trabalhos compartilhados da lavoura. Os seus moradores sentem-se “obrigados” a retribuir o trabalho compartilhado, como um compromisso moral.

Outro fator importante é o tipo de relação entre os vizinhos. Estabelecem relações de compadre (*compère*) e comadre (*commère*). Esses termos, acrescidos aos nomes pessoais, fazem alusões ao meio físico, características físicas ou sentimentos: compadre Tronco

Redondo (*compère Boiron*), compadre Casamajor Moreno Bonito (*compère Casamajor Beau brun*), compadre Bem Amado (*compère Bienaimé*), etc.

O sistema de nomeação no *Gouverneurs de la rosée* é constituído de modo a privilegiar a informalidade nas relações interpessoais. Em outros romances franceses, verifica-se essa informalidade no uso de nomes e não de sobrenomes. O esquema francês de nomeação, qual seja, nome (*prénom*) e sobrenome (*nom*), não acontece plenamente, pois algumas pessoas ora são chamadas por um único termo, ora por dois. Não se sabe ao certo se esse uso, nome + sobrenome, indicaria um distanciamento maior. No sistema francês, o artigo definido diante dos nomes não acontece, mas se estes estiverem determinados por um atributo preposto (*petit, grand, vieux*) ao nome recebem um artigo, o pequeno Nicolau (*le petit Nicolas*). Embora o personagem seja nomeado com dois termos, Délira Délivrance, por exemplo, o que levaria a crer que se tratasse de nome + sobrenome, mas o segundo termo não reaparece entre os seus, não tem a função de nome de família.

Há usos de termos afetivos. Dessa forma, o tipo de afetividade difere muito do colonizador, baseado na distinção senhor, senhora (*monsieur, madame*)/você (*tu*). O uso de apelidos é a tradução dessa afetividade. Apelidos gerados de acordo com o conhecimento das características pessoais.

As festas são regadas com uma bebida a base de cana, *clairin*. São ansiosamente aguardadas. Nessas reuniões, o jogo de charadas (*devinettes*) é muito apreciado, anunciando-se o seu momento através do termo “*cric-crac*”, além das cartas, das cantigas (*cantiques*). Mesmo no velório, a tristeza é mediada por ele.

Chega Aristomène, *le Père Savane*, para velar o morto. A mãe do morto reza tanto para os santos católicos como para os africanos. Quanto à religião, vemos o vudu como o elemento sincrético. Assim, os termos *hougan, hounsin, whydah, yanvalou, kataroulo* mostram o processo de sincretismo. A Guiné tem uma função mítica, de uma terra misteriosa.

A paisagem é expressa conforme a beleza afro: “Atrás da casa, a colina bojuda é semelhante à cabeça de uma negrinha com seus cabelos grãos de pimenta preta.”^{xxxix} (ROUMAIN, p.15). Em outros momentos, os processos naturais estão personificados: “São as raízes que fazem amizade com a terra e retém a água ...”^{xxxix} (ROUMAIN, p. 39).

Joseph Zobel

Segundo Alfred Largange (2012):

Joseph Zobel nasceu em 1915 em Rivière-Salée, no Sul da Martinica. Foi criado por sua avó Man Tine, trabalhadora agrícola e, mais tarde, personagem de seu romance *La Rue cases-nègres*. Continua seus estudos sempre como um aluno brilhante em Fort-de-France, junto a sua mãe. A Segunda Guerra Mundial o impede de realizar o sonho de estudar arquitetura na França. Começa a escrever contos que descrevem a vida do mundo rural martinicano. A partir desses textos, conhece Aimé Césaire que o incentiva a escrever um romance. O romance, *Diab'-là*, censurado por tratar da questão colonial, só será publicado em 1947.

[...]

Em 1943, com a queda do Almirante Robert, enviado do governo Vichy, jovem Josef Zobel torna-se encarregado da imprensa do novo governador.

[...]

Em 1946, segue para Paris, onde estuda literatura, arte dramática e etnologia na Sorbonne. Em Fontainebleau, trabalha e mora com sua esposa e três filhos como professor adjunto. Descobre a França rural, principalmente, le Gard. Em 1950, publica o romance *La Rue cases-nègres*, bastante aclamado, tanto pelo público, quanto pela crítica. Em 2006, Josef Zobel morre, em Alès no Gard, França⁷⁰.

Percebemos que os elementos biográficos de Zobel, presentes em *La Rue Cases-Nègres*, ajudam a entender os conflitos interétnicos entre os descendentes dos franceses na Martinica, os *békés* e os afrodescendentes, mas também, centrado nessa questão, escolheu o meio rural das *plantations* onde se originaram esses processos. Nesse sentido, o mundo rural não pode deixar de vir associada à paisagem construída com fins de maximizar a produção da cana de açúcar, com a exploração do trabalho escravo. As *cases-nègres*, típica “moradia” dos escravos contrastam com as *habitations*, “morada” dos senhores das *plantations*.

No romance de Joseph Zobel (1974), a relação dominante/dominado conflituava-se ainda mais com as questões raciais, frutos da exploração humana com a escravização dos negros trazidos da África.

La Rue Cases-Nègres,

Joseph Zobel

É a descrição da vida na Martinica dos anos 30, através dos olhos de José Hassam, da infância à vida adulta, marcada por um sofrimento inerente à condição de descendente de escravos.

A lembrança da sua vida na Rue Cases ao lado da sua avó M'man tine é cheia de travessuras com as crianças desta rua enquanto ela trabalha nos canaviais dos *békés*, descendentes dos colonizadores franceses. M'man Tine luta para tirá-lo da condição de cortador de cana, enviando-o a uma escola em outra cidade.

Aos sete anos, para ficar próximo à escola e ter meios para estudar em Petit-Bourg, José passa a trabalhar na casa de um *béké* casado com uma negra, Mme Léonie, que o explora em troca da casa e comida. José não aguenta e foge. Então, M'man Tine o leva todos os dias para a cidade. José se prepara para os exames com

⁷⁰ Minha tradução.

um novo professor.

A mãe de José, Délie, desta vez luta para garantir os estudos dele no bairro Sainte-Thérèse. Longe da avó, sente saudades da vida livre na Rue Cases.

Com a morte de M'man Tine encerra-se um período de transição entre as lembranças da escravidão e a liberdade. Mesmo na extrema penúria, ela conseguiu oferecer ao pequeno José os meios de aceder à educação formal da classe dominante.

A expressão *case-nègre* refere-se à moradia dos escravos negros. Em francês ficam demarcadas as expressões *habitat* e *habitation*, significando respectivamente a “moradia” dos negros e a “morada” dos senhores. Essa expressão dá nome à rua em que moram as crianças vizinhas ao José. São moradias precárias, em que ficam as crianças guardando-as enquanto os pais trabalham nas plantações de cana. Nesse sentido, o conjunto dessas moradias constitui uma comunidade rural de cortadores de cana, com sua rede de reciprocidade, de ajuda mútua, de pertencimento ao lugar. Mesmo depois da abolição da escravidão, os trabalhadores libertos sem qualificação continuam a trabalhar agora para as usinas de cana de açúcar, o que marca uma passagem importante na produção açucareira das Antilhas. A passagem da *Habitation* (engenho) para *usine* (usina) significou, fortemente, mudanças de natureza tecnológica mais que sociais e políticas em termos de distribuição de renda, pois os brancos detentores do poder financeiro continuaram no poder.

Libertos da escravidão, os negros recebem os seus poucos salários no escritório do plantio de cana. Como sempre, no dia do pagamento, o descontentamento é geral, uma vez que descontados os víveres, as bebidas, não sobra muita coisa.

Quando os pais saem para trabalhar, o bando de crianças, em busca de brincadeiras, acaba gerando uma enorme bagunça nas casas e, conseqüentemente, no retorno deles, muita punição também. Percebe-se que o medo da punição tem uma dimensão fantasmagórica no pequeno José. O medo extremo da punição é a expressão do receio de retorno à condição de escravo. A violência sofrida durante a escravidão fica expressa nas relações.

A avó de José, M'man tine, bem sabe que, embora a escravidão tenha se acabado, os seus grilhões ainda estão presentes na sociedade martinicana. Serão necessárias algumas gerações para que se operem mudanças em favor dos que deram a vida nos canaviais. A percepção de que o único acesso possível para a mudança de vida esteja no conhecimento é bem nítida. Tão clara que M'man tine luta com todas as forças para a conclusão dos estudos de José. A sua luta é bem interessante, pois havia mesmo com a abolição da escravidão em 1848, uma outra

forma mascarada de discriminação, o código do indigenato, que esteve em vigor nas colônias francesas.

Outra questão a ser examinada nas situações de contato seria a da violência que perpassa todo o romance de Zobel, *La Rue Cases-Nègres* (1974), simbolizada no medo da punição nas relações entre dominante-colonizador e dominado-colonizado, contaminando até mesmo as relações familiares dos que sofreram na pele a violência na relação com os brancos.

Nas Antilhas, a cultura do colonizador se manifesta como cultura erudita que se contrapõe à popular, a *créole*. Os *Grands-Blancs* de origem francesa e seus descendentes *Blancs* ou *Békés*, como são referidos pelos negros, constituem um grupo homogêneo quanto à cultura, comportamento, etc.

Maryse Condé

Segundo Thomas C. Spear (2012):

Maryse Condé nasceu em 1937 na cidade de Pointe-à-Pitre, Guadalupe, onde fez o estudo secundário e vai a Paris estudar Letras Clássicas na Sorbonne. Em 1960, casa-se e vai ao Guiné, onde entra em contato com os problemas dos países tornados independentes. Após o divórcio, continua a percorrer a África com seus quatro filhos. Voltando à França, em 1973, casa-se novamente, leciona em diversas universidades e começa a escrever. Depois de publicar seu quarto romance, volta para Guadalupe, mas logo está de partida para os EUA, onde fixa residência e leciona na Universidade de Colúmbia. O romance *Traversée de la mangrove* foi publicado em 1989⁷¹.

Maryse Condé (1989) investiga as causas dos conflitos raciais, sociais, culturais e políticos da sociedade guadalupense, através do mistério da morte de um homem.

Traversée de la Mangrove,

Maryse Condé

Numa pequena cidade de Guadalupe, Rivière au Sel, no funeral de Francis Sancher, não somente a razão de sua morte mas também a teia de relações com a comunidade se desnuda pouco a pouco através das impressões acerca do morto.

De certa maneira, era uma figura que levantava suspeitas pelo seu modo de viver e pelos ideais trazidos de longe em suas viagens. Suspeitava-se que era um homem com um conhecimento extraordinário, mas que se esquivava de aparecer em público. Era uma figura ao mesmo tempo odiada e amada.

A sociedade guadalupense se desenha nesses depoimentos sobre as relações com o morto.

⁷¹ Minha tradução.

O romance de Condé foi tecido pelo mistério intrigante na criação de um clímax e pelos diferentes narradores, responsáveis por testemunhos sobre o morto e as causas prováveis do assassinato. Os textos dos diversos narradores/personagens são expressões das diferentes concepções acerca da relação francês/crioulo. Nesse sentido, segundo Mouhamadou Cissé (2012), *Traversée de la mangrove* fala “francamente dos primeiros passos do exercício da criouldade, livre de um complexo de inferioridade em relação ao francês, a língua do colonizador. Embora, o romance ponha em discussão a livre expressão em crioulo, o seu texto se concretiza em francês mesmo.”

Simone Swarz-Bart

Segundo Kathleen Gyssels (2012):

Simone Schwarz-Bart nasceu em 1938 na França. Sua mãe, professora primária, acompanhou a mudança do marido, deixando Guadalupe. Aos três anos de idade, a família de Simone volta para Guadalupe. Simone estuda em Pointe-à-Pitre, Paris e Dakar.

[...]

Esses lugares, compondo o triângulo imaginário África, Europa, Antilhas, são fundamentais em sua obra. Do encontro com André Schwarz-Bart, também escritor, nasce uma parceria importante para a carreira literária de Simone, como grande incentivador. Simone considera o crioulo guadalupense um importante testemunho da condição antilhana, semelhante a dos judeus.

[...]

Simone Schwarz-Bart publica *Pluie et vent sur Télumée Miracle*, em 1972, uma obra considerada um marco na história da literatura antilhana, caribenha ou pós colonial⁷².

Através desse clássico da literatura antilhana, Simone Swarz-Bart (1972) expressa o sofrimento por que passou o povo guadalupense no encontro entre duas culturas, baseado na desigualdade.

Pluie et vent sur Télumée Miracle,

Simone Schwarz-Bart

Através dos ancestrais de Télumée, é possível observar a história de Guadalupe. Neta de uma negra de beleza lendária, Toussine, filha de Victoire e irmã de Regina. Após ter trabalhado na plantação de cana para os brancos e ter visto a exploração do homem pelo homem, casa-se com o filho de Père Abel, um pequeno comerciante. Em vez de viver feliz, o marido alcoólatra inferniza a sua vida.

Separada, busca na solidão e na privação um sentido para a vida.

O romance de Schwarz-Bart coloca a questão étnica no distanciamento com a comunidade dos brancos (*Békés*). Enquanto em Roumain e Condé, os conflitos étnicos são

⁷² Minha tradução.

ausentes, no sentido de que o confronto étnico toma o segundo plano. Nos romances de Zobel e de Schwarz-Bart a ideia de uma comunidade negra em conflito com a sociedade dos brancos faz-se sentir através da narração/testemunho de confrontos culturais e sociais. Em Zobel, negra casada com branco procede com a mesma crueldade dos brancos e, em Swarz-Bart, há o assédio sexual do patrão branco.

Esse confronto é ainda mais acirrado no caso de Schwarz-Bart, cuja personagem sofre dupla discriminação, enquanto mulher e afro descendente. Também nesse romance, a africanidade faz-se sentir mais agudamente, expressa na busca do sentido da vida, de um desígnio, através do isolamento, de um hermetismo entre os elementos da natureza. Aparece então a figura do xamã para ajudá-la nesse processo. Télumée busca intuitivamente essa privação como se estivesse já determinado culturalmente. É a natureza que a provê, misturando-se a ela.

Tal isolamento também pode ser visto na construção mítica da história do capoeirista baiano, Manoel Henrique Pereira (1895 ou 1900 – 1924), mais conhecido como Besouro Mangangá, no filme de João Daniel Tikhomiroff, onde para fazer frente aos problemas étnicos entre ex-escravos e capangas dos coronéis, o personagem guiado/desafiado, principalmente, pelo orixá Oxum, ganha forças para enfrentá-los. Nesse sentido, o isolamento passa a ser um processo terapêutico de mediação necessária para a superação dos conflitos internos e externos na vida de uma pessoa. A este respeito, Joseph Campbell (1988), em *O Poder do mito*, faz referência à saga do herói, cujos temas, privação, isolamento e superação, interligam-se na explicação dos momentos de conflito.

Segundo Sarah B. Buchanan (2011), comentadora de Simone Swarz-Bart, a nostalgia da África é vivida ativamente pelos antilhanos, no simbolismo natural da terra. Assim, a manutenção das diferentes tradições ancestrais mantidas pelos antilhanos, expressaria a busca de uma identidade nacional, baseada nessa identidade, primeva, a africana.

Ainda segundo Buchanan (2011):

A expressão dessa ancestralidade realiza-se no texto de Simone sob a forma de uma autobiografia oral, sendo a oralidade fundamento das relações ancestrais: Télumée jovem, no vilarejo de Fond-Zombi, educação com sua vó, Toussine, neoescravidão na família branca Desaragne, amor juvenil com Élie e loucura de Télumée, após ser abandonada por ele, segundo amor, Amboise, e sua morte, adoção de uma menina e fim da vida, cuidando do jardim, como uma personagem voltariana.

[...]

A estreita ligação, entre Télumée e natureza, exprime os valores do movimento da negritude, no qual o simbolismo, mulher-terra, é central. Estabelecendo esse diálogo com a negritude, Simone faz contrastar a divergência entre mentalidade branca e

negra, pensada e vivida pelos fundadores do movimento guadalupense, Senghor, Césaire e Damas⁷³.

5.2 Relações interétnicas

Nos quatro romances antilhanos, os conflitos raciais entre brancos e negros são recorrentes, pois se fala de culturas resultantes da colonização francesa baseada na agricultura de exportação, principalmente a cana de açúcar⁷⁴. Até hoje, certas culturas francófonas se sobressaem apenas pelo seu lado paradisíaco, com produtos tipicamente tropicais, como cana de açúcar, baunilha, frutas, etc.

Para analisarmos a natureza desses conflitos, uma digressão histórica se faz necessária, sobre a presença africana nas Antilhas, desencadeada pela importação de mão de obra escrava por colonos europeus, desde o século XVI até meados do XIX, que deixou profundas marcas nas sociedades assim formadas, como a de Haiti, a de Guadalupe, a de Martinica.

Nesse sentido, um dos fatos mais emblemáticos desse sistema de produção, praticada nas Antilhas francesas, seja a instituição do *Code noir* (Código negro)^{xxxiii}, que vem explicitada no site canadense da Universidade de Laval (CÉLIUS, 2006):

Durante a colonização francesa estabelece-se o famoso Código Negro, expedido por Luis XIV, visando a institucionalizar o regime da escravidão e determinando os deveres dos senhores e dos escravos. O Código negro, que passou a vigorar nas Antilhas todas e na Guiana francesa até 1848 (data da abolição definitiva da escravidão pela França), raramente foi respeitado.

Embora o Código não tratasse diretamente de questões de língua, o escravo ficava completamente despojado de sua identidade. Assim, após receber o batismo obrigatório na igreja católica, o africano tornava-se um preto, mudava de nome, abandonava seus modos tradicionais de vestir e sua língua e ainda por cima era marcado a ferro e encaminhado ao trabalho servil. (LECLERC, 2012d).

Vale notar que o termo *noir* francês foi traduzido por “negro” em português, pois aquele não é considerado pejorativo na França, assim como, este, também não, no Brasil (embora se deva evitar usar este termo, pois criam-se constrangimentos). Assim, o termo “preto”, por ser ofensivo aqui, retratava melhor a condição de escravo, *nègre*, no texto do *Code noir*.

⁷³ Minha tradução.

⁷⁴ Vale notar que a saída dos judeus do Brasil, no século XVI, levou o modelo de usina para as Antilhas, lá disseminando o modo de produção do açúcar e concorrendo com o Brasil. Nas Antilhas, o modelo holandês, trazido pelos judeus, aperfeiçoou o modelo francês já existente, principalmente no processo de moagem.

Outro documento importante, desta vez transcrito do site *Les habitations sucreries*⁷⁵, fundado por quatro professores da Martinica, Eve Blondeau, Svend Walter, Erwann Jadé e Morgan Loton (2012), refere-se a um léxico de seguintes termos, que podem levar a uma maior compreensão do sistema de produção da cana de açúcar nas Antilhas francesas: *Amirauté, Asiento, Bagasse, Cabresse* ou *capresse, capre, Cauris, Créole, Droiture, Encomienda, Epave, Exclusif, Indienne, Interlope, Métis, Manumission, Mulâtre, Négrier, Quarteron, Prise, Plantation, Subrécargue, Traite, Voyage triangulaire*.

Desta forma, selecionaram-se desse léxico alguns termos para continuarmos a análise das questões interétnicas nas Antilhas francesas^{xxxiv}:

Mestiço: Indivíduo nascido da união de uma pessoa de origem europeia com uma pessoa ameríndia.

Mulato: Indivíduo resultante da união de uma pessoa de origem europeia e de uma pessoa de origem africana.

Quarteron: Pessoa cuja uma das ascendências, paterna ou materna, é de origem africana.

Quarteron/quarteronne: Filho, filha de um branco com uma mulata, ou de um mulato com uma branca.

Cabresse ou *capresse, capre*: Designam-se assim pessoas negras e relativamente claras de pele (“clara de pele” é a expressão mais comum no francês das Antilhas). Aos franceses da metrópole, desejosos de uma definição mais exata, faz-se necessário esclarecer que estas taxonomias, baseadas em categorias pseudocientíficas errôneas, não se prestam a definições precisas e racionais.

Bossale: Escravo africano vivendo nas Antilhas, mas nascido na África, por oposição aos escravos “crioulos”, isto é, nascidos nas Antilhas.

Crioulo: Toda pessoa (branca ou negra) nascida nas colônias por oposição às que vem da África ou da Europa.

Marronagem: A *marronagem* era o nome dado à fuga de um escravo fora da propriedade de seu senhor na época colonial. O fujão era ele próprio chamado de *Marron* ou *Nègre Marron, Negmarron* até mesmo *Cimarron* (de acordo com o termo espanhol original). O termo “marron” vem do espanhol *cimarrón*: “que vive nos cumes”; (cima = cume) que aparece desde a conquista da Hispaniola; palavra originária dos Arawaks, designa animais domesticados que retornam ao estado selvagem como o porco. A partir de 1540, este termo designa os escravos fugitivos. Este termo será inicialmente aplicado aos indígenas fugitivos e terminará por designar pouco a pouco o selvagem, aquele que retorna ao estado natural⁷⁶. (ROBERT, 1987).

Compara-se, então, a análise dos termos desse léxico com os do dicionário *Le Petit Robert* (ROBERT, 1987). Assim, o termo *métis*, no dicionário, é apresentado no sentido mais geral de mistura, mas distingue com diferentes palavras esse conceito, conforme se trate de coisas, de pessoas ou plantas e animais. Dessa maneira, para coisas é *mélange* (mistura), para pessoas, não se usa uma palavra, mas a mistura vem definida, como^{xxxv} “Cujos pai e mãe são

⁷⁵ Em português, Os engenhos de açúcar.

⁷⁶ Minha tradução.

de raças diferentes” e para plantas e animais, o termo é cruzamento. De mais a mais, vale dizer que, para pessoas, o termo *métis* se especifica em *mulâtre*, fruto da união de um negro com uma branca (ou de uma branca com um negro). Classifica-se, também, de *eurasien* (eurasiano), o fruto da união de um europeu com uma asiática. Ainda no dicionário, o termo, *quarteron*^{xxxvi} e seu feminino *quarteronne*, significa “Descendente de um *métis* e de uma pessoa de raça determinada.

Os termos *cabresse*, *capresse* e *capre* não figuram no dicionário, mas de acordo com o léxico, são palavras muito usadas no vocabulário francês das Antilhas e designam “pessoas negras e relativamente claras de pele”. No texto do léxico, referente ao termo *cabresse*, afirma-se que a expressão “claras de pele” é comumente usada, lá no francês das Antilhas, e com isso faz crer que se trate de uma categoria nativa, mostrando, talvez, o clima de tensão interétnica, proveniente da histórica “supremacia” racial e econômica de brancos europeus e seus descendentes sobre os antepassados da população afro.

Ainda no dicionário *Le Petit Robert*, o termo *créole* vem associado a outros como *créolisation*, *créoliser*, porém a seu sentido propriamente linguístico, referentes ao processo de formação da língua crioula.

Dessa forma, o tema, que decorre da análise do léxico, acima transcrito, nos leva para a colonização francesa nas Antilhas, baseada, sobretudo, no cultivo exploratório da cana de açúcar (sistema de *plantations*), com mão de obra escrava, exercendo diferentes influências na formação da sociedade haitiana, guadalupense e martinicana.

Ao estudarmos o léxico relativo ao período colonial francês na Martinica, depreende-se um sistema sócio econômico, abrangente, praticado nas Antilhas, que deixou e produziu paisagens singulares. Tipos de relações oriundos da escravidão determinaram comportamentos e atitudes face ao trabalho, ao tempo, etc. Nesse sentido, o sistema de *plantations* (engenhos de cana de açúcar) e relações dele decorrente são fundamentais para se compreender a paisagem assim produzida.

A ideia de engenho traduz-se, nas Antilhas, como *Habitation-sucrerie* ou, mesmo, *plantation*, que compreendia a casa do senhor (*la maison du maître*), caldeirão (*chaufferie*), purgador (*purgeur*), moradia dos escravos (*village des esclaves*), a moenda (*moulin à sucre*). Hoje, as remanescentes casas senhoriais tornaram-se pontos turísticos nas Antilhas, assim como aconteceu com os engenhos, no Brasil.

O artigo de Christophe Charlery (2004), *Maisons de maître et habitations coloniales dans les anciens territoires de l'Amérique tropicale*, fornece uma vasta definição e composição da *habitation-sucrierie* das Antilhas. A semelhança com o engenho colonial brasileiro é grande. No entanto, o seu artigo foca a evolução da morada senhorial, modesta e utilitária, no século XVII, primeiramente agregando madeira e depois o tijolo.

No entanto, Christophe Denise (2004) no seu artigo, *Une histoire évolutive de l'habitat martiniquais*, apresenta não só a morada senhorial, mas também a dos escravos (*casès-nègres*), que continuam sendo modelos de moradia das modernas construções, nos dias de hoje. Não foi só a forma de construir as moradias que permaneceram, ao longo da história de Martinica, mas também a estrutura social, tendo no ápice da pirâmide social, os descendentes dos franceses do período da colonização francesa de 1635.

O artigo de Jean Benoist (1968), *Types de plantations et groupes sociaux à la Martinique*, trata da herança cultural da atividade açucareira, principalmente, na sociedade martinicana. Sem, no entanto, deixar de fazer referência à sociedade guadalupense, também. Sua análise relaciona a atividade açucareira e a formação da sociedade martinicana, desde a colonização, até a década de 60. Assim, Benoist (1968) constata que, na Martinica dos anos 60, a influência da atividade açucareira, assim como a do grupo dominante, a população branca, os *Blancs créoles* (crioulos brancos), descendentes dos *Békés*⁷⁷, continua sendo muito grande, mas os martinicanos discutem os entraves da continuidade de um regime econômico colonial e os poderosos a ele associado.

O livro de Jacques Petitjean Roget, *La société d'habitation à la Martinique, un demi-siècle de formation*, sofre as críticas de Jean-Luc Bonniol (1983):

[...] por não ter realizado um estudo das relações inter raciais no período colonial francês, por não ter conseguido estabelecer o aparecimento do preconceito de cor. Embora na época estudada por Petitjean Roget, ainda os negros livres e *mulâtres* (mulatos) não fossem representativos, teria permitido mostrar o lugar concedido ao *mulâtre* (mulato)⁷⁸.

A hegemonia dos *planteurs*, na sua essência, era afirmada pela distinção obtida, face aos da metrópole, com o emprego da palavra *créole* (crioulo), que expressa, como vimos no léxico, alguém (branco ou negro) da terra, das Antilhas, em relação àquele que vem da África

⁷⁷ Conforme *Le Petit Robert* (ROBERT, 1987), o termo *béké* refere-se ao *créole* (crioulo) nascido nas Antilhas. Embora no dicionário não fique claro, além de denominar alguém nascido nas Antilhas, também faz referência aos latifundiários da colônia francesa.

⁷⁸ Minha tradução.

ou da França. Assim, a esse termo, multifacetado, estaria expressa a questão nodal da identidade antilhana. Nesse sentido, procede-se à análise do termo *créole* (crioulo), tanto no contexto étnico, como no linguístico.

Assim, o termo *créole* é explicitado, no site da Universidade de Laval^{xxxvii}:

O termo crioulo possui duas etimologias, uma portuguesa “crioulo”, outra espanhola “*criollo*” que por sua vez vem da mesma palavra latina *criare*, significando “alimentar” ou “criar”, mais precisamente o “serviçal alimentado na casa”. Uma pessoa passava a ser chamada de crioulo por ter nascido na localidade, ser da terra. Antes de mais nada, a palavra crioulo servia para designar a criança branca nascida e educada nas colônias ultramarinas: Martinica, Guadalupe, Guiana francesa, Reunião, Luisiana, etc.

Em seguida, o termo crioulo foi utilizado para designar a população negra – falava-se de crioulo de cor – e, conseqüentemente a língua desta população, o crioulo. O uso da palavra crioulo estendia-se aos animais e objetos que provinham das colônias: as vacas, as galinhas, o café podiam ser crioulos. Para ser crioulo bastava, então, vir ou ser criado nas terras das colônias.

A palavra crioulo foi durante muito tempo empregado neste sentido na Luisiana e mesmo hoje quando designa os crioulos brancos, geralmente membros de ricas famílias donas de canaviasis. Este termo opunha-se à noção de “estranho à cultura local”. Nas Antilhas francesas, utiliza-se geralmente o termo *béké* para designar um crioulo branco.

Outra acepção da palavra crioulo é a que se refere a uma língua mista, chamada crioulo e associada à fala das populações negras⁷⁹. (LECLERC, 2012b).

Percebe-se que há, quase, uma obsessão para determinar o gradiente “de cor” da população, polarizando o branco, no nível “superior” e o “de cor” no estrato inferior (embora a palavra “negro” não tenha sido mencionado). Essa maneira de demarcar aquele que nasce nas colônias, dando seu pertencimento, daquele que vem da metrópole, teve um particular significado na formação identitária da população branca nas Antilhas francesas.

Com efeito, outro grande impacto, em termos de mudança, ocorreu depois da abolição da escravidão, em 1793, no Haiti, e em 1848, na Martinica e em Guadalupe. A este respeito, Beaudoux-Kovats e Benoist (1972, p. 81) falam da “completa mudança estrutural no Haiti, sacudindo, inteiramente, as bases da sociedade nas quais estavam assentadas a vida econômica e a organização social”.

Ainda, conforme Beaudoux-Kovats e Benoist (1972, p. 81):

No Haiti⁸⁰, a abolição levou à independência política e ao desaparecimento total das antigas estruturas. Em Guadalupe, a continuidade parcial da estrutura tradicional se

⁷⁹ Minha tradução.

⁸⁰ Vale observar que, no romance de Jacques Roumain, *Gouverneurs de la rosée* (2007), o quase desaparecimento da antiga estrutura teve repercussão nas relações interétnicas, o que se faz sentir na ausência de antagonismos étnicos. De fato, no seu romance, a beleza negra é enaltecida. O uso de termos como *nègre* ou

fez com a substituição dos antigos *planteurs* da época escravagista pelos que vieram de fora com capital externo. Na Martinica, por outro lado, observa-se a completa manutenção estrutural⁸¹.

Examinam-se, então, o impacto dessas mudanças na composição étnica do Haiti, de Guadalupe e da Martinica. Assim, as informações demo linguísticas do Haiti, extraídas do site da Universidade de Laval, são as seguintes^{xxxviii}:

A população do Haiti estava estimada em 8,3 milhões de habitantes em 2005. Cerca de 74% da população vive na zona rural. A quase totalidade dos haitianos, isto é 95%, descendem dos escravos negros e o restante da população constitui-se de mulatos (resultado da mestiçagem entre africanos e franceses). Atualmente, estima-se que aproximadamente 400 000 pessoas (cerca de 5%) falam francês; trata-se em primeiro lugar de uma pequena elite rica que ora reside nas altas cercanias de Pétionville ora nas principais cidades da ilha (Jérémie, Cap-Haïtien, Cayes, Jacmel, Gonaïves) e que também frequenta caros restaurantes franceses, assim como uma pequena classe média mais escolarizada. Praticamente toda a população do Haiti fala o crioulo como língua materna⁸². (LECLERC, 2012d).

Neste outro extrato, do mesmo site acima mencionado, o termo “de cor” aparece acoplado ao de “gente”, falando da situação étnica em Guadalupe e nas ilhas sob sua influência (LECLERC, 2012c)^{xxxix}:

Do ponto de vista étnico, Guadalupe é constituído de “gente de cor”: são os mulatos, majoritários (65%), seguidos por negros (28%) e indianos (4%) de origem asiática, mas trata-se de aproximações. Oficialmente, não há negros, nem mulatos, nem brancos em Guadalupe, sendo mal vistas estas distinções e alvo de certos tabus, o que talvez demonstre um mal estar a esse respeito. Do ponto de vista da distribuição da população, constata-se que os mulatos e os negros ocupam massivamente Guadalupe continental (Grande-Terre e Basse-Terre), a ilha Marie-Galante e a ilha Terre-de-Bas (nas Saintes).

Em oposição, a ilha Terre-de-Haut (nas Saintes) é composta majoritariamente (de 90%) de “*Blanc-Pays*”, descendentes dos colonos bretões, normandos e puatervinos. Nesta ilha, os “*Blanc-Pays*” falam o crioulo como língua materna. Com efeito, as ilhas Saintes são habitadas desde 1648 por corsários bretões, depois normandos e puatervinos. No entanto, a falta d’água e a aridez da terra não favoreceram a cultura da cana de açúcar. Por conseguinte, os primeiros santense voltaram-se para a pesca, único recurso disponível. Como poucos escravos haviam sido importados, a população santense permaneceu branca, mas a língua falada é o crioulo. O arquipélago das ilhas Saintes é composta de nove pequenas ilhas, das quais somente duas são habitadas: Terre-de-Haut e Terre-de-Bas⁸³.

Observa-se que, através do texto acima, existe uma separação física entre as diferentes etnias, a população mulata e negra, que ocupa a maior extensão de Guadalupe continental e uma boa parte das ilhas sob sua dependência. A população branca, portanto, fica isolada na

négresse entre os negros não se constitui uma agressão, mas são utilizados em momentos de sensualidade e de intimidade.

⁸¹ Minha tradução.

⁸² Minha tradução.

⁸³ Minha tradução.

ilha Terre-de-Haut. Esses brancos não são, no caso guadalupense, descendentes dos *planteurs* da época escravagista, pois estes foram na sua grande maioria eliminados, durante os movimentos revolucionários, que se seguiram depois da revolução francesa. Os *Blanc-Pays* (brancos-terra) tem a “cor” como símbolo de prestígio. Em Guadalupe, sendo de 65% a taxa de mulatos, existe uma significativa mestiçagem que no Haiti.

A despeito do mal-estar causado em Guadalupe, quando se faz menção à questão racial, da mesma forma que se classificam as “gentes de cor”, os “tipos de brancos” são especificados também^{xl}:

Quanto à população branca, permanece forçosamente minoritária com seus 3%, dos quais, por um lado, são os “brancos-terra” - descendentes dos primeiros colonos nascidos na América - falantes do francês e crioulo, e, por outro lado, os “metropolitanos” ou “brancos-França”, frequentemente residentes temporariamente em Guadalupe, falantes apenas do francês. Originalmente (até o fim da escravidão), distinguiram-se apenas duas comunidades de brancos: “grandes-brancos”, proprietários de vastos engenhos e um grande número de escravos, e os “pequenos-brancos”, geralmente marinheiros bretões e normandos que possuíam modestos engenhos e cuja riqueza maior era a cor da pele. Os “pequenos-brancos” teriam dado origem aos “brancos-Matignon” (nome do primeiro representante a se instalar após 1797 no Moule, comuna de Morne-à-l’Eau, François Matignon-Delors), residentes hoje na região de Grands-Fonds, na Grande-Terre, próximo ao Moule⁸⁴. (LECLERC, 2012c).

Observa-se, também, que os termos “grandes-brancos” e “pequenos-brancos” eram usados, em toda Antilha francesa, para definir a subdivisão do grupo dominante dos brancos, como pode ser visto na Martinica.

Segundo o site da Universidade de Laval (LECLERC, 2012e):

No recenseamento de 1999, a população da Martinica era de 381 325 habitantes, mas o de 2008 revelou uma população de 400.000 habitantes, dos quais martinicanos, formados de “gentes de cor” são majoritários: 87 % desses são negros, mulatos ou indianos ou asiáticos. Quanto à população branca, minoritária (9%), é constituída, ora por “brancos-terra” ou *Békés*, falantes de crioulo e francês, ora por “brancos-França” ou metropolitanos, falantes, exclusivamente, de francês, que moram na Martinica, enquanto vigorar o contrato de trabalho (em geral três anos)⁸⁵.

A análise de *Les Blancs créoles de la Martinique* (BENOIST e BEAUDOUX-KOVATS, 1972) consiste:

[...] no estudo do reduzido grupo humano, os *Blancs-créoles* (crioulos brancos), responsáveis pela manutenção das estruturas agrárias e dos modos de produção, na Martinica, mesmo depois dos acontecimentos revolucionários, que levaram à abolição da escravatura, em 1848.
[...]

⁸⁴ Minha tradução.

⁸⁵ Minha tradução.

Os *Blancs-créoles*, donos de engenhos açucareiros, nos séculos XVII e XVIII, ainda conservam o controle das terras e das usinas de açúcar, consistente com a mínima participação do capital estrangeiro. A continuidade desse grupo dominante martinicano e seu poder, não só econômico, torna bem singular e distinta a sociedade martinicana da sociedade guadalupense.

[...]

O desenvolvimento social e econômico mais rápido da Martinica permitiu uma importante expansão burguesa de cor, enquanto em Guadalupe a burguesia tradicional de mulatos era pouco representativo.

[...]

Ainda na Martinica, os *Blancs créoles* têm o papel mediador entre os martinicanos, a França metropolitana e as gentes de cor, através do exercício da personalidade nas relações, o que não acontece em Guadalupe⁸⁶.

Assim, em *Les Blancs créoles de la Martinique* (BENOIST e BEAUDOUX-KOVATS, 1972), os autores expõem detalhadamente:

[...] a heterogeneidade desse grupo dominante, só, aparentemente homogêneo, cuja definição consiste de indivíduos de raça branca, habitantes da Martinica há varias gerações ou pertencentes à primeira geração de imigrantes franceses. Dessa maneira, os subgrupos são os seguintes: os *grands Békés* da alta burguesia, detentores da fortuna e do nome, os *Békés “moyens”* da classe média, composta de famílias do primeiro subgrupo, mas com menor riqueza e menor prestígio no nome, os *petits Blancs*, com ainda menor ganho e menor prestígio no nome, e, por fim, o subgrupo marginal, muito semelhante aos *Békés*, mas a *mésalliance*⁸⁷ (casamento, cujo cônjuge é considerado inferior por nascimento ou por pertencimento a um dado meio), mesmo realizada a várias gerações e sem sinais aparentes da mestiçagem, coloca esse grupo num *ranking* inferior⁸⁸.

Nesse sentido, o conceito de *mésalliance* implica na maneira com que o colonizador francês via as mestiçagens que, se ocorridas numa família, deixavam uma “mácula” no seu prestígio durante gerações. Resta saber, no entanto, como era/é vista a mestiçagem pela população antilhana. De fato, no romance de Zobel, *La Rue Cases-Nègres*, o pequeno José mostra a convivência, nada fácil, numa casa de um Béké, casado com uma *mulâtre*, que o tiraniza. Através das impressões de José, é possível ver a desaprovação quanto a esse casamento interétnico. Assim, a mestiçagem é mal vista tanto pelos brancos como pelos negros.

⁸⁶ Minha tradução.

⁸⁷ Vale assinalar que o significado fornecido pelo dicionário *Le Petit Robert* (ROBERT, 1987), “*mariage avec une personne considérée comme inférieure par la naissance ou le milieu auquel elle appartient*”, não faz referência explícita quanto à “cor” do cônjuge. Contudo, no texto de Édith Beaux-Kovats e Jean Benoist (1972, p. 94), a palavra *mésalliance*, “[...] isto é, a inclusão de um elemento de cor na família [...]”, é empregada para demarcar a apropriação de um conceito de casamento, considerado inadequado pelos padrões metropolitanos, mas que, na Martinica, é empregado, sobretudo, para mostrar se aconteceu mestiçagem com “gentes de cor”. Assim, no texto dos autores, a palavra “[...] ‘*mésalliance*’, *c’est-à-dire l’entrée d’un élément de couleur dans la famille*, [...]”, vem cotada.

⁸⁸ Minha tradução.

De mais a mais, segundo *Le Petit Robert* (ROBERT, 1987), o termo *mésalliance* data de 1666, mostrando a força das convenções sociais francesas sobre os indivíduos, quanto ao respeito às regras pré-estabelecidas para casamentos. Justamente nesse ponto, ao falar do colono português no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda (1982) fala, sobretudo, da sua “plasticidade racial”, que teria originado um Brasil, mais tolerante quanto às mestiçagens.

Outro defensor da tolerância racial do colono português e a origem de um Brasil, a partir de uma matriz, também tolerante, os índios brasileiros, é Darcy Ribeiro. Segundo Darcy (RIBEIRO, 1996), no Brasil, originaram-se processos de mestiçagem muito mais amplos oriundos do contato branco/índio, branco/negro e mais recentemente da imigração italiana, alemã, síria, japonesa, coreana, etc. Nesse sentido, o filósofo Michel Serre fala em termos de *métissage culturel* para se referir à riqueza cultural do Brasil, vendo ao mesmo tempo com otimismo e entusiasmo a formação étnica brasileira. Assim, do ponto de vista de um francês, a exaltação dessa tolerância racial vem da tentativa de compreender a sua própria sociedade, historicamente marcada por difíceis conflitos interétnicos, principalmente nas suas colônias.

5.3 Questão da língua crioula

Portanto, a análise de seu *status* linguístico, considerada como *patois*, frente ao francês, evoca questões, trabalhadas por Eduardo Guimarães, concernentes às situações de multilinguismo, que têm sido discutido cada vez mais, no sentido de uma diferente conceituação do termo língua na Linguística e a discussão do seu estatuto entre os falantes de uma língua. Dessa forma, no artigo de Guimarães (2005), “Apresentação Brasil: país multilíngüe”, temos a conceituação dos termos língua oficial, nacional e materna:

Para falar dessa distribuição das línguas para seus falantes, podem ser consideradas algumas categorias normalmente usadas de modo, às vezes, tácito e não definido. Vou apresentar quatro dessas categorias, dando delas uma definição mesmo que provisória. Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes. Língua franca: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes dessa língua para o intercuro comum. Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencer a esse povo. Língua oficial: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. Pode-se ver que as duas primeiras categorias tratam das relações cotidianas entre falantes e as duas seguintes de suas relações imaginárias (ideológicas) e institucionais⁸⁹.

⁸⁹ Minha tradução.

Do ponto de vista dessas definições, a língua materna de um grupo de falantes não é necessariamente igual à língua nacional, ou oficial desse mesmo grupo. Sequer a língua nacional é necessariamente igual à língua oficial. Observa-se, então, que há flutuações (talvez lutas) no momento de definir a tipologia de uma dada língua. Pode-se, assim, examinar como se dão essas classificações em Guadalupe, na Martinica e no Haiti de hoje, face ao francês, em todos eles, inquestionavelmente, a língua oficial.

Dessa forma, passa-se a examinar a relação entre o francês e o crioulo no Haiti, em Guadalupe e na Martinica. Vale lembrar que Guadalupe e Martinica, dada a proximidade espacial e administrativa, como departamentos franceses, guardam uma maior unidade, em termos de intercompreensão, através do crioulo, do que com Haiti.

Segundo o site da Universidade de Laval (LECLERC, 2012b):

O crioulo haitiano faz parte do crioulo francês, cuja base lexical origina-se, em grande parte do vocabulário francês, mas sua base gramatical tenha restado, globalmente, africana. Dessa forma, a população crioulofona, no Haiti, está estimada em sete milhões, dos quais, 80% só falam exclusivamente o crioulo e 18%, francês e crioulo. Por isso, o francês, para os haitianos, não expressa nem a vida afetiva, nem a vida profunda e nem a vida cotidiana. Mesmo a comunicação com outros grupos, falantes de espanhol, inglês, árabe e chinês, dentro do Haiti, acontece através do crioulo haitiano. A intercompreensão, entre os crioulos das Antilhas, depende de fatores, como o nível de escolaridade dos falantes, mas também das línguas, que serviram de base, ou seja, francês ou inglês. Contudo, socialmente, o crioulo haitiano não é valorizado e está associado a uma classe “inferior”, o que torna o francês, o espanhol e o inglês, línguas de prestígio⁹⁰.

Desta forma, ainda no site da Universidade de Laval, também, contextualiza-se a predominância do crioulo guadalupense^{xli} e sua relação com o francês:

O que se conclui dessas estimativas é que a grande maioria dos habitantes de Guadalupe fala o crioulo guadalupense como língua materna numa proporção que varia entre 93% e 96%. Na realidade, quase todos os habitantes falam o crioulo guadalupense (e, para los imigrantes, o crioulo martinicano ou haitiano) como língua materna e o francês como segunda língua. O crioulo é chamado de “*patwa*”, “*patois*” ou “*kreyol*”.

O crioulo guadalupense é bem próximo do martinicano e do haitiano, assim como das formas de crioulo faladas nas ilhas anteriormente francófonas, tais como a Dominique e Sainte-Lucie; são crioulos de base lexical francesa⁹¹. (LECLERC, 2012c).

É fundamental ver que a composição étnica tem uma estreita relação com o desenvolvimento da língua crioula. Dessa forma, através do texto do site da Universidade de Laval temos^{xlii}:

⁹⁰ Minha tradução.

⁹¹ Minha tradução.

A população da Martinica era de 381 325 habitantes no senso de 1999, mas no de 2008 contava com uma população de 400 000 habitantes. Os martinicanos são majoritariamente formados de “gentes, pessoas de cor”, uma vez que 87% deles são negros, mulatos ou de origem indiana ou asiática. Entre a população negra, os martinicanos constituem o grupo mais significativo; são seguidos em número pelos imigrantes de Guadalupe, Haiti, Guiana e Reunião. Todos os martinicanos considerados “de cor” falam o crioulo como língua materna; se são nascidos na Martinica, falam o crioulo martinicano, senão, conforme o caso, o crioulo de Guadalupe, o crioulo do Haiti, o crioulo da Guiana, etc⁹². (LECLERC, 2012e).

A relação entre o crioulo martinicano, língua materna da Martinica e o francês, língua oficial^{xliii} é a seguinte:

Embora todos os martinicanos ditos “de cor” falem o crioulo, mesmo nas comunas mais afastadas, é quase impossível deixar de falar francês uma vez ou outra. Ver TV, ouvir rádio, ler jornais, fazer compras, ir ao médico são atividades cotidianas que se fazem majoritariamente ou até mesmo exclusivamente em francês. Ainda existem pessoas idosas, na verdade uma dezena delas atualmente, que falam apenas o crioulo, mas que são alvo de observações jocosas ou de surpresa, uma situação surgida da improbabilidade mesma de poder encontrar alguém de uma época considerada assim passada. Além disso, certos martinicanos, principalmente mulatos educados “nos moldes da metrópole”, acham divertido falar uma mistura de crioulo e francês que não se parece com nada e que tem se popularizado na rádio pelos apresentadores (da emissora NRJ particularmente), tentando em vão falar uma língua que mal dominam. Em resumo, se a população martinicana tem o crioulo como língua materna, o francês é mais que uma segunda língua na maioria dos casos; frequentemente é a segunda língua materna após o crioulo. Dito de outra forma, muitos martinicanos têm duas línguas maternas: o crioulo e o francês⁹³. (LECLERC, 2012e).

As relações linguísticas entre o crioulo e o francês é tema de estudos, no artigo *Créole ou français? Les cheminements d'un choix linguistique* de Madeleine Saint-Pierre, onde a autora analisa os aspectos extralinguísticos do crioulo, isto é, tanto suas funções sociais, quanto sua importância sociológica na rede da comunicação verbal. Para isso, Madeleine Saint-Pierre (1972) estuda a importância e os respectivos papéis do francês e do crioulo, numa pequena cidade martinicana. Assim, a autora se vale do conceito de diglossia:

[...] uma situação linguística em que duas línguas ou duas fases de uma mesma língua coexistem no seio de uma comunidade linguística, mas em pés de desigualdade, prestando uma delas às relações íntimas e pessoais e outra, sendo literária e oficial, para falar da situação sociológica atual e da sua gênese histórica, na Martinica. Sabe-se que, historicamente, o crioulo está associado à situação inferior de escravos e o francês, ao do senhor⁹⁴.

A pesquisa de Madeleine Saint-Pierre (1972) consistiu em observar falantes de diferentes grupos sociais, levando-se em conta a natureza de suas falas, concernente à língua utilizada,

⁹² Minha tradução.

⁹³ Minha tradução.

⁹⁴ Minha tradução.

circunstâncias e o tema desse uso. Desta feita, Saint-Pierre (1972) conclui que o grupo dominante representa o ideal sociocultural aos olhos dos membros do grupo dominado. Assim, o comportamento social, os valores, a língua do primeiro constituem o modelo normativo valorizado por este último.

O francês como modelo normativo tem consequências na constituição da identidade antilhana. Assim, na Martinica, segundo o site da Universidade de Laval (LECLERC, 2012e):

O atual sistema de ensino não permitia a construção identitária dos alunos martinicanos, uma vez que o material didático, vindo da França, oferece modelos com os quais eles não se identificam e nem se reconhecem neles.

[...]

Dessa forma, foi proposto, ao Ministério da Educação francês, um ensino voltado às humanidades crioulas, o que naturalmente foi negado, na primeira vez. Contudo, finalmente, em 2000, o governo francês concedeu uma mudança ao programa de ensino de história e geografia nos departamentos ultramarinos franceses (DOM)⁹⁵.

^{xxx} “Derrière la maison, la colline arrondie est semblable à une tête de négresse aux cheveux en grains de poivre.” (ROUMAIN, p.15).

^{xxxii} “Ce sont les racines qui font amitié avec la terre et la retiennent...” (ROUMAIN, p. 39).

^{xxxiii} C'est au cours de la colonisation française que fut appliqué le fameux Code noir, une ordonnance de Louis XIV destinée à réglementer le régime de l'esclavage et précisant les devoirs des maîtres et des esclaves. Ce Code noir, qui resta en vigueur dans toutes les Antilles, et en Guyane française jusqu'en 1848 (date de l'abolition définitive de l'esclavage par la France), fut rarement respecté. Bien que ce code ne traitât pas des questions de langue, il dépouillait l'esclave de toute son identité. En effet, après le baptême catholique obligatoire, l'Africain devenait un Nègre et changeait de nom, abandonnant ses habitudes vestimentaires et sa langue, puis était marqué au fer rouge et affecté au travail servile. (LECLERC, 2012d).

^{xxxiv} Métis: Individu né de l'union d'une personne d'origine européenne avec une personne amérindienne. (lexique)

Mulâtre: Individu issu de l'union d'une personne d'origine européenne et d'une personne d'origine africaine. (lexique)

Quarteron: Personne, qui parmi ses quatre grands-parents, en compte un d'origine africaine. (lexique)

Quarteron, onne: Fils, fille d'un blanc et d'une mulâtresse, ou d'un mulâtre et d'une blanche. (Petit Robert)

Cabresse ou capresse, capre: On désigne ainsi des personnes noires et relativement claires de peau ("claire de peau" est l'expression la plus commune en français des Antilles). Aux lecteurs métropolitains qui voudraient une définition plus précise, il faut préciser que ces taxonomies fondées sur des catégories pseudo-scientifiques erronées, ne se prêtent guère à des définitions précises et rationnelles. (lexique)

⁹⁵ Minha tradução.

Bossale: Esclave africain vivant aux Antilles mais né en Afrique, par opposition aux esclaves “créoles” c’est-à-dire nés aux Antilles (lexique)

Créole: Toute personne (blanche ou noire) née aux Colonies par opposition à celles qui viennent d’Afrique ou d’Europe. (lexique)

Marronnage: Le marronnage était le nom donné à la fuite d’un esclave hors de la propriété de son maître à l’époque coloniale. Le fuyard lui-même était appelé Marron ou Nègre Marron, Negmarron voire Cimarron (d’après le terme espagnol d’origine). Le terme de “marron” vient de l’espagnol cimarrón : “vivant sur les cimes” ; (cima = cime) qui apparaît dès la conquête d’Hispaniola; c’est un mot emprunté aux Arawaks et qui désigne des animaux qui de domestiques retournent à l’état sauvage comme le cochon. A partir de 1540, ce terme désigne les esclaves fugitifs. Ce terme sera initialement appliqué aux Indiens fugitifs et finira par désigner peu à peu le sauvage, celui qui retourne vers l’état de nature.

Quarteron, onne: Fils, fille d’un blanc et d’une mulâtresse, ou d’un mulâtre et d’une blanche. (ROBERT, 1987)

^{xxxv} Dont le père et la mère sont des races différentes. (ROBERT, 1987).

^{xxxvi} Descendant de métis et d’une personne de race déterminée. (ROBERT, 1987).

^{xxxvii} Le terme de créole possède deux étymologies, l’une portugaise (crioulo), l’autre, espagnole (criollo), qui viennent du même mot latin criare, signifiant soit “nourrir” soit “élever” ou plus précisément “serviteur nourri dans la maison”. Une personne qu’on appelait à l’origine “Créole” désignait d’abord quelqu’un qui avait été “élevé sur place”, c’est-à-dire “qui est du pays”. Le mot a servi avant tout à désigner l’enfant blanc né et élevé dans les colonies d’outre-mer : la Martinique, la Guadeloupe, la Guyane française, La Réunion, la Louisiane, etc.

Par la suite, le mot créole a été employé pour désigner la population noire — on parlait alors de “Créoles de couleur” — et, par voie de conséquence, la langue de cette population, le créole. Le mot a même été étendu aux animaux et aux objets : les vaches, les poules et le café pouvaient être créoles, à la condition qu’ils proviennent des colonies. Être “créole”, c’était donc, avant tout, provenir ou avoir été élevé dans les terres des colonies.

Le mot Créole a longtemps été utilisé en ce sens en Louisiane et l’est encore aujourd’hui lorsqu’on désigne les “Créoles blancs”, généralement des membres de riches familles propriétaires de plantations. Ce terme s’opposait à la notion d’“étranger à la culture locale”. Dans les Antilles française, on utilise plus généralement le terme béké pour désigner un “Créole blanc”

Quant au mot créole en minuscule, il est employé, avec des connotations diverses, pour désigner une langue mixte qu’on appelle “le créole” et qu’on associe aux parlers des populations noires. (LECLERC, 2012b).

^{xxxviii} La population d’Haïti était estimée à 8,3 millions d’habitants en 2005. Environ 74 % de la population vit en zone rurale. La quasi-totalité des Haïtiens, soit 95 %, descendent des esclaves noirs, le reste de la population étant constitué de Mulâtres (issus d’un métissage entre Africains et Français). Aujourd’hui, on estime que presque 400 000 personnes (environ 5 %) parlent le français; il s’agit d’abord d’une petite élite de riches qui habitent soit la banlieue située sur les hauteurs de Pétienville soit les principales villes de l’île (Jérémie, Cap-Haïtien, Cayes, Jacmel, Gonaïves), et fréquentent de coûteux restaurants français, ainsi qu’une petite classe moyenne plus scolarisée. Quant au créole, c’est pratiquement toute la population d’Haïti qui le parle comme langue maternelle. (LECLERC, 2012d).

^{xxxix} Du point de vue ethnique, la Guadeloupe est formée de “gens de couleur”: ce sont les Mulâtres qui sont majoritaires (65 %), suivis des Noirs (28 %) et des Indiens (4 %) d’origine asiatique, mais il s’agit là d’approximations. Officiellement, il n’y a pas de Noirs, ni de Mulâtres ni de Blancs en Guadeloupe, ces distinctions étant généralement mal vues et font l’objet d’un certain tabou, ce qui témoigne sans doute d’un malaise à ce sujet. Du point de vue de la distribution de la population, on constate que les

Mulâtres et les Noirs occupent massivement la Guadeloupe continentale (Grande-Terre et Basse-Terre), l'île Marie-Galante et l'île Terre-de-Bas (aux Saintes). (LECLERC, 2012c).

^{xi} Quant à la population blanche, elle demeure forcément très minoritaire avec 3 % et se partage, d'une part, entre les "Blancs-Pays" — les descendants des premiers colons français nés en Amérique — parlant le français et le créole, et, d'autre part, les "Métropolitains" ou "Blancs-France" résidant souvent temporairement en Guadeloupe, qui ne parlent que le français.

À l'origine (jusqu'à la fin de l'esclavage), on distinguait deux communautés de Blancs: les "Grands Blancs", les propriétaires de vastes habitations et d'un grand nombre d'esclaves, et les "Petits Blancs", généralement des marins bretons ou normands qui possédaient des habitations beaucoup plus modestes et dont la seule richesse était la couleur de la peau. Les "Petits Blancs" auraient donné naissance aux "Blancs-Matignon" (du nom du premier représentant installé après 1797 au Moule, commune de Morne-à-l'Eau, Francois Matignon-Delor) résidant aujourd'hui dans la région des Grands-Fonds à la Grande-Terre, près du Moule. (LECLERC, 2012c).

^{xii} Il ressort de ces estimations que la grande majorité des habitants de la Guadeloupe parle le créole guadeloupéen comme langue maternelle dans une proportion variant entre 93 % et 96 %. En réalité, presque tous les habitants parlent le créole guadeloupéen (et, pour les immigrants, le créole martiniquais ou haïtien) comme langue maternelle et le français comme langue seconde. Le créole est appelé "patwa", "patois" ou "kreyol".

Le créole guadeloupéen est très proche de celui de la Martinique et d'Haïti, ainsi que des formes de créoles parlées dans les îles anciennement francophones telles que la Dominique et Sainte-Lucie; ce sont des créoles à base lexicale française. (LECLERC, 2012c).

^{xiii} La population de la Martinique était de 381 325 habitants lors du recensement de 1999, mais celui de 2008 révèle une population de 400 000 habitants. Les Martiniquais sont très majoritairement formés de "gens de couleur", puisque 87 % d'entre eux sont des Noirs, des Mulâtres ou d'origine indienne ou asiatique. Parmi la population noire, les Martiniquais constituent le groupe le plus important; ils sont suivis en nombre par les immigrants guadeloupéens, haïtiens, guyanais et réunionnais. Tous les Martiniquais dits "de couleur" parlent le créole comme langue maternelle; s'ils sont nés en Martinique, ils parlent le créole martiniquais, sinon c'est, selon le cas, le créole guadeloupéen, le créole haïtien, le créole guyanais, etc. (LECLERC, 2012e).

^{xliii} Même si tous les Martiniquais dits "de couleur" parlent tous le créole, y compris dans les communes les plus éloignées, il est à peu près impossible de ne pas pratiquer le français d'une façon ou d'une autre. Regarder la télé, écouter la radio, lire la presse, effectuer des achats, aller chez le médecin, ce sont là des activités quotidiennes qui se font majoritairement, voire exclusivement en français. Il existe encore des personnes très âgées ne parlant que le créole, mais elles font l'objet de remarques amusées ou étonnées lorsqu'il est possible de rencontrer ces représentants d'une époque considérée comme révolue, lesquels se comptent aujourd'hui par quelques dizaines. Par ailleurs, certains Martiniquais, surtout des Mulâtres élevés "à la métropolitaine", s'amusent à parler un mélange de créole et de français, qui ne ressemble pas à grand-chose et qui est popularisé à la radio par des présentateurs (notamment sur NRJ) essayant en vain de parler une forme de langage qu'ils ne maîtrisent pas toujours. Bref, si la population martiniquaise a le créole comme langue maternelle, le français est plus qu'une langue seconde dans la plupart des cas; c'est souvent la seconde langue maternelle après le créole. Autrement dit, beaucoup de Martiniquais ont deux langues maternelles: le créole et le français. (LECLERC, 2012e).

6 Literatura Rural Brasileira

A partir da análise das diferentes paisagens brasileiras, presentes nos romances e nos contos de Guimarães Rosa (1982, 2001) – *Grande Sertão: Veredas*, de Monteiro Lobato (2008) – *Urupês*, de Graciliano Ramos (2012) – *Vidas secas*, de Érico Veríssimo (1978) – *Ana Terra*, de José Lins do Rego (2009) – *Fogo morto*, de Euclides da Cunha (2007) – *Os Sertões*, de Jorge Amado (1997) – *Mar Morto*, de Visconde de Taunay (1991) – *Inocência*, e de José de Alencar (1997) – *Til*, podemos fazer uma releitura do regionalismo brasileiro.

Antes de entrarmos na análise dos autores e obras, propriamente dita, procede-se ao exame da expressão - literatura regionalista, romance regionalista ou sertanista. Observa-se que a expressão literatura regionalista tem uma historicidade e um significado particular na vida social e literária do Brasil, englobando, autores e obras, e se diferenciando de outras formas literárias, muitas vezes fluidas (o que, frequentemente, acontece com movimentos artísticos, na pintura e na literatura), autores e obras ditos regionalistas. Assim, passa-se a analisar a maneira como essa expressão, literatura regionalista⁹⁶, passou a reunir determinados autores e obras literárias. Desta forma, Fabiana Francisco Tibério (2011) fala do romance regionalista de José de Alencar:

Sem dúvidas, Alencar é um dos grandes nomes do romantismo brasileiro, embora a crítica tenha se insurgido contra alguns de seus textos, talvez sem entender que o autor soube cumprir seu papel no projeto literário de sua época, ou seja, o de construir uma literatura que mostrasse/construísse um conceito de Brasil. Muitas obras de José de Alencar, portanto, servem como uma tentativa de mapear o país, através de uma escrita que tem por objetivo representar o Brasil e o povo brasileiro.

[...]

A literatura regionalista, portanto, é tanto a literatura do sertão nordestino quanto a da cidade de São Paulo, desde que se constitua em uma narrativa que exponha a identidade daquela região e daquele grupo social. Todo regionalismo pressupõe uma diferenciação entre o caráter identitário da região da qual se fala em contraste com outras regiões. A identidade do nordestino, por exemplo, se firma por suas diferenças em relação ao homem do sul. Por isso as marcas identitárias tão evidentes do texto regionalista: é preciso que se reconheça nele o mundo que se quer representar. (TIBÉRIO, 2011).

Em duas citações abaixo, temos, no primeiro, o devir da “cultura regional”, cujos objetivos são: recuperação e reconhecimento da memória da diversidade regional e nacional

⁹⁶ Vale observar que o termo regional, se presta a vários usos. Na Internet, tanto se fala de “lançamentos de livros de autores regionais” (nesse caso, dos da Bahia), objetivando a divulgação dos livros dessa região, quanto de “encontro regional de autores” (nesse caso, do Litoral Norte, SP), especificando, na publicidade, a produção local e não local.

brasileira. Assim, nesse caso, no exame da dramaturgia brasileira, para Maria Helena Kühner (2012):

A valorização da cultura regional soma-se, assim, à recuperação de nossa memória e ao reconhecimento de nossa diversidade regional e nacional. Reforçando, igualmente, a auto-estima e identidade de cada grupo ou camada social, pois se uma obra valoriza, em suas raízes culturais, uma raça, uma classe social, uma região, ela necessariamente valoriza aquele que passa a ter orgulho de a ela pertencer. (KÜHNER, 2012).

No segundo, Roberto Sarmiento Lima (2012) fala da literatura regionalista e dos seus romances hoje, através da análise da obra de Diogo Mainardi (*apud*, LIMA, 2012), *Polígono das Secas*:

Ao contrário do romance regionalista das duas últimas décadas (Milton Hatoum à frente nesse campo), Diogo Mainardi não fala respeitosamente de uma região. Nem tenta compensar o retrato da miséria humana e dos exíguos recursos de sobrevivência de um lugar com a tentativa de compreender a ascendência de um clã ou de uma cultura ameaçada pela hibridização de costumes e valores (que é o caso de Hatoum). Nem tem saudade de um Brasil mais "autêntico" (e que Brasil!). Nem muito menos revela tolerância para com as nossas origens. (LIMA, 2012, p. 6).

Outra questão fundamental, na análise dos autores e obras, que se vai proceder, é a discussão de Antonio Candido sobre o regionalismo brasileiro, do qual muitos, se não todos os autores analisados, fazem parte. Assim, transcreve-se o texto esclarecedor de Antonio Candido (*apud* GUADAGNIN, 2007, pp. 117), que define “três modalidades sucessivas no regionalismo brasileiro”:

No tempo do Império, ele foi um instrumento de revelação do Brasil aos brasileiros, incorporando à experiência do leitor das cidades o espetáculo da vida nas regiões afastadas. Penso em autores como José de Alencar e Bernardo Guimarães. O ânimo de integração por parte deles pode ser verificado na maneira de escrever: ambos praticavam uma escrita ajustada à norma culta, com o mínimo indispensável de modismos regionais, o que aproximava o homem rural do homem urbano, mostrando a unidade sob a diferença.

No tempo da Primeira República e do incremento da urbanização o regionalismo foi, ao contrário, fator de afastamento e mesmo estranhamento entre ambos, como se a intenção dos autores fosse marcar a diferença, acentuando o exotismo do homem rural e, assim, marcando a condição superior do homem urbano. Foi um processo de folclorização do regionalismo, visível na diferença entre o discurso civilizado do autor e o discurso rústico, quase caricatural dos personagens, excluídos de certo modo da norma culta. Era o tempo dos detestáveis “ocê tá bão?” e da redução reificadora do campesino a elemento pitoresco da paisagem. Penso em autores como Coelho Neto de *Sertão*.

Depois de 1930 houve uma fecundação do regionalismo em duas direções, que ocorreram sucessivamente. A primeira foi devida sobretudo a ficcionistas do Nordeste e consistiu em superar a alienação folclórica por meio da consciência social, que problematizou a vida rural e, por outro lado, procurou aproximar o homem rústico do homem da cidade, invertendo de certo modo a natureza do discurso da fase anterior, ao tentar uma injeção equilibrada da simplicidade coloquial na norma culta. A segunda direção, que denominei “super-regionalismo” (pensando em “surrealismo”, ou “super-realismo”) foi uma literatura de sublimação, na medida em que incorporou o experimentalismo modernista. Um autor como Guimarães

Rosa privilegiou a função poética da linguagem e viu sua tarefa como invenção, não reprodução pitoresca. (CANDIDO, *apud* GUADAGNIN, 2007, pp. 117-118).

As tendências assim caracterizadas por Antonio Candido são fundamentais, sobretudo, de duas maneiras: a primeira, por falar da relação entre homem rural e homem urbano, aquele, representante de uma “cultura (e sociedade) rústica”, no dizer mesmo de Antonio Candido, em *Os Parceiros do Rio Bonito*, e este, surgindo da modernização das cidades; e, a segunda, por estarem essas tendências, apontadas pelo crítico literário e sociólogo, Antonio Candido, e, inseridas, por sua vez, numa “tradição específica do pensamento brasileiro”, no dizer de Luis Carlos Jackson (2002), comentador de *Os parceiros do Rio Bonito*.

De fato, por um lado, Antonio Candido, em *Os Parceiros do Rio Bonito*, torna mais preciso o termo acoplado à cultura rústica:

O termo *rústico* é empregado aqui não como equivalente de *rural*, ou de *rude*, ou *tosco*, embora os englobe. Rural exprime sobretudo localização, enquanto ele pretende exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contacto com o aborígene. Implicando, não obstante o isolamento, em constante incorporação e reinterpretação de traços, que vão se alterando ao longo do contínuo rural-urbano, *rústico* não traduz *folk-culture* ou *folk-society*, usados entre nós com certa intemperança como *cultura* ou *sociedade de folk* (barbarismo dispensável);[...] (CANDIDO, 1987, p.21).

Por outro, Luis Carlos Jackson, em *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*, fala sobre o pensamento brasileiro, sobretudo, da sociologia brasileira - representados pelos autores de ensaios histórico-sociológicos das décadas de trinta e quarenta, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., mas também, da sociologia paulista, a partir da década de quarenta, da qual faz parte o próprio Antonio Candido, e tantos outros como Florestan Fernandes, Egon Shaden, Gioconda Mussolini, etc.

6.1 Obras e autores brasileiros

Guimarães Rosa

Afinal, no mundo rosiano, o que é o sertão? Ao nos embrenharmos nesse sertão de sentidos, teremos conseguido entender um pouco mais o grande significado da obra de Guimarães Rosa? Assim, buscando entender esses sentidos, temos o trabalho de Solange T. de Lima Guimarães (2006), que apresenta uma leitura geográfica do sertão rosiano:

Neste texto, sob o enfoque da Geografia Humanística, buscamos na Literatura Regional os recursos para um estudo sobre percepção e interpretação ambiental, enfocando as experiências ambientais concernentes à construção do sentido de espaço e lugar no romance de Guimarães Rosa, “Grande Sertão:Veredas”. Ao considerarmos as andanças do personagem Riobaldo pelas trilhas desta paisagem,

conseguimos identificar interfaces da construção e da dimensão geossimbólica pertinentes às diferentes realidades ambientais encontradas no estado de Minas Gerais, Brasil. (GUIMARÃES, 2006, p. 121).

Ainda quanto aos objetivos da leitura geográfica da obra rosiana, Guimarães (2006), ao falar da percepção e interpretação do narrador/jagunço Riobaldo sobre as Gerais, faz uma importante colocação sobre a relação sertão/espço/lugar:

Durante todo o processo de leitura geográfica do romance “Grande Sertão: Veredas”, uma verdadeira travessia pelas paisagens dos Gerais, registramos níveis informacionais e experienciais que influenciam e reestruturam nossa cognição, percepção e interpretação das unidades paisagísticas descritas pelo escritor através do seu personagem principal, Riobaldo, tanto nos seus aspectos fenossistêmicos quanto criptossistêmicos. Uma questão permeia pelas entrelinhas do romance – o que é o sertão: um espaço ou um lugar? Ou ainda, um grande espaço pontilhado por muitos lugares?

Ao analisarmos estas indagações, somos levados, em uma primeira instância a observar como o sertão, do ponto de vista de espaço e/ou lugar, se apresenta para Riobaldo, partindo de suas experiências concernentes à paisagem concreta e interiorizada numa síntese de suas ambiências e refletidas em suas ideias, imagens e concepções de mundo vivido sobre este mesmo sertão. Isto implica que devemos considerar também a variabilidade das interpretações destas mesmas experiências ambientais, desde a dimensão geográfica até a psicológica, que expressa um estado íntimo de ser, ou de agir, justificando suas atitudes e condutas nos diferentes contextos paisagísticos do Grande Sertão. (GUIMARÃES, 2006, p. 121-122).

Ainda, conforme Guimarães (2006), o sertão rosiano, como travessias entre paisagens exteriores e interiores, assume significados e ressignificados, evocando ao personagem Riobaldo tanto o sentido de lugar quanto de espaço:

Lugar/Sertão, ao representar um espaço conhecido de forma topofílica ou topofóbica, valorizado em suas paisagens naturais e construídas, território demarcado, personalizado mediante as vivências de Riobaldo/Rosa, possuidor de uma aura que atrai ou repele, mas envolve e protege ao resguardar as dimensões da paisagem vivida, criando ambiências, gerando pausas seqüenciais para os movimentos maiores da Vida.

Espço/Sertão, representando um mundo desconhecido em sua amplitude geográfica: paisagens de liberdade e de aprisionamento, de obstáculos e livres travessias, quase um labirinto de serras, rios, veredas, cerrados, chapadas e chapadões, sem nomes ou aceitando todos os nomes, conforme o querer de cada viajante que percorra este mundo sertanejo no traçado dos seus próprios percursos. Onde se perder e se encontrar em seus espaços torna-se uma questão de exercício e de manobras cotidianas num tempo que requer, que exige para a sobrevivência (ou o sobre-viver) o domínio absoluto do movimento seqüencial ágil dos segundos e minutos ou das horas, em suas travessias, numa lentidão que nestas paisagens pouco significa para a continuidade da própria vida. (GUIMARÃES, 2006, p. 121).

Antonio Candido chama a obra-prima *Grande Sertão: Veredas* de “literatura de imaginação vasqueira” (CANDIDO, 1978, p. 121), “esse jorro de imaginação criadora na linguagem, na composição, no enredo, na psicologia” (CANDIDO, 1978). Assim, Antonio Candido fala do mundo criado por Guimarães Rosa:

A experiência documentária de Guimarães Rosa. A observação da vida sertaneja, a paixão pela coisa e pelo nome da coisa, a capacidade de entrar na psicologia do

rústico, - tudo se transformou em significado universal graças à invenção, que subtrai o livro à matriz regional para fazê-lo exprimir os grandes lugares comuns, sem os quais a arte não sobrevive: dor, júbilo, ódio, amor, morte, – para cuja órbita nos arrasta a cada instante, mostrando que o pitoresco é acessório e que na verdade o Sertão é o Mundo. (CANDIDO, 1978, p.122).

Justamente nesse ponto, a expressão “psicologia do rústico” da citação acima, é palavra chave para entender a “existência de uma tradição intelectual constituída por Euclides da Cunha, Antonio Candido e Maria Isaura Pereria de Queiroz” (JACKSON, 2002, p.19). Nesse sentido, Luis Carlos Jackson (2002), através da análise da obra de Antonio Candido, *Os parceiros do Rio Bonito*, caracteriza os elementos que constituíram essa tradição intelectual. Desta forma, Jackson (2002) mostra a maneira como Antonio Candido, através do *Os parceiros do Rio Bonito*, dialoga, primeiro, com Euclides da Cunha:

A partir desse autor⁹⁷, *PRB* admite criticamente a tese central de *Os Sertões*, que supõe a existência de dois “Brais distintos: o do interior e o do litoral. Para Euclides da Cunha, o isolamento seria o fator social determinante para o desenvolvimento étnico das populações mestiças sertanejas. A tese mais ampla de *PRB* tem relação direta com o livro clássico de Euclides da Cunha: a existência relativamente autônoma, embora ameaçada, de uma civilização rústica, constituída ao longo do processo de colonização, nos interstícios da sociedade colonial brasileira centralizada no latifúndio agro exportador. Em outras palavras, a pequena propriedade não resulta necessariamente da decadência do latifúndio, mas convive com ele de forma mais ou menos isolada – e, conseqüentemente, mais ou menos subordinada – desde tempos remotos da colonização portuguesa no Brasil. (JACKSON, 2002, p.81-82).

Jackson narra, então, a formação dessa cultura rústica, caracterizada por Antonio Candido:

Esta civilização se constitui a partir do século XVI (sobretudo a partir do século XVII, em São Paulo) e sobrevive com certa estabilidade até a metade do século XX, quando se constata sua destruição iminente. Se a nação se configura historicamente, e este é um pressuposto de Antonio Candido, sua compreensão não pode prescindir do passado do homem rústico, mesmo que sua existência esteja condenada, principalmente porque as transformações, que julga serem necessárias – aqui entra o viés político do livro -, deveriam ser guiadas por estudos que explicam nossa formação, mostram seus entraves e discutem as possibilidades de mudança. (JACKSON, 2002, p.82).

Finalmente, temos o diálogo de Antonio Candido com Maria Isaura Pereira de Queiroz, segundo Jackson:

A tese implícita de *PRB* é explicitada na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que afirma a existência do “campesinato brasileiro” e da pequena propriedade, que permite a sua reprodução, embora limitada progressivamente pelo processo de modernização. (JACKSON, 2002, p.82).

⁹⁷ Jackson (2002, p.81) mostra o diálogo de Antonio Candido com o antropólogo norte-americano Robert Redfield, a partir do qual o autor de *PRB* elabora a noção de “cultura rústica”, tomando como referência o conceito de “folk culture”, tipo ideal construído para definir culturas “primitivas” e camponesas.

Observa Antonio Candido que existe em *Grande Sertão: Veredas*, como n’*Os Sertões*, três elementos estruturais que apoiam a composição: a terra, o homem, a luta. Uma obsessiva presença física do meio; uma sociedade cuja pauta e destino dependem dele; como resultado o conflito entre os homens.” (CANDIDO, 1978, p.123)

Em *Grande Sertão: Veredas*, o meio físico - Norte de Minas, até Piauí - e o universo inventado – a divisão do mundo, em duas partes, a partir do “Rio do Chico”: lado direito, “fasto”; lado esquerdo, “nefasto” (CANDIDO, 1978, p.124), o “campo de batalha do Tamanduá-tão”, as “Veredas-Mortas”, o “*liso* do Sussuarão, deserto-símbolo”, o “arraial do Paredão”, o “amado Urucuia”, o “*raso* pior havente” (CANDIDO, 1978, p.125) – articulam-se de tal forma a permitir a grande cavalgada do jagunço Riobaldo pelo sertão.

Prossegue Antonio Candido (1978) na sua breve resenha:

Instigado por Diadorim, isto é, o jagunço Reinaldo, na verdade a moça Maria Deodorina, filha única disfarçada de Joca Ramiro, o chefe Medeiro Vaz decide cruzar o deserto a fim de surpreender a fazenda do traidor Hermógenes, em terra baiana. Mas a empresa falha; o bando não suporta as privações e retrocede, vencido pelo ermo. Ora mais tarde, quando já se havia tornado chefe, o narrador Riobaldo empreende a travessia com relativa facilidade.[...] (CANDIDO, 1978, p. 126).
[...]No bando que ocupa o vértice da narrativa, a sucessão de Joca Ramiro cabe a Medeiro Vaz; morto este, passa brevemente a Marcelino Pampa, e logo a Zé Bebelo, do qual é arrebatado pelo narrador. (CANDIDO, 1978, p. 134).

Vale observar que “o jagunço de Guimarães Rosa não é salteador; é um tipo híbrido entre capanga e homem-de-guerra.” (CANDIDO, 1978, p.128) Na luta contra “Hermógenes, que encarna o aspecto tenebroso da Cavalaria sertaneja, - cavaleiro felão, traidor do preito e da devoção tributada ao suzerano, - ” (CANDIDO, 1978, p.132) o diabo, representando “um tipo especial de provação iniciatória, um ritual de sentido mágico-religioso” (CANDIDO, 1978, p.132) surge na consciência de Riobaldo como auxílio.

Finalmente, Antonio Candido conclui, assim, a cavalgada de Riobaldo pelo *Grande Sertão: Veredas*:

Renunciando aos altos poderes que o levaram por um instante acima da própria estatura, o homem do Sertão se retira na memória e tenta laboriosamente construir a sabedoria sobre a experiência vivida, porfiando, num esforço comovedor, em descobrir a lógica das coisas e dos sentimentos. (CANDIDO, 1978, p.139).

Monteiro Lobato

Da obra *Urupês*, selecionamos os contos *Velha praga*, *Urupês* e *A colcha de retalhos*, por, respectivamente, tratar dos temas contemporâneos, como preservação ambiental, saúde pública e identidade nacional.

Velha praga fala da “desastrosa queima de matas”, sobretudo da de 1914, aventando o causador de “tamanha violência”:

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o “Argas” o é aos galinheiros ou o “Sarcoptes mutans” à perna das aves domésticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do “Porrigo decalvans”, o parasita do couro cabeludo produtor da “pelada”, pois que onde ele assiste⁹⁸ se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. (LOBATO, 2008, pp.160-161).

Monteiro Lobato, depois de traçado o perfil desse parasita, identifica-o:

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau⁹⁹ e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se. (LOBATO, 2008, p. 161).

O caboclo de Monteiro Lobato (LOBATO, 2008, p.161-164) sai de um sapezeiro e vai criar outro. O sapé cobre a choça do caboclo e, também, fornece fachos para queimar a “colméia das pobres abelhas”. Depois de chegarem, “silenciosamente”, o caboclo e sua mulher grávida, um no peito, outro de sete anos, colado a sua saia e um cachorro sarnento, acampam. Constroem uma choça em três dias, tirando do lugar “os esteios, as ripas, os barrotes, o cipó que os liga, o barro das paredes e a palha do teto.” Depois de “barreada a casa”, “pendurado o santo”, começa a “atacar” a floresta, roçando e derrubando e, no tempo da queimada, “iludindo” a lei, quando “entra em funções o isqueiro”. O fogo, assim posto, invade a floresta e se alastra por ela. Em setembro, com as chuvas, o caboclo planta, “na terra em cinzas”, milho, feijão e arroz, como fizera seu pai, seu avô. Exaurida a terra, muda-se de sítio. O retrato, deveras, crítico do caboclo em Monteiro Lobato (2008), dá lugar a uma análise histórico-social do uso da terra, em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (1982).

Falando dos colonos portugueses e sua plasticidade social, racial e cultural, ficam evidentes as razões, que levaram à constituição de uma economia de exploração da terra, tendo como base a monocultura, aqui no Brasil. Aliado, principalmente, à ética do aventureiro, baseado no lucro fácil, no menor esforço, mas em detrimento da ética do trabalho, baseada na constância, no apego à terra, conforme Holanda (1982), os colonos

⁹⁸Reside; está estabelecido. (Nota do autor)

⁹⁹Espingarda de carregar pela boca. (Nota do autor)

portugueses, lá em Portugal já não eram muitos afeitos ao modelo clássico de campesinato europeu, no qual o camponês figura como aquele que constitui com sua terra um todo inseparável, caracterizado por uma forte tradição.

Isso constituiu um dado fundamental no desenvolvimento de uma economia baseada na monocultura, numa economia de exportação. Conforme apontado em Holanda (1982), disso decorreu uma particular relação com a terra, uma noção do trabalho, bem distintas das do Velho Mundo, aqui no Brasil. O uso da enxada se contrapôs ao do arado, generalizando, também, a prática da queimada no desbravamento das florestas para o cultivo das terras. O desmatamento da Mata Atlântica, que se iniciou, durante o período da colonização, se estendendo aos dias de hoje, conforme Dean (1996), revela o específico uso da terra, herdada, junto aos colonos portugueses.

Em *Urupês*, publicado há pouco mais de um mês depois de *Velha praga*, Monteiro Lobato retoma o perfil do caboclo, só que desta vez, ainda mordaz, mas mais abrangente quanto aos seus hábitos e costumes, deixando um pouco de lado a questão das queimadas. Esse tom mordaz marca o distanciamento e não identificação do autor com relação ao novo tipo ideal de homem, crismado de caboclo pelo “caboclismo”¹⁰⁰, que deu lugar ao indianismo de Alencar.

O “caboclismo” de Monteiro Lobato é, assim, descrito:

O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; a ocará virou rancho de sapé; o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda troxada; o boré descaiu lamentavelmente para pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito.

Mas o substrato psíquico não mudou: orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heroica, todo o recheio em suma, sem faltar uma azeitona, dos Peris e Ubirajaras. (LOBATO, 2008, p. 168).

Para Monteiro Lobato, “entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígene de tabuinha no beíço” (LOBATO, 2008, p.169), existe o caboclo, “a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso”, “feia e sorna, nada a põe de pé” (LOBATO, 2008, p.169). Sempre “de cócoras”, o caboclo fica indiferente aos grandes acontecimentos do país como a independência, a abolição da escravatura, a proclamação da república e tudo que vem do governo “resume-se para o caboclo numa palavra apavorante – ‘reclutamento’.” (LOBATO, 2008, p.174). A medicina

¹⁰⁰ Grifo do autor.

cabocla é da mesma maneira, afeita a críticas, pelo autor, na qual “*Chernoviz*¹⁰¹ não escrito”, “mezinhas”, “medicação simpática”, “crendices” não faltam (LOBATO, 2008, p.174-175).

No entanto, no conto “A colcha de retalhos”, o narrador, num tom comovido, conta a triste história dos Alvoradas, os pais, a filha, Recanto Doce e sua avó nhá Joaquina. Os bens naturais e culturais brasileiros ficam, assim, expressos. A caminho do sítio de José Alvorada, temos a descrição da paisagem:

A névoa esmaia o relevo da paisagem, desbota-lhe as cores. Tudo parece coado através dum cristal despolido.
Vejo a orla de capim tufada como debrum pelo fio dos barrancos; vejo o roxo-terra da estrada esmaecer logo adiante; e nada mais vejo senão, a espaços, o vulto gotejante de alguns angiqueiros marginais.
Agora, uma porteira.
Ali, a encruzilhada do Labrego.
Tomo à destra, em direitura ao sítio de José Alvorada. Este barba-rala mora-me a jeito de empreitar um roçado no capoeirão do Bilu, nata de terra que pelas bocas do caeté legítimo¹⁰², da unha-de-vaca¹⁰³ e da caquera¹⁰⁴ está a pedir foice e covas de milho. (LOBATO, 2008, p. 45).

Nesse ambiente, no sítio dos Alvoradas, a avó de Pingo está preparando há quatorze anos uma colcha de retalhos, que vem sendo preparada com recortes dos vestido da neta, desde o seu nascimento, para, um dia, ser entregue como presente de noivado. Cada pedacinho, então, conta a história da relação entre avó e neta. No entanto, um dia, a colcha de dezesseis anos, guardada no baú, sem ter sido presenteada, mas que serviria de mortalha da avó, expressa a desonra dos Alvoradas por ter uma “moça”¹⁰⁵ na família.

Graciliano Ramos

O problema da seca em Graciliano Ramos está expresso no romance *Vidas secas*. É a história de uma família de retirantes que se instala num sítio abandonado fugindo da seca. Fabiano, sinhá Vitória, seus dois filhos e a cachorra Baleia procuram viver nesse meio inóspito da catinga. Ainda assim encontram um lugar melhor do que eles deixaram para trás, depois de uma longa viagem sob o sol tórrido, passando por privações extremas como fome e sede. Até um papagaio de estimação servira de alimento. Mais adiante, um preá caçado por

¹⁰¹ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Dicionario de medicina popular e das sciencias accessorias . 6. ed. consideravelmente aumentada, posta a par da ciência. Paris : A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 v.

¹⁰² Padrões de terra boa. (Nota do autor)

¹⁰³ Padrões de terra boa. (Nota do autor)

¹⁰⁴ Padrões de terra boa. (Nota do autor)

¹⁰⁵ Grifo do autor. (LOBATO, 2008, p.49)

Baleia foi dividido e muito apreciado por todos, inclusive pela cachorra que teve o seu quinhão de ossos.

Sabem, portanto, que cedo ou tarde terão que procurar outras paragens quando virem sinais da seca. Enquanto não há sinais, eles vão ficando e, até, engordando. Fabiano torna-se vaqueiro nesse sítio, tomando conta do gado alheio:

Agora Fabiano era vaqueiro, e ninguém o tiraria dali. Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado. Olhou as quipás, os mandacarus e os xique-xiques. Era mais forte que tudo isso, era como as catingueiras e as baraúnas. Ele, sinhá Vitória, os dois filhos e a cachorra Baleia estavam agarrados à terra. (RAMOS, 2012, p.19).

Quando Fabiano se veste de vaqueiro, o menino mais novo se enche de alegria. Um dia gostaria de ser como ele, de montar como ele, pois a figura do vaqueiro é o resultado da ativez, do domínio sobre a natureza. Não é mais o pai que, lá, está, enquanto estiver assim vestido, paramentado:

Naquele momento Fabiano lhe causava grande admiração. Metido nos couros, de perneira, gibão e guarda-peito, era a criatura mais importante do mundo. As rosetas das esporas dele tilintavam no pátio; as abas do chapéu, jogado para trás, preso debaixo do queixo pela correia, aumentavam-lhe o rosto queimado, faziam-lhe um círculo enorme em torno da cabeça. (RAMOS, 2012, p. 47).

Em meio à questão da seca, no nordeste brasileiro, vemos surgir a figura do vaqueiro, inserida num sistema de criação bovina, consumo e distribuição da sua carne e dos seus derivados, determinante de uma verdadeira cultura pastoril. Assim, a precedência da pecuária (manifesta no hábito alimentar de consumo de carne de vaca dos brasileiros), sobre a agricultura, em muitas regiões do Brasil, revela um uso diferenciado da terra, em forma de pastos, mas também, uma verdadeira cultura pastoril. A maneira como essa precedência, seja ela para consumo, simplesmente, seja para garantir o acesso igualitário do aporte proteico, regulado e mediado pela cultura, se manifesta no modo de vida dos diferentes tipos de sociedades, constitui a reflexão de Marvin Harris (1978) no artigo *A mãe vaca*.

Em Harris (1978), o aspecto sagrado da vaca tipo zebu, além de consistir em um tabu, amplamente conhecido e criticado no mundo pelas ambivalências suscitadas, as de entravar a solução da fome na Índia, também revela o uso sustentável dos recursos naturais, com o consumo controlado da carne. Nesse sentido, não é possível deixar de discutir as diferenças entre os Estados Unidos e a Índia, no tocante aos seus distintos modos de vida. O tabu da vaca sagrada na Índia só é percebido pelo Ocidente, como entrave ao consumo livre da carne bovina, sem que haja uma compreensão do sistema cultural autorregulatório de distribuição do aporte proteico.

No caso do Brasil, essa precedência não só ilustra o favoritismo face à agricultura, mas também uma determinada filiação cultural aos países com tradições pecuaristas/pastoris. Portanto, compreender essa precedência vai nos revelar todo um modo de vida ligado ao consumo e utilização do gado bovino. Um imaginário também repleto de manifestações culturais expressas no folclore brasileiro, como a do Bumba meu boi, no hábito do churrasco, no consumo de diversos tipos de laticínios, como queijo, manteiga, doces a base de leite, etc.

O uso abundante desses produtos à base de leite, na culinária ocidental, ilustra esse favoritismo. Nesse sentido, François Cheng, escritor sino-francês, membro da Academia Francesa de Letras, autor de *Le dit de Tia-ny* tenta “tornar o familiar, estranho, e o estranho, familiar”, através da perplexidade criada no encontro de culturas diversas. No caso, compara duas culturas distintas, a chinesa e a francesa, no que concerne à tradição pastoril. Precisamente, na culinária, os confeitos franceses e chineses se distinguem, tanto no aroma, quanto na cor. O uso dos laticínios, principalmente a manteiga e o leite, combinados com a farinha, o açúcar e os ovos, produz, conforme Cheng (1998), especiarias bem distintas. A cor dourada dos confeitos europeus é o que mais contrastaria com a brancura dos confeitos chineses.

Na tradição pastoril brasileira, torna-se importante analisar as figuras típicas, ligadas à atividade pecuária, como vaqueiro, gaúcho, cangaceiro, jagunço, peão, etc. Em *Vidas secas*, Fabiano, de uma hora para outra, torna-se vaqueiro, um trabalhador rural, relativamente, autônomo, ao se instalar numa fazenda abandonada pela seca.

Na região de Itirapina (SP), município situado a noroeste de Rio Claro (SP), a atividade pastoril ainda mostra essa autonomia das pessoas envolvidas, permitindo a livre associação de produtores, conforme um acordo prévio para multiplicar o gado. O sistema de meeiro permite a pastagem da criação nas terras acordadas para isso. Assim, o proprietário da terra entra com o pasto e o parceiro meeiro cuida do gado. Através de um acordo tácito, o proprietário e o meeiro têm as suas parcelas no lucro com a criação. Raramente, contratos são assinados para esse tipo de parceria. A palavra é tudo. Uma vez desfeito o trato, a terra fica disponível para outras parcerias.

No entanto, ouve-se falar que no Brasil Central, onde há vastas extensões de terra para pastagem, o gado vira um *commodity* como outro qualquer, seu valor determinado pelas tendências do mercado internacional. Comprar cabeças de gado passa a ser um bom investimento para os moradores da cidade. Um negócio mantido a distância e, muitas vezes, sem nenhuma conexão com a vida rural pelos habitantes da cidade.

Érico Veríssimo

O romance *Ana Terra* faz parte do terceiro volume *O arquipélago* da trilogia *O tempo e o Vento* onde se narra a saga das famílias que fundaram o Rio Grande do Sul.

Ana Terra, “moça de olhos e cabelos pretos, rosto muito claro, lábios cheios e vermelhos” (VERÍSSIMO, 1985, p. 5) recorda-se dos eventos ocorridos no ano de 1777, o ano da expulsão dos castelhanos do território do Continente. Ana vivia com os pais (Maneco e Henriqueta Terra) e dois irmãos (Antônio e Horácio) numa estância situada perto de Rio Pardo.

Os únicos contatos masculinos foram com Rafael Pinto Bandeira, guerrilheiro do Rio Grande, contra o domínio dos castelhanos no Continente, e um mestiço de índio, Pedro Missioneiro. Este último é descrito por Ana:

Tinha ele uma cara moça e trigueira, de maçãs muito salientes. Era uma face lisa, sem um único fio de barba, e dum bonito que chamava a atenção por não ser comum, que chocava por ser tão diferente das caras de homem que se viam naquelas redondezas. A tez do desconhecido era quase tão acobreada como a dos índios, mas suas feições não diferiam muito das de Antônio ou Horácio. Os cabelos, lisos e negros, desciam-lhes quase até os ombros e o que impedia que ele parecesse efeminado era a violenta masculinidade de seus traços. (VERÍSSIMO, 1985, p.15).

Desta forma, na solidão da estância, Ana apaixona-se por Pedro e fica grávida. Para o desespero de Ana, o pai dela com a ajuda dos irmãos, livra-se de Pedro, enterrando-o longe da estância. Mesmo inconformada com a brutalidade do pai, Ana segue a sua vida, vendo seu filho, Pedro crescer. Logo após o parto da filha, a mãe de Ana falece. Um dos irmãos vai morar na cidade e o mais velho traz a noiva para morar na estância. Com isso a família cresce.

Com o ataque dos castelhanos, Ana é estuprada pelo bando, mas permanece viva. O pai, o irmão, mais dois escravos são mortos violentamente. Os sobreviventes (cunhada de Ana e sua filha e Pedrinho) deixam a estância para trás e vão se instalar num vilarejo recém-formado. Pedro vai para a guerra antes do casamento. De volta da guerra, casa-se. Nasce Bibiana. Nesse romance, a pecuária também é valorizada. No entanto, o plantio de trigo é o sonho do pai de Ana.

José Lins do Rego

A leitura da obra de José Lins do Rego, *Fogo Morto*, foi reveladora uma vez que aborda temas sobre a formação da visão do mundo herdado do período colonial. Nesse sentido, pode-se relacioná-la com a obra de Sérgio Buarque de Holanda (1982), *Raízes do Brasil*. Este

último, embora seja uma abordagem histórica e não literária da formação cultural do Brasil, ajuda a entender o comportamento dos personagens do romance de José Lins do Rego.

Os personagens são, de fato, criações baseadas em pessoas que teriam pertencido a épocas passadas. Eles transitam em um mundo ficcional, mas mantêm características típicas, prontamente reconhecíveis como pertencendo a uma dada época. É, assim, inegável que se possa associar os personagens do romance *Fogo Morto* com a caracterização do povo brasileiro em *Raízes do Brasil*, pois através dessa associação torna-se possível compreender as suas angústias e descaminhos.

Fogo Morto divide-se em três partes, baseadas nas vidas dos personagens centrais: Mestre José Amaro, seleiro de profissão, Coronel Lula de Holanda, senhor do Engenho Santa Fé e Capitão Vitorino Carneiro da Cunha, candidato a defensor do povo.

Mestre José Amaro, sua mulher, Sinhá, e sua filha Marta vivem nas terras do Engenho Santa Fé desde que seu pai, fugido da polícia por homicídio, lá se instalara. Sua vida é angustiante devido à loucura de sua filha Marta e aos desentendimentos com a sua mulher. Apesar de sua habilidade como seleiro, passa a ser mal visto pela vizinhança, quando começa a vagar à noite, o que o leva a ser acusado de virar lobisomem. Essa identificação com animal acontece devido a dois fatores: enraivecimento diante das diferenças sociais, causando um isolamento cada vez maior do mestre e o seu aspecto físico amarelado com o rosto inchado. Ao repudiar as injustiças nascidas da diferença social, alia-se secretamente a um renomado cangaceiro, Capitão Silvino. Essa aliança, no entanto, o faz indispor com a ordem policial, o Tenente Maurício e o Coronel Lula, dono das terras onde fica a sua casa.

Coronel Lula, sua mulher Amélia, sua cunhada Olívia e sua filha Neném vivem ofuscados pelo brilho do passado esplendoroso do Engenho Santa Fé, quando o sogro Tomás e sua esposa arduamente ergueram o engenho em 1850. Depois da morte dos criadores do engenho e da sua riqueza, Santa Fé passa por momentos difíceis, mostrando a fragilidade de um sistema rural – os latifúndios - construído com o trabalho alheio da escravidão. Coronel Lula não soube continuar o trabalho de seu sogro. O ócio faria parte do estilo de vida adotado pelos senhores de engenho. A esse respeito, na Inglaterra de Jane Austen, o ócio é levado até as últimas consequências pelas classes superiores. Não por acaso, Inglaterra também teria criado culturas que possuíssem como os portugueses uma forma peculiar de se relacionar com o trabalho.

A maneira com que as vicissitudes da vida são encaradas e contornadas mostraria os ideais almejados pelos diferentes grupos sociais. A angústia e o estado de depressão em que se mergulham tanto o Capitão Tomás quanto o Coronel Lula são sintomas do sonho que não deu certo. Eles se vêm derrotados pelos ideais que não se realizaram. São homens que se definham. Primeiramente, a loucura da filha Olívia e a desmoralização decorrente da inabilidade de laçar e capturar um negro fugido derrotam o Capitão Tomás. Sem o seu progenitor, Santa Fé passa a viver momentos angustiantes. Tornar a encontrar um outro lutador como Capitão Tomás consistiria numa tarefa impossível. A derrocada em Coronel Lula dá-se através do exagerado orgulho de seu passado ilustrado com um pai supostamente morto como herói. Como filho de um mártir, vive dessas reminiscências, fundadas no orgulho inferido pelas patentes. O ócio é quase um direito adquirido pelo passado heroico do pai.

Capitão Vitorino circula por aí se defendendo das caçoadas, principalmente dos moleques, a cerca da sua coragem perante os grandes. O exagerado destempero do Capitão se mostra claramente quando ele é afrontado como um qualquer. Brada a todo momento pelo reconhecimento da sua patente. “Sou Capitão Vitorino Carneiro da Cunha.” Não deixa que ninguém se dirija a ele sem a sua patente. Antes a patente do que só o nome.

Esse jeito passional de ser foi apontado em *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1982) como representativo do nosso caráter social. A expressão “Você sabe com quem está falando?” de DaMata (1997) também ilustra o pedido de retratação diante da afronta social do não reconhecimento da patente.

O tom melancólico do romance *Fogo Morto* é superado apenas pelas proezas do Capitão Vitorino, ao proclamar o reconhecimento da patente. O termo *papa-rabo*, lançado ao vento por um moleque para enfurecer o Capitão, e a sua réplica “É a mãe”, torna-o ainda mais quixotesco.

Ainda em *Fogo Morto* (REGO, 2009, p. 141), o engenho e o estilo de vida dele decorrente povoam certamente o imaginário do regionalismo brasileiro. Palavras como “serviços de campo”, “mestre de açúcar”, “caldeiros”, “purgador” não existem mais. O engenho tem uma autossuficiência que foi apontada por vários autores como Darcy Ribeiro (1996), Holanda (1982). Essa autossuficiência se revela em vários momentos. Engenho Santa Fé é um nome imponente. Essa imponentia fica expressa no modo de vida, baseado na importação cultural da Europa. Assim, o piano de cauda, a música clássica impressionam os moradores vizinhos ao engenho.

Através da obra de José Lins do Rego, *Fogo Morto*, percebe-se a importância do engenho na constituição da ruralidade brasileira. A ideia de um engenho consiste numa grande extensão de terra ocupada pelo senhor de engenho, sua família, agregados, escravos. A casa grande fica separada da senzala. Certos escravos transitavam pela casa, fazendo os serviços da cozinha por exemplo. Embora houvesse capelas na própria casa grande, o senhor e sua família iam à cidade aos domingos na cidade mais próxima, onde eram vistos e invejados pelos moradores.

O plantio da cana era um serviço fundamental realizado pelos escravos. Raramente o senhor do engenho inspecionava o serviço, pois havia feitores para isso. Todo o processamento da cana, desde o seu plantio, seguia as etapas de produção no moinho, no caldeirão e finalmente no purgador.

No próprio engenho, havia famílias que moravam sob a influência do senhor de engenho, geralmente mediante o pagamento de um foro. O bom entendimento entre as partes permitia que a família lá permanecesse por longos anos.

Euclides da Cunha

Os dados biográficos de Euclides da Cunha ajudam a entender os elementos, que têm feito da sua obra prima, *Os Sertões*, um representante pioneiro do pensamento social brasileiro, pois nela estão encerradas, por um lado, questões relativas à formação do povo brasileiro, sobretudo, à gênese do sertanejo e de seus problemas sócio-ambientais, como a pobreza e o flagelo da seca, e por outro, à apresentação dos condicionantes naturais, que levaram ao desenvolvimento cultural e social dessa parcela da população brasileira.

Para Euclides da Cunha (CUNHA, 2007), o litoral é o lócus da mistura branco-negro. Assim, ele julga negativamente esse tipo de mestiçagem, em relação ao do surgido no sertão: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.” (CUNHA, 2007, p, 118).

Contudo, essa boa apreciação do sertanejo logo se desfaz:

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. (CUNHA, 2007, p. 118).

Essa descrição humana está condizente com a apresentação do meio natural inóspito e rude, descrevendo a fauna e flora do sertão:

Se não existisse o umbuzeiro aquele trato de sertão, tão estéril que nele escasseiam os carnaubais tão providencialmente dispersos nos que os convizinhos até ao Ceará, estaria despovoado. O umbu é para o infeliz matuto que ali vive o mesmo que a *mauritia*, para os garaúnos dos *llanos*.

[...]

Ressurge ao mesmo tempo a fauna resistente das caatingas: disparam pelas baixadas úmidas os cititus esquivos; passam, em varas, pelas tigüeras, num estrídulo estrepitar de maxilas percutindo, os queixadas de canela ruiva;[...]e as próprias suçuaranas, aterrando os mocós espertos que se aninham aos pares nas luras dos fraguesos, pulam, algres, nas macegas altas, antes de quedarem nas tocais traiçoeiras aos veados ariscos ou novilhos desgarrados... (CUNHA, 2007, p.56-57).

Jorge Amado

Com Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978), ao retomarmos as diferenças entre as colonizações ibéricas na América Latina, quanto à distinção rural-urbano, e constatarmos que na América Espanhola hoje tem uma “consistência indiscutível”, enquanto na América Portuguesa “não é ela ainda muito nítida, e se reflete em vícios de linguagem de que não nos apercebemos habitualmente”, deduzimos uma noção importante, a de “interior”, quando no Brasil não se diz “vou para o campo”, mas “vou para o interior” (PEREIRA DE QUEIROZ, 1978, p. 281). Assim, essa noção de interior, ligada à lembrança do tempo em que a população era formada pela população da Corte e pela população do interior, pode fazer depreender os binômios – litoral/interior, Corte/interior - que esquematizariam o modo de ocupação colonial e, conseqüente formação do povo brasileiro.

Ainda em Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978), o tema da divergência de desenvolvimento entre campo e cidade, concernente à cultura, acrescenta um outro aspecto, o dos diferentes valores agregados ao binômio – Corte/interior – o que poderia, assim, ela ser convertida em litoral/sertão, incorporando a visão de sertão de Euclides da Cunha:

No Brasil, esta maneira¹⁰⁶ de ver deu também seus frutos, desde o fim do século XIX. Euclides da Cunha foi talvez o primeiro pesquisador brasileiro a opor, como inimigos irredutíveis, a civilização moderna das grandes cidades do litoral e o conservantismo das populações sertanejas, baseando nesta perspectiva toda a interpretação do movimento messiânico de Canudos. (38) Cunha, 1936, décima terceira edição.

¹⁰⁶ Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, essa maneira de ver refere-se à disseminação da tecnologia no meio rural – tecnologia de origem urbano-industrial – destruição de uma série de práticas arcaicas e conseqüente desaparecimento do que fora chamado na Europa de civilização camponesa.

Estabelecidas essas relações, historicamente determinadas, - litoral/interior, Corte/interior, litoral/sertão -, passemos a discutir na obra de Jorge Amado *Mar Morto* as implicações da relação litoral/interior, extremamente, reveladora da identidade nacional.

Como observamos na citação acima de Maria Isaura Pereira de Queiroz, ao litoral e ao interior, estiveram associadas imagens, que ainda influenciam nossa forma de ver o novo e o velho, proveniente da expansão europeia, do contato de culturas. Desta forma, o litoral representa o contato com o velho mundo, o ponto de chegada/partida. O interior, a tradição, o atraso, daquele que está longe do contato com o velho mundo. Ir para o interior seria, também, o ato de desbravar, como os bandeirantes.

Assim, em Darcy Ribeiro (1996) esse “litoral”, associado a fortes imagens da origem do Brasil, da chegada dos portugueses, do primeiro dos muitos contatos interétnicos - branco-índio -, vemos os cheiros e as cores desse encontro, que encetou a formação do povo brasileiro:

Os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável em sua visão mítica do mundo. Seriam gente de seu deus sol, o criador – Maíra -, que vinha interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos, espoliadores ou dadores. [...] Visivelmente, os recém-chegados, saídos do mar, eram feios, fétidos e infectos. Não havia como negá-lo. É certo que, depois do banho e da comida melhoraram de aspecto e de modos. Maiores terão sido, provavelmente, as esperanças do que os temores daqueles primeiros índios. (RIBEIRO, 1996, p. 42).

Ao litoral também estão associados tipos exploratórios da economia colonial, quais sejam, pau-brasil, cana-de-açúcar, sendo este responsável pela introdução da mão de obra escrava, originando a mestiçagem branco-negro. Em *Mar Morto*, o mar, seus navegadores costeiros, os descendentes afros – mestres de saveiros, como Guma e sua mulher Lívia, compõem a paisagem litorânea no romance de Jorge Amado. Dessa forma, se observa impregnar, em seu romance, uma noção de africanidade, expressa, sobretudo, na evocação mítica das entidades de origem africana, já sincretizadas, dando sentido e alívio para dissabores, anseios, sonhos, desses expatriados:

Ninguém no cais tem um nome só. Todos têm também um apelido ou abreviam o nome, ou o aumentam, ou lhe acrescentam qualquer coisa que recorde uma história, uma luta, um amor.

Iemanjá, que é dona do cais, dos saveiros, da vida deles todos, tem cinco nomes. Ela se chama Iemanjá, sempre foi chamada assim e esse é o verdadeiro nome, de dona das águas, de senhora dos oceanos. No entanto os canoieiros amam chamá-la de dona Janaína, e os pretos, que são seus filhos mais diletos, que dançam para ela fazem suas súplicas à Princesa de Aiocá, rainha dessas terras misteriosas que se escondem na linha azul que as separa das outras terras. (AMADO, 2012, p.73).

Assim, vale citar a leitura de Ana Maria Machado (2012) do romance de Jorge Amado:

Mar morto é diferente, constrói-se como uma tragédia e, fiel ao modelo clássico, anuncia a morte logo de saída, desde o título. No entanto é uma tragédia amorosa e de forte sopro poético, em que o adjetivo “morto” não deve enganar ninguém ao se aplicar a esse mar. Entra aí mais por efeito sonoro do que por outra coisa, para juntar amor, morte e com isso acentuar presença da morte, sempre ao lado. Na verdade é sempre um mar vivo, pulsante, arfante, quase aquele mar animal de que falava Rubem Braga. Mesmo no final do livro, quando o título do romance se repete no batismo de um capítulo, o mar está mais vivo do que nunca. Tão vivo que induz Lúvia a ir voluntariamente ao encontro do futuro que mais recusava: um dia compartilhar com essas águas o próprio filho. (MACHADO, 2012, p. 262).

Brasil afora, histórias de ocupação litorânea são muitas, como a do romance de Jorge Amado, outras expostas em museus, como o do Mar em São Francisco do Sul, Santa Catarina e, ainda outras, no Litoral Norte de São Paulo. O contato com o mar favoreceu aos trabalhadores o desenvolvimento de uma vida tradicional, muito diversa da do sertanejo. O Museu do Mar expõe fotos de pesca da tainha, no litoral do Sul do Brasil, feita, ainda nos moldes tradicionais, em que o “vigia” dá o aviso da chegada do cardume, para que no elemento surpresa se possa cercá-lo adequadamente. A pesca e seus equipamentos moldaram um estilo de vida completamente diferente, que consiste na construção de canoas, representando o ápice da atividade pesqueira. Um estilo de vida que estaria em vias de desaparecer, devido à crescente industrialização da atividade pesqueira.

No litoral norte do Estado de São Paulo, no meio da Mata Atlântica, ainda remanescente e preservada pelo IBAMA, vivem famílias descendentes de caiçaras que ainda retiram do mar os produtos demandados pelos turistas paulistanos. Pequito, cuja moradia se encontra no alto de um morro, de onde se avista a baía de Ubatuba, mantém a atividade pesqueira mais como lazer e faz pequenos serviços na cidade como pedreiro. Sabe explorar a mata, seus segredos. Uma vez, dormiu no mato, por estar perdido, mas soube se sair bem e encontrar o caminho de casa. Faz tempo que sabe dos segredos da mata, pois que, capinando, deu de cara com uma jararaca. Sabe apreciar o “coquinho” de onde retira a polpa para nos oferecer. Lembra-se do tempo em que não existia a rodovia Ubatuba-SP (BR 116) na sua infância. Eram tempos em que longos trajetos eram feitos a pé. A rodovia trouxe melhorias e também, os turistas, principalmente paulistas. Escreve letras de músicas. Seu sobrinho, filho de sua irmã Maria, tem um quiosque bem próximo à praia, que fornece generosas porções de mexilhões coletados por ele, nas rochas da encosta da Praia Vermelha de Ubatuba.

Visconde de Taunay

Em *Inocência* de Taunay, temos a descrição do “sertão” de Taunay, que se caracteriza como cerrado, nesta passagem:

Ora é a perspectiva dos cerrados, não desses cerrados¹⁰⁷ de arbustos raquíticos, enfezados e retorcidos de São Paulo e Minas Gerais, mas de garbosas e elevadas árvores que, se bem não tomem, todas, o corpo de que são capazes à beira das águas correntes ou regadas pela linfa dos córregos, contudo ensombram com folhuda rama o terreno que lhes fica em derredor e mostram na casca lisa a força da selva que as alimenta; ora são campos a perder de vista, cobertos de macega alta e alourada, ou de viridente e mimosa grama, toda salpicada de silvestres flores; ora sucessões de luxuriantes capões¹⁰⁸, tão regulares e simétricos em sua disposição que surpreendem e embelezam os olhos: ora, enfim, charnecas meio apauladas, meio secas, onde nasce o altivo buriti e o gravatá entrança o seu tapume espinhoso. (TAUNAY, 2008, p.12-13).

Assim, nesse sertão, se passa o amor impossível de Inocência, filha do sertanejo Martinho e noiva do rude Manecão, por Cirino, um “doutor”, praticante da medicina popular, que carrega um compêndio farmacêutico, *Chernoviz*, para dar diagnósticos aos seus pacientes.

Em *Inocência*, vemos um sertão preso aos costumes rígidos em relação à mulher, aliados a um paternalismo/patriarcalismo. Assim, as figuras femininas são as que mais sofrem, por não terem autonomia na escolha de seus pares.

José de Alencar

O romance *Til* de José de Alencar, como romance regionalista, encerra as seguintes características, apontadas por Sergius Gonzaga (2012):

Os chamados romances regionalistas ou sertanistas (na verdade, romances de temática rural) parecem, à primeira vista, nascer da nostalgia do autor em relação ao rústico mundo interiorano, onde passara a infância, conforme se pode observar nesta passagem de *O sertanejo*: Desta afirmativa e da leitura dos quatro romances sertanistas (*O sertanejo*, *O gaúcho*, *O tronco do ipê* e *Til*) pode-se chegar a duas conclusões:

a) A condição brasileira (isto é, o cerne da nação), na sua forma mais pura e singela, localiza-se no mundo rural.

b) A extensão geográfica dos romances (do sertão ao sul do país, passando por fazendas fluminenses) indica que a ânsia de Alencar em abranger o núcleo básico do território nacional corresponde ao desejo das elites imperiais (das quais o autor é o principal intérprete) em integrar todas as regiões ao corpo de uma nação centralizada e unificada.

Ora, como o autor está interessado em mostrar, acima de tudo, a unidade do país, os aspectos originais da vida regional reduzem-se a algumas descrições poéticas da natureza, a alguns costumes típicos e à capacidade heroica /aventureira dos protagonistas, os quais parecem representar, de maneira mais ou menos primitiva, à bravura e a generosidade do homem rural brasileiro. (GONZAGA, 2012).

Junto com Monteiro Lobato, José Alencar retrata o universo do interior paulista, na época deste ainda considerada a Província de São Paulo. *Til* é a história da moça órfã de vários nomes, conforme meio e companhia, que ela frequenta – Berta, Til, Inhá. Adotada e criada

¹⁰⁷ Florestas de arbustos 3 a 4 pés de altura mais ou menos, mui chegados uns aos outros. (Nota do autor)

¹⁰⁸ Excelente palavra brasileira derivada da língua geral caá-puán (mato redondo). (Nota do autor)

num meio humilde, porém convive com a família de Luís Galvão, dono da fazenda das Palmas. Assim, é ela descrita:

Ao passo que se ia adiantando a lavra das terras, erguia-se na chapada fronteira ao rio uma bela casa de morada em dois lances abarracados, com um pequeno mirante no centro, sobreposto à larga portada; esta abria para o patamar, ladrilhado, de uma pequena escada de seis degraus, que descia ao terreiro. Formava o edifício uma face da vasta quadra, onde se foram levantando sucessivamente casas para o administrador e feitores, senzalas para os escravos, o engenho de cana, a fábrica do café, tulhas de feijão e milho, além de outros acessórios do grande estabelecimento rural, que veio a tornar-se depois a fazenda das Palmas. (ALENCAR, 2012, p. 25-26).

Contudo, nesse cenário das fazendas do interior paulista, se articulam as relações interétnicas, advindas da escravização dos negros africanos, que são referidos inúmeras vezes, como “pretos no eito”, (ALENCAR, 2012, p. 56), “preta velha” (ALENCAR, 2012, p. 68), “africano” e “negralhada” (ALENCAR, 2012, p. 112), “negro fornido” e “negro da carepa” (ALENCAR, 2012, p. 176), “negra da roça” (ALENCAR, 2012, p. 178), etc.

7 Vale Passa Cinco: a propósito da ruralidade local

A nossa trilha far-se-á numa pequena extensão da bacia hidrográfica do rio Passa Cinco ou Vale Passa Cinco, próximo aos municípios de Rio Claro, Itirapina e Ipeúna, situadas na região centro-leste do Estado de São Paulo, Figura 11 e Figura 12.

Conforme Tuan (1980, p. 134), o vale, na acepção geral, tanto representa o acesso fácil à água, um meio de comunicação natural, a riqueza agrícola dos fundos dos vales, mas também, como espaço côncavo, é identificado com útero e com refúgio, associando o ctônico e o feminino.

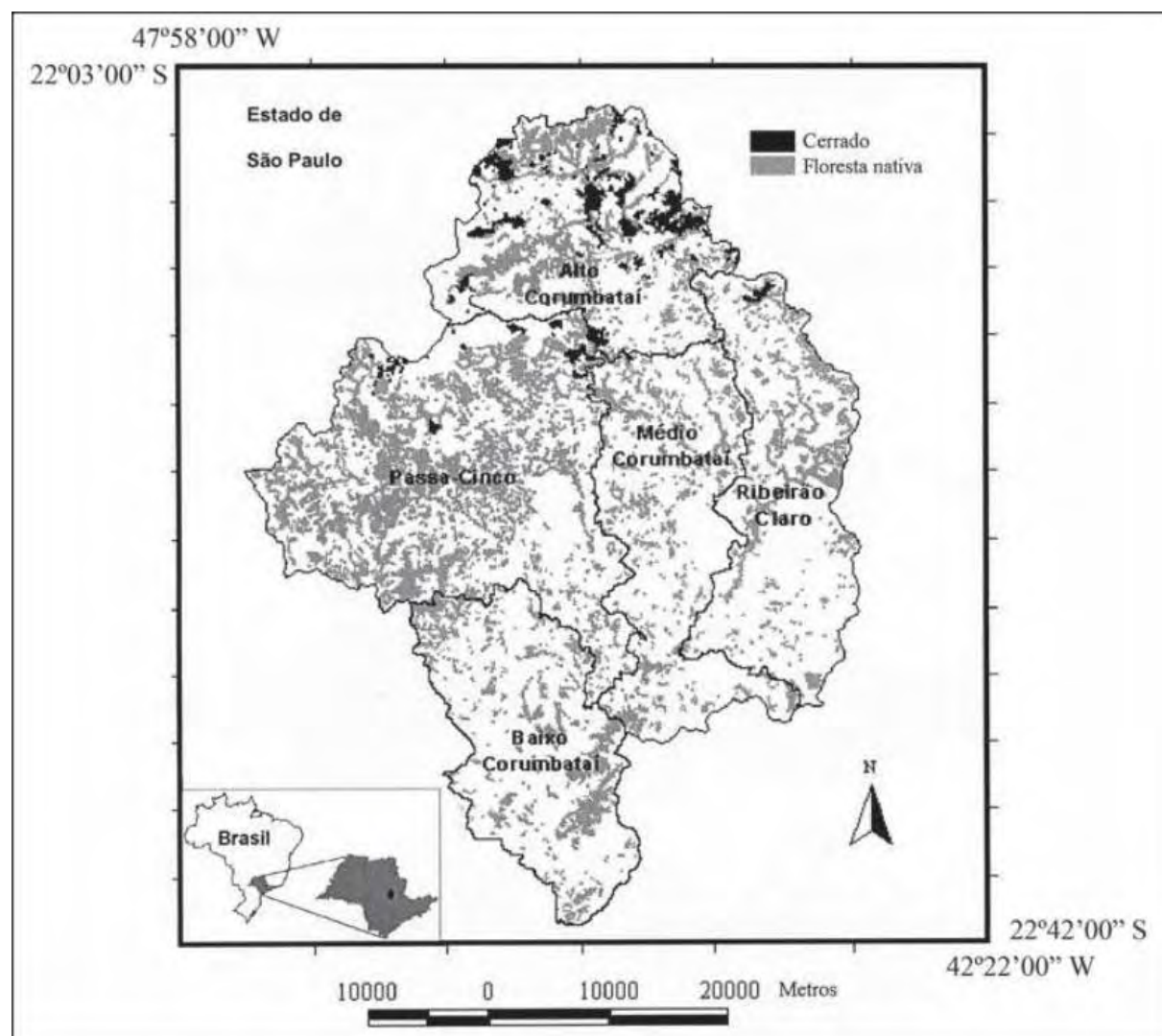
Constitui uma bela paisagem tanto o caminho que leva até lá quanto o vale propriamente dito. No entanto, muitas vezes, mesmo um morador de Rio Claro, não conhece os seus arredores. Desconhece as formosas serras entre Rio Claro, Ipeúna e Itirapina. Não sabe que bastam apenas 20 minutos de estrada, Washington Luís e Wilson Finardi e, pronto, chega-se a um mundão verde. Por uma estradinha de terra, o mais genuíno símbolo da ruralidade brasileira, o carro sacoleja todo, num balanço gostoso.

De fato, em áreas rurais ao norte da Alemanha, ao invés de caminhos de terra, avistam-se as propriedades rurais interligadas por vias asfaltadas. Lá, observam-se, assim, outros elementos formadores da paisagem rural, como um espaço mais planejado, para enfrentar a chegada do inverno.

No trajeto da estradinha de terra, no município de Ipeúna, avistam-se morros e “cuestas”. Serras imponentes, projetadas num céu azul infinito. Nunca é demais lembrar desse nosso céu azul tropical, da luminosidade, pois em alguns cantos do hemisfério Norte nem sempre é assim. O céu é carrancudo, nublado a maior parte do tempo.

A vegetação, ainda preservada, apesar da ocupação humana, das pastagens e roçados, é belíssima, embora, devido à seca do outono/inverno, os pastos adquiram tons castanhos, e não mais verdejantes como nos meses de agosto e setembro, mais secos. Com as primeiras chuvas do fim de inverno, as folhas novinhas e brilhantes dos pés de copaíba, ou simplesmente, óleo para os sitiantes locais, apresentam vários tons de laranja, como no outono europeu. Sem falar dos mimosos ipês em flor, bem amarelos, cheios de esplendor. É a natureza que vai renascer com a chegada da primavera.

Figura 11: Distribuição dos fragmentos de floresta na Bacia do rio Corumbataí (VALENTE e VETTORAZZI, 2005).



Fonte: VALENTE, R. D. O. A.; VETTORAZZI, C. A. Avaliação da estrutura florestal na bacia hidrográfica do Rio Corumbataí, SP. **SCIENTIA FORESTALIS**, 68, agosto 2005. 45-57.

Os municípios de Rio Claro, Ipeúna e Itirapina fazem parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Perímetro Corumbataí, conforme a Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981 no art. 8:

Havendo relevante interesse público, os poderes executivos Federal, Estadual ou Municipal poderão declarar determinadas áreas dos seus territórios de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas, a proteção, a recuperação e a conservação dos recursos naturais.

As APAs são também consideradas como espaços de planejamento e gestão ambiental de extensas áreas que possuem ecossistemas de importância regional, englobando um ou mais atributos ambientais. Necessitam de um ordenamento territorial orientado para o uso sustentável dos recursos naturais, elaborado por meio de processos participativos da sociedade, que resultem na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

Conforme estabelece a Resolução CONAMA nº 10 de dezembro de 1988, " as APAs terão sempre um zoneamento ecológico-econômico, o qual estabelecerá normas de uso, de acordo com suas condições", sendo que todas as APAs devem possuir em

seu perímetro, uma Zona de Vida Silvestre (ZVS). Os diplomas legais que criaram a maioria das APAs estaduais definem como ZVS as áreas abrangidas por remanescentes da flora original e as áreas de preservação permanente definidas pelo Código Florestal. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

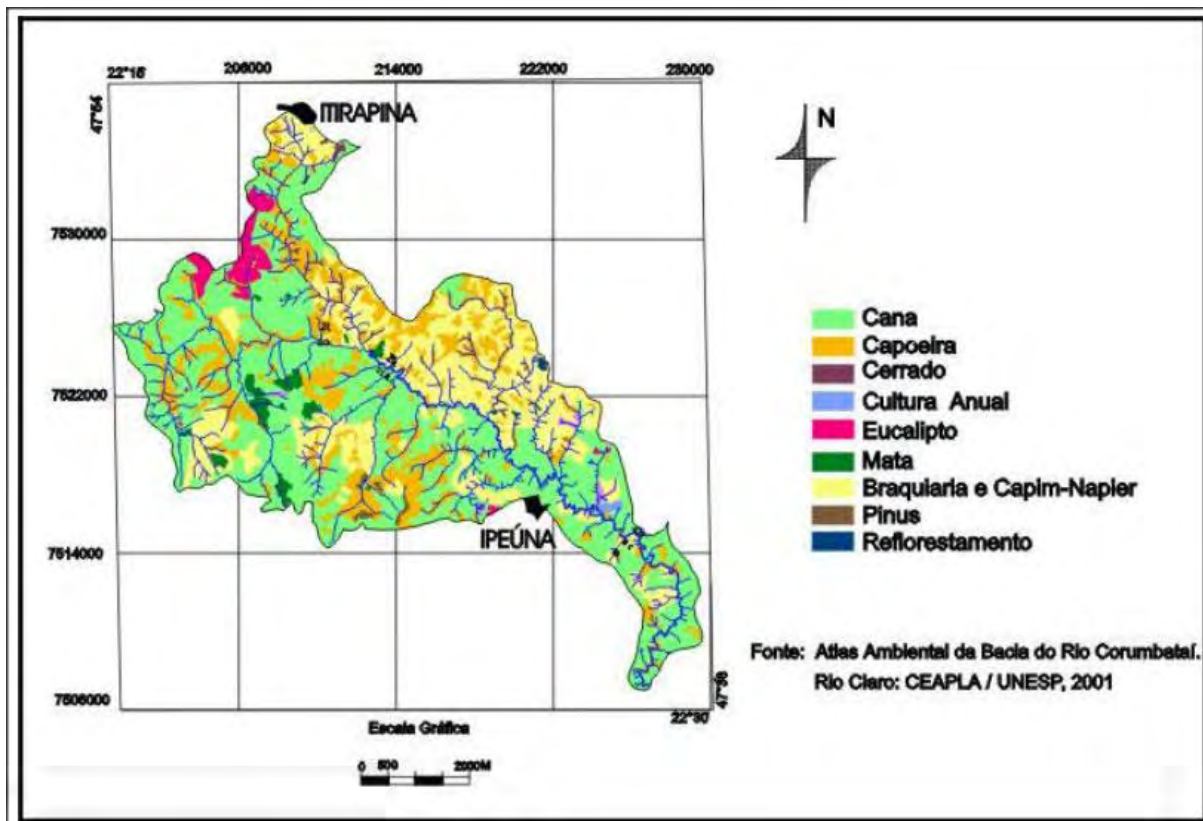
Para a população ribeirinha do Vale Passa Cinco (Figura 12), essa regulamentação fundamenta principalmente a intocabilidade da mata nativa e não uma compreensão maior das necessidades de conservação ambiental mais global, largamente discutida nos dias de hoje. No Vale, o corte de uma árvore nativa representa ser multado pelas autoridades ambientais. Há um certo tempo, um sitiante, ao se instalar no Vale, começou cortando um angico. Logo a notícia se espalhou pelo Vale, ocasionando a multa e a posterior mudança do sitiante, dado o mal-estar decorrente da infração.

Aqui e acolá, ao longo da estradinha de terra, vêem-se sítios e fazendas com suas casas caiadas de branco. Há muitos canaviais, já ceifados, por queimadas poderosas. De um dia para outro a paisagem se transforma. Onde havia um imenso canal, resta apenas uma terra totalmente nua, esperando para ser trabalhada novamente.

Próxima à trilha, na fronteira entre os dois municípios Ipeúna/Itirapina, a estrada de terra torna-se mais esburacada, pois, de acordo com os moradores do Vale, isso estaria condicionado a uma manutenção deficiente do município de Itirapina, responsável por esse lado da estrada. Ademais, a estrada, nos vários períodos do ano, também passa por mudanças, com as intempéries naturais como a chuva e a erosão, propícia a atolamentos.

Para os moradores do Vale Passa Cinco, a influência dos municípios de Rio Claro, Ipeúna e Itirapina é fundamental. Os tipos de vínculos com cada uma delas difere em muitos aspectos. Para uns, Rio Claro é centro escoador da produção do Vale. Da produção leiteira, fabricam-se queijos. Ipeúna e Itirapina eram municípios mais próximos de contato, chegava-se a cavalo ou de carroça no passado. De acordo com moradores ainda residentes no Vale, muitos dos que o deixaram foram se instalar nesses municípios.

Figura 12: Mapa de Vegetação e Uso do Solo na Bacia Hidrográfica do Rio Passa -Cinco / SP (SANTOS e GARCIA, 2003).



Fonte: SANTOS, S. C. D.; GARCIA, G. J. DIAGNÓSTICO DO NÍVEL TECNOLÓGICO E DA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA EM UMA MICROBACIA NO ESTADO DE SÃO PAULO: A BACIA DO RIO PASSA-CINCO. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 1 (2), Dezembro 2003. 25-44. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>. Acesso em: agosto 2012.

7.1 Pessoas e lugares

Antes de fazermos a trilha, devemos discutir, nesse espaço teórico, certas questões relativas ao conceito de paisagem e seus desdobramentos como percepção, valoração, topofilia/topofobia, identidade cultural, lugar/não-lugar, patrimônio natural e educação ecológica.

À primeira vista, sem estarmos inseridos nesse mundão rural, é por vezes difícil imaginar que se configura no Vale Passa Cinco uma paisagem cheia de nuances, nascida da “relação secular entre homem e território”, plena de “sentido histórico e cultural” (CHAVES; ARANHA, 2004, p. 5). Nesse sentido, o Vale Passa Cinco é uma paisagem importante para se entender a vida dos seus moradores e sua relação com o entorno.

Ainda nesse contexto, Telles (*apud* Chaves e Aranha 2004, p.5), no artigo “A paisagem é tudo”, faz importantes colocações da relação homem-natureza:

A paisagem é a expressão do espaço que é vivido pelo Homem. É a imagem, a expressão física, a visualização do espaço que é vivido pelo Homem. A biodiversidade e a forma da paisagem são importantíssimas. A paisagem é mais rica, quanto mais polivalente. A segurança é maior numa paisagem polivalente, do que numa paisagem só com uma valência. Uma polivalência é uma paisagem que tem vinho, seara, rega, pomares...

Considerações acerca dessa relação secular também é apontada em Schama (1996, p. 17):

Claro está que, objetivamente, a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos.

A interferência da cultura humana sobre o sistema natural também está presente na construção da visão que temos da paisagem. Visão essa repleta de lembranças, mitos e significados complexos. Para formarmos essa visão, a percepção humana é fundamental. Para Tuan (1980, p. 4):

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura.

Ainda Tuan (1980) enfatiza que os seres humanos compartilham percepções comuns, portanto um mundo comum por possuírem órgãos de sentido similares. Assim,

Um ser humano percebe o mundo simultaneamente através de todos os seus sentidos. A informação potencialmente disponível é imensa. No entanto, no dia a dia do homem, é utilizada somente uma pequena porção do seu poder inato para experienciar. Que órgão do sentido seja mais exercitado, varia com o indivíduo e sua cultura (1980, p. 12).

Dessa forma, a cultura pode influenciar a percepção e valores ambientais, o que leva a observar diferentes acuidades perceptivas, condicionadas ao sexo, idade, níveis socioculturais, etc, como descrito no Anexo.

Ao fazermos a trilha, ressalta o papel do Vale como gerador de imagens para a topofilia. Segundo Tuan:

O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais. Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo a que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época. (TUAN, 1980, p. 129).

Ao pensarmos na cultura que condiciona a percepção e valoração ambientais, pode-se citar Telles (*apud* Chaves e Aranha 2004, p.5) que relaciona paisagem e identidade cultural:

A paisagem não é um ordenamento, não é um bilhete postal ilustrado, não é uma fonte de receita por si própria, representa a identidade cultural do País e a natureza equilibrada de instalação da população. O futuro da paisagem está comprometido pela agricultura, a floresta, o urbanismo, por toda uma política que cria soluções temporárias de riqueza.

Cria-se um grande sentimento de pertencimento ao Vale, uma verdadeira identidade cultural que está ligada a uma cultura rural mais vasta. Sentimento esse composto de fronteiras não só físicas mas também de valores que particularizam cada um dos moradores.

Ainda são numerosos os moradores do Vale, embora alguns vão morar em Ipeúna ou Itirapina, por melhores condições de vida. Desligam-se do trato com as questões da terra, passando de proprietários a empregados. Para aqueles que ainda não deixaram o Vale, as dificuldades diárias, o árduo trabalho com o gado, tornam-se um teste duro para continuar na terra. Poderiam vender as terras, comprar uma casa na cidade, mas depois não teriam como viver. Essa falta de perspectiva parece retê-los no campo. Zé Luiz e Deolinda, após terem criado seus dois filhos, vivem esse conflito diariamente.

Essa família vive numa APA e há muito tempo não encontra soluções que adequem a existência de uma regulamentação em relação ao uso sustentável dos recursos naturais. Vacila-se entre vender tudo, migrando para cidade, ou implementar a agricultura orgânica, por exemplo, mas não se chega a concretizar nenhuma das soluções.

O dilema consiste em não abandonar o lugar que representa a identidade cultural, as tradições. Portanto, o não-lugar os apavora, porque: “Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação.” (TUAN, 1983, p. 4).

E também:

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar; podem igualmente falar das qualidades locais do espaço. As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. (TUAN, 1983, p. 6).

Para atualizar essa identidade cultural, mesmo aqueles que deixaram o Vale para viver em Ipeúna, por exemplo, voltam para renovar o contato. Para Cidinho, é fundamental voltar para o seu sítio todos os dias, pegar a estrada de terra e regressar para Ipeúna. Encontramo-lo diversas vezes na estrada de terra, entre Ipeúna e o Vale.

Esse lugar, pleno de sentido e valor, representa também um patrimônio natural importante, pois, para Telles (*apud* Chaves e Aranha, 2004, p.5): “O futuro da paisagem está intimamente relacionado com o nosso futuro.”

Como patrimônio natural, urge pensar a questão da sustentabilidade no Vale, pois isso significa também pensar na existência ou não das condutas pró-ecológicas que viriam articuladas a partir das valorações ambientais dos moradores.

Conforme Hutchison (2000), o impasse ambiental cada vez mais profundo em que nos encontramos e sua defesa, amplamente discutida em todo o mundo, devem ser considerados como questões urgentes a serem abordadas também pelas escolas através de uma filosofia renovada da educação.

7.2 A trilha, animais e plantas

Segundo Paula Martins de Castro e Felipe Favaro Ribeiro (CASTRO e RIBEIRO, 2006), o principal objetivo das trilhas interpretativas é auxiliar no processo de educação ambiental da unidade de conservação (UC). As bases e a filosofia da interpretação foram estabelecidas, pela primeira vez, em 1957, pelo dramaturgo e filósofo norte-americano, Freeman Tilden, que enumera os seis princípios básicos, dos quais os autores os apresentam resumidamente:

- Qualquer interpretação que não se relacione com a personalidade ou a experiência do visitante será totalmente inútil;
- A interpretação não é simplesmente informação, ela é uma revelação baseada em informação, mas ambas são coisas totalmente diferentes. Contudo, toda interpretação inclui informação;
- A interpretação é uma arte que combina outras artes, sejam científicas, históricas ou arquitetônicas;
- O objetivo fundamental da interpretação não é apenas ensinar, mas sim provocar, motivar, despertar a curiosidade dos visitantes a respeito de aspectos aparentemente insignificantes;
- A interpretação deve tratar de apresentar todo um conjunto e não uma das partes. Os temas devem estar inter-relacionados;
- Ela deve ser dirigida a audiências específicas. Idealmente deveria existir um programa diferente para cada tipo de audiência. (CASTRO; RIBEIRO, 2006, p.3).

Ainda segundo os autores, as trilhas fazem parte dos métodos e técnicas de interpretação. Nesse sentido, nos baseamos nessa concepção das trilhas interpretativas para analisar a paisagem do Vale. Assim, escolheram-se seis pontos para a nossa trilha interpretativa: Ponto 1 (Figura 13) – lago da Fazenda Paredão; Ponto 2 (Figura 14) – mata-burro e cocho de sal, Ponto 3 (Figura 15) – curva da buzina e grotão; Ponto 4 (Figura 16): cedro, jatobá, coqueiro, cipó de são joão e angico; Ponto 5 (Figura 17) – rio Passa Cinco e ponte, Ponto 6 (Figura 18) – sítio da Dona Céia e Recanto Doce.

Figura 13: (Ponto 1): vista do lago da fazenda Paredão a partir da estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.



Fonte: Fotografia: KIM, maio/2009.

Figura 14: (Ponto 2): mata-burro e cocho de sal, na estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.



Fonte: Fotografia: KIM, maio/2009.

Um imenso lago faz refletir os morros e as garças, quase sempre presentes, ora em bandos, riscando o céu, ora sozinhas, imóveis, como se surgissem das águas. No alto, a Fazenda Paredão aparece imponente.

O lago, como imagem topofílica figura, há muito na imaginação tanto ocidental quanto oriental. Em *La mare au diable*, de Geoge Sand (1995), vemos o mundo rural apresentado numa versão romântica. Os destinos de dois enamorados selam-se nos arredores de um lago, considerado mágico. Com esse cenário, a autora recolhe dados etnográficos sobre o casamento rural na região central da França.

A vegetação remanescente acolhe diversos animais. Quem mora nessas bandas delicia-se com o canto das seriemas, quase um lamento. Já no final da tarde, fica maravilhado com a tagarelice de bandos de maritacas, com cantos estridentes. Corrupções em bando sobrevoam as árvores que se inclinam nas margens do lago.

Figura 15: (Ponto 3): curva da buzina e grotão na estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.



Fonte: Fotografia: KIM, maio/2009.

Figura 16: (Ponto 4): a partir da foto superior esquerda para a direita, plantas típicas da região: cedro, jatobá, coqueiro, cipó de são joão, angico, na estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.



Fonte: Fotografia: KIM, maio/2009.

Esses animais todos deixam rastros de suas existências. Com um olhar atento é possível também atestar a presença de pacas, capivaras, cachorros-do-mato e até de onças... Para quem tem lembranças de uma vida rural, através de seus avós, sabe que a onça faz parte do nosso imaginário. Alguém já teria tido um avô caçador de onça. Talvez ainda guarde os seus dentes no fundo de um baú. Quem já não ouviu histórias dela?

Figura 17: (Ponto 5): vista do rio Passa Cinco e ponte sobre mesmo rio, na estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.



Fonte: Fotografia: KIM, maio/2009.

Figura 18: (Ponto 6): vista do sítio da Dona Céia a partir do sítio Recanto Doce, na estrada de terra entre Ipeúna e Itirapina, no Vale Passa Cinco. Fotografia: KIM, maio/2009.



Fonte: Fotografia: KIM, maio/2009.

A nossa onça parda, com certeza, continua a rondar essas terras. Deixa pegadas, próxima a rios e altos das serras. Alguns sitiantes perdem carneiros. Conheço pelo menos uma pessoa que avistou um casal de onças recentemente. Fica estática de fascínio.

De fato, com alguma sorte, é possível vislumbrá-la. Imaginemo-nos andando por essas terras e avistar uma onça. Essa nossa onça teria aproximadamente o tamanho de um cachorro grande, como da raça Fila. Com certeza ela se afastaria primeiro, a não ser que tivesse uma prole a defender.

Seria um encontro ao mesmo tempo aterrador e fascinante. A visão de um animal selvagem nos projeta para um mundo intocado, primitivo. Lembra-nos a rudeza dos primórdios do homem, do contato mais íntimo com a natureza, da nossa origem. Ver um animal selvagem certamente nos fascina, pois esse animal é um símbolo da sobrevivência, da luta aguerrida pela vida, do constante embate com o homem pelo espaço. É uma luta bonita.

A proximidade com os animais na vida rural determina certos tipos específicos de comportamento. Há os animais selvagens e os domésticos. Curiosamente, a criação dos javalis foi tentada, mas sem retorno financeiro desejado, foram soltos na mata. Na região, os javalis, assim, soltos, vêm infligindo mudanças de comportamento. Zé Luiz foi surpreendido quando cavalgava no mato. Filhotes de javalis, bem mimosos, tentavam se esconder, quando foram vistos. Na fuga, Zé Luiz pisou de leve neles, chamando a atenção da mãe prontamente. Ao ouvir a mãe javali se aproximar, correu em disparada, deixando para trás cavalo e tudo.

Avistar animais selvagens desse modo mostra ao mesmo tempo alegria e inserção ao lugar. Podem-se avistar onças, veados, tucanos, cachorros-do-mato, seriemas, cuícas, cascavéis, jibóias, jararacas, capivaras, lambaris no rio, passarinhos (curruíra, sabiá-poca, pica-paus, quero-quero, corujas), saúvas, formigas lava-pés, tocandiras, calangos, ratos-do-mato, tamanduás, tatu, etc.

A relação com os animais domésticos (para consumo e produção) se dá diariamente. A criação de porcos e de galinhas segue os moldes tradicionais. No dia do abate, tudo se aproveita. O boi é morto ou vendido nos eventos extraordinários, como festas de casamento ou para cobrir gastos com saúde. Quanto maior a despesa maior o número de bois.

A relação com a morte pode ter diversas manifestações, muitas vezes semelhantes às da cidade, outras vezes muito distantes. Deolinda mesma torce o pescoço das galinhas, mas é o Zé Luiz, temeroso, que chama os vizinhos para matar os porcos. É comum presentear alguém com galinhas abatidas e limpas. A reciprocidade no meio rural se faz pelas trocas e também pelos usos desses animais.

Para os moradores do Vale, o lago e os morros são como verdadeiras muralhas, constituem elementos naturais que demarcam fronteiras, criando um ainda mais um forte sentimento de “nós” entre eles.

Assim como a estrada de terra, vários elementos como mata-burro, cocho de sal, entre outros, figuram a ruralidade paulista. O mata-burro é um meio eficaz de impedir que o gado saia das propriedades, indício de uma criação semi-confinada. Recentemente, certos proprietários foram instados a cercarem as terras cortadas por estradas, formando corredores para substituir os mata-burros.

O sal sendo muito apreciado pelo gado, utilizam-se imensos cochos para o seu acondicionamento nos pastos. Como mostra o cedro sem folhas, no outono/inverno com o

pasto mais ralo, além do cocho de sal, há o de ração e cana picada para complementar a alimentação.

7.3 Personagens e “causos”

Para entendermos melhor a ruralidade paulista, pesquisamos a figura do Jeca Tatu, que passou a ter existência a partir da publicação dos contos de Monteiro Lobato, *Urupês* (2008). Mais tarde no cinema, Mazzaropi, através de uma recriação, torna-a célebre. Santi (2008) caracteriza esse personagem clássico do cinema brasileiro, vivido por Mazzaropi: “Jeca Tatu encarna o protótipo do homem do interior rural do Brasil, de calças remendadas, camisa xadrez abotoada até o pescoço, fala arrastada e cheia de sotaque, com jeito desengonçado de andar e modos simplórios”.

Silveira (1981) caracteriza os importantes fatos literários e teatrais que antecederam o surgimento do Jeca-Mazzaropi no cinema brasileiro. Temos a criação de personagens saídos de dois êxodos: da “pátria italiana” e da “pátria cabocla”. Em São Paulo, Valdomiro Silveira, Amadeu Amaral e Afonso Arinos enaltecem “a figura cabocla como rica de humanidade, sensível e terna, com traços alegres”, opondo-se ao Jeca “desnutrido e lombrigoso” de Monteiro Lobato.

A partir desses personagens, opera-se a “síntese Mazzaropi”, o italiano “devorado” pelo caipirismo. Assim temos os “novos mamelucos”, conforme Antônio de Alcântara Machado: Francisco Mignone, Menotti del Picchia, Anita Malfatti, entre outros (*apud* SILVEIRA, 1981).

Aqui, no interior paulista, mais especificamente em Rio Claro e região, também se teria operado essa síntese? É notória a presença do imigrante europeu no Vale Passa Cinco. Portanto, faz-se necessária a compreensão do processo histórico e econômico da ocupação dessa região. Dean (1977, p. 13) é revelador nesse aspecto:

Este livro aborda o trabalho nas fazendas do município de Rio Claro, no Estado de São Paulo. Começa pela expropriação das terras novas escassamente povoadas, na segunda década do século XIX, e termina cem anos depois, quando a exaustão relativa dos solos levou ao fracionamento parcial das grandes lavouras e à transferência do capital e da força de trabalho para outras regiões mais ao interior. O ciclo de cem anos do sistema de grandes lavouras, principalmente de fazendas de café, abarca, nessa região, de São Paulo, a transição do trabalho escravo para o livre. Em Rio Claro, iniciaram-se por volta de 1840 as tentativas de contratar imigrantes europeus para trabalhar na lavoura, e a imigração italiana maciça começou finalmente em 1888, ano em que a escravatura foi abolida. (DEAN, 1977, p. 13).

De fato, em outras paragens, o sertão no mundo de Guimarães Rosa revela personagens rurais constitutivos da nossa ruralidade mais ampla, da qual faria parte a paulista. Em *A hora*

e a vez de Augusto Matraga (ROSA, 1982, p. 354), a paisagem e a bicharada prenunciam uma decisão importante do personagem: “De repente, na altura, a manhã gargalhou: um bando de maitacas passava, tinindo guizos, partindo vidros, estralejando de rir. E outro. Mais outro. E ainda outro, mais baixo, com as maitacas verdinhas, grulhantes, gralhantes, incapazes de acertarem as vozes na disciplina de um coro.”

Através da música caipira ou música de raiz, como *Chico Mineiro*, *João de Barro*, etc. podemos ver como esses elementos figuram no imaginário rural. Em Ipeúna, bem cedinho, por volta das seis da manhã, locutores locais de rádio apresentam programas baseados nesse tipo de repertório. Os temas são tipicamente rurais.

É possível também encontrar rio-clarenses, nascidos nos anos 30, cantarolando esse mesmo repertório. Mantêm-se fiel a um gosto musical rural e são deveras conservadores face a novos ritmos.

O que vemos nos shows de Inezita Barroso (2008) e de Rolando Boldrin (2008) é justamente esse repertório. Nas manhãs de domingo, um pai jovem rio-clarense assistia ao programa de Inezita, formando o gosto musical de sua filha de seis anos. Esse pai, certamente, recebeu uma herança rural que se mantém em outras esferas da vida.

Nesse sentido, essa herança rural ou ruralidade falaria não apenas de um modo de vida particular a um espaço rural mas também de um modo de vida “tradicional” que permeia a vida social nas cidades grandes inclusive.

As árvores retorcidas, a curva da estrada sem visão, a profundeza do abismo do grotão podem fazer articular imagens muitas vezes topofóbicas. No conto *Bocatorta* de Monteiro Lobato, vemos figurar imagens e sentimentos topofóbicos:

A quarto de légua do arraial do Atoleiro começam as terras da fazenda de igual nome, pertencente ao major Zé Lucas. A meio entre o povoado e o estirão das matas virgens dormia de papo acima um famoso pântano. Pego de insidiosa argila negra fraldejado de velhos guembês nodosos, a taboa esbelta cresce-lhe à tona, viçosa na folhagem erétil que as brisas tremelicam. [...] Fora disso, rãs, mimbuías pensativas e, a rabear nas poças verdinhas de algas, a traíra, esse voraz esqualozinho do lodo. Um brejo, enfim, como cem outros. (LOBATO, 2008, p.120).

Partindo dessas imagens e sentimentos, expressas nas palavras “pego de insidiosa argila negra”, “nodosas”, “verdinhas”, Lobato (2008, p.126) constrói a personagem de Bocatorta:

“Bocatorta excedeu a toda pintura. A hediondez personifica-se nele, avultando, sobretudo, na monstruosa deformação da boca. Não tinha beijos, e as gengivas largas, violáceas, com raros cotos de dentes bestiais fincado às tontas, mostravam-se cruas, como enorme chaga viva.”

Da associação de imagens e sentimentos com lugares surgem muitas histórias. De fato, no Vale circulam histórias, ora acontecidas, ora imaginadas. A sua transmissão é exclusivamente oral, nas rodas de conversa. Naquele que as conta é investido um certo poder de revelar não apenas os sentimentos, gostos, apreciações coletivos mais quotidianos, mas também um sentimento de nós, moradores do Vale.

Do ponto de vista da oralidade, são exemplares, pois apresentam elementos fundamentais, como a roda de conversa, o imaginário fantástico e a repetição.

O porta-voz dessas histórias, revezado conforme as diferentes rodas de conversa, é elemento chave para se compreender a rede de sociabilidade existente no Vale, esta fundada a partir de relações interpessoais intensas, dado o relativo isolamento espacial, na qual certas pessoas são consideradas mais “idôneas”, critério esse em conformidade com o tipo de raízes, lá, estabelecidas. Para a nossa sorte, conhecemos um desses porta-vozes, a Dona Céia. Sendo vizinha do sítio Recanto Doce, punha-nos sempre a par de tudo que acontecia lá.

Pelo frescor de muitas dessas histórias, seria possível refletir como e porque elas surgem. Como o ritmo de vida rural é diferente do da cidade, as histórias com seus mitos e valores parecem “se manter” por mais tempo ecoando no Vale. A sua dispersão passa a ser menor do que na cidade.

Pela proximidade no tempo e lugar podemos estabelecer como e porque elas surgem. Pode-se imaginar que muitos dos contos de fada ou infantis do século XIX pertenceram a um lugar, tiveram os seus narradores. Os irmãos Grimm, por exemplo, coletaram as suas histórias no Norte da Alemanha. No entanto, são histórias descoladas de uma paisagem e de um povo particulares. Nada indica o envolvimento desses autores nessa pesquisa. São personagens sem carne e osso.

Como afirma Mitchell (2008, p. 85):

Esta é uma apresentação muito complexa da ideia de cultura, mencionando, como faz, a importância da linguagem e da ideologia. Também enfatiza o grau com que a cultura é vista como um atributo de (ou atribuível a) entidades sociais distintas, delimitadas e localizadas. A cultura e os sistemas culturais são essenciais, finitos e internamente criados: cultura é "uma imagem do mundo, de si mesmo e de sua própria comunidade.

Pode-se comparar o imaginário fantástico do campo e da cidade. Assim, na cidade recolheu-se esta história de medo: os alunos de uma escola do ensino fundamental em Rio Claro contavam que havia uma loira vestida de branco no banheiro deles. Por que certos elementos como escola, loira e banheiro se associam?

No vale, bem recentemente, passou a circular uma dessas histórias também. O contador, desde o princípio, cria um ambiente propício para contá-la. “Você conhece *Caio*?”, diz o contador. Normalmente o interlocutor responde, “Que *Caio*?” Então, o contador responde que *Caio* não é um nome, mas uma história e começa a contá-la:

Havia uma casa mal-assombrada, ninguém conseguia passar uma noite nela. Várias pessoas já tinham tentado. Ficava no alto de um morro. Uma senhora oferecia um prêmio a quem passasse a noite lá e descobrisse um segredo.

Um dos candidatos lá instalou-se. Na calada da noite apareceu uma assombração de um homem que dizia caio... e caía o braço e assim por diante até o homem assombração desaparecer por completo. Antes mesmo que a assombração desaparecesse, o candidato muito apavorado dava no pé.

Outra noite, outro candidato. Acontecia a mesma coisa. Uma assombração que dizia caio... e caíam todos os membros. Até desaparecer por completo. Só que desta vez o candidato permaneceu até o desaparecimento da assombração e seu reaparecimento para aqueles que tudo viam. Como prêmio por essa prova de coragem, a assombração revela o lugar exato do esconderijo de um tesouro. Dizem por aí que alguém do Vale se beneficiou desse prêmio.

Essa história possui elementos do imaginário fantástico, cujo suspense prende a atenção de quem a ouve. O medo e a sua superação estão em foco. Mas por que e como esses elementos se associaram pela primeira vez? Teriam sido a partir de um fato real?

Nas sucessivas transmissões, o que ocorreria com essa história? A partir da máxima, “Quem conta um conto aumenta um ponto” poder-se-ia verificar como está agora estruturada essa história. Depois de algum tempo o que passamos a reconhecer, o que se mantém?

Não só o interlocutor mas também o contador se deliciam ao chegar no clímax desejado. Existe, então, o aspecto lúdico da necessidade de ouvir e contar histórias. Existe uma ansiedade crescente no ato de contar uma história, pois ao transmiti-la, revela-se muito do aspecto criativo do narrador. Não só é uma delícia ouvir histórias, mas contá-las também.

O narrador, como porta-voz, está presente num exemplo clássico da oralidade. Num povoado ao norte do Brasil, primeiramente as pessoas da vila reuniam-se para ver a novela das oito da Globo, e depois permaneciam vidrados num narrador que traduzia em termos da cultura local o já visto na telinha.

No mundo da oralidade, todos nós somos narradores. Temos o papel renovado de dar a nossa contribuição. Ao contarmos as histórias, contribuimos para manter viva a memória do nosso grupo.

Assim, Dona Céia, vizinha do Recanto Doce e moradora antiga do Vale, efusivamente, contava muitas histórias. Entre outras tantas, narrava o episódio do bolinho. Dizia que Sebastião Gonçalves, o Bastião, um vizinho dela, muito bravo e explosivo, não perdoava as menores desavenças. Brigava com a mulher, com a filha e até com o cachorro. Pois que um

dia deu por falta de uns bolinhos. Tendo descoberto que um dos cachorros lhe surrupiara, abriu-lhe a barriga e sempre furioso retirou os bolinhos. Nesse ponto, com um ar irônico, a Dona Céia deixava no ar se ele os havia comido depois...

Contam que no Vale, havia um homem solteiro que vivia com sua mãe. Após a sua morte, conheceu uma baiana, por quem se apaixonou. Fez tudo por ela. Com suas economias, comprou até uma casa no nome dela. Até que um dia ela foi se juntar ao antigo marido. Após sofrer tal decepção, o homem solteiro enforcou-se.

Cada uma dessas plantas está associada a uma das fases de convívio com os moradores do Vale. Nas caminhadas, avistar um jatobá faz lembrar que o chá de sua casca ajuda a eliminar as pedras dos rins. O cedro da Dona Céia, muito estimado por ela, outrora madeira útil para móveis, resiste imponente, conferindo elegância ao lugar. O coqueiro aponta para o céu e as palmeiras, um dia, compuseram o madeiramento da casa da Dona Céia. O angico marca do cerradão, estampa o céu azul, como rendas de folhas. O cipó de são joão decora as festas juninas, mescla-se ao capim seco, mas as suas flores laranjas se sobressaem vencedoras nesse jogo de cores.

Essas e muitas outras percepções da paisagem, presentes no cotidiano dos moradores do Vale, fazem parte de uma complexa rede de sociabilidade. Vale destacar, portanto, os seus diversos personagens, que tem uma relação de vizinhança com a pesquisadora do sítio Recanto Doce.

A já diversas vezes citada Dona Céia, agora falecida, está ainda muito presente na memória dos que conviveram com ela, pois possuía uma visão de mundo única. Quando chegamos no Vale, a primeira abordagem deu-se com a família da Dona Céia, vizinha mais próxima do Recanto Doce. Após perder o marido, ela tornou-se para nós o símbolo do Vale. Através do seu olhar, refletido nas suas histórias, essa rede passava a se constituir com toda a riqueza e nuance.

Nasceu Inocência, como a personagem de Taunay (1991). Depois Nocência. E finalmente, vida afora como Céia. E para nós Dona Céia. Já falecida, mas as suas terras, divididas entre os herdeiros, guardam a sua lembrança.

Quando a conhecemos, contava com seus 70 e poucos anos. De descendência alemã, carregava o nome Wolf e depois de casada, também Aguirre. Viera morar no Vale há uns 60 anos, depois de se casar com Irineu com quem teve três filhos. Desses três filhos, único a

morar no Vale é José Luiz, o Zé Luiz, com sua esposa Deolinda. Outras casaram-se e foram para Ipeúna.

Nos tempos em que a terra ainda era fértil, ela contava que produziam arroz, milho, abóbora, melancia. Estes últimos plantados entre as plantações de arroz e milho. Nessa época, ninguém vinha furtá-las, pois todos se conheciam no Vale. Não havia tantos caçadores e pescadores vindos de fora.

Depois de ficar viúva, não mais morava sozinha. Pernoitava na casa do seu filho e vinha cuidar dos “seus trem” na sua casa. Vinha cedinho bem de manhãzinha. Falava da sua rotina diária com a horta, com o pomar, com as flores e plantas diferentes para ornar o seu quintal. De fato, as orquídeas olhos de boneca, em grandes tufo, na época da florada, criavam um ambiente único de cor e perfume.

Gostava de mostrar como havia vivido nessas paragens. Mostrou-nos o maquinário para o beneficiamento do arroz. Subiam o morro para trabalhar bem cedinho, levavam a marmitta feita no fogão a lenha numa casa construída com troncos de palmeira. A horta sempre produzia muito. O pomar recheado de laranjas, jaboticabas e galinhas ciscando com seus pintinhos. A paineira, depois de encantar com sua belíssima florada, fornecia forros macios para travesseiros. Os coqueiros altivos delimitavam a casa da Dona Céia. Esses coquinhos originaram outros coqueiros, inclusive os do nosso jardim, e nutriram muitos passarinhos.

O seu pomar e a horta eram primorosos. Um dia fomos convidados a nos deliciarmos nos pés de duas ou três jaboticabeiras. Árvores imensas, com copas largas que nos fecham no seu interior. Frutos suculentos, abundantes, quase do tamanho de uma ameixa, satisfazem plenamente quando chupados no pé.

Essa variedade fez história no Vale. Não deve haver quintais sem jaboticabas. Dona Céia contava que o dia do seu plantio coincidiu com o nascimento de seu filho Zé Luiz. “Olhos de jaboticaba...”, “Chão repleto de jaboticaba, chegou o dia dos finados...”, dizia Dona Céia. Talvez o Vale seja um lugar privilegiado para se encontrar espécies não enxertadas, uma espécie de museu biológico.

Também seria interessante pensar nos animais e nas plantas ora como comida (WOORTMANN, 1986, p. 103) ora como elementos formadores de um tipo específico de relação com o homem (THOMAS, 1989, p. 34), ambos variáveis no tempo e no espaço.

Como comida, os animais e as plantas “falam” tanto das proibições alimentares quanto das prescrições alimentares:

Proibições alimentares são tão eloquentes quanto prescrições alimentares. Na medida em que diferentes grupos ou categorias nacionais, étnicas ou regionais elegem diferencialmente o que se pode ou não comer, ou discriminam entre o que é comido “por nós” e o que é comido pelos “outros”, os hábitos alimentares alimentam identidades e etnocentrismos.

Como elementos formadores de um tipo específico de relação com o homem, os animais e as plantas se veem subordinados ao predomínio humano. Com efeito, Thomas (1989, p. 34) examina as raízes dessa subordinação no pensamento ocidental:

Hoje, quando o nosso predomínio sobre a natureza parece quase completo, há inúmeros comentadores dispostos a tornarem os olhos com nostalgia para períodos passados, em busca de um equilíbrio mais justo. Mas nas épocas Tudor e Stuart a atitude característica foi de exaltação a um domínio humano tão arduamente conseguido. O controle do homem sobre a natureza era o ideal consciente proclamado dos primeiros cientistas modernos.

Os proprietários do Recanto Doce são dois aposentados de Rio Claro que encontraram no modo de vida do Vale Passa Cinco um refúgio nostálgico de suas vidas rurais, Rio Claro dos anos 30-50, Tambaú, Assistência e sítios de Campos do Jordão. Através deles pode-se perceber a interface das mudanças do rural ao urbano.

Tomamos contato com o Vale e seu mundo nos meados dos anos 80, com a compra do sítio Recanto Doce. Meus sogros, seus proprietários, o tem frequentado com assiduidade, fazendo as melhorias necessárias como casa, fosso, poço, bombeamento de água de uma nascente e reflorestamento das espécies nativas principalmente.

O Recanto Doce representa um esforço consciente da aplicação dos ideais de proteção ambiental em voga nessa região, outrora muito desmatada por pastagens e roçados. É um espaço exclusivo de lazer, embora não tivessem faltado ideias para torná-lo um espaço economicamente aproveitável, sugeridas ou vistas nos programas de TV sobre o mundo rural.

O sítio Sossego, vizinho mais próximo do Recanto Doce, em direção ao município de Itirapina, situada a oeste de Rio Claro, interessa-nos pelas histórias de caseiros que passaram por lá. O distanciamento da vida da cidade e o conseqüente isolamento dificultam a fixação dos caseiros no sítio. Se por um lado, morando no sítio, têm acesso a uma horta, a um pomar, ressentem-se do isolamento imposto pela distância.

Não faltaram nesses anos de ocupação do Recanto Doce famílias que tentaram realizar o sonho de possuir um pedacinho de terra e ainda transformá-lo em negócio rentável. Nos meados dos anos 90, uma família de Limeira veio se instalar numa terra vizinha ao do Recanto Doce. Vieram com sonhos de crescimento econômico e queriam instalar uma granja.

Como num sítio modelo, não podia faltar um caseiro, contratado entre os trabalhadores da região. Esse trabalhador ficava lá e tentava organizar o espaço, roçando, limpando e também bebendo cachaça. Mesmo numa época mais seca, como o inverno, no intuito de facilitar a sua lida, teve a imprudência de acender fogo num montinho de mato roçado que rapidamente se alastrou.

Estávamos aquele dia no Recanto Doce, quando vimos o caseiro e seu patrão desesperados pedindo a nossa ajuda para conter o fogo. Fizemos o possível para cavar aceros eficazes e desviar a sua direção para não atingir a casa do Recanto Doce. Até quase de madrugada via-se a mata iluminada, com a bicharada em fuga, principalmente cascavéis. Pouco tempo depois o sítio vizinho foi posto à venda.

Sempre em direção à Itirapina, avistamos a casa do filho de Dona Céia, o Zé Luiz, sua esposa Deolinda, filhos e netos, que embora morem em Itirapina, ainda mantêm fortes laços com o Vale. A “escolha” de suas profissões está fortemente associada a uma vida rural. São trabalhos ligados à terra. O filho mais velho trabalha como zootécnico numa fazenda em São Carlos. O mais novo trabalha com serviços temporários em sítios e fazendas.

As vizinhas de Deolinda, as irmãs Fiica e Nilce, que não se falam. Esta, casada, tem um filho. Embora a Fiica tivesse sido cortejada em sua casa por Zé Ico, o casamento não aconteceu... Através da Fiica, podemos revelar a posição de um solteiro nas sociedades rurais. Em Lévi-Strauss (1993), temos a descrição contundente de um solteiro Nhambiquara, marginalizado, abandonado à própria sorte, por não ter contraído matrimônio. Em Kim (1996, p. 107), vemos esse mesmo comportamento no grupo coreano: “Outra cobrança ostensiva de mesmo tipo aplica-se aos solteiros. A obrigação de um matrimônio próximo é-lhes lembrada por uma infinidade de perguntas diretas – ‘Você não vai se casar’, ‘Quando é que vou comer o seu macarrão?’¹⁰⁹ – dirigidas em tom de velada acusação.”

Como outros tantos vizinhos de Zé Luiz, há os “baianos”, assim chamados por virem do Norte ou Nordeste. Dois irmãos trabalhadores rurais, após casarem-se com duas irmãs professoras do Vale, tornam-se proprietários, sem, no entanto, criar tensões com o cunhado, considerado proprietário mais “legítimo” das terras ocupadas pelos “baianos”. Desse núcleo, vale destacar a figura do Mário, o pai dos “baianos”, com certos “poderes místicos”, como o

¹⁰⁹ Uma pergunta muito comum dirigida aos solteiros em geral, pois em festas de casamento costumava-se servir macarrão preparado com caldo de peixe seco, verduras refogadas, etc.

do desaparecimento. Por essas e outras não são bem vistos pela família da dona Céia. O alegado “poder místico” e o termo “baiano” vêm associados para caracterizar o “outro” desconhecido.

Embora Sivico não seja mais vizinho do Zé Luiz, o seu nome é uma referência importante. Uma de suas filhas casou-se com um prefeito. Outro filho é um dos proprietários da Fazenda Papyrus, uma propriedade próxima ao do Zé Luiz.

Os Corneta são mais conhecidos pelo seu filho Del, que faz pequenos serviços de roçagem pelos sítios da região, inclusive o do sítio Recanto Doce. Após consumir um pouco de álcool, acredita ver assombração no lugar em que viveu um morador assassinado pela mulher e seu amante.

Nos fins de semana no Recanto Doce, quando a Dona Céia nos fazia companhia, a igreja no cume do morro recebia os seus fiéis vindos de São Paulo. Hoje, o movimento diminuiu ou quase inexistiu, mas a igreja continua lá, testemunho daqueles dias em que a estradinha de terra ficava lotada de carros.

Da antiga fazenda Papyrus, vinham histórias do seu capataz Bocato e dos seus caseiros. Era o maior vizinho do Zé Luiz, uma grande plantação de eucalipto para servir uma fábrica de papel. A fazenda foi comprada em parceria por um dos filhos do Sivico.

Dico Rosalém e sua família são pequenos produtores de leite como Zé Luiz. Segundo dona Céia, os Maias, outrora proprietários de extensas terras, possuem hoje pequenas porções de terras desmembradas. Um dos Maias vive a pregar religião com folhetos.

Bem no alto do Vale, Jilo e sua esposa Julieta, quase octogenários agora, nos recebiam em sua casa com uma hospitalidade faceira. Dona Julieta mostrava com orgulho o seu pomar e suas plantas. Falava dos filhos que moravam na cidade e da impossibilidade de viver com eles lá, uma vez que perderiam a autonomia da vida na roça.

Depois que Bastião Gonçalves e sua esposa venderam o sítio por um bom preço e foram para Ipeúna, os novos moradores não se acertaram com o ritmo de vida na roça. Há rumores que o sítio vai ser novamente posto à venda.

O Zé Ico também vendeu o sítio, mora em Ipeúna e vai todos os dias levar o filho para estudar em Rio Claro.

Ao longo da estradinha de terra, encontramos duas figuras interessantes: Cidinho, e Chan-Chan. O encontro com eles acontece na maior parte das vezes na estrada de terra, pois

Cidinho, morador de Ipeúna, vem cuidar do seu sítio próximo ao Vale, sempre de carona por conhecer todo mundo. Falante, adora declamar os poemas de Sebastião Roque, poeta piracicabano, certamente mais conhecido no interior de São Paulo. Chan-Chan, motorista de um caminhão, recolhe o leite produzido nos sítios. De manhã, era possível avistá-lo na curva da buzina, próximo ao Recanto Doce. No Vale, o tempo é determinado por algumas dessas atividades. Há outras referências para demarcar os vários períodos do dia.

A memória do Vale está indiscutivelmente traçada por essas histórias de vida. De fato, Machado (2004) recorreu a histórias de vida dos moradores de Ipeúna, dos mais idosos, para recontar a sua história. Nesse sentido, os municípios de Ipeúna e Itirapina, mais próximos do Vale, são referências importantes para seus moradores. Até hoje, os mortos são velados e enterrados em Ipeúna. No tempo da Dona Céia jovem, a carroça levava os doentes para lá.

Certamente, outro elemento fundamental na construção dessa memória, o rio Passa Cinco, tem um lugar de destaque, pois como um rio “rural”, faz parte de um imaginário de vida, composto de pesca de lambaris, mergulhos refrescantes no ribeirão, brincadeiras de lançar pedras e barcos de papel na superfície da água...

Há uns 15 anos atrás, banhávamos no rio Passa Cinco, sem medo da poluição. Relembrávamos a emoção dos nossos avós de brincar num rio, cercado de natureza e ar puro. Hoje, isso não seria mais possível, embora segundo Carmassi (2008, p. 2):

O rio Passa Cinco é um dos principais rios da sub-bacia do rio Corumbataí e também um dos mais preservados. Possui esse nome pelo fato dos tropeiros, no passado, passarem por cinco riachos ao irem de Rio Claro para Ipeúna: Ribeirão Claro, córrego da Servidão, Rio Corumbataí, Rio Cabeça e, finalmente, o rio Passa Cinco.

A pequena história desse rio surpreende e contrasta com a noção que tínhamos do seu nome. Associávamos os termos “passa cinco” à largura do rio que permitiria a passagem de cinco pessoas.

Considerações finais

Após a análise dos romances rurais franceses, antilhanos, americanos, ingleses e brasileiros do século XIX e meados do XX e, conseqüente, análise do mundo rural no Vale Passa cinco, percebe-se que as ruralidades estão inseridas num contexto social e histórico e, indiscutivelmente, são por ele conformadas. Assim, à guisa de conclusão, chegamos a certas relações, verdadeiros esquemas mentais, que, basicamente, são expressões de conflitos entre ideias ou grupos antagônicos. Desta forma, destacamos os seguintes binômios – centralização/descentralização na França, – hierarquia/igualdade na Inglaterra, – indivíduo/sociedade nos Estados Unidos, – francês/crioulo nas Antilhas, – homem rural/homem urbano no Brasil e, finalmente, – tradição/modernização para o Vale Passa Cinco.

No caso francês, a centralização em torno de Paris, numa tentativa de uniformização da França fez abolir as *provinces*. Contemporaneamente, o movimento de descentralização em curso na França culminou na criação das *régions*. Entre esses dois momentos de organização do território francês, as culturas e línguas regionais, diretamente associadas à vida rural e aos ideais de conservação dela, tentam ganhar autonomia e expressão.

Embora na Inglaterra, os aristocratas e *landed gentries* tivessem tido suas prerrogativas hierárquicas questionadas por movimentos de direitos civis e trabalhistas, ao longo do século XIX, o sistema de títulos e honrarias, o *peerage*, continua a ter grande influência, na manutenção e prestígio da monarquia inglesa.

Os Estados Unidos, na época de Mark Twain, desejosos de se tornar uma nação culturalmente independente da Europa, advogaram por uma cultura e valores locais para se contrapor a ela. Assim, foram associados outros valores aos do individualismo, como liberdade, igualdade e democracia na formação da americanidade, tornando a relação entre indivíduo e sociedade, diversa daquela existente na França de Tocqueville.

Nas Antilhas francesas, principalmente, a ruralidade está expressa na relação dos antilhanos com a terra, imaginada ou conflitante. Assim, a terra imaginada, advém da África mítica, da ancestralidade africana, através da qual os apelos do movimento da negritude e da criouldade, entendidas como reivindicações pelo reconhecimento de uma identidade antilhana se fazem ecoar. A terra conflitante é o espaço das conturbadas relações interétnicas pelas quais foram se definindo as sociedades antilhanas.

Entendemos que a classificação das diferentes fases do regionalismo brasileiro, evidenciada na relação homem rural/homem urbano, mostra os efeitos das paulatinas mudanças trazidas pela modernização na sociedade brasileira. Nesse sentido, a vida rural no Vale Passa Cinco, ao mesmo tempo, “conservada” e transformada, é reflexo de uma das grandes dicotomias, a saber, tradição/modernização, expressa nas diferentes ruralidades, depreendidas com as análises dos romances literários.

Anexo I – Biografia paisagística: topofilia e topofobia.

Interpretando a trilha, estaremos, então, contrastando diversas percepções da paisagem e diversos sentimentos topofílicos. Em duas biografias paisagísticas, figuram tanto o sentimento topofílico quanto o topofóbico. O primeiro texto fala de Paris:

Estive lá... em Paris. Vários caminhos eram possíveis para conhecê-la. Apresentou-se-me um deles, logo ao chegar no aeroporto de Roissy, Charles de Gaulle. Minha irmã e eu pegamos um táxi que nos levaria ao hotel já reservado.

Dentro do táxi, havia um silêncio no começo. O endereço do hotel já tinha sido anunciado. Se quiséssemos permanecer em silêncio, era perfeitamente normal que assim fosse. No entanto, resolvi conversar com o motorista, dizendo que era do Brasil. Em outras viagens internacionais, falar que era do Brasil parecia anunciar o desconhecido, o longínquo, o exótico. Isso de uma certa forma me agradava, pois causava um certo impacto.

Falar de futebol foi inevitável, pois o motorista era fã do futebol brasileiro. Vinha de Guadalupe, um departamento francês além-mar nas Antilhas, mas vivia na França fazia uns 15 anos com a família. Também conhecia os EUA, tinha um irmão lá.

Descrevia com empolgação a sua terra natal, tentando estabelecer as diferenças entre ser um cidadão francês no continente e nas Antilhas. Parecia possuir um bom nível de vida, preferindo carros Peugeot aos do Renault. Recentemente adquirira um Peugeot, por serem mais sólidos.

Muito loquaz, o seu falar crioulo possuía uma musicalidade diferente do francês parisiense. Procurava com uma certa minúcia dar exemplos das semelhanças e diferenças entre essas duas línguas: o francês parisiense oficial e a língua crioula local, cúmplice, reveladora dos acontecimentos mais íntimos e familiares desse povo. Na sua vida escolar, onde deveria predominar a língua oficial, o crioulo era evitado e, logo, restabelecido no ambiente familiar...

Em vão, queria me fazer conhecer um legume importante na cozinha crioula. Apenas pela sua descrição, não consegui reconhecer o tal legume, atijando a minha curiosidade. Só mais tarde, andando pelas ruas de Paris, na sua periferia, encontrei o legume em questão. Estava escrito *gombo*, num anúncio de um armazém. Reconheci o legume, associando o som à imagem ao perguntar a um parisiense, talvez africano ou antilhano como o motorista de táxi. Era o quiabo. [...] (KIM, 2008).

O segundo, de porões, como espaço/lugar de medo:

Nunca gostei de porões. No tempo em que minha vó procurava uma casa para comprar em São Paulo, arrepiava-me a possibilidade de ir morar numa casa com porão. Nessa procura imobiliária mais de uma vez encontrávamos casas com porão. Torcia para que o negócio não se concretizasse. Como é que poderíamos viver sossegados com a aura energética subterrânea de outrem, pois acredito que imprimimos ao lugar os nossos sentimentos. Parece que há bons e maus fluidos. Nos porões parecem estar concentrados os nossos fluidos mais subterrâneos. Felizmente a minha avó desistiu da compra de uma certa casa com porão.

Caminhando pela cidade de Rio Claro, principalmente nas proximidades do centro, avistam-se muitas casas antigas. Muitas delas passaram por reformas parciais, portanto conservam ainda as antigas características. Em muitas delas é possível ver pequenas frestas de ventilação bem rente às calçadas. Imagino então que exista um espaço subterrâneo. Procuo nessas casas não fixar o olhar com um receio danado de ser tragado para aquele espaço. Acredito que existam pelo menos dois tipos de porão. Um realmente utilizado e outro apenas para manter a casa longe da umidade, mantendo-a erguida do chão.

Encontrei muitas pessoas avessas ao porão e outras indiferentes. Conheço uma mãe e filha que foram morar numa casa com porão. A mãe apavora-se só de imaginar em entrar no porão e a filha realmente não liga. Pensa até em reformá-lo num espaço de

lazer. Contou-me até que ouviu um ranger de uma janelinha de ventilação e foi ver o que era. Não se assustou nem um pouquinho.

Será que é possível existir um porão que não dê arrepios? Já vi porões transformados em aconchegantes ateliês de arte. Mas por mais bonito que seja dá um certo sufoco permanecer nesse tipo de espaço.

Uma vez assisti numa madrugada a um filme de terror. A mulher mata o marido e coloca o cadáver num *freezer* que ficava no porão. Numa certa noite, as partes esquadrejadas saem do *freezer* e sobem as escadas, assombrando a assassina para sempre.

Por essas e outras nunca gostei de porão. Fui um dia morar na Alemanha. Havia porões em todas as casas lá. Tive que conter o meu receio. Era um espaço útil bem importante para os alemães. Em predinhos de três ou quatro andares sem elevador o porão é utilizado como lavanderia e como um espaço de despejo. Cada um possui a sua máquina de lavar, alguns fios no varal e compartimentos para guardar quinquilharias lá.

Era com apavoramento que descia à lavanderia no porão. Penetrava na escuridão, morrendo de medo. Acendia as luzes, se possível todas. Fazia as coisas o mais rapidamente possível e vinha respirar lá em cima. Deixava para descer ao porão apenas de dia, nunca de noite. Imaginava ser pior. [...] (KIM, 2006).

Anexo II – Análise das personagens femininas nos romances ingleses

No romance de Hardy, *Jude the Obscure*, Drusilla Fawley, solteira, responsável pela educação de seu sobrinho neto, Jude, mora numa pequena cidade, chamada Marygreen, onde mantém uma modesta padaria, com a ajuda do menino, que faz as entregas de pão, porém, sempre, absorto na leitura. Uma mulher muito prática, dada à maneira como sobreviveu, em Marygreen, não compreende a paixão pelo conhecimento formal de seu sobrinho. Embora Drusilla não tivesse sido totalmente maternal com Jude, ela acompanhou a trajetória dele, nos momentos críticos da separação com Arabella Donn, da reprovada coabitação com a prima Sue Bridehead, deixando de lado os preconceitos da época em relação ao amor, ao casamento.

Arabella Donn, primeira mulher de Jude, filha de comerciantes de carne de porco, tem uma sensualidade voluptuosa, na maneira de vestir, de olhar. O fato de lidar com carne, sangue, couro, gordura, vísceras, uivos de dor, Arabella, também, se brutaliza. Portanto, ao contrário dos que trabalham a terra, mais ligados à vida e ao renascimento, os comerciantes de carne lidam com a morte. Nesse sentido, sabe-se que, nos campos europeus, havia uma diferente valoração das profissões, muitas vezes acarretando uma hierarquia¹¹⁰ entre elas.

¹¹⁰ A este respeito vale ver a análise, feita por George Sand, no apêndice da sua obra, *La mare au diable*. Nas passagens relativas ao tecelão de cânhamo (SAND, 1995, pp.96-99), seu lugar na rede de sociabilidade local, como exímio orador, era moldado pela profissão, que, não trabalhando a terra, possibilitava ter maior circulação

Assim, alheia a uma vida mais delicada, compartilha os conselhos de suas amigas, arquetizando uma boa maneira de fisgar um marido. Cheia de astúcias para isso, falta-lhe o refinamento da modéstia e, da dita, simplicidade das camponesas. Mais tarde, com relação à maternidade e ao sofrimento de Jude, em seu leito de morte, Arabella mostra-se indiferente.

Sue Bridehead, bonita prima distante de Jude, professora, brilhante leitora, não só das obras inglesas, mas também dos clássicos latinos e gregos e da bíblia, vive um amor conturbado com Jude. De origem rural, mas a vida citadina, em Londres, a deixou mais refinada. Sua concepção de amor difere, tanto com a de Jude, quanto com a da sociedade. Essa diferente concepção do amor, com relação a Jude, tem consequências desastrosas nele, uma vez que isso a impede de se entregarem totalmente. Com relação à sociedade, ela é contrária ao casamento, como instituição. Assim, machuca Jude, inúmeras vezes: na primeira vez, ao preterir-lo por um antigo professor dele, Phillotson, ela casa-se sem amor; na segunda, após o divórcio, passa a viver com Jude, sem oficializar o casamento, mas depois da trágica morte dos filhos, ela volta para Phillotson, abandonando Jude, mais uma vez, por remorso e por punição.

No romance *Wuthering Heights*, Catherine Earnshaw Linton, seria, no dizer de hoje, uma rebelde sem causa. Criada sem freios, na propriedade Wuthering Heights, sua rebeldia é, apenas, aparente, uma vez que não consegue enfrentar as convenções sociais. Nesse sentido, Heathcliff, ao elegê-la, como par romântico, cai num engodo, pois, na verdade, Catherine não é, somente, a aliada rebelde das investidas do irmão dela, Hindley Earnshaw, contra o menino, trazido pelo velho Earnshaw, numa de suas viagens. Traz consigo o germe do orgulho de classe, que seria a manutenção do status social, por isso rejeita, completamente, Heathcliff e se casa com Edgar Linton de Thrushcross Grange.

Catherine Linton Heathcliff ou, simplesmente, Cathy, fruto da união de Catherine Earnshaw com Edgar Linton, passou toda infância e adolescência, reclusa, junto com o pai, e, sob os cuidados da governanta Ellen Dean, nunca havia saído da propriedade Thrushcross Grange. Embora advertida pelo pai de não passear pelas redondezas, Cathy acaba entrando na propriedade Wuthering Heights e conhecendo seu primo Hareton, com quem se casa. Cathy, mesmo sendo intempestiva e esnobe em algumas situações, consegue ser mais gentil e

generosa que sua mãe, morta após o parto. Essa suavidade de caráter, transmitindo um pouco de candura aos leitores, deve-se ao convívio com o dedicado pai, Edgar.

Isabella Linton, irmã de Edgar, foge com Heathcliff para se casar, desonrando o nome do irmão. Ela não é nada feliz na sua vida de casada em Wuthering Heights, com Heathcliff, pois este, além do sentimento de vingança contra o irmão dela, tem um estilo de vida, menos aristocrático que ela. Na verdade, a sua relação, com o marido, vai se tornando insustentável, até que ela abandona Heathcliff, porém grávida dele.

Ellen “Nelly” Dean, *housekeeper* (governanta), trabalha nas duas propriedades inimigas, portanto, vive quase no trabalho, numa dedicação exclusiva. Ao servir desde muito jovem, na Wuthering Heights, e depois, na Thrushcross Grange, conhece profundamente o temperamento de seus moradores. É através de Ellen que os desvarios dos donos de terras inglesas, detentores de rendas anuais, conforme o tamanho dos bens, e seus conflitos com outras classes, considerados inferiores por eles, são postos a nu.

Frances Earnshaw, mãe de Hareton, veio para Wuthering Heights, casada com Hindley, mas morre, logo depois do parto. A perda de Frances, por Hindley, o coloca numa vida dissoluta, de jogatinas e bebidas, indiferente a tudo, até ao filho.

Zillah, *maid* (empregada), na Wuthering Heights, tem um contato menos íntimo com os da casa, de participar de seus dramas. No entanto, coloca, em dia, as fofocas da cidade, Gimmerton, acerca dos patrões aristocratas, nas conversas com Ellen.

No romance *Adam Bede* de Eliot, a personagem Dinah Morris, é uma jovem mulher, reservada e religiosa, que prega pela igreja metodista. É um fato inédito o fato de uma mulher pregar, por isso atrai a atenção dos moradores de Hayslope. No começo do romance, ela mora na fazenda dos Poyser, uma vez que, com a morte dos pais, sua tia Mrs. Poyser a acolhe, em memória de sua irmã Judith. No entanto, Dinah, não consegue permanecer muito tempo por lá, pois precisa levar a palavra de Deus aos necessitados. Embora ela seja uma mulher atraente, não torna esse fato, primordial, em sua vida. Ao contrário, condena o uso de adereços, como brincos e fitas, para realçar a beleza.

Hetty Sorrel, linda menina e, bastante, admirada pela sua beleza, tanto pelo neto do *squire* Donnithorne, capitão Arthur Donnithorne, quanto pelo marceneiro Adam Bede, mora com a família do tio, Mr. Poyser. Ao contrário, de Dinah, adora tudo que a torne ainda mais bonita.

Rachel Poyser, excelente dona de casa e esposa do *tenant* (meeiro), Mr. Poyser, produtor de laticínios, nas terras do avô de Arthur Donnithorne, fala, com franqueza, tudo que vem à mente, por isso, algumas vezes, é dura com a família. Totty, caçula rechonchuda e mimada de Mrs. Poyser, dá, muito, trabalho à Hetty, que corre atrás dela, porém, sem muita vontade, para não ouvir reclamações da tia.

Lisbeth Bede, mãe de Adam e Seth, está sempre ansiosa e preocupada, sobretudo com seu filho mais velho. A sua maior das preocupações é com as futuras noras que, talvez, a tornarão sem função, no cuidado da casa.

Mrs. Irwine, mãe do clérigo Irwine e de Miss Anne, sua filha paraplégica, e Miss Lydia, mostram o modo de pensar da alta sociedade. O pai de Mary Burge tem um pequeno negócio de marcenaria, onde trabalha Adam, por quem ela está apaixonada. Molly, *housemaid* (empregada doméstica) na casa dos Poyser, Mrs. Pomfret, *lady's maid* (dama de companhia) de Miss Lydia e Mrs. Best, *housekeeper* (governanta) representam a classe trabalhadora nesse romance.

No romance de Jane Austen, *Mansfield Park*, há quatro núcleos, quais sejam, *country houses* (casa de campo) dos Bertram, Mansfield Park, e Mansfield *parsonage* (casa do clérigo de Mansfield), dos Rushworth, Southerton Court, London e Portsmouth.

Lady Maria Bertram, Mrs. Norris e Mrs. Frances Price são três irmãs que tiveram diferentes sortes, de acordo com os tipos de casamentos contraídos. A que se saiu melhor, em termos financeiros, foi Lady Maria Bertram, cuja renda do pai era bem inferior ao do seu marido, Sir Thomas Bertram, *baronet* e membro do parlamento, com quem teve quatro filhos: Tom, Edmund, Maria, e Julia.

Mrs. Norris também se beneficia do casamento da irmã, ao se casar com o reverendo Norris, amigo de Thomas Bertram, e passar a viver, no Mansfield *parsonage*. Mesmo com a viuvez, recebe uma ajuda do rico cunhado e articula maneiras de obter algum tipo de benefício dele. Assim, consegue fazer os Bertram adotarem Fani Price, filha de sua irmã, Mrs. Frances Price, casada com *lieutenant* (tenente) Price, com quem teve 9 filhos.

Mrs. Rushworth de Southerton Court, viúva, com renda anual de 12 000 libras, e mãe de James, com quem Maria Bertram se casa. Mary Crawford, de origem londrina, com um dote de 20 000 libras, meia irmã de Mrs. Grant, esposa do novo reverendo de Mansfield, convive com os Bertram, desde então. Mary é uma forte candidata ao coração de Edmund, primo aliado de Fani, no novo lar.

Maria Bertram e Julia Bertram, filhas de Thomas e Maria, competem com o novo membro feminino da família, Fani, que, tímida, discreta, sem uma beleza efusiva, como as primas, tenta tudo aprender na nova casa do clã Bertram. No entanto, só Fani Price não decepciona Thomas Bertram, pois as filhas, Maria e Julia fogem respectivamente com Henry Crawford, irmão de Mary, e, com Jonh Yates, amigo da família, filho de um *earl* (conde).

Referências

- Oxford dictionaries**, 2012. Disponível em: <<http://oxforddictionaries.com/definition/english/New+Spain>>. Acesso em: julho 2012.
- A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. **CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/RomanceRegionalista>>. Acesso em: maio 2012.
- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, Rio de Janeiro, janeiro 2000. ISSN ISBN 1415-4765. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?url=http%3A%2F%2Fipea.gov.br%2Fpub%2Ftd%2F2000%2Ftd_0702.pdf>.
- AGUIAR E SILVA, V. M. D. **Teoria da literatura**. 1ª ed. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1976. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7058986/AGUIAR-E-SILVA-Vitor-Manuel-de-Teoria-Da-Literatura>>. Acesso em: janeiro 2012.
- AÏD, A. Tartarin de Tarascon. **Cinemas-Algerie**, 2012. Disponível em: <<http://www.cinemasalgerie.com/>>. Acesso em: maio 2012.
- ALENCAR, J. D. **TIL**. 1ª. ed. São Paulo: ATICA, 1997.
- AMADO, J. **Mar Morto**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- ARAC, J. Putting the River on new Maps: Nation, race, and beyond in Reading Huckleberry Finn. **American Literary History**, v. 8, n. 1, p. 110-129, 1996.
- ARAC, J. Putting the River on new Maps: Nation, race, and beyond in Reading Huckleberry Finn. **American Literary History**, v. 8, p. 110-129, 1996.
- ARIÈS, P. **história Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1981.
- AUSTEN, J. **Mansfield Park**. New York: Signet Classics, 2008.
- BARROSO, I. **Viola, minha viola**. São Paulo: Rádio e Televisão Cultura - RTC, 2008. Programa de TV.
- BAUDELAIRE, C. **Petits Poèmes en Prose (le spleen de Paris)**. Paris: Garnier-Flammarion, 1967.
- BENOIST, J. Types de plantations et groupes sociaux à la Martinique. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, v. 2, p. 130-160, 1968. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/benoist_jean/types_plantation_martinique/types_plantation_martinique.html>.
- BENOIST, J.; BEAUDOUX-KOVATS, É. Les Blancs créoles de la Martinique. In: BENOIST, J. **L'archipel inachevée**. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1972. p. 354. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/benoist_jean/archipel_inacheve/archipel_inacheve_tdm.html>. Acesso em: maio 2012.
- BENSON, J. J. Steinbeck at 100. **The Martha Heasley Cox Center for Steinbeck Studies**, 2002. Disponível em: <http://as.sjsu.edu/steinbeck/teaching_steinbeck/index.jsp?val=teaching_steinbeck_at_100>. Acesso em: abril 2012.

- BLONDEAU, E. et al. **Les habitations sucreries**, 2012. Disponível em: <<http://www.habitation-sucrerie.fr/>>. Acesso em: maio 2012.
- BOLDRIN, R. **Senhor Brasil**. São Paulo: Rádio e Televisão Cultura - RTC, 2008. Programa de TV.
- BONNIOL, J.-L. Compte Rendu: Jacques Petitjean Roget, La société d'habitation à la Martinique, un demi-siècle de formation. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 38 (3), p. 663-668, 1983.
- BRONTE, E. **Wuthering Heights**. London: Penguin Books, 1994. Disponível em: <<http://www.online-literature.com/bronte/wuthering/1/>>. Acesso em: junho 2012.
- BRONTË, E. **Wuthering Heights**. Londres: Penguin Popular Classics, 1994.
- BROSSEAU, M. O Romance: outro sujeito para a geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Literatura, Música e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 79-122.
- BUCHANAN, S. B. Tremblement de femme-terre dans "Pluie et vent sur Télumée Miracle" de Simone Schwarz-Bart. In: NKUNZIMANA, O.; ROCHMANN, M.-C.; NAUDILLON, F. **L'Afrique noire dans les imaginaires antillais**. [S.l.]: Karthala, 2011. p. 252.
- BURKE, P. **Cultura popular na Idade Média**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CALIFORNIA. **Wikipedia**, 2012. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/California>>. Acesso em: julho 2012.
- CANDIDO, A. **Tese e antítese**: ensaios. 3ª. ed. São Paulo: Nacional, 1978. 166 p.
- CANDIDO, A. **Tese e antítese**: ensaios. 3ª. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas cidades, 1987.
- CAORS-VANDEKERKHOVE, M. La Châtre. **Pays de George Sand en Berry**, 2012. Disponível em: <<http://www.pays-george-sand.com/La-Chatre,44>>. Acesso em: maio 2012.
- CARMASSI, A. L. **Variação espaço-temporal na composição da comunidade de peixes do Rio Passa Cinco (SP)**. Rio Claro: [s.n.], 2008. 75 p. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137003P3/2008/carmassi_al_me_rcla.pdf>. Acesso em: junho 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas, Zoologia) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção, v. 11, p. 53-75, outubro 1998.
- CARVALHO, C. Educar para preservar. **Jornal Cidade de Rio Claro**, 1º março 2007. Disponível em: <<http://jornalcidade.uol.com.br/rioclaro/colaboradores/charles-carvalho/36778-Educar-para-preservar>>. Acesso em: 22 julho 2009.
- CASTRO, P. M. D.; RIBEIRO, F. F. As trilhas interpretativas e seu papel no processo de educação ambiental no parque estadual da Serra do Brigadeiro - MG. In: _____ **I Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas**. Lavras: [s.n.], 2006. p. 12. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/11567183/AS-TRILHAS-INTERPRETATIVAS-E-SEU-PAPEL-NO-PROCESSO-DE-EDUCACAO-AMBIENTAL-NO-PARQUE-ESTADUAL-DA-SERRA-DO-BRIGADEIROMG->>. Acesso em: maio 2010.
- CÉLIUS, C. A. Haiti, Face au passé. **Ethnologies**, 2006. Disponível em: <<http://www.acef.ulaval.ca/281f.htm>>. Acesso em: abril 2012.

CENGAGE, G., 2012.

CEREMONIAL counties of England. **Wikipedia**, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Ceremonial_county>. Acesso em: junho 2012.

CHABOT. Biographie de Baudelaire. **Études Littéraires**, 2004. Disponível em: <<http://www.etudes-litteraires.com/ baudelaire.php>>. Acesso em: abril 2012.

CHABOT. Biographie de Guy de Maupassant. **Études Littéraires**, 2004. Disponível em: <<http://www.etudes-litteraires.com/maupassant.php>>. Acesso em: abril 2012.

CHARLERY, C. Maisons de maître et habitations coloniales dans les anciens territoires français de l'Amérique tropicale, v. 5, décembre 2004. ISSN 10.4000/insitu.2362. Disponível em: <<http://insitu.revues.org/2362>>. Acesso em: maio 2012.

CHAVES, L.; ARANHA, M. R. A Paisagem é Tudo. **PESSOAS E LUGARES**, v. 16, Janeiro/Fevereiro 2004.

CHENG, F. **Le dit de Tian-yi**. Paris: Albin Michel, 1998.

CISSÉ, M. Les personnages écrivains dans Traversée de la Mangrove de Maryse Condé : altération littéraire ou portrait ironique? **La plume francophone**, 2012. Disponível em: <<http://la-plume-francophone.over-blog.com/article-23015340.html>>. Acesso em: abril 2012.

CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. **Elementos de Epistemologia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2004.

COHN, G. **Sociologia, para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: azougue, 2009.

COMIN, F. H. **Olhares cruzados: conhecimento e conservação ambiental na bacia hidrográfica do rio Passa-Cinco - SP**, 2007, 92 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) - Unidade Ecologia de Agroecossistemas (ESALQ/CENA), Piracicaba, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-03102007-085508/publico/FabioComin.pdf>>. Acesso em: junho 2009.

CONDÉ, M. **Traversée de la Mangrove**. Paris: Mercure de France, 1989.

CORRÊA, R. L. A dimensão cultural do Espaço: Alguns Temas. **Espaço e Cultura**, nº1, 1995. Disponível em: <<http://www.nepec.com.br/2lobato.pdf>>. Acesso em: 25 Novembro 2008.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Literatura, Música e Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

COSGROVE, D. Modernity, community and the landscape idea. **Journal of Material Culture**, v. 11, p. 49–66, 2006.

CRAMFIELD, G. Twain's Life and Works. **Mark Twain's Mississippi**, 2005a. Disponível em: <<http://dig.lib.niu.edu/twain/introduction.html>>. Acesso em: maio 2012.

CRAMFIELD, G. Twain's Life and Works - Race. **Mark Twain's Mississippi**, 2005b. Disponível em: <<http://dig.lib.niu.edu/twain/race.html>>. Acesso em: maio 2012.

CRAMFIELD, G. Twain's Life and Works - Religion and Culture. **Mark Twain's Mississippi**, 2005c. Disponível em: <<http://dig.lib.niu.edu/twain/culture.html>>. Acesso em: maio 2012.

CUNHA, E. D. **Os Sertões**. 9º. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan,

1990.

DAUDET, A. **Lettres de mon moulin**. Paris: Fasquelle, 1980.

DAUDET, A. **Tartarin de Tarascon**. Paris: Flammarion, 2006.

DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 206 p.

DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEAN, W. **A FERRO E FOGO: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 452 p.

DENISE, C. Une histoire évolutive de l'habitat martiniquais. **In Situ**, v. 5, 2004. ISSN 10.4000/insitu.2381. Disponível em: <<http://insitu.revues.org/2381>>. Acesso em: maio 2012.

DIAMOND, J. **Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed**. [S.l.]: [s.n.], 2007.

DINIEJKO, A. Thomas Hardy. A Biographical Sketch. **Victorian Web**, 2012. Disponível em: <<http://www.victorianweb.org/authors/hardy/bio.html>>. Acesso em: junho 2012.

DISCOVER Hampshire. **Hantsweb**, 2012. Disponível em: <<http://www3.hants.gov.uk/discover.htm>>. Acesso em: junho 2012.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. In: OLIVEIRA, P. S. **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001.

E-BIOGRAFIAS EC. Euclides da Cunha. **e-Biografias**, 2012. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/euclides_cunha/>. Acesso em: julho 2012.

E-BIOGRAFIAS GR. Graciliano Ramos. **e-Biografias**. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/graciliano_ramos/>. Acesso em: julho 2012.

E-BIOGRAFIAS JA. José de Alencar. **e-Biografias**, 2012. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/jose_alencar/>. Acesso em: julho 2012.

ELIOT, G. Adam Bede. In: _____ **Four Novels**. Hertfordshire: Wordsworth, 2005. Cap. 3, p. 935-1298.

ENGLISH regions. **Wikipedia**, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Regions_of_England>. Acesso em: abril 2012.

ESTEVES DE VASCONCELLOS, M. J. **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência**. 8ª. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FEELING and form, New York, Scribner's, 1953, e Problems of art: Ten philosophical lectures, New York, Scribner's, 1957. (Nota do autor). [S.l.]: [s.n.].

FREIRE, G. **Casa Grande e Senzala**. [S.l.]: Global, 2006.

FRÉMONT, A. **FRANCE: géographie d'une société**. Paris: Flammarion, 1997.

FRÉMONT, A. **La région espace vécu**. Paris: Flammarion, 1999.

FURTADO, D. R. B. Gênero Narrativo. **Gêneros Literários**, 2012. Disponível em: <<http://generos-literarios.info/>>. Acesso em: agosto 2012.

GARCIA, C. Alphonse Daudet. **Calou, l'ivre de lecture (Pascale Arguedas)**, 2002. Disponível em: <http://calounet.pagesperso-orange.fr/biographies/daudet_biographie.htm>.

Acesso em: maio 2012.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GELD, E. B. **Pelas Janelas da Fazenda**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. São Paulo: UNESP, 1992.

GONZAGA, S. ROMANCES REGIONALISTAS (OU SERTANISTAS OU DE TEMÁTICA RURAL). **Literatura brasileira**, 2012. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/literatura/temadomes/temadomes_romanceromantico_12.htm>. Acesso em: julho 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. O que é uma APA. **Áreas de Proteção Ambiental do Estado de São Paulo**, 2009. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/apa.htm>>. Acesso em: 22 junho 2009.

GUIMARAES, E. Apresentação Brasil: país multilíngüe. **Cienc. Cult. [online]**, v. 57, p. 22-23, 2005. ISSN ISSN 0009-6725.

GUIMARÃES, S. T. D. L. NAS TRILHAS DO “GRANDE SERTÃO: VEREDAS” – INTERPRETANDO SEUS ESPAÇOS E LUGARES. **Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 6, Maio 2006.

GYSSSELS, K. Simone Schwarz-Bart biographie. **Île en île**, 2012. Disponível em: <<http://www.lehman.cuny.edu/ile.en.ile/paroles/schwarz-bart.html>>. Acesso em: março 2012.

HAPPY Feet. Direção: George Miller. Produção: Village Roadshow Pictures. [S.l.]: WARNER BROS. 2006.

HARDER-SIMILLION, M.-C. Notice. In: MAUPASSANT, G. D. **Contes et Nouvelles de Maupassant**. Paris: Larousse, v. Nouveaux classiques Larousse, 1974. p. 7-18.

HARDY. [S.l.]: [s.n.], 1994.

HARDY, T. **Jude the Obscure**. Publicado em Penguin Popular Classics 1994. London: Penguin Books, 1896.

HARDY, T. **Jude the Obscure**. London: Penguin Books, 1994.

HARRIS, M. A mãe vaca. In: HARRIS, M. **Vacas, porcos, guerras e bruxas: os enigmas da cultura**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1978. p. 17-34.

HARVEY, D. **Paris, Capital of Modernity**. New York: Routledge, 2003.

HARVEY, D. **Cosmopolitanism and the Geographies of Freedom**. New York: Columbia University Press, 2009.

HAWORTH-VILLAGE.ORG.UK 2001 - 2013. The Brontës. **Haworth - West Yorkshire**, 2012. Disponível em: <<http://www.haworth-village.org.uk/brontes/bronte.asp>>. Acesso em: maio 2012.

HOFFMANN, L.-F. Jacques Roumain biographie. **Île en île**, 2012. Disponível em: <<http://www.lehman.cuny.edu/ile.en.ile/paroles/roumain.html>>. Acesso em: abril 2012.

HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. 15ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982. 158 p.

HUTCHISON, D. **Educação ecológica: idéias sobre consciência ambiental**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

JACKSON, L. C. **A TRADIÇÃO ESQUECIDA: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 234 p.

JANEAUSTEN.ORG ©2008-2013. **Jane Austen**, 2012. Disponível em: <<http://www.janeausten.org/>>. Acesso em: maio 2012.

KIM, H. M. **HAN-GUK YONSOK-KUK**: nas salas de vídeo, uma janela para a Coréia. Etnografia do conteúdo simbólico das novelas coreanas, 1996. 142 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

KIM, H. M. **Os porões**, 2006. (Crônica não publicada).

KIM, H. M. **Paris com quiabo**, 2008. (Crônica não publicada).

KÜHNER, M. H. A dramaturgia brasileira. **Rede da memória virtual do Brasil**, 2012. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/redememoria/dramaturg.html>>. Acesso em: julho 2012.

LANDOW, G. P. Elliot. **The Victorian Web**, 2012. Disponível em: <<http://www.victorianweb.org/authors/eliot/>>. Acesso em: maio 2012.

LANGUES régionales ou minoritaires de France. **Wikipedia**, 2012. Disponível em: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Langues_régionales_ou_minoritaires_de_France>. Acesso em: maio 2012.

LARGANGE, A. Joseph Zobel biographie. **Île en île**, 2012. Disponível em: <<http://www.lehman.cuny.edu/ile.en.ile/paroles/zobel.html>>. Acesso em: abril 2012.

LECLERC, J. Les anciennes provinces de France. **Trésor de la langue française au Québec**, 2012a. Disponível em: <http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/francophonie/Nlle-France_Provinces-de-France.htm>. Acesso em: março 2012.

LECLERC, J. Créole. **Trésor de la langue française au Québec**, 2012b. Disponível em: <<http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/amsudant/creole.htm>>. Acesso em: abril 2012.

LECLERC, J. Guadeloupe. **Trésor de la langue française au Québec**, 2012c. Disponível em: <<http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/amsudant/guadeloupe.htm>>. Acesso em: março 2012.

LECLERC, J. Haïti. **Trésor de la langue française au Québec**, 2012d. Disponível em: <<http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/amsudant/haiti.htm>>. Acesso em: março 2012.

LECLERC, J. Martinique. **Trésor de la langue française au Québec**, 2012e. Disponível em: <<http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/amsudant/martinique.htm>>. Acesso em: abril 2012.

LECOMTE, S. Tartarin de Tarascon. **Fiches de Lecture © 2010**, 2010. Disponível em: <<http://www.fichesdelecture.com/commande/fiche/1465-tartarin-de-tarascon/?id=2282>>. Acesso em: maio 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Lisboa: 70, 1993.

LIMA, R. S. Os Enganos da Literatura Regionalista: ainda faz sentido falar em literatura regional? **Revista Língua Portuguesa**, julho 2012. Disponível em: <<http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/25/artigo186012-6.asp>>.

LOBATO, M. **Urupês**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

MACHADO, A. M. A invenção da Bahia. In: AMADO, J. **Mar Morto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 262-266.

MACHADO, H. M. D. F. G. **Uma história para Ipeúna**, 2004. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Organização do Espaço)– Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004. Disponível em:

- <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2004/machado_hmfg_me_rcla.pdf>. Acesso em: junho 2009.
- MATTA, R. D. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MAUCHAMP, N. **La France de toujours**. Paris: CLE international, 2004.
- MAUPASSANT, G. D. **Contes et Nouvelles**. Paris: Larousse, 1974.
- MEYER, M. **Caminhos do Imaginário no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- MITCHELL, D. **Não Existe Aquilo Que Chamamos de Cultura**: para uma reconceitualização da idéia de cultura em geografia in Espaço e Cultura. Edição Comemorativa (1993-2008). ed. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 2008.
- MITCHELL, S. **Daily Life in Victorian England**. 2ª. ed. Westport, Connecticut: Greenwood, 2009.
- MONTEIRO, C. A. F. O Espaço iluminado no Tempo Volteador. **Espaço e Cultura, UERJ**, v. 26, JUL/DEZ 1998. ISSN 6.
- MOORLAND. **Wikipedia**, 2012. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Moorland>>. Acesso em: junho 2012.
- MORAES, A. C. R. **Geografia, pequena história crítica**. 21ª. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2007.
- NISBET, R. A. Comunidade. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. D. S. **Sociologia e Sociedade**. 27ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. Cap. 6, p. 308.
- NISBET, R. A. Comunidade. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. D. S. **Sociologia e Sociedade**. 27ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Cap. 6, p. 308.
- NOGUEIRA JR, A. João Guimarães Rosa. **PROJETO RELEITURAS**, 2012. Disponível em: <http://www.releituras.com/guimaraosa_bio.asp>. Acesso em: julho 2012.
- OBRAS de Monteiro Lobato. **Sua Pesquisa**, 2012. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/biografias/obras_monteiro_lobato.htm>. Acesso em: julho 2012.
- OLSON-RAYMER, G. Reading companion to Huckleberry. **Humboldt State University**, 2011. Disponível em: <<http://users.humboldt.edu/ogayle/hist110/unit4/HuckFinn.html>>. Acesso em: junho 2012.
- PAHL, R. E. Sociological Models in Geography. In: CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P. **Models in Geography**. London: Metuen, 1967.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1978.
- PEREZ, C. Ranchos of California. **UC Berkeley Library**, 1982. Disponível em: <<http://cluster3.lib.berkeley.edu/EART/rancho.html>>. Acesso em: julho 2012.
- PROJETO RELEITURAS. José Lins do Rego. In: _____ **O Melhor da Crônica Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p. 33. Disponível em: <http://www.releituras.com/jlinsregos_menu.asp>. Acesso em: julho 2012.
- PROJETO RELEITURAS. Erico Verissimo. **Projeto Releituras**, 2012. Disponível em: <http://www.releituras.com/everissimo_bio.asp>. Acesso em: julho 2012.

- PROVENCE.COM. La Camargue, Sud de la France. **Avignon-et-Provence.com**, 2012. Disponível em: <<http://www.avignon-et-provence.com/camargue/>>. Acesso em: junho 2012.
- QUEIROZ, M. I. P. D. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- RAMOS, G. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- RÉGION française. **Wikipedia**, 2012. Disponível em: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Région_française>. Acesso em: maio 2012.
- REGIONS of England. **Wikipedia**, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Regions_of_England#History>. Acesso em: junho 2012.
- REGO, J. L. D. **Fogo Morto**. 68ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 476 p.
- RICE, S. Steinbeck Country. **San Jose State University**, 1998. Disponível em: <<http://www.sjsu.edu/faculty/scott.rice/steinbeck1.htm>>. Acesso em: abril 2012.
- ROBERT, P. **Le Petit Robert**. Montréal: Les dictionnaires ROBERT-CANADA S.C.C., 1987.
- ROSA, J. G. **Sagarana**. 26ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. 19º. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- ROUGERIE, G.; BEROUTCHAHVILI, N. **Géosystèmes et paysages: bilan et méthodes**. Paris: Armand Colin, 1991.
- ROUMAIN, J. **Gouverneurs de la rosée**. Pantin: Le Temps des Cerises, 2007.
- SAINT-PIERRE, M. Créole ou français ? Les cheminements d'un choix linguistique. In: BENOIST, J. **L'archipel inachevée**. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1972. p. 251-266. Disponível em: <L'archipel inachevée. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1972. p. 354. Disponível em: . Acesso em: maio 2012>.
- SAND, G. **La mare au diable**. Paris: Librio, 1995.
- SANTI, L. O. Audiovisual (re)descobre universo caipira. **Revista RAIZ**, 24 junho 2008. Disponível em: <http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=1328&Itemid=163>. Acesso em: 3 novembro 2008.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 54, p. 81-100, 1977.
- SANTOS, S. C. D.; GARCIA, G. J. DIAGNÓSTICO DO NÍVEL TECNOLÓGICO E DA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA EM UMA MICROBACIA NO ESTADO DE SÃO PAULO: A BACIA DO RIO PASSA-CINCO. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 1 (2), Dezembro 2003. 25-44. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>. Acesso em: agosto 2012.
- SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHWARZ-BART, S. **Pluie et vent sur Télumée Miracle**. Paris: Éditions du Seuil, 1972.
- SILVEIRA, M. Jeca-Mazzaropi, uma síntese de culturas. **Folha de São Paulo, Ilustrada**, 19 junho 1981, p.30. Disponível em: <<http://www.museumazzaropi.com.br/sucesso.htm>>. Acesso em: 19 novembro 2008.
- SPEAR, T. C. Maryse Condé biographie. **Île en île**, 2012. Disponível em:

<<http://www.lehman.cuny.edu/ile.en.ile/paroles/conde.html>>. Acesso em: abril 2012.

STEINBECK Biography. **The Martha Heasley Cox Center for Steinbeck Studies**, 2012. Disponível em: <<http://as.sjsu.edu/steinbeck/biography/index.jsp>>. Acesso em: julho 2012.

STEINBECK, J. **Of mice and men**. New York: Bantam Books, 1958.

TACOT, F. biographie: GEORGE SAND. **Le groupe des recherches sandiennes**, 1999a. Disponível em: <<http://www.educreuse23.ac-limoges.fr/sand/biograph.htm>>. Acesso em: abril 2012.

TACOT, F. George Sand est à Nohant. **Le groupe des recherches sandiennes**, 1999b. Disponível em: <<http://www.educreuse23.ac-limoges.fr/sand/romans.htm>>. Acesso em: maio 2012.

TACOT, F. Nohant, la demeure. **Le groupe des recherches sandiennes**, 1999c. Disponível em: <<http://www.educreuse23.ac-limoges.fr/sand/nohant.htm>>. Acesso em: maio 2012.

TAUNAY, A. E. **Inocência**. São Paulo: Ática, 1991.

THE GALE GROUP, INC. The Adventures of Huckleberry Finn: Author Biography. **eNotes: Novels for Students**, 2012. Disponível em: <<http://www.enotes.com/adventures-of-huckleberry-finn/author-biography>>. Acesso em: julho 2012.

THE Mississippi River. **Gateway New Orleans**, 2008. Disponível em: <<http://www.gatewayno.com/history/Mississippi.html>>. Acesso em: julho 2012.

THOMAS HARDY'S WESSEX. Thomas Hardy's Wessex, 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Thomas_Hardy's_Wessex>. Acesso em: junho 2012.

THOMAS, K. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

THORAVAL, J. **Les grandes étapes de la civilisation française**. Paris: Bordas, 1978.

TIBÉRIO, F. F. Convergências e contrastes entre romances regionalistas brasileiros. **Revista de estudos literários**, 2011. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero47/roman_bra.html>. Acesso em: janeiro 2012.

TUAN, Y.-F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TWAIN, M. **The Adventures of Huckleberry Finn**. New York: Create Space, 2008.

UK PARLIAMENT 1. Landlords and farmers. **http://www.parliament.uk/**. Disponível em: <<http://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/towncountry/landscape/overview/landlordsfarmers/>>. Acesso em: junho 2013.

UK PARLIAMENT 2. Enclosing the land. **www.parliament.uk**. Disponível em: <<http://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/towncountry/landscape/overview/enclosingland/>>. Acesso em: maio 2013.

UNITED Kingdom, Encyclopedia Britannica. **Encyclopedia Britannica**, 2012. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/615557/United-Kingdom#toc44672>>. Acesso em: junho 2012.

UOL JA. Jorge Amado. **UOL**, 2012. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/jorge-amado.jhtm>>. Acesso em: julho 2012.

- UOL VT. Alfred d'Escragnolle Taunay (Visconde de Taunay). **UOL**, 2012. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/alfred-descragnolle-taunay-visconde-de-taunay.jhtm>>. Acesso em: abril 2012.
- VALENTE, R. D. O. A.; VETTORAZZI, C. A. Avaliação da estrutura florestal na bacia hidrográfica do Rio Corumbataí, SP. **SCIENTIA FORESTALIS**, 68, agosto 2005. 45-57.
- VEIGA, C. **Gramática Nova do Francês**. 2ª. ed. São Paulo: Brasil, 1965.
- VERISSIMO, E. **Ana Terra**. 21ª. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1978.
- VERÍSSIMO, É. **Ana Terra**. Riio de Janeiro: Globo, 1985.
- WEBER, M. **La ville**. Paris: Aubier Montaigne, 1982.
- WIKIPEDIA. Inglaterra. **Wikipedia**, 2012. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Inglaterra#Subdivis.C3.B5es>>. Acesso em: junho 2012.
- WILLIAMS, R. **The Country and the City**. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- WOORTMANN, K. A comida, a família e a construção do gênero feminino. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.29, n.1, 1986. 103 a 130.
- ZOBEL, J. **La Rue Cases-Nègres**. Paris: Présence-Africaine, 1974.